

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
CENTRO DE PESQUISAS AGGEU MAGALHÃES
Mestrado Acadêmico em Saúde Pública

Lúcia Maria Sobral Baracho

**Feridas da transposição do São Francisco:
um olhar sobre comunidades quilombolas do Semiárido Pernambucano**

RECIFE

2014

LÚCIA MARIA SOBRAL BARACHO

**Feridas da transposição do São Francisco:
um olhar sobre comunidades quilombolas do Semiárido Pernambucano**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Saúde Pública do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz para obtenção do grau de mestre em Ciências.

Orientadora:

Prof^a. Dr^a Idê Gomes Dantas Gurgel

Co-orientador:

Prof^o. Dr. André Monteiro Costa

RECIFE

2014

Catálogo na fonte: Biblioteca do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães

B223f Baracho, Lúcia Maria Sobral
Feridas da transposição do São Francisco: um olhar sobre comunidades quilombolas do Semiárido Pernambucano/ Lúcia Maria Sobral Baracho. — Recife: [s.n.], 2014.

231 p.: il.

Dissertação (Mestrado acadêmico em saúde pública) - Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz.

Orientadora: Idê Gomes Dantas Gurgel; Co-orientador: André Monteiro Costa.

1. Grupo com Ancestrais do Continente Africano. 2. Estudos Populacionais em Saúde Pública. 3. Educação em Saúde. 4. Vulnerabilidade Social. 5. Educação Ambiental. I. Gurgel, Idê Gomes Dantas. II. Costa, André Monteiro. III. Título.

CDU 572.9

LÚCIA MARIA SOBRAL BARACHO

Feridas da transposição do São Francisco:
um olhar sobre comunidades quilombolas do Semiárido Pernambucano

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Saúde Pública do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz para obtenção do grau de mestre em Ciências.

Aprovado em: 16/06/2014

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Idê Gomes Dantas Gurgel
Departamento de Saúde Coletiva
Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães/FIOCRUZ

Prof. Dr. José Bento Rosa da Silva
Departamento de História
Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFPE

Prof^a. Dr^a. Lia Giraldo da Silva Augusto
Departamento de Saúde Coletiva
Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães/FIOCRUZ

Aos meus queridos e amados pais, Raimundo e Iracema, pelos exemplos deixados de ética, respeito, generosidade, solidariedade e pelo esforço em me proporcionar as melhores oportunidades de aprendizagem. À presença sutil de ambos, que me acompanha em todos os momentos importantes da minha vida.

À meu pai Raimundo Baracho, que tendo dedicado sua vida profissional à saúde pública, me incentivou a trilhar este caminho.
Aos queridos familiares: irmãos Alexandre e Socorro, cunhados Nazaré e Ivaldy, sobrinhos Pablo, Bernardo, João Gabriel, Isabela, Rodrigo, Luciana, Raquel, Bruno, sobrinhos netos “Bibi e Xandinho”, pelo apoio, carinho, incentivo, presença e alegria em vários momentos desta trajetória.

AGRADECIMENTOS

Sou grata a várias pessoas e situações que permitiram construir esta dissertação. Ao nominar pessoas e especificar situações, corro o risco de não incluir tudo e todas, mas a minha gratidão é ampla e profunda.

Agradeço à Funasa em Pernambuco: aos colegas e amigos da equipe de Educação em Saúde e Saúde Ambiental, de Desenvolvimento de Recursos Humanos e da Capacitação, e ao Superintendente Estadual, pelo apoio e disponibilidade nos encaminhamentos necessários à aprovação institucional para conquista deste projeto pessoal e profissional. Agradeço também à Funasa o valioso apoio oferecido para realização do trabalho de campo deste estudo.

À Professora Idê, minha orientadora, que me acolheu desde o momento de meu retorno da Espanha, para ingressar nesta nova etapa de desafio na Fiocruz. Agradeço sua paciência, bom humor, clareza nas orientações e incentivo para não desanimar em momentos de dificuldade.

Ao Professor Dr. André Monteiro Costa, pelas orientações no processo de construção deste estudo.

Aos professores do mestrado, pela disponibilidade em compartilhar sua experiência e saber, contribuindo direta e indiretamente com todo meu processo de aprendizagem.

Aos colegas da turma do mestrado, pela troca e oportunidade de aprendizagem, amizade e encontros alegres.

À Secretaria Acadêmica, em especial à Glauco, pelo profissionalismo e presteza em todos os momentos de necessidade de apoio administrativo.

Aos familiares, em especial irmãos, sobrinhos e cunhados, pelo apoio e incentivo.

Às amigas e amigos, que compartilharam vários momentos de alegria, dúvidas e questionamentos durante esta trajetória. Em especial: À Joselma, pela amizade, alegria, orientação acadêmica, incentivo e disponibilidades de valiosos materiais teóricos. À Magali, por acreditar e mostrar que os obstáculos iam ser superados. À Marcinha, pela contribuição valiosa no trato com as informações do campo e pela escuta paciente. À Anginha, pela acolhida, sempre, e escuta amorosa. À Luíza, pelo carinho, apoio e confiança transmitida. À Glaciene e sua irmã, pelo valiosa contribuição na realização do trabalho de campo e por todas as orientações. Às amigas Ângela, Brenda, Mércia pelo carinho, incentivo e presença. À Bete, pela presença amiga e alegre, pela convivência paciente no momento mais difícil de construção deste trabalho e colaboração efetiva. À Jessyka, pela amizade, troca de experiência apoio e efetiva colaboração.

Aos queridos amigos da Ecovila, em especial Jorge e Emília, pelo afeto, cuidado, e apoio. À Emília, pelas mensagens de conforto, confiança e alegria. À Jorge, pela presença carinhosa, pela escuta, pelas orientações acadêmicas e material disponibilizado.

À Nakeida, querida terapeuta, que acompanha os momentos importantes da minha vida, pelo cuidado profissional e afetivo, contribuindo profundamente na minha caminhada de auto-conhecimento, crescimento pessoal e espiritual.

À Patrícia, pelo cuidado comigo e com a minha casa, suporte fundamental para tranquilidade na realização deste trabalho.

À Maristela, vizinha querida, pelo apoio, alegria e “mimos” culinários.

Aos colegas do Setor de Educação em Saúde da Funasa, por terem sempre me apoiado e se disponibilizado a assumir minhas atribuições durante minha ausência.

Aos gestores, técnicos e população quilombola que me acolheram e contribuíram com suas narrativas valiosas, durante todo trabalho de campo.

Ao povo quilombola de Santana, Conceição das Crioulas e Contendas/Tamboril, em especial as lideranças, professores e os moradores que participaram das entrevistas e grupos focais. Agradeço a disponibilidade em me receber e confiança em compartilhar suas percepções, expectativas, frustrações, inquietações e me possibilitar uma rica aprendizagem e grande admiração.

Com a certeza de que a “alma” deste trabalho está no conteúdo apresentado por todas as narrativas destes sujeitos, o meu profundo agradecimento.

*[...] A água serpeia entre musgos
seculares
Leva um recado de existência a homens
surdos
E vai passando, vai dizendo
Que esta mata em redor é nossa
companheira,
É pedaço de nós florescendo no chão.*

*Que rumor é esse na mata?
Por que se alarma a natureza?
Ai...é a moto-serra que mata,
Cortante, oxigênio e beleza.*

*Não, não haverá para os ecossistemas
aniquilados
Dia seguinte.
O ranúnculo da esperança não brota
No dia seguinte.
O vazio da noite, o vazio de tudo
Será o dia seguinte.*

Carlos Drummond de Andrade

BARACHO, Lúcia Maria Sobral. **Feridas da transposição do São Francisco**: um olhar sobre comunidades quilombolas do Semiárido Pernambucano. 2014. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública)-Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2014.

RESUMO

O Projeto da transposição do rio São Francisco, objeto do nosso estudo, tem gerado inúmeras situações de conflitos socioambientais, um dos exemplos de injustiça ambiental, registrado pela Rede Brasileira de Justiça Ambiental. O projeto é apresentado pelo governo como “garantia” de água para o desenvolvimento sócioeconômico dos estados mais vulneráveis à seca do semiárido nordestino. Este estudo analisou a vulneração socioambiental decorrente do Projeto da Transposição do rio São Francisco nos territórios quilombolas de Santana, Contendas/Tamboril e Conceição das Crioulas, em Salgueiro-semiárido pernambucano- e as ações implementadas para minimizá-la. Para isto, caracterizou-se o Projeto da Transposição, sua proposta oficial e percepção dos sujeitos; foram caracterizadas as populações e territórios quilombolas; identificou-se a percepção dos sujeitos quanto à vulneração decorrente da transposição em seus territórios; e foram avaliadas as práticas educativas e ações implementadas pelo projeto para minimizar a vulneração. A metodologia foi um estudo de caso descritivo, com abordagens qualitativa e quantitativa. Os dados primários, obtidos com entrevistas e grupos focais, e os secundários com base em questionários aplicados com famílias quilombolas em 2009. As conclusões apontam que o projeto da transposição é um empreendimento que tem gerado violação de direitos das comunidades quilombolas de Salgueiro, provocando feridas e traumas indelévels. Dentre os “impactos positivos” mencionados neste estudo, a maioria não se concretiza enquanto melhora ou mudança na qualidade de vida dessas comunidades. Ao contrário, os impactos negativos são uma realidade e dificilmente serão revertidos, como “intenciona” o projeto. Violação do direito à informação, à decisão pelos quilombolas, quanto a projetos que afetem a vida e seu território. Programas Ambientais não representam a demanda das populações quilombolas, caracterizando-se, em sua maioria, como medidas paliativas e não cumpridas; É necessária a estruturação de um canal de comunicação efetivo e regular, entre o Ministério da Integração, demais instituições governamentais e movimento quilombola, para acompanhamento e monitoramento do projeto; É necessária a apropriação, pelas comunidades quilombolas, das conquistas legais, fruto de mobilizações políticas, para assegurar direitos e fazer cumprir o que determina a legislação, uma das ferramentas de enfrentamento à violação de direitos e vulneração provocada pela transposição do rio São Francisco.

Palavras-chaves: População quilombola. Vulnerabilidade social. Vulneração. Território. Educação em Saúde. Educação Ambiental. Projeto da transposição. Rio São Francisco. Meio Ambiente.

BARACHO, Lúcia Maria Sobral. **Wounds of the transposition of São Francisco**: A look at the quilombola communities of Pernambuco semi-arid. Dissertation (Master in Public Health)-Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2014.

ABSTRACT

The project of the transposition of the São Francisco River, the object of our study, has generated numerous cases of environmental conflicts, one of the examples of environmental injustice, registered by the Brazilian Environmental Justice Network. The project is presented by the government as a "guarantee" of water for socio-economic development of the most vulnerable states to drought in semi-arid northeast. This study analyzed the socio-environmental vulnerableness arising from the transposition project in quilombola territories of Santana, Contendas/Tamboril and Conceição das Crioulas in Salgueiro - semi-arid of Pernambuco - and the actions taken to minimize it. For this, the Transposition Project, its official proposal and perception of the subjects were characterized; the quilombola populations and territories were characterized; it was identified the perception of subjects as to vulnerableness arising from the transposition in their territories; and the educational practices and actions taken by the project to minimize the vulnerability were evaluated. The methodology was a descriptive case study with qualitative and quantitative approaches. The primary data obtained through interviews and focus groups, and the secondary ones based on questionnaires with quilombola families in 2009. Findings indicate that the transposition project is an undertaking that has generated violation of rights of quilombola communities of Salgueiro, causing wounds and indelible traumas. Among the "positive impacts" mentioned in this study, the majority does not materialize as improving or changing the quality of life of these communities. In contrast, the negative impacts are a reality and are unlikely to be reversed, how the project "intends". Violation of the right to information, to the decision by the quilombolas, as to projects that affect the life and territory. Environmental programs do not represent the demand of quilombola populations, characterized mostly as a palliative and not performed; it is required to structure a channel of effective and regular communication between the Ministry of Integration, other government institutions and quilombola movement, following and monitoring the project; it is necessary the appropriation by the quilombola communities, of the legal achievements, the result of political mobilization to ensure the rights and enforce what is determined by the legislation, one of the coping tools to violation of rights and vulnerableness caused by the transposition of the São Francisco River.

Key words: Quilombola Population. Vulnerability, vulnerableness. Territory. Health Education. Environmental Education. Project implementation. São Francisco River. Environment.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Área de abrangência do PISF conforme AID, AII e ADA	66
Figura 2 - Mapa do Quilombo Santana	89
Figura 3 - Sítio Recanto, Quilombo de Santana	89
Figura 4 - Placa afixada pelo MI, ao lado das obras do canal	91
Figura 5 - Obras do canal - Território do Quilombo de Santana.....	91
Figura 6 - Mazuca de Santana	99
Figura 7 - Mapa da comunidade Contendas/Tamboril	105
Figura 8 - Acesso na Comunidade Contendas/Tamboril.....	105
Figura 9 - Cartaz Semente Crioula – Associação de Moradores de Contendas/Tamboril	117
Figura 10 - Mapa da Comunidade C. das Crioulas.....	126
Figura 11 - Igreja N. Sr ^a da Conceição - C. das Crioulas	126
Figura 12 - Prédio da biblioteca Afro-indígena, Conceição das Crioulas.	132
Figura 13 - Obras da reforma de ampliação do PSF- Conceição das Crioulas	133
Figura 14 - Casa Comunitária Francisca Ferreira - C. Crioulas	135
Figura 15 - Artesanato em cerâmica e fibra de caroá - C. Crioulas	135
Figura 16 - Sede da AQCC e Crioulas Vídeo - C. Crioulas	136
Figura 17 - Mercado público – C. das Crioulas.....	143
Figura 18 - Cartilhas “ Coleção de Educação em Saúde” - PBA 4- Projeto da transposição.180	

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Nível de Escolaridade - Comunidade Santana.....	94
Gráfico 2 - De que as pessoas mais adoecem e o que fazem quando adoecem- Comunidade de Santana.....	95
Gráfico 3 - Fonte de Renda - Comunidade Santana	97
Gráfico 4 - Participação em Grupos e Eventos - Comunidade de Santana	98
Gráfico 5 - Opções de lazer para homens, mulheres e crianças – Comunidade de Santana ..	100
Gráfico 6 - Como chegam as notícias e meios de transporte mais utilizados - Comunidade de Santana	100
Gráfico 7 - Procedência da água e tratamento para consumo humano - Comunidade de Santana.....	101
Gráfico 8 - Destino dado ao lixo e aos dejetos - Comunidade de Santana.....	103
Gráfico 9 - Animais criados e local de criação - Comunidade de Santana	103
Gráfico 10 - Problemas gerais - Comunidade de Santana	104
Gráfico 11 - Nível de Escolaridade - Comunidade de Contendas/Tamboril.....	112
Gráfico 12 - De que as pessoas mais adoecem e o que fazem quando adoecem - Comunidade de Contendas/Tamboril.....	116
Gráfico 13 - Fonte de Renda-Comunidade de Contendas/Tamboril	117
Gráfico 14 - Participação em grupos e eventos - Comunidade de Contendas / Tamboril.....	119
Gráfico 15 - Opções de lazer para homens, mulheres e crianças – Comunidade de Contendas/Tamboril.....	120
Gráfico 16 - Notícias e os meios de transporte mais utilizados - Comunidade de Contendas/Tamboril.....	121
Gráfico 17 - Como é tratada a água de beber - Comunidade de Contendas/Tamboril.....	121
Gráfico 18 - Destino dado ao lixo e aos dejetos - Comunidade Contendas/Tamboril	123
Gráfico 19 - Animais criados e local de criação - Comunidade de Contendas/Tamboril	124
Gráfico 20 - Problemas gerais existentes - comunidade de Contendas/Tamboril.....	124
Gráfico 21 - Nível de Escolaridade - Comunidade de Conceição das Crioulas	131
Gráfico 22 - Doenças que mais acometem e o que fazem quando adoecem- Quilombo de Conceição das Crioulas	133
Gráfico 23 - Fonte de Renda- Quilombo de Conceição das Crioulas	134
Gráfico 24- Participação em grupos e eventos na comunidade - Quilombo de Conceição das Crioulas.....	136

Gráfico 25a - Formas de diversão para homens e mulheres - Quilombo de Conceição das Crioulas	138
Gráfico 26 - Como chegam as notícias e transporte mais usados na comunidade - Quilombo de Conceição das Crioulas	139
Gráfico 27 - De onde vem a água e como é tratada - Quilombo de Conceição das Crioulas.	140
Gráfico 28 - Destino do lixo e dos dejetos da comunidade - Quilombo de Conceição das Crioulas	141
Gráfico 29 - Animais criados na comunidade e como são criados - Quilombo de Conceição das Crioulas	142

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Sistematização dos Focos de atuação da Promoção da Saúde	36
Quadro 2 - Mapeamento das entrevistas realizadas - setembro/2013	51
Quadro 3 - Resumo das Técnicas por objetivos	56
Quadro 4 - Modelo adaptado de Kvale.....	57
Quadro 5 - Modelo adaptado de Bardin	57
Quadro 6 - Categorias de Avaliação dos PBA's	58
Quadro 7 - Relação de impactos negativos e positivos do PISF, segundo fase do projeto	75
Quadro 8 - Etapas para Homologação das Terras de Comunidades Quilombolas	83
Quadro 9 - Situação jurídica quanto à regularização fundiária das comunidades do estudo ...	88
Quadro 10 - Temas trabalhados em oficinas – Subprograma de Educação Ambiental em Comunidades Quilombolas	162
Quadro 11 - Temas trabalhados em oficinas – Subprograma de Educação Ambiental em Escolas.....	174
Quadro 12 - Resumo da Programação de Oficinas – Subprograma de Educação Ambiental em Saúde, 2010	178
Quadro 13 - Resumo das Diretrizes construídas pelo Subprograma de Educação Ambiental em Saúde – Setembro/2013.....	183
Quadro 14 - Ações e obras previstas pelo Subprograma de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas	190
Quadro 15 - Obras executadas em áreas quilombolas-substituição de casas de taipa por alvenaria	194

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	OBJETIVOS	23
2.1	GERAL.....	23
2.2	ESPECÍFICOS.....	23
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	24
3.1	VULNERABILIDADE E VULNERAÇÃO – ASPECTOS CONCEITUAIS.....	24
3.2	ESPAÇO, TERRITÓRIO, LUGAR E PAISAGEM – REPRESENTAÇÃO NOS QUILOMBOLAS	27
3.3	EDUCAÇÃO EM SAÚDE E AMBIENTE – CAMINHOS POSSÍVEIS	31
3.3.1	Educação – por onde muita coisa começa	31
3.3.2	Educação em saúde – Breve histórico	33
3.3.3	Educação em saúde e ambiente	37
3.3.4	Educação ambiental.....	40
4	PERCURSO METODOLÓGICO	46
4.1	DESENHO DO ESTUDO	46
4.2	ABORDAGEM QUALITATIVA E QUANTITATIVA	47
4.3	ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO ESTUDO	47
4.4	SUJEITOS DO ESTUDO.....	49
4.5	INSTRUMENTOS, PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS E PERÍODO DE ESTUDO.....	50
4.5.1	Entrevista.....	50
4.5.2	Grupo focal.....	52
4.5.3	Dados secundários	53
4.5.3.1	Levantamento documental.....	53
4.5.3.2	Dados de questionário - CAP	54
4.6	PROCEDIMENTOS E TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS.....	56
4.7	CONSIDERAÇÕES ÉTICAS	58
5	O PROJETO DA TRANSPOSIÇÃO E O RIO SÃO FRANCISCO - DISCURSO OFICIAL, ASPECTOS CRÍTICOS, PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS	60
6	POPULAÇÕES QUILOMBOLAS E SEU TERRITÓRIO.....	80
6.1	ASPECTOS FUNDIÁRIOS – CAMINHOS PARA REGULARIZAÇÃO DO	

	TERRITÓRIO QUILOMBOLA	81
6.2	A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SANTANA.....	89
6.3	A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SANTANA E O PROJETO DE TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO.....	90
6.4	UM RETRATO DE SANTANA: DADOS DO QUESTIONÁRIO CAP E A PERCEPÇÃO DE SUJEITOS.....	94
6.5	A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CONTENDAS E TAMBORIL	105
6.6	A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CONTENDAS / TAMBORIL E O PROJETO DE TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO	106
6.7	UM RETRATO DE CONTENDAS /TAMBORIL: DADOS DO QUESTIONÁRIO CAP E A PERCEPÇÃO DE SUJEITOS.....	111
6.8	COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS	125
6.9	A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS E O PROJETO DE TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO	127
6.10	UM RETRATO DE CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS: DADOS DO QUESTIONÁRIO CAP E A PERCEPÇÃO DE SUJEITOS.....	130
7	IMPACTOS E VULNERAÇÃO DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: A PERCEPÇÃO DE SUJEITOS.....	144
8	PRÁTICAS EDUCATIVAS E AÇÕES IMPLEMENTADAS – MEDIDAS PARA MITIGAR IMPACTOS E VULNERAÇÃO	152
8.1	PROGRAMA BÁSICO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – O PBA 4	153
8.1.1	Subprograma de educação ambiental nas comunidades	155
8.1.2	O Subprograma de educação ambiental nas Escolas	165
8.1.3	O Subprograma de educação ambiental em saúde.....	174
8.2	O PROGRAMA DE APOIO ÀS COMUNIDADES QUILOMBOLAS – O PBA 17	189
9	CONCLUSÕES.....	202
	REFERÊNCIAS	206
	APÊNDICE A – Roteiro de Entrevistas	220
	APÊNDICE B – Roteiro de Entrevistas	221
	APÊNDICE C – Roteiro para Grupo Focal.....	222
	APÊNDICE D – Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Lideranças, Moradores Quilombolas de Conceição das Crioulas, Contendas/Tamboril E Santana.....	223

APÊNDICE E – Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Utilizado para Gestores e Técnicos dos Níveis Federal, Estadual e Municipal..	224
ANEXO A – Questionário sobre Conhecimentos, Atitudes e Práticas da Comunidade – CAP.....	225
ANEXO B – Documento Síntese das Agendas de Prioridades dos Municípios Contemplados Pelo PISF em Pernambuco	228
ANEXO C – Agenda de Prioridades de Educação em Saúde do Município de Salgueiro – Pernambuco.....	229

1 INTRODUÇÃO

O olhar para as populações quilombolas nos remete ao desenvolvimento da sociedade colonial, quando milhões de negros foram escravizados, vindos do continente africano, trazidos em porões nos navios negreiros. Este acontecimento marcou um longo período da nossa história, sendo o Brasil o país que mais importou escravos africanos e o que por último aboliu formalmente a escravidão no continente americano.

A palavra “quilombo”, em sua etimologia *bantu* quer dizer acampamento guerreiro na floresta. Segundo Freitas et al. (2011, p. 2), a palavra quilombo

foi popularizada no Brasil pela administração colonial, em suas leis, relatórios, atos e decretos, para se referir às unidades de apoio mútuo criadas pelos rebeldes ao sistema escravista e às suas reações, organizações e lutas pelo fim da escravidão no País.

Com significado especial também para os libertos, em seu caminho de conquista e liberdade, obteve dimensões e conteúdos amplos. Ainda podemos nos pegar pensando um quilombo, num impulso quase inconsciente, como um local habitado por negros que, lutando de forma sangrenta, almejam a liberdade com a luta.

No Brasil há mais de três mil comunidades remanescentes de quilombos, que localizam-se em vinte quatro estados da federação, sendo a maior concentração nos estados do Maranhão, Bahia, Pará, Minas Gerais e Pernambuco, o que representa 63% vivendo no Nordeste Brasileiro. Isso representa 1,17 milhão de quilombolas, divididos em 214 mil famílias. Cerca de 90% se autodeclaram negros. Os únicos estados que não registram ocorrências destas comunidades são o Acre e Roraima, e o Distrito Federal (BRASIL, 2013).

As populações quilombolas são um fato, e muitas ainda vivem em comunidades formadas por forte vínculo de parentesco, mantendo ainda vivas tradições culturais e religiosas. Os membros da comunidade estão ligados a trabalhos rurais, ou culturas de subsistência, e muitos dependem de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família¹ (FREITAS et al., 2011).

O registro histórico tradicional é de que os quilombos eram das regiões de grande concentração de escravos, situados em locais de difícil acesso, distante dos centros urbanos.

¹ O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, criado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, em 2004, que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 70 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos.

Esse isolamento, estratégia necessária para sobrevivência dos grupos e garantia de sua organização, dificulta a obtenção de informações precisas e a ampliação do conhecimento sobre as comunidades remanescentes de quilombos, que carrega, com suas tradições e relações territoriais próprias, uma identidade étnica e cultural a ser respeitada e preservada.

Segundo Arruti (2006, p. 26), as chamadas comunidades remanescentes de quilombos constitui,

Categoria social relativamente recente, representa uma força social relevante no meio rural brasileiro, dando nova tradução àquilo que era conhecido como comunidades negras rurais (mais ao centro, sul e sudeste do país) e terras de preto (mais ao norte e nordeste), que também começam a penetrar no meio urbano, dando nova tradução a um leque variado de situações que vão desde antigas comunidades negras rurais atingidas pela expansão dos perímetros urbanos até bairros no entorno dos terreiros de candomblé.

Como resultado da luta do povo negro, desde a época da colônia, e reorganizada nos anos 1980, o reconhecimento das comunidades quilombolas ocorreu com a Constituição Federal de 1988, ano de comemoração do centenário da Lei Áurea.

As mobilizações nacionais, ocorridas em torno de uma Assembleia Nacional Constituinte, contaram com a participação ativa das comunidades quilombolas, que num esforço de organização em nível nacional, conseguiram incluir na Constituição Federal o reconhecimento da existência dos quilombos na sociedade nacional e a garantia do acesso às suas terras como um direito, expresso no artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias Constitucionais (ADTC).

O artigo 68 da Constituição Federal (1988), versa sobre o direito de propriedade das terras quilombolas, afirmando que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 2004b, p. 159).

Este artigo, apesar de inserido sem maiores discussões na Carta Constituinte, permaneceu sem aplicação até 1995, momento em que ganha força o tema dos quilombos, produzindo impactos sociais, com o debate em torno do caso de Rio das Rãs², que no ano do tricentenário de morte de Zumbi dos Palmares, ganhou destaque na imprensa, em debates políticos e análises acadêmicas (ARRUTI, 2006).

A população remanescente de quilombos pode ser enquadrada como um grupo minoritário dentro da população negra (FREITAS et al., 2011).

² Rio das Rãs – Reconhecida em 1993 pela FCP, como “comunidade remanescente de quilombos”, situada no Sertão Baiano, aproximadamente a 80 km de Bom Jesus da Lapa.

A situação de alijamento social, ou inserção social desqualificada, associada à invisibilidade de suas necessidades reais, confere à população negra, em geral, e às quilombolas, em particular, uma condição de vulnerabilidade que se expressa clara e especialmente nos indicadores sócio-econômicos e de saúde. Em última instância este aspecto está relacionado ao histórico brasileiro de políticas públicas racistas que impôs ao negro, no que tange a programação das políticas de promoção, proteção e recuperação da saúde, um lugar marginal na sociedade, em que pese suas aguerridas lutas no sentido de garantir sua cidadania.

Dentre as várias definições sobre comunidade quilombola, o Centro de Cultura Luís Freire (CCLF)³ compreende como:

Os grupos étnicos que assim se auto-identificam e que se mobilizam politicamente em torno de demandas comuns e diferenciadas do conjunto da sociedade nacional, especialmente o direito ao território que tradicionalmente ocupam e que está na base de sustentação de sua etnicidade (CENTRO DE CULTURA LUÍS FREIRE, 2008, p. 7).

O desafio dos governos e da sociedade brasileira, frente às comunidades quilombolas, torna-se enorme, ao se deparar com o não reconhecimento, desde o passado colonial, dos seus direitos territoriais, base para o usufruto dos demais direitos sociais, econômicos e culturais (BRASIL, 2011).

Dentre as demandas comuns e diferenciadas para o povo negro e comunidades quilombolas, foi aprovada em 2006, pelo Conselho Nacional de Saúde, a “Política Nacional de Saúde Integral da População Negra”, instrumento que tem por objetivo combater a discriminação étnico-racial nos serviços e atendimentos oferecidos no Sistema Único de Saúde, bem como promover a equidade em saúde da população negra. O tema da equidade aparece no bojo das discussões sobre as desigualdades historicamente sofridas pela população negra e comunidades quilombolas, e as desigualdades sociais - em qualquer que seja seu nível - como relevante fator determinante das condições de saúde das populações é um fato indiscutível (BARATA, 2009).

Desigualdades sociais em saúde, em sua maioria, são injustas, remetendo a distribuição desigual de poder e propriedade. Pensar na promoção da equidade em saúde para população negra está implícita a questão das desigualdades étnicas.

³ CCLF - é uma Organização de Direitos Humanos, com trinta e cinco anos de atuação, quinze dos quais na promoção e defesa dos direitos da população quilombola.

“Qualquer consideração das desigualdades sociais em relação a grupos étnicos carrega a dupla determinação: a posição social que tais grupos ocupam na sociedade e a aceitação/rechaço que possam ter frente aos grupos majoritários” (BARATA, 2009, p. 56).

Ampliando a reflexão para além das desigualdades sociais em saúde, a referência à população negra e formação de quilombos nos remete a temática do racismo e suas diversas nuances, que, com os avanços no conhecimento científico, levaram a construção, nos Estados Unidos, do conceito de “Racismo Ambiental”, o qual, segundo Pacheco (2007, p. 9) consiste nas

injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre etnias e populações mais vulneráveis. O Racismo Ambiental não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas, igualmente, através de ações que tenham impacto ‘racial’, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. [...].

A autora defende que este conceito desafia a humanidade ao ampliar as visões de mundo, no sentido da busca por uma sociedade igualitária e justa, na qual democracia plena e cidadania ativa não sejam direitos de poucos privilegiados (PACHECO, 2007).

É um conceito que mantém ligação estreita com o conceito de justiça ambiental, e, segundo Porto, está relacionado originalmente à luta contra a discriminação racial e étnica presente nos movimentos pelos direitos civis da sociedade norte-americana nos anos 70 e 80 (PORTO, 2009). O foco inicial foi a luta contra o chamado racismo ambiental, ampliando para a defesa pelos direitos humanos universais e incorporando outras formas de discriminação além da racial, como classe social, etnia e gênero (BULLARD, 1994; PORTO, 2007 apud PORTO, 2009).

O Mapa de conflitos causados pelo Racismo Ambiental no Brasil⁴, identificou, em seu levantamento inicial, que a maioria das denúncias envolvia problemas ocorridos principalmente no campo, longe dos centros urbanos e da atenção da mídia (PACHECO, 2008b).

A temática do Racismo Ambiental tem crescido como preocupação no Brasil, entre outras situações, em face da construção de grandes obras de infra-estrutura, consideradas megaprojetos de desenvolvimento econômico, dito sustentáveis, realizadas com recursos do Governo Federal, notadamente do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), cujo impacto nas populações que entrecruzam seus caminhos ainda não se sabe precisar, embora seja possível estimar.

⁴ O levantamento inicial do “Mapa de Conflitos causados por Racismo Ambiental no Brasil” foi apresentado dia 20 de junho de 2007, no Encontro do GT Racismo Ambiental (PACHECO, 2007).

As denúncias contra o Racismo Ambiental englobam contaminações por resíduos tóxicos, que afetam comunidades afrodescendentes, indígenas, caiçaras, pescadores tradicionais e marisqueiras, em várias regiões do Brasil; como o turismo predatório, que avança pelo litoral do Nordeste; mas, talvez sejam as grandes obras de infra-estrutura, como a construção de hidrelétricas e as mudanças de curso dos rios, assim como os megaempreendimentos da monocultura, que causam danos mais irreversíveis à vida de povos indígenas, de remanescentes de quilombos e de populações tradicionais, afirma a autora (PACHECO, 2008b, p. 3).

Ao referir-se a grandes obras de infra-estrutura como megaprojetos no Brasil, há o projeto da transposição do rio São Francisco, objeto do nosso estudo, aprovado pelo governo brasileiro em 2006 e apresentado como “garantia” de água para o desenvolvimento sócio-econômico dos estados mais vulneráveis às secas, na região do semiárido nordestino. Mas, as secas do Nordeste são periódicas, e como um fenômeno natural e previsível, não há como combatê-las. Entretanto, há que se pensar em formas, em tecnologias apropriadas para o enfrentamento aos seus efeitos, tornando assim possível a convivência do homem com o meio árido, que sempre sofreu de deficiência hídrica.

Para o enfrentamento a esta problemática, vários foram os projetos apresentados pelo governo federal, em diferentes momentos políticos do país, e, relatos sobre projetos para transposição do Rio São Francisco datam da época do Brasil Império.

O projeto da Transposição do Rio São Francisco, como fora inicialmente chamado na década de 1990, apresenta-se como um dos mais polêmicos projetos governamentais, passando a ser denominado, em momentos políticos de maior embate do governo com a sociedade e os movimentos sociais, como Projeto de Integração das Bacias do rio São Francisco. Atualmente, foi rebatizado oficialmente como Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, o PISF (MENEZES; ROCHA, F., 2010).

Este projeto é um empreendimento financiado pelo PAC, e faz parte de uma política desenvolvimentista e de crescimento econômico, com força no novo milênio, adotada no Brasil e países em desenvolvimento desde a década de 80, num contexto de recessão global.

O projeto da transposição está inserido no bojo maior de uma política de desenvolvimento hegemônica mundial, cuja ênfase é o crescimento econômico, que, na maior parte das vezes, não vem sendo acompanhado por um desenvolvimento social. Ao contrário, esse modelo hegemônico trata cada vez mais a maioria da humanidade como objetos. Objetos

que podem ser usados a serviço do lucro, e outros, vistos como supérfluos, podem ser descartados (PACHECO, 2008a).

Se tratando de projeto como o da transposição do rio São Francisco, as condições para que se estabeleçam é a expulsão de populações de moradores rurais e/ou invasão dos seus territórios, atingindo diretamente as condições de vida de agricultores, de comunidades rurais, sejam quilombolas ou indígenas. Projeto que tem gerado inúmeras situações de conflitos socioambientais, é um dos exemplos concretos de injustiça ambiental, registrado pela Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA).⁵

Como profissional da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), órgão do Ministério da Saúde, passamos a visitar desde 2008 comunidades indígenas e quilombolas, para desenvolver e acompanhar ações de educação em saúde, no programa de substituição de casas de taipa por alvenaria, fruto de parceria Funasa – Ministério da Integração Nacional (MI) no referido projeto de transposição do rio São Francisco.

A aproximação com a realidade dos municípios na região semiárida do estado, e particularmente com as comunidades quilombolas, despertou nosso interesse em compreender a vulneração socioambiental considerando a representação das obras da transposição do rio São Francisco na vida dessas populações, sobre as marcas desse empreendimento em seu território, assim como identificar o lugar das práticas de educação em saúde e educação ambiental implementadas.

A realização deste trabalho de pesquisa orientou-se pela seguinte pergunta: **Como a vulneração socioambiental se expressa na vida das comunidades quilombolas de Salgueiro, em consequência do Projeto de Transposição do Rio São Francisco, e que ações têm sido implementadas para minimizá-la?**

Em nosso estudo lançamos um olhar sobre populações quilombolas de Salgueiro, vivendo em regiões da zona rural, do semiárido nordestino, afetadas pelo projeto da transposição. A intenção é trazer um olhar crítico sobre os verdadeiros beneficiários deste empreendimento.

O capítulo correspondente à fundamentação teórica, aborda aspectos conceituais que orientam este trabalho. São discutidas as categorias *vulnerabilidade e vulneração*, pelo lugar que ocupam na realidade das comunidades quilombolas afetadas pela transposição. As

⁵ A Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) resulta da iniciativa de movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores/as, ONGs, entidades ambientalistas, ecologistas, organizações de afrodescendentes e indígenas e pesquisadores/as universitários/as. Foi criada no Colóquio Internacional sobre Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania realizado no campus da UFF- Niterói, de 24 a 27 de setembro de 2001, e teve o apoio de redes semelhantes dos Estados Unidos, Chile e Uruguai.

categorias *espaço, território, lugar e paisagem* são elementos conceituais norteadores na compreensão da dinâmica das mudanças ocorridas nas áreas quilombolas do estudo, em consequência das intervenções do projeto. Em um terceiro e último bloco, são apresentados aspectos da *educação, educação em saúde e educação ambiental*, com base em algumas abordagens existentes.

No capítulo 4 é descrito o percurso metodológico. Para contemplar as especificidades do objeto de estudo, foi realizado um estudo de caso, com abordagem qualitativa e quantitativa. Visões de mundo, valores e percepções enriquecem os conteúdos das dimensões não quantificáveis relacionadas ao significado e representação do projeto da transposição no contexto social, político e cultural das comunidades quilombolas. O enfoque quantitativo subsidiou a descrição das áreas quilombolas, caracterizando-as em aspectos socioambientais.

Resultados e discussão estão contidos no capítulo 5, 6, 7 e 8, relacionados a cada objetivo específico do estudo. O capítulo 5 traz conteúdos que caracterizam a situação do rio São Francisco e o Projeto da Transposição; o capítulo 6 apresenta aspectos das comunidades quilombolas e seu território; o capítulo 7 contém questões relacionadas ao impacto e vulneração provocados pelo Projeto; o capítulo 8 avalia as práticas educativas e ações implementadas por dois Programas Básicos Ambientais (PBA) para mitigar impactos e vulneração. Dentre os 38 Planos e PBA's contidos no Projeto da Transposição, foram avaliados o Programa Básico de Educação Ambiental 4 (PBA 4) e o Programa de Apoio às Comunidades Quilombola 17 (PBA 17).

O foco do estudo esteve direcionado aos pressupostos de que, empreendimentos da natureza do projeto da transposição do rio São Francisco afetam sobremaneira a vida de populações quilombolas, provocando impactos socioambientais e situações de vulneração marcantes; de que estudos sobre populações quilombolas em Salgueiro, concernentes ao tema são escassos; e de que essas populações não se apropriaram das propostas e práticas de educação em saúde e educação ambiental realizadas pelo projeto da transposição do rio São Francisco.

Esperamos que este estudo contribua para o processo de compreensão e identificação das situações de vulneração as quais estão submetidas as populações quilombolas de Salgueiro, com o projeto da transposição do rio São Francisco; que dê visibilidade ao que ainda pode ser invisível aos governos, aos gestores responsáveis por aprovar e implementar políticas públicas, confirmando, o que já era previsto e denunciado pelos movimentos sociais e segmentos contrários à transposição.

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL

Analisar a vulneração socioambiental decorrente da transposição do Rio São Francisco em territórios quilombolas do semiárido pernambucano e as ações implementadas para minimizá-la.

2.2 ESPECÍFICOS

- a) Caracterizar o Projeto da Transposição do Rio São Francisco, considerando a proposta oficial e a percepção dos sujeitos;
- b) Caracterizar as populações e os territórios quilombolas da área do estudo;
- c) Identificar a percepção dos sujeitos quanto à vulneração decorrente da transposição do rio São Francisco nos territórios quilombolas;
- d) Avaliar as práticas educativas e ações implementadas pelo projeto para minimizar a vulneração.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 VULNERABILIDADE E VULNERAÇÃO – ASPECTOS CONCEITUAIS

As categorias aqui referidas assumem grande importância na vida e história de comunidades quilombolas. Olhar para essas dimensões, particularmente em áreas afetadas por um empreendimento como o projeto da transposição do rio São Francisco, é olhar para uma realidade cujas mudanças e impactos não estão profundamente identificados, mensurados nem avaliados, onde conflitos e inseguranças fazem parte da vida dessas populações.

O termo vulnerabilidade, bastante empregado nos últimos anos, apresenta distintas perspectivas de interpretação. Em uso desde a década de 1990, principalmente no campo das respostas à epidemia de HIV/Aids, o conceito têm sido objeto de estudos que ampliaram sua compreensão para além dos campos da saúde/doença, inserindo em sua percepção aspectos comportamentais, culturais, econômicos e políticos.

Em sua origem, o termo vulnerabilidade, vem da área da advocacia internacional pelos Direitos Universais do Homem, designando grupos ou indivíduos fragilizados, jurídica ou politicamente, na promoção, proteção ou garantia de seus direitos de cidadania (ALVES, 1994).

Entre outras concepções, há uma abordagem multifatorial à questão da vulnerabilidade, apresentada por Kalipeni (2000 apud SÁNCHEZ; BERTOLOZZI, 2007), cujo autor apresenta a proposta de Watts e Bohle (1993) de estrutura tripartite sobre vulnerabilidade, que consiste na interseção entre três poderes, sendo *entitlement* o que diz respeito ao direito das pessoas, *empowerment* ou empoderamento, que se refere à participação política e institucional dessas pessoas, e a política econômica, sobre a organização estrutural-histórica da sociedade e suas decorrências.

Desse modo,

a vulnerabilidade às doenças e situações adversas da vida distribui-se de maneira diferente segundo os indivíduos, regiões e grupos sociais e relaciona-se com a pobreza, com as crises econômicas e com o nível educacional. Ao multifatorializar a vulnerabilidade, acrescenta, ainda, que a vulnerabilidade depende do local e do clima, restringindo-se, portanto, à dimensão geográfica (KALIPENI, 2000 apud SÁNCHEZ; BERTOLOZZI, 2007, p. 320).

Uma outra compreensão, aponta o conceito de vulnerabilidade como fundamental para a vigilância à saúde, como também para definição de prioridades e tomada de decisões. Nesta perspectiva, circunstâncias variadas determinam como se dá a vulnerabilidade de indivíduos

ou populações em relação a determinados agravos. E tais circunstâncias podem ser agrupadas da seguinte forma: 1) os que dependem diretamente das ações individuais, configurando o comportamento do indivíduo, a partir de um determinado grau de consciência que ele manifesta; 2) os que dizem respeito às ações comandadas pelo poder público, iniciativa privada e agências da sociedade civil, voltadas a diminuição das chances de ocorrência de danos à saúde; e 3) os que fazem parte de um conjunto de determinantes relativo ao acesso a informações, financiamentos, serviços, bens culturais, liberdade de expressão (TAMBELLINI; CAMARA, 1998).

Outra leitura faz a discussão e a desconstrução entre os termos vulnerabilidade e vulneração, trazendo não apenas suas diferenças conceituais, mas também as diferentes perspectivas de atuação que cada termo carrega para as políticas públicas de saúde e para as políticas públicas em geral.

Mesmo compartilhando a mesma raiz semântica, que deriva do latim *vulnus*, cujo significado é “ferida”, os dois conceitos, por não terem a mesma extensão, precisam ser diferenciados, afirma Schramm (2012).

O termo vulnerabilidade, para o autor, é uma condição compartilhada pelo universo de todos os seres, na medida em que todos os seres vivos são, por essência vulneráveis, pela condição de finitude e mortalidade que os caracteriza. Porém, vulneração, é entendida como a condição de quem já está ferido (ou traumatizado) (SCHRAMM, 2012, p. 38).

Como exercício de desconstrução, e para caracterizar a distinção entre os dois conceitos, Schramm (2012) se debruça sobre o que está no dicionário da língua portuguesa, que define o adjetivo *vulnerável* ao que “pode ser fisicamente (mas poderíamos acrescentar psiquicamente) ferido”; e o substantivo *vulnerabilidade*, à “qualidade ou estado do que é ou se encontra vulnerável”; Quanto ao substantivo *vulneração*, este refere-se ao “ato ou efeito de vulnerar” (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 2884).

Ao aproximar os dois pares de conceitos, o autor chega ao entendimento de que, “o conceito de vulnerabilidade se refere a uma potencialidade e vulneração a uma efetivação de tal potencialidade, isto é, a vulnerabilidade é em princípio sempre em potência e a vulneração em ato” (SCHRAMM, 2012, p. 39).

Com este olhar, vulnerabilidade é a possibilidade de ser ferido, e engloba tanto o aspecto referente à dimensão física, quanto o contido na perspectiva social. Ou seja, todos são suscetíveis a serem feridos em algum grau, bastando para isto estar vivos. Mas, o que pretende o autor com essa reflexão, é mostrar que há graus diferentes de suscetibilidades, que

nem todos estão suscetíveis na mesma intensidade. Assim é construída a diferença entre vulnerabilidade e vulneração.

A distinção entre os dois termos desfaz a ambiguidade, visto que “se alguém deixa de ser vulnerável, é porque ele tem se tornado vulnerado” (KOTTOW, 2008 apud SCHRAMM, 2012, p. 37).

A justificativa apresentada pelo autor para a necessidade de distinguir os termos e fazer uma análise conceitual, parte da preocupação com o contexto concreto o qual se analisa. A desconstrução, como referido anteriormente, pode mostrar como o termo “vulnerabilidade” está vinculado a uma prática, estando sempre ligada a uma intervenção, que terá necessariamente consequências, que poderão ser boas ou não.

Um dos pontos de vista em que o termo “vulnerabilidade” pode ser considerado problemático é no da ética aplicada, na ética aplicada aos sistemas vivos, ou da bioética, pois se trata de “condições humanas que a sociedade enfrenta de modo muito diferente” (KOTTOW, 2008 apud SCHRAMM, 2012, p. 43).

Na perspectiva do social, são essas condições humanas que se estabelecem de forma diferenciada, que para Schramm (2012) se apresentam como:

Vulneração diz respeito à vulnerabilidade consubstanciada: De fato, se todos são potencialmente (ou virtualmente?) vulneráveis enquanto seres vivos, nem todos são vulnerados concretamente devido a contingências como o pertencimento a uma determinada classe social, a uma determinada etnia, a um dos gêneros ou dependendo de suas condições de vida, inclusive seu estado de saúde. Em suma, parece razoável considerar mais correto distinguir a mera vulnerabilidade da efetiva ‘vulneração’, vendo a primeira como potencialidade e segunda como uma situação de fato, pois isso tem consequências relevantes no momento da tomada de decisão (SCHRAMM, 2006, p. 192).

A reflexão feita até o momento nos remete à condição em que se encontra a população quilombola do nosso estudo, afetada por um projeto governamental, e suscetível a situação de vulneração.

O contexto social e político, a qual está submetida a população quilombola de Salgueiro, reforça a importância desta linha de abordagem, e sua pertinência, segundo o autor, estende-se para uma bioética da proteção, “que diferencia pacientes vulneráveis, suscetíveis e vulnerados, quando se trata de saber quais indivíduos ou populações merecem ser protegidos contra danos que não são capazes de enfrentar sozinhos” (SCHRAMM, 2008, p. 187).

A não clareza sobre esta distinção, haja visto a densidade do termo vulnerabilidade, traz consequências duvidosas sobre as práticas de amparo e proteção e o porque das mesmas, as quais podem prejudicar, principalmente, os de fato vulnerados. A não clareza ou confusão,

quanto a quem, ou que grupos são realmente vulnerados, dificulta identificar claramente os eventuais atores das práticas pretendidas (SCHRAMM, 2012).

A proposta de uma bioética da proteção é uma construção recente, embora a ideia de um ethos protetor seja mais antiga. Termo que provem do grego “ethos”, significando “morada” dos animais, lugar “protegido”, e em seguida o “lugar onde se habita”, quando aplicado também aos humanos (BLACKBURN, 1997; LALANDE; 1972 apud SCHRAMM, 2012, p. 45). Foi a partir desta ressignificação, transitando de um sentido amplo (sistemas e ambientes) para um mais restrito (indivíduos, características pessoais e cidadãs), que a bioética de proteção pôde ser pensada como uma ferramenta cuja função prática seria proteger tanto indivíduos quanto populações humanas – bem como outros seres vivos e ambientes naturais- contra ameaças que podem afetá-los de forma significativa, inclusive ameaçando suas existências e sua preservação (SCHRAMM, 2012, p. 49).

A bioética da proteção é considerada, como instrumentos teóricos e práticos, para enfrentar conflitos morais, relativos às práticas humanas. Práticas que provocam efeitos, danos irreversíveis sobre os seres vivos, em particular indivíduos e populações humanas, inseridas em seus contextos ecológicos, biotecnocientíficos e socioculturais (SCHRAMM, 2005).

Apesar de tido como um dispositivo de proteção às pessoas e populações, a bioética da proteção dá lugar a conflituosidade e abrange desdobramentos políticos. As medidas protetoras disponibilizadas podem ser aceitas ou não, diferentemente de uma prática paternalista.

Assim, a bioética da proteção se volta para a população de vulnerados, os feridos, com carência de recursos em vários níveis, como econômicos, financeiros e até existenciais, e não apenas os expostos à condição de vulnerabilidade.

3.2 ESPAÇO, TERRITÓRIO, LUGAR E PAISAGEM – REPRESENTAÇÃO NOS QUILOMBOLAS

Sem entrar na discussão sobre a precedência entre território e espaço, não raro se confunde esses dois conceitos. Há os que consideram o território vindo antes do espaço, como há os que consideram o contrário (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Entretanto, encontrar uma única definição para espaço ou para território, não é tarefa fácil, principalmente se considerarmos que cada vocábulo recebe várias compreensões. Daí, qualquer definição não é fixa, ao contrário, é mutável, flexível. Historicamente os conceitos, a

exemplo do que ocorreu com espaço e território, carregam diferentes significados (SAQUET, 2008).

Em sua obra *Por uma geografia nova* (1978), Milton Santos traz o conceito de espaço como central, compreendendo-o como um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares (SANTOS, M., 1978, p. 122).

Com este olhar, o espaço era visto a partir do que ele oferece a alguns e recusa a outros, pelas escolhas de localização entre as atividades e entre os homens, de acordo com suas características e funcionamento. Enfim, o espaço tido como resultado de uma práxis coletiva, cujas relações sociais são reproduzidas (SANTOS, M., 1978, p. 171).

O autor nos apresenta a noção de espaço como fator de evolução social, e não apenas condição. Ou seja, a evolução do espaço se dá pelo movimento da sociedade total.

Sendo o espaço, além de instância social, também organizado pelo homem, são agregadas diferentes variáveis, como o espaço social e o espaço geográfico. *O espaço social* refere-se ao espaço humano, lugar de vida e trabalho; enquanto o *espaço geográfico* é organizado pelo homem vivendo em sociedade. Portanto, cada sociedade, historicamente produz, cria seu espaço como *lugar* de sua própria reprodução.

A partir desta premissa, Santos, M. (2012, p. 12) define espaço como,

uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica...A economia está no espaço, assim como o espaço está na economia. O mesmo se dá com o político-institucional e com o cultural-ideológico. Isso quer dizer que a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual.

O autor apresenta, como conceito básico, que o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação, e ao impor sua realidade a sociedade não pode operar fora dele. Aprender a relação do espaço com a sociedade é condição *sine qua non*, haja visto que a sociedade define a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e dita as noções de forma, função e estrutura.

Em termos mais concretos, sempre que a sociedade (totalidade social) sofre mudanças, as formas ou objetos geográficos (tanto os novos como os velhos) assumem novas funções. Cria-se então uma nova organização espacial, fruto da totalidade da mutação (SANTOS, F. M., 2012).

Com as definições apresentadas até aqui, Santos, M. (2012) aponta os elementos que fazem parte do espaço, que são os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infraestruturas. Os homens se constituem parte do espaço, seja pela oferta de seu trabalho, seja como candidatos a isso. As firmas e as instituições respondem, segundo suas competências, pelas demandas dos homens, de cada indivíduo, como parte da sociedade total. Então as firmas têm como função produzir bens, serviços e ideias, e as instituições se encarregam de produzir as normas, ordens e legitimações. O meio ecológico refere-se ao conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano. E por último, as infraestruturas, consideradas como o trabalho humano concretizado e espacializado, na forma de casas, plantações, caminhos etc, (SANTOS, F. M., 2012). Vale ressaltar que os elementos descritos sofrem variações quantitativas e qualitativas, sendo, portanto, variáveis que sofrem mudanças no movimento do tempo histórico.

Pensemos agora o *território*, que, para populações quilombolas, está vinculado a sua afirmação de identidade étnica, social, política e cultural.

O entendimento que Milton Santos nos apresenta sobre território refere-se, geralmente, a extensão apropriada e usada. Mas ele traz o sentido da palavra *territorialidade*, como sinônimo de “pertencer àquilo que nos pertence [...] esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 19).

Com isto, o autor apresenta a ideia de que territorialidade, como análogo a área de vivência e de reprodução, chega até os próprios animais. Porém, ao pensar na territorialidade humana, agrega-se também a preocupação com o destino, construção do futuro, o que, entre os seres vivos é privilégio do homem (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

O território não deve ser entendido apenas como uma área delimitada e constituída por relações de poder do Estado, como se faz na geografia, por incorrer no erro de engessar seu uso e não considerar as formas diversas de enfocá-lo, em toda sua complexidade, que leva em consideração muitos atores e muitas relações sociais (SAQUET, 2008).

Os autores compreendem, a partir da leitura de Milton Santos, que o território pode ser considerado,

[...] como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações como o passar do tempo. No entanto, a delimitação pode não ocorrer de maneira precisa, pode ser irregular e mudar historicamente, bem como acontecer uma diversificação das relações sociais num jogo de poder cada vez mais complexo (SAQUET, 2008, p. 32).

Trazendo a reflexão sobre *lugar*, Santos, M. (2012) nos traz a compreensão de *localização*, como um momento do imenso movimento do mundo, que é apropriado em um ponto geográfico, um lugar. Mas ressalta que localização e lugar não devem se confundir, em que pese a sua estreita relação, ou imbricamento.

Cada lugar está sempre mudando de significação, consequência do movimento social. O lugar pode ser o mesmo, mas as localizações mudam. Lugar é o objeto ou conjunto de objetos. A localização é um feixe de forças sociais se exercendo em um lugar. Um importante aspecto, ao pensar numa análise, refere-se a periodização, considerando que as mesmas variáveis mudam de valor de acordo com o período histórico (SANTOS, F. M., 2012).

Por sua vez, a paisagem, formada pelos fatos do passado e do presente, traz em si aspectos cumulativos do tempo, bem como do uso de novas técnicas, consequência de adaptações, que são imposições, observadas em níveis, velocidades e direções diferentes (SANTOS, F. M., 2012, p. 68).

Disto resultam configurações mais bem preparadas para certas inovações do que outras, o que implica em ter áreas onde:

- a) As inovações podem ser imediatamente aceitas e integradas ao sistema;
- b) As inovações precisam passar por um maior número de distorções a fim de se integrarem ao sistema;
- c) A estrutura imposta (inovações) mantém uma tão grande oposição relativamente às formas existentes que estas nunca se acham inteiramente integradas ao novo; este e o velho operam lado a lado, embora não sejam duas entidades separadas e autônomas.

A última caracterização - referente ao item c - nos parece pertinente a uma das áreas de estudo desta dissertação, e, no capítulo de resultados, teceremos algumas considerações.

A percepção que se tem da paisagem é relativa quanto à localização que se está, assumindo escalas diferentes conforme onde estejamos. A sua dimensão então é diretamente relacionada à dimensão da percepção, o que chega aos sentidos (SANTOS, M., 1988).

E, sintetizando o que seja paisagem, Santos, M. (1988, p. 21) afirma:

Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.

As conceituações construídas com base nas categorias trazidas por Milton Santos, pelo seu enfoque dinâmico, histórico, social e político, se conformam atualmente, no contexto do projeto da transposição, como pilares para compreender as transformações que se processam nas áreas quilombolas do estudo.

3.3 EDUCAÇÃO EM SAÚDE E AMBIENTE – CAMINHOS POSSÍVEIS

Onde quer que haja mulheres e homens, há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender.

Paulo Freire

3.3.1 Educação – por onde muita coisa começa

Começemos pensando que não há uma única forma de ensinar, não há um único modelo de educação; e a escola não é o único lugar, o único espaço onde a educação acontece, e, muitas vezes nem é o melhor lugar. A prática da educação não se dá apenas no ensino escolar, nem o professor profissional é o seu único praticante (BRANDÃO, 2002).

Como bem lembra Carlos Rodrigues Brandão (2002, p. 55), “toda educação sonha uma pessoa. Sonha mesmo um tipo de mundo realizado através de diferentes categorias de interações entre pessoas”. Pensar sobre educação e falar sobre ela, é pois, pensarmos e falarmos em sonhos de outros mundos e sonhos de outros sujeitos no mundo.

Estes sonhos, possíveis ou não, podem ter a educação como ferramenta, e Paulo Freire, em sua primeira obra, ressaltou a politicidade da educação, entendida como prática de opressão ou de liberdade (FREIRE, 1981).

Referindo-se a uma prática educativo-crítica ou progressista, Freire, em sua obra *Pedagogia da Autonomia*, identifica alguns saberes como fundamentais, como conteúdos obrigatórios à organização programática da formação docente (FREIRE, 2003).

Para este trabalho, destacamos alguns destes saberes ou princípios, com o intuito de contribuir com o pensar e agir como sujeitos no mundo, e por considerá-los atinentes ao tema do nosso estudo com populações quilombolas. E, com a certeza de que, tudo que é referido pelo autor instiga nossa reflexão para crítica e autocrítica, como seres potencialmente educadores, é que foi tão difícil “eleger”.

Mas, ousamos arriscar neste exercício, realçando quatro saberes ou princípios:

-Educar exige respeito aos saberes dos educandos – ‘ [...] pensar certo coloca ao professor ou mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os da classe populares, chegam a ela saberes socialmente construídos na prática comunitária - mas também, [...] discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos’;

-Ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação - Faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia’;

-Ensinar exige o reconhecimento e a assunção da identidade cultural – ‘ [...] Um das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos/as em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. É a ‘outredade’ do ‘não eu’, ou do tu, que me faz assumir a radicalidade de meu eu.’

- Ensinar exige a curiosidade – Se há uma prática exemplar como negação da experiência formadora é a que dificulta ou inibe a curiosidade do educando e, em consequência, a do educador. É que o educador que, entregue a procedimentos autoritários ou paternalistas que impedem ou dificultam o exercício da curiosidade do educando, termina por igualmente tolher sua própria curiosidade (FREIRE, 2003, p. 30-36, grifo nosso).

Esta curiosidade é o que Rubem Alves chama de *espanto, maravilhamento*, em seu documentário “Aprender a aprender”⁶, onde refere-se ao educador/a como aquele que precisa ter vontade de ensinar, para isto deve ser o “professor do espanto, um contador de histórias”. Ele nos lembra que o ensino deve incentivar a imaginação, que a aprendizagem tem que nos deixar intrigados, que para ensinar é preciso saber fazer as perguntas e não oferecer respostas. Ou seja, o educador/a tem a missão de provocar espanto e curiosidade nos educandos/as (ALVES, 2010).

Numa linguagem freireana, há modelos de escolas e de aprendizagem que não são críticas nem transformadoras, mas conservadoras, bancárias, onde se dá, predominantemente, uma transmissão de conhecimentos.

E Alves (2010) refere-se a estas escolas fazendo uma analogia com gaiolas e pássaros, que são ou não encorajados a voar.

⁶ O documentário faz parte da coleção Rubem Alves: Os quatro Pilares (1- Aprender a aprender), que tem como base o Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, coordenado por Jacques Delors, que, editado na forma de livro: “Educação: Um Tesouro a Descobrir” de 2010, contém capítulo sobre “quatro pilares”, onde se propõe uma educação direcionada para os quatro tipos fundamentais de educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros, aprender a ser, eleitos como os quatro pilares fundamentais da educação. Documentário elaborado em Brasília, julho de 2010.

Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm dono. Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que eles amam são pássaros em voo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o voo, isso elas não podem fazer, porque o voo já nasce dentro dos pássaros. O voo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado.

E a educação está presente em nossa vida de maneira diversa e em todos os lugares. Estamos envolvidos com a educação em casa, na rua, na igreja, na escola, no clube etc. Seja para aprender, seja para ensinar, seja para aprender-e-ensinar (BRANDÃO, 2002).

Misturamos a vida com uma ou várias educações:

Educação imposta, centralizada pelo poder, que usa o saber e exerce controle sobre o mesmo, como ferramenta para manter a desigualdade econômica, social, política e cultural entre homens e mulheres; Educação como prática de liberdade, vivenciada entre todos, para tornar comum aquilo que é comunitário como bem, como trabalho ou como vida.

3.3.2 Educação em saúde – Breve histórico

O campo da educação em saúde nos remete ao redirecionamento das práticas de saúde, intenção que aparece nos discursos da saúde pública desde a década de 1980, articulando-se em torno da ideia de promoção da saúde.

Num olhar retrospectivo, há marcos nesta trajetória que discurremos brevemente neste estudo, desde a ótica da chamada *educação sanitária*.

As décadas de 1950 e 1960 foram consideradas como período áureo da *educação sanitária* no Brasil, quando propostas das políticas oficiais articulam saúde e educação. Os avanços observados na época foram em campos como a valorização da higiene mental, a implantação das escolas maternas, creches e parques infantis (MELO, 1987).

No entanto, as concepções da educação e da saúde não consideravam as questões sociais nem o processo histórico de sua origem e manutenção (LOUREIRO, 1989 apud MORH; SCHALL, 1992). A doença era reduzida a uma relação de causa e efeito, de cunho estritamente biológico, reforçada pelas descobertas bacteriológicas.

O movimento da época tinha como base uma ideologia modernizadora, orientada para hegemonia da burguesia industrial no domínio da sociedade (LUZ, 1981 apud MORH; SCHALL, 1992).

A participação da comunidade, perspectiva que surge na década de 1960, tinha o intuito de mobilizar as populações a colaborarem com os agentes de saúde e serviços

implantados nas zonas rurais e periferias das cidades. E, um traço da política nacional de saúde era a centralização administrativa, que perdurou mais fortemente até a criação do SUS (CANESQUI, 1984 apud MORH; SCHALL, 1992).

Em 1971, com base na lei 5.692/71, *torna-se obrigatória a educação em saúde nas escolas* brasileiras de 1º e 2º graus, cujo objetivo era estimular o conhecimento e a prática da saúde básica e da higiene. Para operacionalização da lei, foi estabelecida uma aprendizagem através de ações e não de exposições, prioritariamente, o que não ocorreu de fato (BRASIL, 1974).

Vale ressaltar que a formação teórica de professores em assuntos relacionados à educação em saúde era deficiente, comprometendo o desempenho dos mesmos para uma aprendizagem voltada a realidade concreta dos alunos (MOURA, 1990; SCHALL et al., 1987 apud MORH; SCHALL, 1992).

A formação precária de professores era atribuída a vários aspectos, dentre eles metodológicos, inadequação de conteúdos, falta de material de apoio, etc.

O resultado desta prática é que os conhecimentos desenvolvidos (transmitidos) não se traduzem em mudança de comportamentos ou de hábitos - propósito principal - seja por falta de condições de internalização ou por não possuir significado para a realidade do estudante.

A tradicional concepção da educação sanitária, voltada para a mudança de comportamento começa a ser superada pela compreensão da prática educativa como um compromisso com a transformação da realidade.

A década de 1970, pautada por reformas na área da política de saúde, também tem o marco da pedagogia de Paulo Freire, abraçada pelas ações de saúde, porém não assumida no contexto geral do país. As reformas na política de saúde foram fomentadas pela crise do modelo biomédico de alto custo e baixa resolutividade, com ações centradas na clínica e amparado em uma concepção biologicista do processo saúde-doença. Este quadro fez surgir no cenário das políticas de saúde, proposições para inovar as bases dos sistemas de saúde, com foco em um conceito ampliado de saúde na relação entre saúde e qualidade de vida (DANTAS, 2010).

Na ocasião, a pedagogia de Paulo Freire foi acolhida pela saúde popular, em suas formas organizadas de movimento popular, e identificada com as metas gerais das camadas trabalhadoras, por contemplar suas condições de vida e saúde. A pedagogia libertadora de Freire inspirou propostas de Educação Popular em Saúde, que, em sua essência, visam romper a relação verticalizada educador/a-educando/a e a transitoriedade das ações, pois valorizam

trocas interpessoais, o diálogo e a compreensão do saber popular (VASCONCELOS, 2001 apud GUIMARÃES; LIMA, 2012, p. 896).

Os movimentos populares construíram uma nova articulação entre a educação e a saúde, onde são consideradas as condições de vida e trabalho como fatores predisponentes essenciais (CANESQUI, 1984; MORH; SCHALL, 1992). Este contexto influenciou sobremaneira as concepções e práticas da educação em saúde.

Novas abordagens de educação em saúde passam a ser inseridas tanto no contexto escolar como fora dele, com distintos grupos populacionais, devendo ser pensadas de acordo com cada situação em particular. Relacionamos então, aspectos que passam a ser incluídos em uma prática de educação em saúde:

- a) Considerar as peculiaridades cultural e ambiental de cada comunidade;
- b) Olhar criticamente campanhas de cunho nacional, que não respeitam as peculiaridades regionais, como por exemplo, denominações atribuídas a vetores de doenças, ou hábitos culturais e sociais distintos de populações geograficamente próximas, por estarem condenadas ao fracasso;
- c) Trabalhar com atividades e conteúdos pertinentes à realidade dos alunos;
- d) Estimular professores a planejarem e executarem projetos de investigação conjuntamente com seus alunos, em torno de algum problema de saúde relevante para a área de abrangência da escola, propondo ações e alternativas de enfrentamento;
- e) Considerar o conhecimento popular acerca de determinada situação, valorizando-o, trabalhando junto e a partir dele e não inferiorizando-o;
- f) Desenvolver atividades também em associações de moradores e outros grupos organizados das comunidades.

Estes aspectos ou propósitos, contribuíram para que a educação ambiental e a educação em saúde fosse assumida de forma mais ampla do que a simples aquisição de conhecimento - porém importante e indispensável, afirma as autoras - mas também como momento de reflexão e questionamento das condições de vida, suas causas e consequências, e se transformando em instrumento para a construção e consolidação da cidadania (MORH; SCHALL, 1992).

Acontecimentos no contexto internacional, também ocorridos na década de 1970, exerceram forte influência nos rumos da educação em saúde no Brasil, apontando na direção

de uma abordagem voltada para promoção da saúde.

Em 1976, na Conferência de Atenção Primária à Saúde, em Alma-Ata (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 1978), configura-se a relevância das práticas educativas e a proposta da promoção da saúde. Os conceitos firmados na Conferência de Alma-Ata são retomados e ampliados, a partir da década de 1980, em torno da ampliação do conceito de saúde,

que passa a ser relacionado à qualidade de vida; na compreensão da responsabilidade dos governos pela saúde de suas populações; na ideia da intersetorialidade como forma de atuação frente à complexidade dos determinantes da saúde e da doença; e no reconhecimento da participação comunitária e individual no planejamento, organização, operação e controle dos cuidados primários de saúde (SANTOS, 2005 apud DANTAS, 2010, p. 27).

A OMS, em 1986, oficializa o termo *promoção da saúde*, a partir do que preconizou a I Conferência Mundial de Promoção da Saúde, em Ottawa, definindo-a como:

processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo. Para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social os indivíduos e grupos devem saber identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar favoravelmente o meio ambiente. Assim, a promoção da saúde não é responsabilidade exclusiva do setor saúde, e vai para além de um estilo de vida saudável, na direção de um bem-estar global (BRASIL, 2002, p. 19).

Na Carta de Ottawa, foram apontados cinco focos de atuação, para expressar o significado das ações de promoção da saúde (Quadro 1):

Quadro 1 - Sistematização dos Focos de atuação da Promoção da Saúde

FOCOS DE ATUAÇÃO DA PROMOÇÃO DA SAÚDE				
A construção de políticas públicas saudáveis - por compreender que a promoção da saúde vai além dos cuidados de saúde e requer a identificação e a remoção de obstáculos para a adoção de políticas públicas saudáveis nos setores que não estão diretamente ligados à saúde;	A criação de ambientes favoráveis à saúde - considerando que mudanças nos modos de vida, de trabalho e de lazer tem um significativo impacto sobre a saúde e a proteção do meio ambiente e a conservação dos recursos naturais devem fazer parte de qualquer estratégia de promoção da saúde;	Reforço à ação comunitária- cujo centro deste processo é o incremento do poder das comunidades, a posse e o controle dos seus próprios esforços e destino.	Desenvolvimento de habilidades pessoais - para que as populações possam exercer maior controle sobre sua própria saúde e sobre o meio ambiente, bem como fazer opções que conduzam a uma saúde melhor.	Reorientação dos serviços de saúde - Os serviços de saúde precisam adotar uma postura abrangente, que perceba e respeite as peculiaridades culturais. Esta postura deve apoiar as necessidades individuais e comunitárias para uma vida mais saudável, abrindo canais entre o setor saúde e os setores sociais, políticos, econômicos e ambientais, na perspectiva da promoção da saúde.

Fonte: Organização Mundial de Saúde (1986).

Também como importante referência na ampliação do conceito de saúde, a Carta de Ottawa apresenta como pré-requisitos para a saúde, a paz, habitação, educação, alimentação, renda, ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade (BRASIL, 2002, p. 19-20).

No entanto, críticas diretas ao que aponta a Carta de Ottawa são feitas por Carvalho (2007 apud DANTAS 2010), ao identificar ambiguidades relativas à tradução das estratégias, quanto a se constituírem como propostas e práticas emancipadoras ou conservadoras, mesmo que articule a promoção da saúde a elementos ligados potencialmente a uma perspectiva transformadora, como participação comunitária, educação em saúde e *empowerment*.

Somando às críticas de Carvalho, Albuquerque e Stotz (2004) consideram que, apesar dos avanços obtidos com a nova abordagem de promoção da saúde, a educação em saúde contém elementos de uma prática conservadora e de dominação de saber.

Tradicionalmente, a educação em saúde tem sido um instrumento de dominação, de afirmação de um saber dominante, de responsabilização dos indivíduos pela redução dos riscos à saúde. A educação em saúde hegemônica não tem construído sua integralidade e pouco tem atuado na promoção da saúde de forma mais ampla (ALBUQUERQUE; STOTZ, 2004, p. 260).

E, apesar da educação como “componente central na promoção da saúde”, o seu entendimento e a sua implementação podem ser efetivados segundo visões “que vão desde o campo de uma pedagogia crítica, onde se destaca a educação popular, até o campo tradicional, que trabalha com uma educação formal, instrucional, que desconsidera o saber do outro,” (ALBUQUERQUE, 2003 apud DANTAS, 2010, p. 29).

Em uma perspectiva dialógica, a prática da educação em saúde tem um importante papel no processo de construção de novos modos de se implementar as práticas de saúde. Esta abordagem permite processos de mediação entre saberes, estabelecendo uma relação estreita e de aproximação das necessidades da população, construindo novos formatos para as relações entre educadores/as e educandos/as, incentivando a organização e mobilização da população para mudanças de suas condições de vida e saúde.

3.3.3 Educação em saúde e ambiente

O campo de conhecimento referido como “Saúde Ambiental” ou “Saúde e Ambiente” se dá a partir da relação entre o ambiente e o padrão de saúde de uma população (TAMBELLINI; CÂMARA, 1998).

A constituição brasileira (1988), denominada Constituição Cidadã, garante, em seu artigo 225, o direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado (BRASIL, 2004a). Outros artigos da Constituição Federal e a lei Orgânica do SUS, nº 8080/1990, apontam “a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais”, como fatores determinantes e condicionantes da saúde (BRASIL, 1990).

Nos anos 1990, a questão ambiental foi sendo institucionalizada como um problema a ser tratado por políticas públicas. Entretanto, a gestão das questões de meio ambiente e saúde, por exemplo, permaneceu desarticulada. Poucos são os princípios e diretrizes da Agenda 21 e de outras convenções internacionais que vem sendo cumpridos.

A Saúde Ambiental, inicialmente, esteve relacionada nas Américas, quase que exclusivamente ao saneamento e qualidade da água. Entretanto no Brasil, a Saúde Ambiental incorporou como situações de risco questões como saneamento, água para consumo humano, poluição química, pobreza, equidade, condições psicossociais e a necessidade de um desenvolvimento sustentável para preservar as gerações atuais e futuras (TAMBELLINI; CÂMARA, 2003).

Os estudos em Saúde do Trabalhador desenvolvidos no Brasil, contribuíram para explicitar a existência de outras populações expostas aos perigos gerados pela poluição proveniente das empresas, e não apenas a população de trabalhadores. A partir do final da década de 1970 e durante toda década de 1980, ficou claro o elo existente entre estas questões e o sistema de saúde, possibilitando a inclusão de uma Saúde Ambiental no setor.

As questões saúde e ambiente começam a ter visibilidade com a construção de uma vigilância da saúde ambiental, a partir do ano 2000, e a criação do Ministério das Cidades em 2003, que provoca o debate sobre saneamento ambiental e se dá a convocação da I Conferência Nacional de Saúde e Ambiente. Essas iniciativas são o “fermento” para a construção de uma política integrada de saúde ambiental (CÂMARA NETTO; AUGUSTO, 2009).

Para a Organização Mundial de Saúde (1990 apud TAMBELLINI, CÂMARA, 1998),

a relação Saúde e Ambiente incorpora todos os elementos e fatores que potencialmente afetam a saúde, incluindo, entre outros, desde a exposição a fatores específicos como substâncias químicas, elementos biológicos ou situações que interferem no estado psíquico do indivíduo, até aqueles relacionados com aspectos negativos do desenvolvimento social e econômico dos países.

Para o Ministério da Saúde,

[...] o campo da saúde ambiental compreende a área de saúde pública, afeita ao conhecimento científico e à formulação de políticas públicas e às correspondentes intervenções (ações) relacionadas à interação sobre a saúde humana e os fatores do meio ambiente natural e antrópico que a determinam, condicionam e influenciam, com vistas a melhorar a qualidade de vida do ser humano sob o ponto de vista da sustentabilidade (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2007).

Desde então, a área de Saúde Coletiva começou a considerar a questão ambiental entre as prioritárias a serem cuidadas junto à saúde das coletividades.

Por outro lado, não há como esquecer que o fazer saúde, em sua conceituação mais ampla - tal como foi adotado pelo arcabouço jurídico-legal que conforma o Sistema Único de Saúde (SUS) - exige o conhecimento do modo como a comunidade constrói suas representações de mundo, e como este aspecto interfere nas práticas de saúde. Trata-se de se levar em conta o fato de que as práticas relacionadas à saúde estão diretamente ligadas ao cotidiano e às relações que as pessoas constroem entre si e com o ambiente que as cerca (GUERRERO, 2007).

Com este enfoque, as áreas da Educação em Saúde e Ambiente estabelecem uma estreita relação, e suas práticas têm se consolidado nos últimos anos.

No âmbito do Ministério da Saúde, tem sido estruturado pela Funasa, no campo das práticas educativas, a área de *Educação em Saúde Ambiental*, que se insere no bojo da saúde ambiental e compõe o Departamento de Saúde Ambiental. Instituída há quase três anos, vem desenvolvendo trabalhos em comunidades quilombolas, indígenas e com populações assentadas.

Tendo passado por um reordenamento em sua estrutura e competências, a Funasa, em nível nacional, incorporou a partir de 2010, dentre outras finalidades, a de “formular e implementar ações de promoção e proteção à saúde relacionadas com as ações estabelecidas pelo Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental” (FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, 2010). Tal competência criou a necessidade de um Departamento de Saúde Ambiental, que abriga a área técnica denominada *Educação em saúde ambiental*, estruturada com equipes multiprofissionais em todas as unidades da federação.

A Fundação Nacional de Saúde (2013a) reconhece a Educação em Saúde Ambiental como:

uma área de conhecimento técnico que contribui efetivamente na formação e o desenvolvimento da consciência crítica do cidadão, estimulando a participação, o controle social e sustentabilidade socioambiental, utilizando entre outras estratégias a mobilização social, a comunicação educativa/informativa e a formação permanente.

E a define como,

um conjunto de práticas pedagógicas e sociais, de conteúdo técnico, político e científico que no âmbito das práticas de atenção à saúde, deve ser vivenciada e compartilhada por gestores, técnicos, trabalhadores, setores organizados da população e usuários do SUS. Baseia-se, entre outros princípios, no diálogo, reflexão, respeito à cultura, compartilhamento de saberes, ação participativa, planejamento e decisão local, participação, controle social, sustentabilidade socioambiental, mobilização social e inclusão social (FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, 2013a).

Em 2012 a instituição realizou, em outubro, o I Encontro Nacional de Educação em Saúde Ambiental, cujo objetivo foi nivelar a formação sobre o tema na Fundação e estabelecer diretrizes de atuação da área para 2013. Os temas abordados foram: Fundamentações Teóricas e Metodológicas de Saúde Ambiental; Práticas Setoriais na área de Educação em Saúde e Promoção da Saúde no cenário atual (FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, 2012b).

A temática *educação em saúde e ambiente* é uma área que transita pelos conhecimentos da saúde ambiental, educação em saúde, educação ambiental e temas afins.

3.3.4 Educação ambiental

Realizar atividades de educação ambiental requer conhecer as concepções das pessoas envolvidas sobre meio ambiente, afirma Reigotta (1991).

O autor apresenta três categorias para explicar concepções sobre meio ambiente. A categoria Antropocêntrica, cujas características evidenciam a utilidade de recursos naturais para a sobrevivência do ser humano; a categoria Naturalista que considera o meio ambiente como sinônimo de natureza intocada, evidenciando-se apenas os aspectos naturais; e a categoria Globalizante onde há relações recíprocas entre natureza e sociedade (REIGOTTA, 1991).

A Educação Ambiental (EA) passa a ser vista como um novo campo de atividade e do saber no final do século XX. Com o propósito de reconstruir a relação entre educação, sociedade e meio ambiente, visava formular respostas teóricas e práticas aos desafios colocados por uma crise socioambiental global (LIMA, G., 2004).

Entender o que trata a Educação Ambiental é importante para que se possa compreender tanto as inter-relações entre o homem e o ambiente, como também suas expectativas, satisfações e insatisfações, julgamento e condutas (BEZERRA, 2007).

As abordagens e perspectivas da Educação Ambiental (EA) têm acompanhado o conceito histórico do termo “desenvolvimento” e “meio ambiente” (SANTOS, J., 2000).

Passando da compreensão da Educação Ambiental associada à preservação de sistemas vivos para a concepção restrita de conservação da biodiversidade, novos conceitos foram incorporados, assim como várias instituições ambientais inseriram a Educação Ambiental com uma concepção mais ampla, dando destaque ao ser humano como principal protagonista na manutenção do planeta (GAYFORD; DORION, 1994; SATO, 1994; CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO, 1970 apud SANTOS, J., 2000).

No campo da legislação, uma das referências sobre Educação Ambiental é o que preconiza a Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA (Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999), ao entender por

educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade’ (Art. 1º). Afirma também, em seu Art. 2º, que ‘A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal (BRASIL, 1999).

Ao referir-se à Educação Ambiental não-formal, em seu art. 13, a política diz ser entendida como as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do ambiente (BRASIL, 1999).

Ainda no campo legal, o Brasil possui, desde 1981, uma Política Nacional de Meio Ambiente, (Lei 6938 de 31/08/1981), que tem como um dos princípios “a educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente” (BRASIL, 1981).

Proposta no Brasil em 1999, a Educação Ambiental apresentava o objetivo de disseminar o conhecimento sobre o ambiente, e como função principal contribuir para uma atitude da sociedade mais consciente em relação à preservação do meio ambiente e seu uso sustentável.

A compreensão sobre sustentabilidade, formulada nas décadas de 70 e 80, teve uma definição na Conferência para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, ocorrida em 1992, no Rio de Janeiro, conhecida como Rio 92, cujo conceito refere-se à qualidade de vida integrada nos ecossistemas, na qual se incluem as comunidades. Sustentabilidade é também um

equilíbrio de caráter ético, econômico, social, cultural, ambiental na produção e reprodução social, e inclui a democracia, a pluralidade e reprodução social.

A ideia central dessas Políticas é de harmonização do desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e a qualidade de vida. Entretanto, apesar de consideradas avançadas e coerentes com as demandas contemporâneas, observa-se que há uma distância quanto ao cumprimento dessas legislações, bem como a ênfase numa sustentabilidade orientada pelo mercado e numa educação ambiental convencional ou conservadora. Uma concepção educativa tradicional, com foco na transmissão de conhecimentos e informações, foi denominada por Paulo Freire (1974) como educação bancária. Sua ênfase é na mudança comportamental dos indivíduos, sem transformação da realidade nem das causas que acarretam problemas socioambientais.

A Educação Ambiental conservadora, busca, a partir dos mesmos referenciais constitutivos da crise encontrar sua solução, sem transformação da realidade, servindo inclusive como mecanismo de reprodução dos interesses dominantes, da lógica do capital.

Para além das características de uma Educação Ambiental formal, não formal ou informal, há denominações e compreensões diversas como educação ambiental crítica, emancipatória ou transformadora, e ecopedagogia, entre outras, cujas concepções fundamentam práticas e reflexões pedagógicas relacionadas à questão ambiental. Essas e outras nomenclaturas estão inseridas na necessidade de ressignificar os sentidos identitários e fundamentais dos diferentes posicionamentos políticos pedagógicos das práticas de EA. (LAYRARGUES, 2004).

Guimarães (2004, p. 27) aponta para uma Educação Ambiental Crítica, definida não como uma evolução conceitual à chamada Educação Ambiental Conservadora, mas como uma contraposição ao referencial teórico que compreende e explica o mundo de forma fragmentada, simplificando e reduzindo a realidade, com perda da riqueza e diversidade da relação.

A Educação Ambiental Crítica é vista por Guimarães (2004) como uma ressignificação da EA, pela necessidade de diferenciar uma ação educativa que seja capaz de contribuir com a transformação de uma realidade que, historicamente, se coloca em uma grave crise socioambiental. Para o autor, essa abordagem pretende subsidiar uma percepção de mundo mais complexa e instrumentalizada, para uma intervenção que contribua no processo de transformação da realidade socioambiental, que é complexa. Aproximando-se do pensamento de Edgar Morin, Guimarães traz para EA Crítica suas relações dialógicas, da

parte e do todo, da ordem, da desordem e da organização na complexidade. Uma compreensão de que o conhecimento deve comportar tanto a diversidade quanto a multiplicidade.

Inclui também, como referência para sua produção teórica, a compreensão de Milton Santos para olhar o espaço socioambiental como reflexo da dialética constitutiva do real, o processo de totalização na interação entre local e global, entre a luta de classes, entre desenvolvimento e subdesenvolvimento (GUIMARÃES, 2004).

Para o fazer pedagógico, Paulo Freire apresenta as possibilidades de uma leitura problematizadora e contextualizadora do real, que também vai fundamentar a Educação Ambiental Crítica.

A Educação Ambiental Emancipatória parte de uma reflexão feita por Lima (2004) sobre a Educação Ambiental Convencional, ao identificar alguns problemas políticos, pedagógicos e epistemológicos nas propostas de Educação Ambiental implementadas.

Duas foram as motivações que levaram o autor às críticas e considerações sobre a Educação Ambiental convencional. Uma primeira, quando identifica como problema o campo da Educação Ambiental convencional ser visto de forma homogênea e consensual, apesar de plural e diverso, fundamentada em valores, interesses e objetivos também diversos. A segunda motivação, que aponta para um conjunto de reducionismos, que não considera a vasta complexidade da questão ambiental, convertendo-a à singularidade de uma de suas dimensões. Ele refere-se, por exemplo,

as abordagens ecologicistas; abordagens tecnicistas; abordagens que destacavam os efeitos mais aparentes dos problemas ambientais e desprezavam suas causas mais profundas; abordagens individualistas e comportamentalistas; e às que convergiam toda ênfase da prática educativa sobre os problemas relacionados ao consumo, deixando de lado os problemas ligados à esfera da produção (LIMA, G., 2004, p. 87).

Segundo Lima (2004), em termos teóricos e conceituais, a EA Emancipatória procura enfatizar e associar as noções de mudança social e cultural, de emancipação/libertação individual e social e de integração no sentido de complexidade.

A Ecopedagogia, outra abordagem que nos chama a atenção, é apresentada por Avanzi (2004) como movida pelo mesmo propósito da Educação Ambiental - cuidar da qualidade de vida do planeta- porém com aspectos que se contrapõem e se complementam. A perspectiva aqui apresentada, de forma sucinta, tem a intenção de compreender a relação da Ecopedagogia com a Educação Ambiental.

Como primeiros esboços, a autora traz uma compreensão sobre Educação, Sociedade e Natureza sob o prisma da Ecopedagogia.

Quanto à Educação, a compreensão se constrói dentro de uma concepção freireana, cuja reflexão sobre a realidade traz a possibilidade de encontrar seus elementos opressores.

Na perspectiva freireana, “Educação é essencialmente um ato político que visa possibilitar ao/à educando/a a compreensão de seu papel no mundo e de sua inserção na história” (FREIRE, 1987; ANTUNES, 2002 apud AVANZI, 2004, p. 37).

Essa abordagem privilegia estabelecer um processo dialógico, baseado em temas relacionados ao contexto do/a educando/a e sua compreensão preliminar dos mesmos, com o intuito tanto de ampliar aquela compreensão inicial como de intervir na realidade (AVANZI, 2004).

A Ecopedagogia, então, em sua compreensão sobre educação pretende,

[...] desenvolver um novo olhar para a educação, um olhar global, uma nova maneira de ser e estar no mundo, um jeito de pensar a partir da vida cotidiana, que busca sentido em cada momento, em cada ato que pensa a prática (Paulo Freire) em cada instante de nossas vidas, evitando a burocratização do olhar e do pensamento (GADOTTI, 2000 apud AVANZI, 2004, p. 37).

Quanto à sociedade, esta é vista historicamente, em que os fatos são tidos como elementos estruturais de um todo dialético, mutável e que não pode ser apreendido de uma só vez (AVANZI, 2004).

A Ecopedagogia, ao tecer críticas à hegemonia neoliberal, constrói o debate em torno da sustentabilidade, acreditando na incompatibilidade que há entre o princípio do lucro, próprio do modelo de desenvolvimento capitalista e a sustentabilidade, considerada em suas dimensões: social, política, econômica, cultural e ambiental (GADOTTI, 2000 apud AVANZI, 2004).

Quanto à natureza, o pensamento que fundamenta a Ecopedagogia, tem como referência a nova física, o holismo, especialmente em Fritjof Capra e Leonardo Boff. Alimenta-se também das propostas de povos indígenas latino-americanos. O que há em comum nestas vertentes são: a concepção de universo como rede de relações intrinsecamente dinâmicas e a revalorização da consciência como aspecto-chave das relações entre natureza e a sociedade. O propósito maior é a harmonia ambiental, que “supõe tolerância, respeito, igualdade social, cultural, de gênero e aceitação da biodiversidade” (GUTIÉRREZ; PRADO, 2000 apud AVANZI, 2004, p. 39).

A Educação Ambiental, sob a ótica da Ecopedagogia, é uma mudança de entendimento em relação à qualidade de vida, atrelada à busca da construção de uma relação saudável e equilibrada com o contexto, com o outro e com o ambiente.

As concepções de Educação Ambiental aqui apresentadas, sucintamente, - EA crítica, EA Emancipatória e a Ecopedagogia, enriquecem a olhar para uma Educação Ambiental, que, em última instância, pretende contribuir para uma mudança social com melhor qualidade de vida para o ambiente.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

4.1 DESENHO DO ESTUDO

Identificar situações de vulnerabilidade e vulneração provocada pelo projeto da transposição do rio São Francisco em populações e territórios quilombolas de Pernambuco, particularmente nas comunidades de Salgueiro, parece ser um campo aberto, incipiente, sendo necessário um olhar particularizado, possível por meio de um **estudo de caso**.

Para Ponte (2006, p. 2), estudo de caso é tido como,

uma investigação que se assume como particularística, isto é, que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única ou especial, pelo menos em certos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico e, desse modo, contribuir para a compreensão global de um certo fenômeno de interesse.

Minayo (2007, p. 164) complementa a compreensão do que é **estudo de caso**, afirmando que,

os estudos de caso utilizam estratégias de investigação qualitativa para mapear, descrever e analisar o contexto, as relações e as percepções a respeito da situação, fenômeno ou episódio em questão. E são úteis para gerar conhecimento sobre características significativas de eventos vivenciados, tais como intervenções e processos de mudança.

Nesta dissertação desenvolvemos um **estudo de caso**, com abordagem qualitativa e quantitativa. As dimensões não quantificáveis e que se referem a visões de mundo, valores e percepções, foram obtidas com as narrativas dos sujeitos das áreas do estudo - população quilombola, gestores e técnicos. As dimensões quantificáveis ou dados secundários, adquiridos com aplicação de questionários e levantamento documental, complementaram a abordagem.

O conhecimento e percepção sobre o projeto da transposição do rio São Francisco; o significado do rio São Francisco; os aspectos e situação da regularização fundiária; a caracterização das três comunidades quilombolas do estudo e a inserção do projeto da transposição em suas áreas; as situações de vulneração provocadas pelo projeto; e as ações de caráter compensatório e de mitigação, desenvolvidas pelos Programas Básicos Ambientais, constituem o leque dos conteúdos dissertados neste estudo.

A partir das proposições dos Programas Básicos de Educação Ambiental (PBA 04) e Programa de Apoio às Comunidades Quilombolas (PBA 17), e sua interface com o Programa

de Controle de Saúde Pública (PBA 21), o estudo traz considerações sobre o quê e como foram implementados estes PBA's, qual ou quais concepções de Educação Ambiental e de Educação em Saúde fundamentaram as propostas, sempre enriquecida com a percepção dos sujeitos do estudo.

4.2 ABORDAGEM QUALITATIVA E QUANTITATIVA

A abordagem qualitativa permitiu avaliar a dinâmica interna do processo e identificar o sistema de valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões, com a possibilidade de incorporar o significado e a intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais. Essa abordagem foi trabalhada com dados primários e dados secundários. Os dados primários foram obtidos com a realização de entrevistas e grupos focais e os dados secundários foram por análise documental.

Mesmo havendo vários modelos de estudo para abordagens qualitativas, Deslandes e Assis (2004, p. 4) ressaltam os pontos comuns deste enfoque:

Apesar da diversidade entre as abordagens qualitativas, existe o propósito comum em analisar o significado pelos sujeitos aos fatos, relações e práticas, isto é, avaliando tanto as interpretações quanto a prática dos sujeitos.

A abordagem quantitativa foi realizada com a análise de dados secundários, colhidos do questionário Conhecimentos, Atitudes e Práticas (CAP), aplicado em 2010 pela Funasa-Suest/PE, com representantes de famílias quilombolas, contempladas com as obras de substituição de casas de taipa por alvenaria.

4.3 ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO ESTUDO

O estudo é voltado ao Projeto de transposição do rio São Francisco, no estado de Pernambuco, oficialmente denominado “Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - O PISF”, que nos últimos anos tem sido palco de grandes investimentos pelo governo federal, com recursos do PAC.

O Projeto de transposição, executado pelo MI, afeta, dentre outras populações, comunidades indígenas e quilombolas em nosso estado.

Nosso estudo lança um olhar sobre populações do sertão pernambucano, que vivem e lutam para conviver e sobreviver nas regiões da seca e caatinga. Um olhar particularizado

para comunidades remanescentes de quilombos, situadas na área de abrangência do Projeto da Transposição do rio São Francisco, cujas ações afetam direta e indiretamente suas condições de vida e do território, com impactos ainda não mensuráveis nos aspectos culturais, sociais, de saúde, ambientais, políticos e econômicos.

Na área de abrangência do projeto da transposição, há quinze municípios com presença de comunidades quilombolas. Destes, 11 municípios são em Pernambuco, com 55 comunidades quilombolas; dois municípios são na Paraíba, com três comunidades quilombolas e dois no Rio Grande do Norte, com duas comunidades quilombolas, o que representa 60 comunidades quilombolas vivendo em área diretamente afetada (ADA) pelo projeto. As bacias hidrográficas sob influência do projeto da transposição em Pernambuco são dos rios Moxotó, Terra Nova e Brígida.

No estado, essa temática tem um destaque pela história de resistência à escravidão na formação de quilombos. O histórico quilombo de Palmares, foi formado em uma região situada na então Capitania de Pernambuco, entre o final do século XVI e início do século XVII, atualmente situando-se no estado de Alagoas. Posteriormente, já no século XIX, a província de Pernambuco foi palco da formação do quilombo de Catucá, dessa vez em região localizada na Zona da Mata próxima à capital (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO, 2013).

O estudo foi realizado no município de Salgueiro, localizado na bacia do Rio Terra Nova, Sertão Central Pernambucano e distante 518 km de Recife. O município é a cidade de maior realce, dentre os oito que compõem a chamada Região de Desenvolvimento do Sertão Central, estando nas chamadas Áreas Diretamente Afetada (ADA) e de Influência Direta (AID), em relação às obras da transposição do rio São Francisco. Salgueiro é dividido por cinco distritos: Salgueiro, Conceição das Crioulas, Umãs, Pau Ferro e Vasques. Os dados populacionais apresentam Salgueiro com aproximadamente 56.641 habitantes, dos quais 10.923 são residentes na zona rural, o que representa quase 20% de toda população. Dentre o total de habitantes da zona rural 5.607 são homens e 5.219 são mulheres (IBGE, 2010).

O município está em região de clima Semi-árido-quente, com temperatura média anual de 25° C e precipitação pluviométrica de 450 a 600 milímetros por ano, com chuvas concentradas nos meses de dezembro a março. Salgueiro limita-se ao norte com a cidade de Penaforte no Ceará, ao sul com o município de Belém de São Francisco, à leste com os municípios de Verdejante, Mirandiba e Carnaubeira da Penha e ao Oeste com Cabrobó, Terra Nova, Serrita e Cedro, todos em Pernambuco (AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO, 2013).

Seu potencial econômico desponta com predomínio na agricultura e comércio varejista, tendo como principais produtos agrícolas a cebola, o tomate, o algodão herbáceo, o milho, a banana, o feijão, o arroz e a manga. A economia da mesorregião está voltada para a agricultura de subexistência e a agropecuária extensiva, onde se destaca a caprinocultura e a avicultura (SALGUEIRO, 2013).

Quanto a representações governamentais e equipamentos urbanos, Salgueiro concentra a grande maioria destes equipamentos em relação aos municípios da região. Há em sua sede:

um aeródromo, um campus da Universidade de Pernambuco/UPE, representado pela Faculdade de Ciência e Tecnologia de Salgueiro/Facites, um campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, a Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central/ Fachusc, uma Unidade Técnica do Prorural, O Hospital Regional Inácio de Sá, uma Agência de trabalho, a Sede da Gerência Regional de Educação/GRE do Sertão Central, a sede da VII Gerência Regional de Saúde/Geres, uma unidade da Área Integrada de Segurança (AIS), agências bancárias, a sede do Escritório Regional do Ministério da Integração Nacional, onde funciona a sede do PISF, dentre outras (AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO, 2013, p. 110).

4.4 SUJEITOS DO ESTUDO

Dentre os habitantes da zona rural de Salgueiro, estão os moradores de três comunidades remanescentes de quilombos, população de interesse deste estudo, inseridos na Área de Influência Direta (AID) do Projeto de transposição.

A população quilombola residente em Salgueiro tem em torno de 906 famílias, distribuídas nas comunidades de Conceição das Crioulas (800 famílias), Santana (64 famílias) e Tamboril/ Contendas (42 famílias).

Além da população quilombola, são sujeitos da pesquisa trabalhadores do Ministério da Integração (coordenadores e técnicos dos programas); gestores e técnicos municipais da saúde, educação, ambiente, desenvolvimento rural, e da Funasa em Pernambuco, que participaram do estudo nos momentos das entrevistas e grupos focais.

A amostra foi do tipo intencional, na qual os sujeitos foram selecionados, considerando sua relação de vivência ou experiência profissional com o Projeto da Transposição.

4.5 INSTRUMENTOS, PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS E PERÍODO DE ESTUDO

Para esse estudo de caso foi feita uma combinação de técnicas diversas de pesquisa, na tentativa de abranger a complexidade do objeto de estudo, conforme indica Minayo (2007).

Foi feito uma triangulação metodológica, com os procedimentos de análise documental, entrevistas e grupos focais.

A coleta de dados secundários para contextualização do problema, consistiu na consulta e análise de documentos escritos oficiais e científicos, pertinentes ao tema de interesse, e a sistematização, descrição e avaliação de dados de questionários aplicados nas três comunidades.

O período do estudo foi de 2008 à 2013, a partir da vigência do Projeto da transposição, quando houve licença de instalação emitida pelo IBAMA (LI nº 438/2007) e efetivação da parceria Funasa - MI em 2008.

4.5.1 Entrevista

Entrevista é o encontro entre duas pessoas para a coleta de dados por meio de uma conversação profissional (MARCONI; LAKATOS, 2006). Para Kvale (1996), entrevistar é uma atividade que está mais próxima da arte do que dos métodos sociais padronizados.

Neste estudo a entrevista foi semi-estruturada, com perguntas abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada (MINAYO, 2010).

Realizamos entrevistas individuais com gestores, técnicos e lideranças das áreas quilombolas afetadas pelo projeto da transposição. O roteiro das entrevistas explorou a compreensão e percepção geral dos sujeitos sobre o Projeto e os impactos provocados; sobre a situação fundiária dos territórios quilombolas; sobre as ações educativas e obras desenvolvidas pelos programas ambientais; sobre o entendimento quanto à educação em saúde, educação ambiental e saúde ambiental, e a relação entre os temas; sobre o significado do Rio São Francisco (Apêndices A e B).

Para análise do discurso, as entrevistas foram organizadas em dois grupos distintos:

- a) Grupo 1 → entrevistas feitas com gestores e técnicos do nível municipal, da FUNASA, Ministério da Integração Nacional e da CMT Engenharia (empresa contratada pelo MI para desenvolver os Programas Básicos Ambientais);
- b) Grupo 2 → entrevistas feitas com as lideranças quilombolas das três comunidades do estudo.

As narrativas mencionadas na dissertação estão identificadas da seguinte forma:

- a) Gestores/as (1 à 10), como Gestor/a 1; Gestor/a 2 e assim sucessivamente;
- b) Técnicos/as (1 à 3), como Técnico/a 1; Técnico/a 2; Técnico/a 3;
- c) Lideranças (1 à 3) como Liderança 1; Liderança 2; Liderança 3.

Foram realizadas 16 entrevistas, sendo sete com gestores das Secretarias Municipais de Saúde, Educação, Desenvolvimento Rural, Desenvolvimento Urbano e Obras; seis com gestores e técnicos da Funasa-Suest/PE (02), do Ministério da Integração e da CMT Engenharia (04), e três com lideranças quilombolas, nos meses de julho, agosto e setembro de 2013, em Salgueiro e Recife (Quadro 2).

Quadro 2 - Mapeamento das entrevistas realizadas - setembro/2013

ENTREVISTAS REALIZADAS			
Gestores da P. M.S - 07 (Grupo1)	Gestor e técnicos do MI e CMT - 04 (Grupo1)	Gestor e técnico da Funasa - 02 (Grupo1)	03 Lideranças quilombolas (Grupo 2)
*Coordenação do PSF de Conceição das Crioulas *Direção da Vigilância em Saúde *Direção de Ensino da Sec. Municipal de Educação *Coordenação Pedagógica (Ex-Secretária Municipal de Educação) *Coordenação de Ensino da Sec. Municipal de Educação *Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Obras *Secretaria de Desenvolvimento Rural ¹	* 02 Gestor (MI e CMT) * 02 Técnicos da CMT	*Gestor da Saúde Ambiental da Funasa * Técnico da Diesp	*Liderança na Comunidade de Contendas /Tamboril e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgueiro * Liderança da Comunidade de Santana ² *Liderança da C. de Conceição das Crioulas ³

Fonte: A autora, 2013.

Nota: ¹ Liderança na Comunidade de Santana; ² Agente de Saúde ambiental da S. Saúde; ³ Diretor de Fomento de Desenvolvimento Rural da Secretaria de Desenvolvimento Rural

4.5.2 Grupo focal

Grupos focais são grupos de discussão, que dialogam sobre um tema em particular, ao receberem estímulos apropriados para o debate, constituindo-se em uma técnica amplamente utilizada, por se ter contato com a população que se quer investigar, sendo uma complementação de um estudo qualitativo. Desenvolvem-se mediante um guia de perguntas que vão do geral ao específico, sendo coordenado por um moderador que estimula a participação desde o coletivo ao individual.

Foram convidados a participar dos grupos focais lideranças, professores e moradores das comunidades quilombolas. Os grupos focais foram identificados no estudo a partir da análise do discurso de Kvale, como Grupo Focal 1, Grupo Focal 2 e Grupo Focal 3.

Os grupos focais tiveram representações de cada segmento, que de forma voluntária, foram convidados pelas lideranças a reunir-se num mesmo momento, em local, dia e horário definido pela comunidade.

Ao todo, participaram dos grupos focais, 45 moradores das três comunidades quilombolas. O Grupo Focal 1 - ocorrido em Conceição das Crioulas - na tarde do dia 28 de setembro de 2013, na sede da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas (AQCC) na Vila Sede, contou com 14 moradores; o Grupo Focal 2, aconteceu no território de Contendas/Tamboril, na manhã do dia 29 de setembro de 2013, na casa de uma moradora, ao lado da sede da associação de moradores, e contou com a presença de 15 moradores; e o Grupo Focal 3, que foi realizado em Santana, na tarde do dia 29 de setembro de 2013, na sede da escola local - Sítio Recanto - e contou com a presença de 16 moradores.

Os grupos focais com a população quilombola, abordaram os seguintes temas: percepção sobre o projeto da transposição e os impactos mais significativos de vulneração socioambiental para as comunidades e território; o significado do rio São Francisco para a comunidade e região; o conhecimento sobre o que foi realizado no âmbito das ações de educação em saúde e educação ambiental, a partir da sondagem de dois programas básicos ambientais; e o processo de construção de casas realizadas pela Funasa (importância da demanda, envolvimento da comunidade, se houve conflitos e como vem sendo enfrentados, adequação das casas às necessidades de moradia local) - (Apêndice C).

4.5.3 Dados secundários

4.5.3.1 Levantamento documental

Os dados secundários foram obtidos através de levantamento documental, cujo objetivo foi resgatar as principais informações referentes ao Projeto da transposição do rio São Francisco e as comunidades quilombolas em Pernambuco. Documentos das esferas governamentais e não governamentais, que tratem de políticas, planos, programas e projetos, onde aparecem questões da vulnerabilidade socioambiental, implementação e impactos do Projeto da transposição em áreas quilombolas, situação territorial, os programas básicos ambientais e suas atividades educativas foram catalogadas para análise de conteúdo.

As informações foram obtidas, de acordo com Marconi e Lakatos (2006), de escritos secundários, transcritos de fontes primárias contemporâneas. Documentos oficiais, desde relatórios, planos, legislações, publicações e materiais didáticos sobre o Projeto da transposição do rio São Francisco, pertinentes aos temas da educação em saúde, educação ambiental, impactos, e demais conteúdos pertinentes às comunidades quilombolas, foram objeto de consulta para análise de conteúdo.

Foram analisados diversos documentos relacionados ao Projeto da transposição e aos povos quilombolas. Documentos oficiais, de instituições governamentais como Ministério da Integração Nacional, SEPPIR, FUNAI, Funasa, Fundação Cultural Palmares, Programa Brasil Quilombola, Incra, legislações diversas, e de entidades não governamentais, como Centro de Cultura Luiz Freire, ASA, ACQEP, dentre outras.

Foi tomado como referência o modelo de Laurence Bardin, cuja função primordial é o desvendar crítico. Para Bardin (2011) a análise de conteúdo “é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”.

Características como autenticidade, credibilidade, representatividade e significação (clareza), são alguns dos atributos que conferem qualidade aos documentos, como afirma Flick (2009).

A avaliação de dois Programas Básicos Ambientais, enquanto documentos oficiais, foi incluída no conjunto da análise documental. Para avaliação destes PBA's, foi adotado o método de avaliação centrado na análise crítica dos objetivos traçados por cada Programa. Esta abordagem se distingue pelo fato de que os propósitos de uma atividade são especificados e a avaliação concentra-se na medida em que esses propósitos foram

alcançados, possibilitando mecanismos para determinar a realização das metas (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004).

Para estes autores, avaliação é identificação, esclarecimento e aplicação de critérios defensáveis para determinar o valor (valor ou mérito), a qualidade, a utilidade, a eficácia ou a importância do objeto avaliado em relação a esses critérios, que precisa ser realizada a partir de questões (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004).

Foram avaliadas informações sobre Contexto, Estrutura, Processo e produto.

A base documental nos possibilitou retratar as comunidades quilombolas do estudo, sem a pretensão de esgotar toda a riqueza e diversidade das mesmas, enriquecendo nossa caracterização com a percepção dos sujeitos entrevistados e presentes nos grupos focais, tendo como “pano de fundo” as marcas atuais com o projeto da transposição.

4.5.3.2 Dados de questionário - CAP⁷

A abordagem quantitativa se deu por meio da utilização de variáveis dos dados secundários obtidos com a aplicação do questionário CAP, instrumento adaptado a partir do modelo desenvolvido por Lawrence Green y Marshall Kreuter (GREN; KREUTER, 1991).

O referido questionário, denominado originalmente de CAHP (conhecimentos, atitudes, habilidades e práticas da população-alvo), é uma das ferramentas do modelo de planejamento *PRECEDE-PROCEDE*, proposta pelos autores e que foi aplicado em várias partes do mundo para o desenvolvimento de programas educativos a partir dos anos de 1970. Esse modelo consiste, além da fase diagnóstica, de quatro fases de planejamento, sendo uma fase de implementação, e três fases de avaliação, contida na etapa *PROCEDE*, pensada em reconhecimento à expansão da educação em saúde, incluído a partir de 1991.

O questionário CAP compõe a fase *PRECEDE*, por tratar-se de várias etapas diagnósticas, sejam de caráter social, epidemiológico, ambiental, educacional, ecológico, político e administrativo.

A proposta do questionário foi apresentada à Equipe técnica de Educação em Saúde da Funasa-Suest-PE, em 2008, como ferramenta para análise diagnóstica junto às comunidades onde haveria intervenção institucional pelo projeto da transposição. O questionário foi aplicado em áreas com populações quilombolas e indígenas, com representantes das famílias

⁷ Questionário CAP – Conhecimentos, Atitudes e Práticas da Comunidade : instrumento aplicado com 287 moradores de comunidades quilombolas inseridas no PISF, pela Equipe de Educação em Saúde Ambiental (Saduc) da Funasa/Suest-PE, no período de 2008 à 2010.

que iriam ter suas casas substituídas de taipa por alvenaria, uma das “medidas compensatórias” realizadas pelo MI – PISF, contidas no PBA 17, um dos 38 Programas Básicos Ambientais.

Neste estudo, o questionário CAP foi utilizado para um diagnóstico educacional, antes de desenvolver e implementar planos de intervenção, tendo sido aplicados 99 questionários com moradores de Conceição das Crioulas, Santana e Contendas/Tamboril, todas comunidades quilombolas de Salgueiro, contempladas com as obras realizadas pela Funasa-Suest/PE.

Em relação à comunidade de Conceição das Crioulas, pela sua extensão territorial e contingente populacional, os dados obtidos com o CAP representam um consolidado de questionários aplicados em quinze sítios visitados. O quilombo de Conceição das Crioulas conta com 21 subdivisões ou sítios, além da Vila Centro ou Sede.

Após aplicação dos questionários, as informações analisadas foram devolvidas às comunidades em oficinas educativas, realizadas em 2011 pela Funasa/Suest-PE (Setor de Educação em Saúde Ambiental).

O questionário, semi-estruturado, continha perguntas sobre vários aspectos, desde questões ambientais mais específicas, como a estrutura de saneamento básico (água, lixo, dejetos), a organização sócio-política e comunitária, o nível de escolarização, as formas de trabalho e renda, questões de saúde, manifestações culturais, formas de lazer e acesso à informação (Anexo A).

Para as três áreas do estudo apresentamos aspectos considerados mais significativos para caracterização geral das famílias e do território, segundo respostas obtidas com o questionário CAP, enriquecendo com narrativas dos sujeitos e fontes documentais.

Os objetivos específicos do estudo e as ferramentas técnicas para consecução dos mesmos, estão representados no quadro 3, sintetizando as abordagens qualitativas e quantitativas adotadas.

Quadro 3 - Resumo das Técnicas por objetivos

TÉCNICA	Objetivo1- Caracterizar o Projeto da Transposição do Rio São Francisco considerando a proposta oficial e a percepção dos sujeitos	Objetivo2- Caracterizar as populações e os territórios das áreas quilombolas do estudo	Objetivo3- Identificar a percepção dos sujeitos quanto à vulneração decorrente da transposição do rio São Francisco nos territórios quilombolas.	Objetivo4- Avaliar as práticas educativas e ações implementadas pelo projeto da transposição para minimizar a vulneração
<i>Levantamento documental</i>	Aspectos: população, localização territorial, questões ambientais, organização social e política, questões culturais e de acesso a serviços. Fontes: IBGE, relatórios do MIN/ EIA/RIMA, SEPPPIR, Fundação Cultural Palmares, Centro de Cultura Luiz Freire, Secretarias Estadual e Municipal de Saúde e Educação, (ACQPe); Mapa de Injustiça Social;	Documentos oficiais e de demais instituições CCLF; Fundação Cultural Palmares; Funasa; ACQPe; Funasa- dados Questionário CAP/outros).	Documentos oficiais e de demais instituições; CCLF; Fundação Cultural Palmares; Funasa; ACQPe; artigos, textos científicos.	Documentos oficiais do MI; da Funasa artigos, textos científicos.
<i>Entrevistas</i>	Gestores/ técnicos do município, da Funasa; do MI e CMT escritório do Projeto em Salgueiro; ACQPe; lideranças, moradores quilombolas	Gestores/técnicos do município, da Funasa, do MI e CMT (escritório do Projeto em Salgueiro); ACQPe; lideranças	Gestores/técnicos do município, da Funasa, do MI e CMT (escritório do Projeto em Salgueiro); ACQPe; lideranças	Gestores/técnicos do município, da Funasa, do MI e CMT (escritório do Projeto em Salgueiro); ACQPe; lideranças
<i>Grupos focais</i>	Lideranças, população, professores (03 GF)	Lideranças, população, professores (03 GF)	Lideranças, população, professores (03 GF)	Lideranças, população, professores (03 GF)

Fonte: A autora, 2014.

4.6 PROCEDIMENTOS E TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS

A análise de conteúdo dos dados primários foi feita partir do que propõe Kvale (1996). O autor aponta cinco principais tipos de análise, como: a condensação de significados, a categorização de significados, a estrutura de significados através da narrativa, a interpretação de significados e o método ad hoc de geração de significados. Dessas, a *condensação de significados* é a mais utilizada e foi adotada nesse estudo (KVALE, 1996).

A *condensação de significados* consiste em condensar as passagens das entrevistas e grupos focais que se relacionam a uma questão específica do estudo, passando a compor, o que o autor chama de *Unidades Naturais de Análise*, mantidas na coluna da esquerda de um quadro organizador. Na coluna da direita desse mesmo quadro ficarão os *temas centrais*, que consistem na apresentação do tema que dominam as unidades naturais, relacionadas às passagens condensadas na coluna da esquerda. No mesmo quadro, abaixo das duas colunas, será feita uma *descrição essencial da questão da pesquisa*, com a interpretação do pesquisador sobre os aspectos trazidos pelos entrevistados/as (KVALE, 1996).

A representação do modelo proposto está contida no quadro 4.

Quadro 4 - Modelo adaptado de Kvale

Questão de Pesquisa	
Unidades Naturais de Análise	Temas Centrais
Trechos da entrevista e grupo focal relacionados à pergunta da pesquisa.	Apresentação do tema que domina a unidade natural, conforme a compreensão do pesquisador, e da forma mais simples possível
<p align="center">Descrição Essencial da questão de pesquisa</p> Descrição de todos os temas abordados na entrevista e grupo focal, conforme a interpretação do pesquisador acerca da questão comentada pelo entrevistado e participante do grupo focal	

Fonte: Gurgel (2007).

Esta análise foi aplicada aos dados qualitativos provenientes das entrevistas (gestores, técnicos e lideranças) e dos grupos focais (moradores, professores e lideranças quilombolas), tão logo foi feita a transcrição dos conteúdos gravados. A leitura do material transcrito permitiu identificar a percepção de gestores e quilombolas quanto aos aspectos relacionados nos itens 4.5.1 e 4.5.2.

A análise documental dos conteúdos do material selecionado, teve como referência o modelo definido por Bardin (2011). Centrada em documentos, foi feita uma classificação e indexação, com o objetivo de se obter uma representação condensada da informação para consulta e armazenagem. Os critérios apontados por Bardin para organização de uma análise são: pré-análise, exploração do material e o tratamento dos resultados - codificação e inferência (SANTOS, F. M., 2012). O quadro 5 resume os aspectos de cada critério de análise.

Quadro 5 - Modelo adaptado de Bardin

Análise de Conteúdo		
Pré-análise	Exploração do Material	Tratamento Dos resultados
-Organização de material (corpus da pesquisa); -Observar→Exaustividade; representatividade; homogeneidade; pertinência; exclusividade; -“Leitura flutuante” → organização de índice, com formulação de pressupostos, a serem confirmados ou não ao final do estudo.	-Codificação dos dados e agregados em unidades de registro (tema, palavra ou frase); -Enumeração de regras→ a presença ou ausência de elementos ou unidades de registros; -Outros fatores→ frequência; intensidade medida através dos tempos dos verbos; direção (favorável, neutra ou desfavorável); ordem estabelecida e concorrência (presença simultânea de 2 ou mais unidades de registro);	-Categorização por critérios de semântica (temas); sintático (verbos, adjetivos e pronomes), léxico (sentido e significado das palavras) e expressivo (variações na linguagem e na escrita); -Organização das informações em 2 etapas→ inventário (isolam-se elementos comuns) e classificação (divide-se elementos e impõem-se organização); -Inferência→orientada por diversos pólos de comunicação (emissor, receptor, mensagem e canal); -Interpretação dos dados → retornar ao referencial teórico; - Ferramenta tecnológica (computador) → p/ análise profunda dos dados; -Possíveis técnicas : análise categorial, de avaliação, de enunciação, de expressão e das relações.

Fonte: Santos, M. (2012).

A análise de dados dos questionários CAP se deu por meio da *Estatística Descritiva*, técnica realizada para o tratamento de dados secundários, com apresentação por meio de tabelas.

As principais categorias de análise referidas neste estudo foram **vulnerabilidade e vulneração** - com o olhar sobre especificidades étnicas (cultura, educação, rituais religiosos, saúde, relações familiares), acesso a serviços e políticas específicas, problemas ambientais; situação de renda/trabalho e organização sociopolítica; **território, espaço, lugar e paisagem** – com o olhar sobre as mudanças nas áreas quilombolas, as alterações percebidas e existentes a partir do projeto; **conteúdos, práticas e processos da educação em saúde e educação ambiental**, onde as propostas e ações dos programas básicos ambientais foram descritas, considerando especificidades étnicas (cultura, educação, rituais religiosos, saúde), para compreender como está sendo desenvolvido o Programa, as ações implantadas, modalidade e níveis de participação; **percepção dos sujeitos** quanto à educação em saúde e educação ambiental, o significado do rio São Francisco, situações - educação e saúde, saúde, ambiente, Projeto da transposição, cultura, poder, acesso, participação, especificidades étnicas (cultura, educação, rituais religiosos, saúde, relações familiares) e organização sociopolítica.

Para operacionalização das avaliações de cada PBA, foram trabalhadas quatro categorias, à luz da metodologia sugerida por Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004).

As categorias foram avaliadas quanto a sua adequação ao problema e para cada uma delas foi feito o exercício de identificação de elementos críticos, construído por meio das entrevistas, grupos focais, referenciais teóricos e relatórios do projeto. Cada uma destas categorias apresenta um número diversificado de variáveis a serem avaliadas (Quadro 6).

Quadro 6 - Categorias de Avaliação dos PBA's

Avaliação do Contexto	Categorias de análise	Pontos Críticos
	Justificativa; População território; Objetivos geral e específicos; Metas; Indicadores; Atividades	Identificados por meio das entrevistas, grupos focais, referenciais teóricos e relatórios do projeto da transposição.
Avaliação de Estrutura	Recursos Humanos; Recursos Materiais; Recursos Financeiros/orçamento	
Avaliação de Processo	Implantação / Falhas Procedimentos (método)	
Avaliação de Produto	Resultados/desdobramentos	

Fonte: Modelo adaptado de Worthen et al. (2004).

4.7 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

O presente estudo compõe o Projeto de Pesquisa, **Impactos do projeto de integração do Rio São Francisco**, sob coordenação do pesquisador André Monteiro Costa, doutor em saúde pública, do Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães (CPqAM/Fiocruz/MS), tendo sido

aprovado pelo Processo CAAE: 13474513.4.0000.5190, no Comitê de Ética em Pesquisa do CPqAM, segundo a Resolução do Conselho Nacional de Saúde/CNS, número 196/96, a qual estabelece diretrizes e Normas Reguladoras de Pesquisas envolvendo Seres Humanos.

Toda pesquisa envolvendo seres humanos acarreta riscos. Neste estudo, a relação com os sujeitos se deu a partir de entrevistas e realização de grupos focais. Estima-se que os riscos quanto às dimensões física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual serão minimizados, os quais, conforme a Resolução 196/96 (inciso V-1a), são admissíveis quando oferecem elevada possibilidade de gerar conhecimento para entender, prevenir ou aliviar um problema que afete o bem-estar dos sujeitos da pesquisa. Por envolver comunidades, o estudo esteve atento ao inciso III - 3.1, Resolução 196/96, que preconiza respeitar sempre os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes;

Como prováveis benefícios para população do estudo, espera-se que o conhecimento produzido contribua para a percepção crítica e identificação de situações de vulnerabilidade e vulneração, as quais as populações quilombolas estão submetidas com o projeto da transposição; a compreensão dos processos educativos desenvolvidos pelas ações de educação em saúde e educação ambiental e de obras implementadas pelos PBA's, seus desdobramentos e resultados para mitigar impactos do projeto da transposição nas áreas quilombolas; maior clareza quanto a compreensão dos reais objetivos do projeto da transposição; identificação dos nós críticos ao processo de regularização das terras quilombolas;

Para os envolvidos no estudo, foi obtido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), apresentado não oportunidade, a justificativa, objetivos e procedimentos utilizados na pesquisa. Todo cuidado foi tomado para proteger e preservar os sujeitos, com o anonimato e sigilo necessário nos momentos de entrevista e grupos focais, respeitando o vínculo de confiança estabelecido.

Este projeto consta de dois tipos de TCLEs, um direcionado à população quilombola (Apêndice D) e outro aos Gestores e Técnicos dos níveis Federal, Estadual e Municipal (Apêndice E).

5 O PROJETO DA TRANSPOSIÇÃO E O RIO SÃO FRANCISCO - DISCURSO OFICIAL, ASPECTOS CRÍTICOS, PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS

*[...] É o projeto do governo federal
Cuja água não chegará ao pobre.
A mídia a serviço. Isso encobre.
Deixando a situação normal
Tudo isso é injustiça social.
A maior parte do projeto é irrigação
No sertão produzir até marisco
A história do Rio São Francisco
É maior que essa tal transposição!*

(Trecho do Poema de Severino Santos Terto, 2010)

O Nordeste brasileiro vive há séculos o contexto da seca e suas consequências. Afirma Silva, A. (2011), que a ideia de transpor águas do Rio São Francisco remonta há mais de um século, e, segundo a autora,

Surge pela primeira vez no século XIX num ambiente em que a seca do Nordeste Brasileiro, já contribuía, como hoje, para o agravamento das mazelas sociais daquela região. Como é de consenso, sabemos que a seca no nordeste é uma parte dos grandes problemas do nosso país, e também objeto de análise e controvérsias (SILVA, A., 2011).

Houve três momentos, entre o final do século XIX e todo o século XX, em que foi travado debate sobre a transposição do Rio São Francisco. Nos dois primeiros momentos - entre 1882 e 1985, e entre 1993 e 1994, questões político eleitorais predominaram, provocando críticas da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), por falta de fundamentação e consistência técnica, principalmente pela retirada de água do rio, considerada absurda (300 a 500m³/s) (ANDRADE, 2002). Mas é no ano de 1847, que, pela primeira vez é elaborada a ideia da transposição das águas do Rio São Francisco, apresentada pelo engenheiro Marcos de Macedo ao Parlamento e também ao Imperador Pedro II, porém não obteve apoio (CAULA; MOURA, 2006 apud SILVA, A., 2011).

A ideia oficial do projeto de transposição do Rio São Francisco, originada durante o Império, foi elaborada como resposta à calamidade provocada pela grande seca daquele século, que levou à morte quase dois milhões de habitantes do Nordeste. Essa resposta foi apresentada pela Comissão Científica de Exploração, chefiada pelo engenheiro e físico brasileiro Guilherme Schuch de Capanema, o Barão de Capanema, com a proposta de construção de açudes e a integração do Rio São Francisco com os rios do Nordeste Setentrional. É construído então, em 1884, o primeiro Açude no Ceará (em Quixadá),

inaugurado, entretanto, 22 anos após, quando foi criada a Inspetoria Federal de Obras contra a Seca (IFOCS) (LIMA, L., 2005).

A temática da transposição passa então a fazer parte da mente e imaginação, não apenas de engenheiros, mas de intelectuais, como Euclides da Cunha e, em diversos governos da República, projetos para transposição do rio São Francisco passam a ser elaborados (MELLO, 2004 apud SILVA, A., 2011).

Apesar dos projetos elaborados por governos da República para a transposição do rio São Francisco, é a partir de meados do século XX que interferências sistemáticas do Estado Brasileiro na região do semiárido são observadas, como por exemplo, a destinação de porcentagem de rendas tributárias federais em projetos de aproveitamento do potencial econômico do rio São Francisco e afluentes, como definido na Constituição de 1946, (SILVA, A., 2011).

Também nesta época, em virtude dos períodos de seca que agravavam a situação das populações mais pobres, o movimento a favor da transposição conquista adeptos. O projeto de autoria do engenheiro Mário Ferracuti, propondo a construção de barragem para represar o São Francisco perto de Cabrobó (PE), cujo propósito seria bombear água para o Ceará e o Rio Grande do Norte, ganha ampla divulgação em 1958 (MELLO, 2004; COELHO, 2004 apud SILVA, A., 2011).

A partir dos anos de 1980, as iniciativas políticas referentes a projetos para o rio São Francisco se intensificaram. Debates e ideias a respeito da transposição se deram em momentos como candidaturas eleitorais indiretas à presidência da república, como no caso do então candidato Mário Andreazza, em 1983, que incluiu em sua plataforma política o projeto da transposição, porém, derrotado, o mesmo ficou no esquecimento.

No início dos anos de 1990 a proposta foi retomada pelo Ministro da Integração Nacional do governo de Itamar Franco, o Sr. Aluísio Alves, com o projeto de construção de um canal em Cabrobó. Mas o TCU e o Ministério da Agricultura não aprovam o projeto. Ainda nos anos de 1990 é organizado, na Câmara dos Deputados Federais, o grupo de trabalho - A transposição das Águas do Rio São Francisco, que passa a ser conhecido como "Projeto São Francisco". Em 1994, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, é feito um redesenho do projeto pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), que irrigaria o semiárido, com obras para serem efetivadas em 25 a 30 anos. Este projeto final foi estruturado sob responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e da Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais (FUNCATE). Visto pelo governo Fernando Henrique

Cardoso como solução consistente para o problema da seca no semiárido nordestino, o projeto da transposição provocou e provoca disputas políticas e concepções distintas de agentes sociais, sobre o que é ou poderia ser o rio São Francisco. Tais concepções estão presentes nos debates sobre a estruturação e realização do projeto, apontando olhares que compõem, constroem e produzem distintos objetos para o futuro do rio São Francisco (SILVA, A., 2011).

Sempre com a justificativa de que o projeto iria resolver os problemas provocados pela seca no nordeste, a ideia da transposição renasce nos vários governos e, mesmo não estando nas campanhas eleitorais dos governos anteriores, também não se encontrava na campanha do Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, que aprovou e deu início a implementação do mesmo.

O projeto vai renascer das cinzas, pautado num discurso salvacionista e desenvolvimentista e passa a integrar o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, além de novamente trazer à discussão nacional as opiniões diversas e contraditórias sobre o projeto (SILVA, A., 2011, p. 5).

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional-PISF, foi apresentado pelo Governo Lula como a solução para a insegurança hídrica no Semiárido. É um empreendimento que se apresenta com o principal objetivo de assegurar a oferta de água em 2025 a cerca de 12 milhões de habitantes de 390 municípios de pequenas, médias e grandes cidades da região semiárida dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Em suma, segundo documentos oficiais, é garantir a oferta de água para uma população e uma região que sofrem com a escassez e a irregularidade das chuvas (BRASIL, 2004c, p. 9).

O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), confirma que já no Brasil-Colônia foram escritos os primeiros relatos sobre a seca no Nordeste, que falam das migrações para regiões não afetadas pela falta d'água. Ressalta que a região do Projeto encontra-se na área do chamado Polígono das Secas, sendo que o Nordeste Setentrional (parte do Semiárido ao norte do rio São Francisco) é a área que mais sofre os efeitos de secas prolongadas, abrangendo parcialmente os Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte (BRASIL, 2004c).

Entretanto, assessores ligados à Articulação no Semi-árido Brasileiro (ASA⁸), afirmam que “o problema da região não é a falta de água, mas sim seu mau gerenciamento.

⁸ ASA - Rede formada por mil organizações da sociedade civil que atuam na gestão e no desenvolvimento de políticas de convivência com a região semiárida, se consolida enquanto articulação em *Fórum Paralelo da*

Não adianta simplesmente ter água, precisa ter abastecimento e descentralização. Hoje, 70% dos açudes do nordeste são privatizados” (MERLINA, 2007, p. 11).

O principal objetivo do projeto da transposição, apontado pelo governo, está presente na compreensão de entrevistados, seja com esperança, com críticas, com dúvidas.

Eu acho que a questão desse projeto ele é uma situação que traz um certo conflito de ideias, assim: o rio São Francisco é como se fosse sagrado, e ele é importantíssimo, e esse projeto, que é antigo, oferece a perspectiva de melhorar a qualidade de vida dessas populações. Aí fica aquele conflito: entre mexer naquilo que é sagrado e ser realmente beneficiado pela água do rio São Francisco. Porque é muita tecnologia, você transformar um rio, trazer um rio, é como se você pegasse e fizesse uma sangria no rio (Gestora 8).

[...] Olha o projeto em si é um projeto muito grande que a gente não tem muitos meios, principalmente técnico para ter o conhecimento para falar e aprofundar esse projeto, mas a expectativa é que ele traga algo [...] Gera uma expectativa de melhorias, mas que a gente não sabe o que pode acontecer. [...] O que diz no projeto é que a água vai servir para essas comunidades, para o consumo das pessoas e dos animais, mas assim a expectativa em si do povo não é só essa, porque as pessoas plantam e aí precisa da água pra plantar, pra irrigar a cultura (Gestora 2).

[...] só se for lá para o final dele, porque pra nós aqui eu não acredito que traga essas coisas de valor não. Porque já que a gente não vai ser abastecido com ele, com a água dele, qual é o futuro que vai ter pra nós? Não acredito não (Grupo Focal 2).

A percepção geral dos sujeitos entrevistados é de que o Projeto da transposição é um projeto imposto, que teve que ser aceito sem o devido preparo do município, das suas comunidades quilombolas e população rural, diretamente afetadas.

Quando eu recebi já foi assim: toma, recebe é isso aqui, chegou e agora tu tem que acolher. É dessa forma que eu vejo. Talvez até eu esteja equivocada, o prefeito tenha recebido convite e tudo, não sei, mas pelo menos da minha parte eu percebi isso. Não, de jeito nenhum. [...] Eles chegaram se instalaram e contrataram essa empresa que é a CMT. E aí tem essa empresa contratada, com pessoas que são da região, mas muitas não são aqui de Salgueiro, principalmente os que estão aqui. Acho que o município não estava preparado pra receber também (Gestora 5).

[...] Quando a gente vê que a gente vive no semiárido, tem essa dificuldade de conveniência com o semiárido, mas a gente vê que não foi um projeto que foi escolhido, pelo menos dada à opinião do povo, escolhido pelo povo, ele veio de cima pra baixo (Gestora 2).

Com orçamento previsto para R\$ 4,6 bilhões em 2007, o projeto vem sofrendo reajustes anuais, passando em 2009 a custar R\$ 5,2 bilhões, em 2011 aumentou para R\$ 6,8 bilhões, chegando em 2012 a R\$ 8,2 bilhões, o que significa um aumento de 80% do valor

inicial da obra. O governo federal argumenta que os reajustes se deram em função da necessidade de detalhamento no projeto executivo que, desenvolvido ao longo da obra, incorreu em grande discrepância com o projeto básico (TRANSPOSIÇÃO, 2013).

O custo elevado do projeto suscita críticas e questionamentos, demonstrando o descrédito com a eficiência e eficácia do governo e a falta de responsabilidade ambiental.

[...] E é muito dinheiro, a gente vê falar em tantos zerinhos, e aí será que vai ser concluída mesmo essa obra? Será que não vai ser uma obra faraônica, que vai ficar aí? Será que vai trazer os benefícios, será que vai chegar até o final? E depois que chegar até o final, quanto tempo será que o rio vai conseguir sustentar essa obra pra valer a pena o tanto de dinheiro que foi gasto? (Liderança 1).

Ao longo de quase sete anos, com menos da metade das obras concluídas, o projeto sofreu várias paralisações, e vem sendo justificadas pelo governo por diversas dificuldades em sua execução, que vão desde o excessivo parcelamento, ou fragmentação, com 57 contratos e 90 empresas a serem gerenciadas; pela necessidade de incremento nos quantitativos e de adição de serviços novos, associada às dificuldades para negociação de aditivos, culminando com a paralisação de vários lotes no final de 2010 e início de 2011; pelas dificuldades na articulação interinstitucional para resolver os problemas de interferências e desapropriações; além do quadro de servidores do Ministério da Integração Nacional insuficiente para execução do empreendimento (BRASIL, 2012).

No entanto, questionamos se um projeto nas dimensões e complexidade do projeto da transposição do rio São Francisco, poderia ser iniciado sem a atualização e revisão do seu projeto básico, elaborado ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Em defesa da sua gestão de governo, o então Ministro da integração, Fernando Bezerra Coelho, argumenta que a legislação não define regras muito claras para elaboração do projeto básico, e que, “apesar de cumprida toda legislação”, é uma obra de engenharia complexa. Em contrapartida, o Ministro do TCU, Raimundo Carrero, apresenta outros argumentos, contrários ao do Ministro da Integração, afirmando que a lei de licitação de contratos é clara, e que no artigo 6º há vários incisos detalhando o que é um projeto básico. Acrescenta que um projeto básico mal feito, deficiente e sem planejamento tem como resultado obras paralisadas, obras mal feitas, de má qualidade e sem o resultado esperado pela população. O que, na prática, vem ocorrendo com o projeto da transposição (TRANSPOSIÇÃO, 2013).

Exemplo de mal planejamento e descaso neste projeto, foi o desabamento de um túnel, em um dos lotes das obras da transposição, em abril de 2011, após terem sido cavados 112

metros de profundidade. O desabamento não provocou nenhum acidente, não havendo feridos, mas as obras ficaram paralisadas por um ano e meio, representando grande prejuízo aos cofres públicos (TRANSPOSIÇÃO, 2013).

O projeto da transposição já foi alvo de várias denúncias, e desde 2005 o Tribunal de Contas da União (TCU) encontra irregularidades que chegam a R\$ 734 milhões. O Ministério da Integração Nacional teve que investigar contratos que não foram honrados, pagamentos duplicados por obras, superfaturamento, e pagamentos de serviços não executados.

A lentidão e interrupção das obras aparece como mais um fator de descrédito quanto aos “benefícios” do projeto, aumento de insegurança na vida das populações e prejuízo para comunidade, que arca com o dinheiro destinado ao projeto.

[...] eu acho que por mais que as pessoas falem, divulguem, façam muita propaganda, não assim, eu própria não tenho domínio o que vai significar isso, [...] O que eu acho ruim é que a obra é muito lenta, você não vê o resultado, aí isso também desanima as pessoas não é? Eu acho que se ela tivesse seguido o ritmo que ela tinha iniciado, já tivesse algum resultado, aí as pessoas podiam ter uma posição, e ter uma expectativa, ou se organizar contra ou a favor, aí deixa todo mundo nessa coisa, mexeu com a rotina das cidades. As cidades tinham muita gente do exército. No sertão melhorou e tal, mas deu uma parada agora. Não sei. Você indo no sertão você vê que está uma situação ruim, nesse sentido, deu uma quebra (Gestora 8).

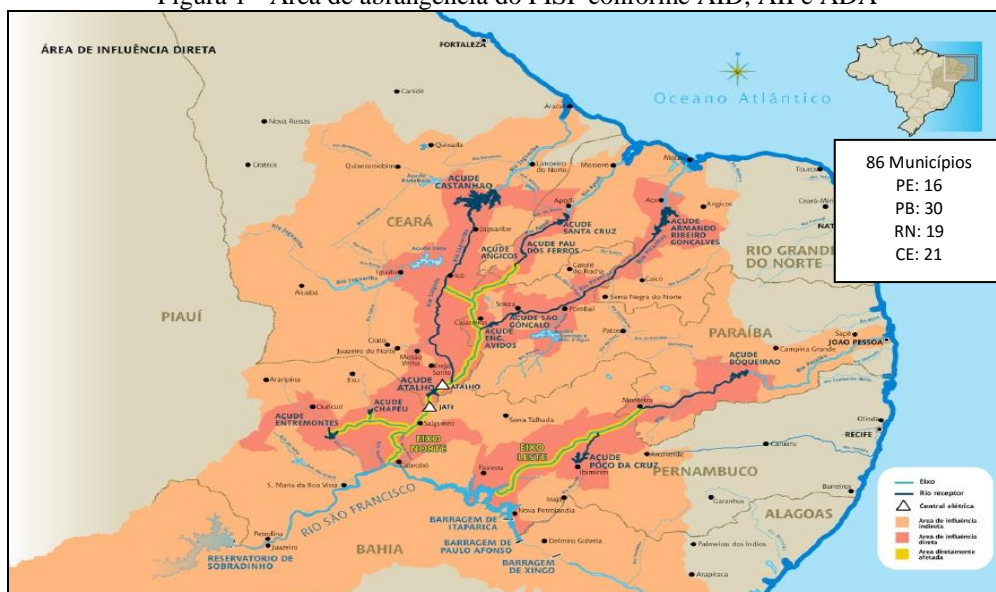
[...] E outra coisa, teve um tempo atrás que ela fez, uns trechos aí que ela fez, que com o tempo, por ela ter sido parada foi prejudicada e teve que ser feito de novo, né? [...] E isso sai caro prá comunidade, porque queira ou não queira esse dinheiro sai do nosso bolso, porque quem paga essa obra aí é nós, né? Tudo que nós compra tem um imposto, e o imposto vai prá lá, pra de lá vim dinheiro para esse pessoal. Aí complica [...] (Grupo Focal 3).

O Projeto da transposição inclui obras de infra-estrutura hídrica em dois sistemas independentes, denominados Eixo Norte e Eixo Leste, que captarão água do rio São Francisco entre as barragens de Sobradinho (Eixo Norte) e Itaparica (Eixo Leste) no Estado de Pernambuco. Os sistemas, compostos de canais, estações de bombeamento de água, pequenos reservatórios e usinas hidrelétricas para auto-suprimento, irão atender às necessidades de abastecimento de municípios do semiárido, do Agreste Pernambucano e da Região Metropolitana de Fortaleza, afirmam os documentos oficiais. As bacias hidrográficas beneficiadas são do rio Jaguaribe, no Ceará; do rio Piranhas-Açu, na Paraíba e Rio Grande do Norte; do rio Apodi, no Rio Grande do Norte; do rio Paraíba, na Paraíba; dos rios Moxotó, Terra Nova e Brígida, em Pernambuco, na bacia do rio São Francisco. O chamado Eixo Norte abrange 222 municípios afetando 7,1 milhões de pessoas, e o Eixo Leste, são 168 municípios, afetando 4,9 milhões de pessoas (BRASIL, 2004c, p. 3).

A área de abrangência do Projeto foi categorizada em três unidades de análise, de acordo com a distribuição e intensidade dos impactos previsíveis relacionados ao mesmo. Foram consideradas Área de Influência Indireta (AII), onde ocorrem os efeitos indiretos da integração das águas; Área de Influência Direta (AID), onde se dão, principalmente, as transformações ambientais diretas decorrentes do empreendimento; e Área Diretamente Afetada (ADA), onde se dão os contatos diretos entre as estruturas físicas do Empreendimento (canais, reservatórios, estações de bombeamento, etc.) e a região onde ele está implantado, sendo definida como uma faixa ao longo das estruturas do Projeto, com 5 km de largura para cada lado (BRASIL, 2004c).

A AID abrange o conjunto das áreas dos municípios atravessados pelos Eixos de condução da água, perfazendo um total de 86 municípios, sendo 16 em Pernambuco, 30 na Paraíba, 19 no Rio Grande do Norte e 21 no Ceará (BRASIL, 2004c).

Figura 1 - Área de abrangência do PISF conforme AID, AII e ADA



Fonte: RIMA do Projeto de Integração do Rio São Francisco (BRASIL, 2004).

Contrário ao projeto da transposição, Suassuna (2009) fundamenta sua posição a partir do que argumenta Alberto Darker, que diz existirem três condições básicas que justificam a transposição de águas de um rio: existirem uma bacia com muita água sobrando e terras e relevo que não sirvam para irrigação; outra bacia com terras irrigáveis, mas com carência de água e uma relação custo-benefício viável para a realização da obra. No caso da transposição do rio São Francisco, as três não se enquadram, tendo em vista haver demanda por água nas terras cultiváveis próximas ao rio; existir água na região das bacias receptoras, faltando apenas o estabelecimento de uma política eficiente para a sua distribuição e posterior

consumo das populações e, por último, faltar sustentação energética e financeira para a execução da obra (SUASSUNA, 2009, p. 200).

Como projeto polêmico, há narrativas de que as obras são importantes, são necessárias para região do sertão, apesar dos impactos gerados.

É polêmico não é? mas não vou entrar... acho que de forma geral, eu acho que as obras são importantes, são necessárias pra essa região do sertão, região do semiárido, muita seca e tal, eu acho que elas são necessárias e acho que tem gerado impactos positivos e negativos, claro, como todo projeto grandioso, feito esse né? [...] (Gestora 6).

[...] Existem muitos impactos ambientais a gente sabe disso [...] O projeto não foi concluído, não tem água ainda no canal. A expectativa é que pelo menos quando tiver água as pessoas possam usar (Gestora 2).

É visto como um projeto que mexe com o imaginário das pessoas, por haver um rio imenso que vai ser “mexido” e que cria uma expectativa irreal.

Eu acho que esse projeto ele tem uma característica muito interessante, porque ele mexe com o imaginário das pessoas, que é um rio imenso, que vai ser mexido, o corpo dele vai ser mexido, né? E as pessoas ficam muito assim, numa expectativa que não é real. Eu lembro que nessas primeiras reuniões, todos, tanto os quilombolas quanto os indígenas eram contra a transposição do rio, né? Foi na época que ainda estavam aquelas manifestações, e tal (Gestora 8).

As informações repassadas são poucas e não se sabe a sustentabilidade do Projeto para o rio. Há muitas promessas feitas pelo Ministério da Integração em reuniões com as comunidades quilombolas, não cumpridas até o momento.

Não, eu acho que tem ponto positivo, inclusive eu disse, eu sou a favor do progresso. Eu acho que a gente precisa progredir mesmo, mas a gente não pode perder a nossa cultura (Gestora 5).

Mas assim eu destaco, por exemplo o município de Salgueiro é um município que hoje tem outra visibilidade, ele tem o desenvolvimento que a gente percebe muito claramente a partir das obras (Gestora 6).

[...] No começo, eles viram como seria uma coisa interessante, mas quando foi pra prática, é um negócio que eles perceberam que não era, porque se eles assumissem a promessa, era interessante. Mas o pior é que há a promessa, muito deles falam que vai indenizar, também não chegaram nem a indenizar, e a questão do compromisso com a água, que ia ter água 24h por dia, que iam abastecer, [...] Por isso eu lhe digo: o Projeto São Francisco seria bom se assumisse os compromissos, mas há muita promessa, na hora quando chega, mas no decorrer do tempo isso é esquecido, e o povo que entraram na onda é que fica sofrendo [...] no aspecto midiático ele é colocado como uma coisa muito positiva, que seria muito bom. Assim, eu já ouvi, eu não sei, tenho pouco conhecimento, que esse projeto também não iria nem beneficiar o pessoal do semiárido na verdade, ele ia beneficiar criadores de camarões que

estariam lá no Rio Grande do Norte. Então seria mais um meio do agronegócio (Grupo Focal 1).

Há narrativas que demonstram uma esperança de que o projeto da transposição seja uma solução, como primeira necessidade, ao problema de água na região para o abastecimento humano, principalmente para população da zona rural, mas que também atenda outras demandas.

Ele traz em si, a ideia da gente, pelo menos solucionar a questão de abastecimento de água, e aí a gente tem esse abastecimento de água urbano, essa é a primeira ideia. E no segundo momento pensar a utilização dessa água também com outras utilidades. Mas não podemos negar que o abastecimento humano é o principal objetivo para quem está aqui na região do sertão, pra quem convive e tem ideia do que é o período de seca, de estiagem nessa região. [...] (Gestora 1).

[...] agora se vai ter essa água que vai atravessar o Pernambuco, eu acho que se vier pra cá, se pensar uma maneira de trazer, já que ela passa em Salgueiro, tirar a água para abastecer a zona rural de Salgueiro, do próprio município. Eu acho que é interessante isso aí (Grupo Focal 1).

Há visões e compreensões antagônicas entre os discursos de gestores, técnicos e população quilombola, ao referir-se de maneira mais geral sobre o Projeto da transposição do rio São Francisco.

*O Sertão é o espaço brasileiro
Conhecido também por semiárido!
Desde ontem e hoje é retratado
Como ruim e também seco por inteiro
Os poderosos indicam esse roteiro
Aproveitam-se, falando em solução
Com projeto faraônico e ilusão
E o povo continua no aprisco
A história do Rio São Francisco
É maior que essa tal transposição!! [...]
(Trecho do Poema de Severino Santos Terto, 2010)*

O semiárido brasileiro compreende os estados do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, parte da Bahia e pequena parcela do estado de Minas Gerais (DUQUE, 2008).

Essa região traz, como parte do imaginário dos brasileiros, a ideia de ser inóspita e desértica, com poucos recursos hídricos e seres humanos vivendo em situação de fome e miséria (ROCHA, F., 2010). No entanto, a realidade desmente este imaginário, na medida em que,

[...] são mais de 20 milhões de pessoas, o que torna o Semiárido a região rural mais populosa do Brasil. Estudos e experiências recentes provam a viabilidade econômica

da região através da convivência com as suas características climáticas, e a sua fauna e sua flora (COELHO, 2005; RIBEIRO, 2007; SILVA, 2008 apud ROCHA, F., 2010).

A região é banhada pelo rio São Francisco, considerado o maior rio totalmente brasileiro, com 2.863,30 quilômetros de extensão, que atravessam os estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas. Descoberto em 1501, foi chamado *Opará* para os indígenas, que significa rio-mar, *rio dos currais* para os tropeiros, *rio das borboletas* para os barqueiros e *velho Chico* para os nordestinos. Sua nascente real e geográfica é na Serra d'Água, município de Medeiros, Minas Gerais, e deságua no oceano atlântico, nas divisas entre os estados de Alagoas e Sergipe (SILVA, et al., 2003).

Apesar de conhecido como “rio da unidade nacional”, por aproximar o sertão do litoral, projetos e políticas públicas implementadas mantêm distante esse ideário de unidade, por não contemplar e incluir todas as diversidades sociais e culturais existentes na região.

Para a população quilombola e para outros sujeitos do estudo, o rio São Francisco assume significados diversos, que passam pelo divino, dádiva de Deus para o nordeste; como o rio que permite o desenvolvimento do vale do São Francisco; o rio que oferece água para o consumo da população, como recurso para o plantio na agricultura familiar⁹, como perspectiva de vida.

[...] para mim o Rio São Francisco é um bem, uma dádiva de Deus para o nordeste como um sinal de vida. Entendo, e quero até sugerir que cada um de nós tenha o Rio São Francisco como esse grande presente de Deus, porque é um rio de água potável e que cruza o sertão, ou cruza o nordeste numa grande extensão territorial, né? [...] (Liderança 3).

[...] O rio São Francisco representa muita coisa boa pra gente. Quando aqui a gente tá na hora mais sofrida aqui, o cabra se desloca daqui pra beira do rio, arruma um serviço, vai trabalhar, plantar uma roça, arruma o que comer, porque aqui o cabra só tem de ano em ano, no inverno, quando chove, quando não chove, todo mundo aqui é sofrido [...] (Grupo Focal 1).

De grande importância, só de a gente ser abastecido por ele, né? Já é um grande valor que a gente deve dar ao rio São Francisco (Grupo Focal 2).

[...] o rio ele é importante demais, porque se não fosse a água do rio, aqui não tinha mais gente, já tinha morrido tudo de sede, porque não tem de onde vim água, ela vem do rio. Se não fosse o rio lá, a comunidade de todo canto não vivia mais no lugar deles não, tinha que se deslocar pra lá. [...] É ou cara ou barata, mas a sorte da gente é essa água do rio (Grupo Focal 3).

⁹ A agricultura familiar, caracterizada pela associação de vários subsistemas – roçados, pequenas criações de várias espécies de animais, quintais, colheitas, etc., era capaz de produzir gêneros alimentícios e gerar renda para a compra dos bens não produzidos no sistema (DUQUE, 2008).

[...] Olhe, o rio São Francisco é uma perspectiva de vida mesmo para a população do sertão. As pessoas tem muito amor pelo rio São Francisco, [...] (Gestora 8).

O potencial hídrico do rio São Francisco possibilitou o múltiplo uso de suas águas, quer para o abastecimento humano, para agricultura irrigada, geração de energia, navegação, piscicultura, lazer e turismo. Entretanto, o que representa riqueza, vem provocando também problemas de natureza socioambiental e econômica, considerando que há alguns anos o uso indiscriminado e descuidado do rio vem afetando o seu curso natural, como assoreamento, o desmatamento de suas várzeas, a poluição, a pesca predatória, as queimadas, o garimpo e a irrigação.

Com o debate ampliado em torno da situação crítica do rio São Francisco, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF)¹⁰, incorporou, em seu Plano Diretor de Recursos Hídricos, em 2004, como critério para definição da disponibilidade hídrica da bacia, o conceito de vazão ecológica¹¹. Segundo Machado (2008), essa compreensão se contrapõe ao que preconiza a obra da transposição, ao ser constatado, pelo Plano, a escassez de água para múltiplos usos, com a recomendação da locação externa apenas para consumo humano e dessedentação animal. O Projeto da transposição, dentre outras contradições, apresenta um planejamento do uso das águas do São Francisco sem a preocupação com sua vazão nem com as consequências desse procedimento.

A preocupação com o rio São Francisco e sua revitalização aparece em várias falas, com afirmações de que o rio encontra-se poluído e que, em vários trechos, o nível de suas águas está muito baixo.

[...] E eu te digo com todas as letras: o rio São Francisco em Minas Gerais ele está praticamente morto. O rio São Francisco aqui, Bahia e Pernambuco, eu não tenho nem como comparar ao trecho que eu conheço dele em Minas Gerais. Em relação a desmatamento, como eu te falei, a contaminação das águas por agrotóxico, principalmente assoreamento, existem muitos trechos que não são mais navegáveis, muitos, aqui como o nordeste também, mas em Minas Gerais, principalmente [...] (Técnico 3).

[...] uma das exigências é que seria o saneamento de toda a bacia do São Francisco, uma vez que a demanda pela água vai ser substancial, porém tem que ser preservada essa água, justamente a questão da contaminação e do uso dessa água,

¹⁰ O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) é um órgão colegiado, integrado pelo poder público, sociedade civil e empresas usuárias de água, que tem por finalidade realizar a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos da bacia, na perspectiva de proteger os seus mananciais e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável. Para tanto, o governo federal lhe conferiu atribuições normativas, deliberativas e consultivas. Foi criado por decreto presidencial em 5 de junho de 2001.

¹¹ Vazão Ecológica: É a demanda necessária de água a manter em um rio de forma a assegurar a manutenção e conservação dos ecossistemas aquáticos naturais, aspectos da paisagem de outros de interesse científico ou cultural (GONDIM, 2006 apud SARMENTO, 2007).

que tem quer ser realmente bem racionalizada e bem conscientemente utilizada, é o que vem não ocorrendo até hoje [...] Então o rio São Francisco, ele já tá com a capacidade muito crítica de comportar, porque a sua exploração é muito grande, porém o seu cuidado não é devido, não tem a devida atenção. [...] a gente vem acompanhando os grandes projetos que são desenvolvidos nessa área, e a questão do assoreamento e da agropecuária e agroindústria, ela afeta muito, justamente a toda a bacia do São Francisco (Gestora 9).

Segundo Machado (2008), a revitalização de bacias hidrográficas é um conceito técnico-científico ainda em elaboração no Brasil, e não está previsto em nossa legislação como política pública.

O Decreto de 5 de junho de 2001 foi a base para a criação, em 2004, do Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia do rio São Francisco, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente (MMA), em parceria com o Ministério da Integração Nacional e outros 14 Ministérios. Como política pública de articulação e integração permanente, envolvendo a população local e os governos federal, estadual e municipal, tem prazo de execução de vinte anos, segundo o Ministério do Meio Ambiente (MACHADO, 2008).

O Projeto de revitalização da bacia do Rio São Francisco tem como objetivo geral, promover a melhoria das condições de oferta de água da bacia, segundo os seus usos prioritários (BRASIL, 2001). Em seus objetivos específicos, incluem-se a despoluição da água de esgotos e agrotóxicos, conservação de solos, convivência com a seca, reflorestamento e recomposição de matas ciliares, gestão e monitoramento da bacia, gestão integrada dos resíduos sólidos, educação ambiental, criação e manejo de unidades de conservação e preservação da biodiversidade (MACHADO, 2008).

Segundo Machado (2008, p. 195), com o Decreto, a revitalização passou, então, a ser entendida como um conjunto de ações a serem realizadas, visando à melhoria da qualidade e ao aumento da quantidade de água na bacia.

Desde 2004, o Projeto foi incluído nos Planejamentos Plurianuais do Governo Federal para os quadriênios 2004-2007, 2008-2011 e 2012-2015, como forma de assegurar os recursos para a implementação das ações (BRASIL, 2014).

No Relatório de Impacto Ambiental-RIMA, documento que detalha os objetivos sociais, econômicos e ambientais do Projeto de transposição, as ações previstas pelo governo para a revitalização da Bacia do São Francisco,

[...] se apresentam com um sentido mais amplo, com recuperação ambiental de áreas degradadas; preservação de ecossistemas relevantes pouco degradados e promoção do desenvolvimento sociocultural das populações que aí vivem (BRASIL, 2004c, p. 16, grifo nosso).

Entretanto, a preocupação de que as ações para revitalização do rio São Francisco não saiam do papel, vem acompanhada do receio de que não haverá água para passar no canal, caso as obras da transposição sejam concluídas, outra insegurança também presente na fala de lideranças e gestores entrevistados.

E a gente sabe que, se a gente não cuidar dele, essa transposição também não vai dar essa água a esse povo. É um sonho [...], mas a gente sabe que provavelmente ela não possa nem ser construída, que ela não possa ser finalizada, essa obra de transposição. Ela pode até ser construída, mas a água, se a gente não cuidar, vem de onde? [...] (Liderança 2).

[...] se o rio seca, se não consegue fazer a revitalização do São Francisco, se a revitalização fica só no papel, que esse rio venha a secar, como outros rios que a gente sabe que já veio a secar, de onde essa parte do sertão todinha vai beber? Que a gente bebe água do São Francisco, além da questão das frutas lá do vale do São Francisco, essas coisas todas, pra gente a importância é de beber água mesmo, e aí de onde que a gente vai beber? [...] (Liderança 1).

[...] E que todo esse bem que passa lá e vai passar por nós, ele seja esse sinal sempre de vida e que seja cuidado pela gente, ou pelas populações ribeirinhas desse rio, que não seja um sinal de morte, mas um sinal de vida [...] (Liderança 3).

Medidas que impactem positivamente no processo de revitalização do rio São Francisco vão além de condutas individuais, da responsabilização individual dos que vivem na região do semiárido, como também do cuidado com a preservação da nascente do rio, política que deveria preceder o projeto da transposição, como expressam entrevistados.

É exatamente, é justamente uma questão da conscientização do uso da água e da utilização dessa água. Então positivamente, ou seja, a comunidade está se voltando realmente pra essa realidade, no caso o uso indiscriminado e irracional dos recursos naturais é que vai impactar no futuro [...], quer dizer, o que se destrói hoje, o custo para se recuperar é muito maior, que inclusive a gente está vendo hoje o custo que é recuperar ou tentar preservar o rio São Francisco. [...] que é o mais grave para a sobrevivência do rio, que é justamente onde existem as nascentes, a preservação das nascentes, de todo o sistema que dá continuidade, entendeu? Porque se não você vai construir, fazer todo o investimento, e na hora de utilizar o rio morreu, porque não teve mais a continuidade que ele deveria ter, a preservação e o cuidado (Técnico 1).

[...] eu acho que pela Transposição tá descuidando das comunidades, ela não vai cuidar também do rio São Francisco não. Era pra ter feito isso primeiro, pra depois fazer o canal, cuidar primeiro da nascente, pra poder ser que tirasse o quinhão deles no canal (Grupo Focal 2).

Não são apenas atitudes mais conscientes da população quanto ao uso indiscriminado da água e dos demais recursos naturais, nem tampouco a adoção de intervenções para preservação da nascente do rio, que irão frear ou recuperar toda degradação sofrida pelo rio São Francisco, mas também, e principalmente, a adoção de uma política pública que

transforme o Projeto de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco em um Programa. Segundo Machado (2008, p. 195),

[...] diversos fatores políticos e administrativos, entre eles o embate em torno da transposição, tem impedido tal mudança. Na prática, as ações em execução, custeadas com recursos orçamentários da União, priorizam o saneamento ambiental, ou seja, a qualidade da água na bacia, enquanto a quantidade de água na bacia e no Rio São Francisco não tem sido considerada nas ações em curso.

Porém, não há como negar a relação direta entre as discussões em torno do Projeto de Revitalização a partir do projeto de transposição. Para Machado (2008), o confronto político e social em torno da perspectiva da obra de transposição das águas do Rio São Francisco criou o termo “revitalização” para se opor à transposição. A polêmica gerada pelo projeto, a contestação feita por atores sociais contrários a obra da transposição, deu ênfase a questão da “Revitalização”, a partir do argumento da fragilidade do rio e de sua bacia, indicativo premente da necessidade da revitalização antes da transposição, ou em contraposição a ela.

E, corroborando com o pensamento de Machado, um dos entrevistados afirma:

[...] Por outro lado, o rio também, ele tem sido vítima de todo descaso e descuido durante todo esse período. E eu lembro que no auge mesmo de todos esses conflitos, em relação ao projeto, eu dizia, e muita gente se colocava ao contrário, porque achava que o rio ia ter um prejuízo grande com o projeto, eu acho que pela primeira vez se colocou o rio São Francisco em pauta, porque até então não se tinha discussão, a gente tem inúmeras cidades em torno desse rio e inúmeras cidades que jogavam esgoto dentro do rio. A gente tinha várias áreas de assoreamento, e isso de forma crescente, e ninguém... e de repente o rio passou a ser o tema principal, e aí quem trouxe essa discussão? Foi a obra, se não tivesse transposição todo mundo ia continuar de braço cruzado [...] Algumas ações começaram a ser efetivadas, mas acho inclusive que tem que ter uma ação mais intensiva no sentido, se é a fonte que a gente tem, aí a gente não pode pensar só como fonte de exploração de água, mas a gente vai utilizar essa água. A gente vai ter que pensar como é que garante a vitalidade dele, não falo nem de revitalização, é a vitalidade mesmo [...] Então o projeto hoje, eu não tenho dúvida nenhuma, que ele foi o foco principal pra dizer assim: o rio começa a ser visto (Gestora 1).

No entanto, o Projeto de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco, coordenado pelo governo federal, ainda não logrou êxito na consolidação de um arranjo institucional, afirma Machado (2008), para quem, dentre os aspectos apontados como dificultadores para implantação do Projeto, estão:

a dispersão das ações e não visualização pelos diversos atores sociais interessados; a amplitude das linhas de ação, a polêmica em torno do projeto de transposição das águas do rio, as dificuldades operacionais do Ministério coordenador do Projeto, a concentração de grande parte dos recursos financeiros no Ministério da Integração Nacional e as diferentes percepções acerca das prioridades de um programa de revitalização da bacia, como fatores que dificultam a transformação do projeto em um programa efetivo de revitalização; a falta de articulação de ações intersetoriais

entre ministérios e os demais níveis do governo federal, estadual e municipal (MACHADO, 2008, p. 204).

Entre os fatores apontados, merece destaque a polêmica em torno da transposição das águas do Rio São Francisco, pois para os setores de instituições técnicas e científicas, movimentos sociais, Ministério Público e comunidades tradicionais da bacia, a transposição inviabilizaria a revitalização da bacia (MACHADO, 2008).

Documentos oficiais do projeto apontam que vários são os impactos decorrentes da obra da transposição do rio São Francisco, e, segundo o RIMA,

impactos são potenciais alterações provocadas pelo Projeto no meio ambiente e podem ocorrer em uma ou mais fases do Projeto (de planejamento, de construção e de operação). A análise dos impactos é realizada a partir de uma matriz de classificações conhecida como 'Matriz de Impactos' [...] A principal função da Matriz de Impactos é auxiliar a tomada de decisão quanto à viabilidade ou não do empreendimento, pois permite identificar os impactos que merecerão maior atenção quando se formulam as medidas ambientais Mitigadoras ou Potencializadoras (BRASIL, 2004c, p. 73).

Os impactos descritos pelo PISF somam 44, dos quais 23 são considerados como de maior relevância para o projeto (11 positivos e 12 negativos).

Em nosso estudo identificamos como de maior interesse 25 impactos, sendo 15 impactos negativos e 10 vistos como impactos positivos.

Entre os 10 impactos positivos, chama nossa atenção o fato de que oito serão "usufruídos" apenas na fase de operação do projeto, ou seja 80% deles, enquanto que apenas um (10%), já está sendo sentido durante a fase de construção do projeto, mas de forma temporária (geração de emprego e renda). O outro impacto, previsto para aparecer nas fases de construção e de operação do projeto, apresenta sinais evidentes apenas na área urbana de Salgueiro e região (dinamização da economia regional).

O impacto positivo - "Diminuição do êxodo rural e da emigração da região" - é apontado com efeito apenas na fase de operação do projeto. Porém, com os atrasos ocorridos em toda execução do projeto, a perspectiva de concretização deste impacto parece estar cada vez mais distante e incerta. A sobrevivência da população não pode esperar e o êxodo rural é uma realidade confirmada por relato de moradores em grupo focal, ao constatarem que há jovens saindo das áreas quilombolas à procura de alternativas de trabalho, e não retornam, independente de estarem ou não trabalhando no projeto da transposição:

Porque o que a gente teve de êxodo rural, muitos jovens que saíram daqui para trabalhar lá, na Transposição, que foram morar em Salgueiro. Eles ainda não retornaram, e muitos dos meus alunos, que eu vejo que já concluíram ensino médio,

já trabalharam na Transposição. Hoje estão, alguns largou. Eles não voltam pra cá, mas lá já não tem transposição pra trabalhar, então Salgueiro caiu nessa armadilha aí. Foi um BUM de crescimento, de uma vez, aí levou muita gente prá cidade, mas a estrutura de Salgueiro pra suportar o tanto de gente que tem lá, essa esperança toda, vai ser um problema que Salgueiro vai ter que administrar isso (Grupo Focal 1).

Diferentemente do panorama descrito sobre os “impactos positivos”, dos 15 impactos negativos, seis deles, ou seja 40%, já estão sendo sentidos nas fase de construção do projeto, e continuarão repercutindo na vida da população quilombola e do ambiente na fase de operação do projeto. Somando àqueles que irão aparecer “apenas” na fase de operação, que são mais quatro impactos - ou seja 26,6% - *serão mais de 60% os impactos negativos que irão reverberar na vida da população e do ambiente.* O impacto, “perda de terras potencialmente agricultáveis”, considerado vital para a manutenção da agricultura familiar entre os quilombolas, está classificado como dano “apenas” na fase de construção do projeto, porém, o que já ocorreu no território de Santana, e está para acontecer em Contendas/Tamboril, repercutirá negativamente também na fase de operação do projeto, e dificilmente será revertido por medidas chamadas mitigadoras, como constam no projeto. Ambas situações serão descritas mais adiante.

Resumo com os impactos elencados, relacionando-os as fases do projeto em que poderão ser mais evidentes (Quadro7).

Quadro 7 - Relação de impactos negativos e positivos do PISF, segundo fase do projeto

(Continua)

IMPACTOS NEGATIVOS	FASES DO PROJETO		
	Planejamento	Construção	Operação
1. Introdução de tensões e riscos sociais durante a fase de obra			
2. Ruptura de relações sociocomunitárias durante a fase de obra			
3. Riscos de acidentes com a população			
4. Aumento das emissões de poeira]			
5. Aumento e/ou aparecimento de doenças			
6. Aumento da demanda por infra-estrutura de saúde			
7. Perda de terras potencialmente agricultáveis			
8. Pressão sobre a infra-estrutura urbana			
9. Perda e fragmentação de cerca de 430 hectares de áreas com vegetação nativa e de habitats de fauna terrestre			
10. Diminuição da diversidade da fauna terrestre			
11. Risco de introdução de espécies de peixes potencialmente daninhas ao homem nas bacias receptoras			
12. Risco de proliferação de vetores			
13. Ocorrência de acidentes com animais peçonhentos			
14. Modificação do regime fluvial das drenagens receptoras			
15. Início ou aceleração dos processos de desertificação			

Quadro 7 - Relação de impactos negativos e positivos do PISF, segundo fase do projeto.

(Conclusão)

IMPACTOS POSITIVOS	FASES DO PROJETO		
	Planejamento	Construção	Operação
1. Geração de empregos e renda durante a implantação			
2. Dinamização da economia regional			
3. Aumento da oferta e da garantia hídrica			
4. Abastecimento de água das populações rurais			
5. Redução da exposição da população a situações emergenciais de seca			
6. Dinamização da atividade agrícola e incorporação de novas áreas ao processo produtivo			
7. Diminuição do êxodo rural e da emigração da região			
8. Redução da exposição da população a doenças e óbitos			
9. Redução da pressão sobre a infra-estrutura de saúde			
10. Melhoria da qualidade da água nas bacias receptoras			

Fonte: Brasil (2004, p. 75).

Há discursos que referem-se aos impactos, alguns como positivos, outros expressam as marcas, os impactos negativos gerados pelo projeto da transposição, caracterizando-se como situação de vulneração para populações da zona rural, para populações quilombolas.

Acho que tem impacto, e grande, né? Na população. Acho que até no povo. Hoje mesmo não é o mesmo povo em Salgueiro. A gente tem outro povo aqui, acho que teve ganhos prá população, mas tem muita gente que está vindo, né ? (Gestora 7).

[...] Acho que, principalmente as comunidades rurais que foram as mais afetadas mesmo, elas precisavam ter um preparo maior. O que eu percebo é muita insatisfação em algumas comunidades rurais que foram, que impactou não é, que a transposição vai passar no meio do terreno dela, vai precisar se deslocar, tem muitos com insatisfação muito grande (Gestora 2).

Para Rigotto e Teixeira (2009), a possibilidade de geração de emprego e renda pelos empreendimentos, leva a uma legitimação simbólica que, aliado a falta de informações claras, fidedignas e democraticamente debatidas – inclusive nos processos de licenciamento ambiental, são responsáveis por um processo de ocultação dos impactos sociais e ambientais, e corroboram para a desmobilização e baixa capacidade de mobilização da população atingida.

Mas, há narrativa de sujeitos que mostra que os impactos estão visíveis e classificados como de ordem ambiental, social, que inclui o econômico, e psicológico. A percepção é de que os diferentes níveis de impactos trazem dimensões positivas e negativas para o município, para a população.

[...] Então, a gente teria o impacto ambiental, é inerente, não tem como fazer uma obra sem trabalhar o meio ambiente; A gente teria o impacto social, há de certa forma uma mudança na composição no período [...], e aí esse social vem junto com o econômico. E a gente tem um outro impacto que é, alguns podem considerar

social, mas eu tenho tratado muito de outra forma, que é o psicológico mesmo, é o mais interno de cada pessoa, mas que termina sendo uma consequência direta que, mesmo que defenda o projeto, que mesmo que ache que aquilo é o necessário, mas mexe mesmo com o eu de cada um, principalmente as populações que estão em torno da obra (Gestora 1).

A oferta de trabalho, que aparece como um aspecto positivo pelo projeto, é analisado de forma crítica pelos entrevistados, por serem empregos temporários e não absorverem a maior parte da população local, principalmente da zona rural, das populações quilombolas, inseguras com a falta de alternativas de trabalho em suas comunidades, pela falta de incentivos públicos para convivência com o semiárido e pelo transtorno das obras da transposição em seus territórios. O êxodo rural, com a procura de trabalho na cidade, já é um problema a ser enfrentado pelo município de Salgueiro.

Mas eu acho que do lado positivo teve muitos empregos que sugeriram aqui [...] (Gestora 5).

[...] A gente tem uma característica diferenciada, que é 80% da população toda está na área urbana, embora essa área urbana não tivesse a condição de concentrar ou de estar recebendo, mas também se o município não tinha nenhuma política de fixação do homem no campo, então era isso. E por outro lado, mesmo sem essa condição, Salgueiro passou a atrair os municípios vizinhos e aí crescia a situação, e a gente observa, a gente teve prejuízo no processo mesmo, no planejamento urbano, a gente tem áreas de ocupação irregular, os tipos de moradia não foram trabalhadas, então tudo isso tinha uma repercussão muito negativa na vida das pessoas e era complementado pela questão da violência e os indicadores sociais muito baixos (Gestora 1).

Surgem também questionamentos sobre a função social do trabalho nas obras do canal, por terem certeza de que a água não vai beneficiar as comunidades quilombolas, e permitir o plantio, a criação de animais, enfim, melhorar suas condições gerais de vida.

Aí graças à Deus que eu entrei aqui numa firma, fiquei uns tempo nela, depois sai de lá e entrei aqui na transposição, ainda estou nela. É, estou. Estou achando bom, por que nós não consegue trabalhar aonde? [...] Aí, vamos supor que essa água passe nesse canal mas não sirva pra nós. Do que é que esse trabalho vai servir agora? Se a água vai passar aqui e nós não vamos ter água pra plantar, porque se você planta, você tem o que comer, né? Você plantou, você tira o que comer, você tem como tirar o seu dinheirinho por fora, até porque a feira tá bem aí, né? (Grupo Focal 3).

Mas, como afirma Rigotto e Teixeira (2009), as comunidades, por estarem excluídas dos processos de decisão, são colocadas diante da “alternativa infernal”: escolher entre a falta de opções de trabalho e geração de renda, e o emprego nesses novos empreendimentos.

As reflexões e considerações gerais feitas sobre o projeto da transposição torna visível, mesmo que para reafirmar o que já vem sendo dito por pesquisadores, estudiosos e pela

população, que, ao contrário do discurso governamental, os principais beneficiários do Projeto serão as empresas de agronegócio, com irrigação da fruticultura para exportação, e a carcinicultura.

[...] porque a gente sabe realmente que quem vai ficar com essa água são os grandes proprietários, os que possa ter dinheiro, nós somos pequenos, nós não temos condições de pagar essa água que eles vão, se vier. A gente já sabia que não ia passar [...] vai trazer essa benfeitoria prá alguém longe, que ninguém sabe nem de onde é. E nós aqui vamos ficar com quê? (Grupo Focal 2).

[...] Eu fui pro Fórum Social Nordestino, havia muito embate sobre o Projeto [...] e assim, lá já era muito criticado esse projeto, porque na verdade não seria um projeto para beneficiar quem ele tava dizendo que ia beneficiar, e sim ele tinha umas entre linhas, que na verdade era o agronegócio, eram os grandes criadores de camarões, que seria lá para o Rio Grande do Norte. Aí já era bastante criticado [...] (Grupo Focal 1).

A ênfase num modelo de crescimento sem desenvolvimento é a lógica de sustentação de empreendimentos como o projeto da transposição. Para Couqueiro (2012, p. 50),

os empreendimentos precisam se adequar aos ecossistemas e não o contrário. A relação do homem com o semiárido tem sido desastrosa, fruto do modelo de desenvolvimento que tem como base o crescimento econômico a qualquer custo. Quem determina as políticas econômicas para a região é o capital, por isso, o uso dos recursos naturais, as relações de trabalho e o produto desse trabalho são controlados por uma elite agroindustrial que conta com apoio do estado.

Concepção compartilhada na fala de entrevistados.

Agora é claro se a gente não tiver cuidado também o desenvolvimento chega e o povo fica a mercê né? Não melhora a vida do povo. Acho que... eu sou de uma região também da zona rural, e na zona rural, principalmente onde a obra passa mais próxima, tem sempre impacto maior, e eu só de uma área dessa...(Gestora 6).

[...] Porque essa comunidade aqui é uma comunidade de agricultura familiar, né? As pessoas plantam só pro consumo, se sobrar um excedente vende, mas é só prá o consumo. E tá com uns três anos que não chove aqui. Aí por isso é que o pessoal tá assim, tá dando tanto valor ao trabalho na firma. Porque se fosse um ano de inverno, que o pessoal plantasse, tinha muita gente que não deixava não sua roça prá ir prá firma não; Até porque a firma hoje em dia, é o único meio que os pais de família tão tendo pra sustentar a família [...] (Grupo Focal 3).

Mas, a crença na força da luta, da pressão e organização popular, como forma de fazer valer as promessas do governo, de mudar os rumos deste projeto, está presente como uma “luz no fim do túnel”, na fala de moradores quilombolas durante grupo focal:

[...] Eu na verdade, nesse embate eu ficava muito na dúvida, porque eu acho que poderia sim beneficiar os criadores de camarão, mas eu acredito muito na força do povo, e o povo poderia transformar essa realidade, a partir, se teria um lá na ponta,

mas teria todo um corpo que ia está desde o começo até o final, então era muito...dava para o povo transformar [...] Assim como eu acho que o não funcionamento, o não acontecimento, as promessas não cumpridas, só estão acontecendo justamente porque o povo ainda está passivo, porque, nessa linha de protesto, se abrisse um protesto aqui nessa região contra esse abandono que está tendo, eu acho que teria uma solução (Grupo Focal 1).

Ao longo deste capítulo, o discurso oficial sobre o projeto da transposição é construído de “maneira positiva e esperançosa”, para que populações rurais, quilombolas, indígenas, assentadas, “acreditem”, ou “tenham fé” que suas vidas irão mudar substancialmente para melhor. No entanto, as narrativas dos sujeitos e as reflexões construídas por autores, deixam vir à tona contradições, a distância entre o discurso oficial e a realidade, as várias nuances e dimensões dos impactos provocados pelas intervenções feitas até o momento nas áreas quilombolas e região de abrangência.

6 POPULAÇÕES QUILOMBOLAS E SEU TERRITÓRIO

*Por ser de lá,
do sertão,
lá do cerrado,
Lá do interior do mato,
da caatinga, do roçado ...*

(Lamento Sertanejo, Dominginhos).

Os quilombolas são vistos como um grupo que apresenta uma cultura e uma história particular, marcadas pela influência negra não só nas atividades agrícolas, mas também nas religiosas. Falar sobre essas populações nos remete também a uma relação de intimidade com a natureza, que, para muitos, pode ter ficado num passado longínquo, ou numa forma “ultrapassada e arcaica” de estar no mundo ocidental, cuja relação homem-natureza se mostra bastante fragilizada e distante.

Mas, de maneira persistente, as comunidades quilombolas mantêm vivos hábitos, costumes, tradições e formas de sobrevivência, não predominantes no modelo vigente, seja por não terem sido “contaminados” pelas mudanças do mundo atual, muitas das vezes pelo isolamento geográfico e/ ou exclusão social, seja pela não adaptação e opção em preservar as formas de vida transmitidas como herança familiar.

Definições sobre o que sejam comunidades tradicionais, mais especificamente as quilombolas, são abordagens mais recentes. Entretanto, segundo Arruda e Diegues (2001, p. 23), há um consenso sobre o uso do termo população indígena, significando etnia, referindo-se a povos que guardam uma continuidade histórica e cultural desde antes da chegada dos europeus na América. Para estes autores, há um intenso debate e até uma confusão sobre o significado dos termos “populações nativas”, “tribais”, “indígenas” e “tradicionais”. Mas, adotaram uma definição mais ampla, substituindo o termo “povos tribais” por “povos nativos”, que se aplica aos viventes em áreas geográficas específicas e apresentam as seguintes características:

- a) Ligação intensa com os territórios ancestrais;
- b) Auto-identificação e reconhecimento pelos outros povos como grupos culturais distintos;
- c) Linguagem própria, muitas vezes diferentes da oficial;
- d) Presença de instituições sociais, políticas próprias e tradicionais;
- e) Sistemas de produção voltados principalmente à subsistência.

Atualmente, fruto da luta e de maior visibilidade destas populações, foi instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que, na forma do Decreto nº 6040, de 7/02/2007, em seu artigo 3º, entende,

povos e comunidades tradicionais como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2013).

Ao referir-se a comunidades remanescentes de quilombos, cuja identidade étnica os distingue do restante da sociedade, Souza (2008) ressalta que a identidade étnica corresponde a um processo de auto-identificação bastante dinâmico e não se reduz a elementos materiais ou traços biológicos distintivos, como cor da pele, por exemplo.

6.1 ASPECTOS FUNDIÁRIOS – CAMINHOS PARA REGULARIZAÇÃO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA

“De uma coisa sabemos, a terra não pertence ao homem: é o homem que pertence a terra. Disso temos certeza. Todas as coisas estão interligadas, como o sangue que une uma família. Tudo está relacionado entre si. Tudo quanto agride a terra agride os filhos da terra. Não foi o homem quem teceu a trama da vida: ele é meramente um fio da mesma. Tudo o que ele fizer à trama, a si próprio fará”.

(Discurso feito pelo líder dos índios Suquamish e Duwaminsh, Chefe Seattle, ao presidente americano Franklin Pierce, em 1854).

No Brasil há mais de três mil comunidades remanescentes de quilombos, que localizam-se em vinte quatro estados da federação, sendo a maior concentração nos estados do Maranhão, Bahia, Pará, Minas Gerais e Pernambuco, o que significa 63% localizadas no Nordeste Brasileiro. Isso representa 1,17 milhão de quilombolas, divididos em 214 mil famílias. Os únicos estados que não registram ocorrências destas comunidades são o Acre e Roraima, e o Distrito Federal (BRASIL, 2013).

Para Santos, as comunidades quilombolas passaram a ser reconhecidas como parte do “processo civilizatório nacional” e, portanto portadoras de direitos, apenas cem anos após a abolição da escravidão no Brasil, quando em 1988, com a Constituição Federal, foi incluído o principal direito que refere-se à questão fundiária (SANTOS, F. L., 2013).

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias, versa sobre o direito de propriedade das terras quilombolas: “Aos remanescentes das

comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

Além de influenciar no processo da Constituinte de 1988, o Movimento Negro no Brasil também foi determinante na construção das constituições estaduais da Bahia (artigo 51 do ADCT), Goiás (artigo 16 do ADCT), Maranhão (artigo 229 do ADCT), Mato Grosso (artigo 33 do ADCT) e Pará (artigo 332), que reconhecem o direito dos remanescentes dos quilombos à propriedade de suas terras tradicionais. Em outros estados, como Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo existe legislação não constitucional sobre a regularização fundiária de terras quilombolas (ROCHA, 2012).

Em 2003 é aprovado o Decreto nº 4.887, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. O Decreto também define quais são as terras consideradas quilombolas, caracterizadas como “são terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural” (BRASIL, 2003).

É da Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1989, cujo Brasil é signatário, que o Decreto nº 4.887 empresta o princípio da autodeterminação como critério fundamental para determinar os grupos como sendo quilombolas (Art. 2º, § 1). Cabe ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ao Distrito Federal, Estados e Municípios, a competência para realizar todo procedimento descrito neste Decreto, em parceria com os Institutos de Terras Estaduais, e diálogo com a FCP e Ministério Público (BRASIL, 2003).

Segundo Santos, F. L. (2013, p. 1),

A partir de 2003, com o Decreto 4.887, a questão quilombola no Brasil ganhou novos contornos e novas perspectivas, uma vez que a operacionalização da política pública de regularização fundiária passou a considerar as diversas formas de uso, apropriação e organização do território das comunidades quilombolas.

Salientamos ainda que o Decreto nº 4.887/2003, estabeleceu que a titulação das terras quilombolas é de modalidade coletiva, com cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade, sendo emitido o título em nome de associações que legalmente representam as comunidades quilombolas (BRASIL, 2003). Em 2004, a Instrução Normativa N.º16, do INCRA/MDA, acrescenta a definição de terras, em seu art. 4º:

[...] bem como as áreas detentoras de recursos ambientais necessários à preservação de seus costumes, tradições, cultura e lazer, englobando os espaços de moradia e, inclusive, os espaços destinados aos cultos religiosos e os sítios que contenham reminiscências históricas dos antigos quilombos (INCRA, 2004).

Porém, apenas em setembro de 2008 é publicada Instrução normativa nº 49, do INCRA/MDA, que estabelece em detalhes os procedimentos administrativos, incluindo outras etapas, como a desintração (após a demarcação das terras) e o registro das terras ocupadas por quilombolas, previamente regulamentados no referido Decreto (SANTOS, F. L., 2013).

Nas regiões de maior concentração de comunidades remanescentes de quilombos, até outubro de 2013, foram certificadas, pela Fundação Cultural Palmares (FCP)¹², 2.408 comunidades quilombolas, e há 996 processos de regularização fundiária em curso. O documento de Certificação emitido pela FCP, garante às famílias quilombolas a regularização territorial junto ao INCRA. Para o processo de certificação, a autodefinição é necessária para a caracterização dos remanescentes de quilombos, e será registrada no Cadastro Geral junto à FCP, que expedirá certidão (BRASIL, 2013)

Além da certificação de terras quilombolas, cabe à FCP auxiliar juridicamente as comunidades dos quilombos após expedição do título, para a defesa da posse da terra.

Até o início de 2013, o INCRA tituló 207 territórios quilombolas, beneficiando 12.906 famílias, representando apenas 10,14 % das que já são certificadas (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2013).

Sucintamente, uma descrição das etapas para homologação das terras quilombolas que possuem certificação pela FCP (Quadro 8).

Quadro 8 - Etapas para Homologação das Terras de Comunidades Quilombolas

ETAPAS PARA HOMOLOGAÇÃO DAS TERRAS DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS	
Fase inicial	<i>Abertura de processo no INCRA para reconhecimento de Territórios Quilombolas</i> – procedimento que será feito por qualquer interessado, das entidades ou associações representativas de quilombolas ou de ofício pelo INCRA;
Elaboração de RTID	<i>Início do estudo da área</i> , que consiste na caracterização espacial, econômica, ambiental e sociocultural da terra ocupada pela comunidade. A identificação dos limites das terras das comunidades remanescentes de quilombos é feita a partir de indicações da própria comunidade, bem como a partir de estudos técnicos e científicos, inclusive relatórios antropológicos.
Análise e julgamento de recurso ao RTID	Após a publicação do RTID, o processo é aberto para contraditório.
Portaria de Reconhecimento	Portaria que declara os limites do território
Decretação/Encaminhamento	Decreto presidencial que autoriza a desapropriação privada / encaminhamentos a entes públicos que tenham a posse
Desintração	Notificação e retirada dos ocupantes
Titulação	Emissão de título de propriedade coletiva para a comunidade, em nome de sua associação legalmente constituída.

Fonte: Adaptado de INCRA (2008) .

Nota: ¹ *Relatório técnico de identificação e delimitação*

¹² A Fundação Cultural Palmares (FCP), criada em 1988, é uma instituição pública vinculada ao Ministério da Cultura que tem a finalidade de promover e preservar a cultura afro-brasileira.

A afirmação dos direitos territoriais das comunidades quilombolas - garantido no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias - é o que existe de mais representativo, e desperta uma série de questões que envolvem aspectos sócio-econômicos, espaciais, jurídicos, culturais, e, mais recentemente, ambientais, que levam à questão do significado dessas comunidades no mundo contemporâneo e sua efetiva inserção cidadã (FREITAS et al., 2011).

O “Sertão Quilombola”, uma publicação do Centro de Cultura Luis Freire (2008, p. 11),¹³ afirma que,

Um aspecto comum à grande maioria das comunidades, sejam as surgidas antes ou a partir do final do século XIX, é que os territórios se constituíram, desde o início, a partir do uso de terras não apenas para moradia e cultivos de subsistência, mas para diversas práticas – coleta, caça, pesca, rituais sagrados – que pouco a pouco foram criando vínculos afetivos e sentimentos de pertença.

Apesar do governo defender, desde 2003, que a regularização fundiária é a base para a implantação de alternativas de desenvolvimento, além de garantir a reprodução física, social e cultural de cada comunidade, há um longo caminho a ser percorrido pelas comunidades quilombolas, haja vista a situação de lentidão das políticas públicas de titulação territorial (CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, 2003, p. 25).

Ao sair do âmbito da Fundação Cultural Palmares, a partir do Decreto nº 4.887/2003, a regularização fundiária de territórios quilombolas, ao ser assumida pelo INCRA, traz o tema para o âmbito da questão agrária, sem deixar de fazer parte da dimensão étnica e cultural.

Para Germani (2010 apud SANTOS, F. L., 2013),

O problema da questão quilombola se insere no bojo da questão agrária à medida que envolve disputas políticas e territoriais motivadas pela desigual estrutura fundiária brasileira capitaneada ‘ [...] pelos interesses antagônicos entre os agentes hegemônicos do capital, o Estado, as organizações e os movimentos sociais de luta pela/na terra’.

Todavia, mesmo não havendo um número significativo de títulos entregues às comunidades quilombolas no Brasil, Santos, F. L. (2013, p. 1) acredita que,

[...] já há hoje uma série de intervenções públicas em curso em diversas comunidades quilombolas, em várias regiões do País, que, do ponto de vista

¹³ O CCLF é uma organização de Direitos Humanos, com trinta e cinco anos de atuação, quinze dos quais na promoção e defesa dos direitos da população quilombola. A partir de 2000, passa a colaborar com o fortalecimento institucional da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas (AQCC), o que vem a ocorrer em 2006 com a Comissão Estadual de Articulação das Comunidades Quilombolas de Pernambuco (CEACQ/PE) e com a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ).

geográfico, tem acionado um novo processo de (re) produção do espaço/território dessas comunidades quilombolas, à medida que uma série de transformações territoriais está ocorrendo, como resultado da regularização fundiária.

No âmbito da luta política, o povo quilombola já enfrentou ameaças concretas à manutenção das conquistas obtidas no campo da regularização dos seus territórios. Como exemplo, foi ajuizada pelo Partido Democrata (DEM), uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN nº 3.239-9/600), no Supremo Tribunal Federal, que contestava principalmente o direito à terra das comunidades que, uma vez tituladas, se tornam inalienáveis e coletivas. E, em maio de 2007, o deputado Valdir Collato (PMDB-SC), apresentou o Projeto de Decreto Legislativo nº44 de 2007, com o objetivo de suspender a aplicação do Decreto nº 4.887 e anular todos os atos administrativos expedidos com base neste Decreto. Ambas ameaças foram barradas, com base no artigo 68 da Constituição Federal (BISPO, 2012, p. 1).

Estes fatos refletem a ideologia conservadora representada no Congresso, ao tratar a questão fundiária segundo interesses das oligarquias rurais e agrárias, tentando barrar as conquistas políticas de Estado dos povos quilombolas, que, do ponto de vista da legislação, tentam resgatar a dívida histórica com este segmento da sociedade a fim de assegurar mais justiça social, em que pese todos os entraves concretos à efetivação das conquistas jurídicas até então.

Os discursos e conquistas legais suscitam esperanças, porém as demandas das comunidades quilombolas relativas ao território no Brasil, vem sendo respondidas com morosidade. As causas dessa letargia vão desde as estruturais, econômicas, políticas e históricas, como também a insuficiência técnica e de orçamento, fruto da não priorização política com a questão (SAUER, 2010).

Em Pernambuco essa realidade não é diferente do restante do país, haja visto que das 121 comunidades quilombolas atualmente reconhecidas, apenas duas são tituladas, que são as Comunidades de Castainho, no Município de Garanhuns, e a de Conceição das Crioulas, em Salgueiro, uma das três Comunidades deste estudo.

A luta da comunidade de Conceição das Crioulas pelo território é marcada por conflitos com fazendeiros, que desde o início do século XX, de forma ilícita, foram adquirindo terras em suas áreas, acarretando a diminuição significativa do que havia sido conseguido com o suor de muitos. As invasões por parte de fazendeiros, presenciada pelos moradores, provocaram uma diminuição expressiva dos territórios das muitas famílias que dependem deles para sobrevivência.

Os brancos chegavam e pediam: me dê aqui prá eu colocar um curral, para deixar o gado ai [...] Ai as pessoas já dava os filhos pra eles serem padrinho e aí eles iam entrando, se apossando [...] eles ficaram com tudo e nós quase nada (CENTRO DE CULTURA LUÍS FREIRE, 2008, p. 21).

Foi no ano de 2000 que Conceição das Crioulas recebeu o título de seu território, pela FCP, órgão na época responsável pela titulação das terras quilombolas. A concessão do título, no entanto, não implicou a retirada dos ocupantes não quilombolas (proprietários e/ou posseiros), que continuavam a gerar conflitos e episódios de violência em Conceição das Crioulas. As providências necessárias não foram adotadas para a desapropriação e o reassentamento. Em 2004 foi aberto novo procedimento de titulação no INCRA, trazendo uma esperança de que os fazendeiros fossem desapropriados e o problema fundiário solucionado. E, desde 2008 o processo encontrava-se em fase de RTID.

A luta pela regularização do território de Santana tem como marco o ano de 2006, quando foi enviada solicitação à FCP, para certificação da comunidade, obtida em 12/03/2007. Em 2011 o INCRA/MDA publicou, no Diário Oficial da União e no Diário Oficial de Pernambuco o RTID, referente ao quilombo, que foi “batizado” de comunidade remanescente quilombola Santana III (INCRA, 2011, p. 108). O RTID foi elaborado com base no Relatório Antropológico estruturado pelo antropólogo Geraldo Barboza de Oliveira Júnior, em 2009, a pedido do Ministério da Integração - PISF, como parte do Subprograma de Regularização das Terras Quilombolas, que consta do Programa Básico Ambiental de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas, o PBA 17. Com base no Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica, Ambiental e Sócio-Cultural da Comunidade Remanescente do Quilombo de Santana,

Tal ocupação é legitimada pela lembrança de seus moradores. A relação com a terra é marco da existência da comunidade de remanescente de quilombo de Santana. Os relatos são de uma objetividade singular quanto se trata dos limites da comunidade de Santana (OLIVEIRA JÚNIOR, 2009 apud BRASIL, 2011, p. 104).

Ressaltamos que a publicação do RTID não avançou no tocante ao detalhamento mais atual e fiel das particularidades da comunidade quilombola de Santana, particularmente no contexto das obras da transposição e seus impactos na área (BRASIL, 2011). Isto demonstra que, apesar de mais um passo ter sido dado para a regularização do território quilombola de Santana, há inúmeras contradições e interesses políticos e econômicos envolvendo a questão, e o processo para titulação definitiva continua.

O quilombo de Contendas, formado pelas localidades de Contendas e Tamboril, tem apenas o território de Tamboril certificado pela FCP 2007, e não há informações sobre outras

etapas do processo. Tamboril é um território desapropriado pelo INCRA, comprado para reforma agrária. Essa área, historicamente, é de uso da comunidade para o plantio, para a pecuária, para subsistência das famílias. Desde 1998, o não reconhecimento deste território como um quilombo desencadeou um conflito entre os quilombolas e o governo.

A gente trabalha nesta terra há muitos anos. Já vem de 100 anos, meu avô morreu com a idade de 100 anos, eu acho que nós já pagamos essa terra! Já tá mais do que paga, a gente desde criança trabalhando nessa terra! Eu estou com 64 anos, não estou mais trabalhando nela, mas tem minha família, meus filhos, genros, netos... Aí a gente tá querendo ficar com ela como quilombola, pelos quilombolas (CENTRO DE CULTURA LUÍS FREIRE, 2008, p. 24).

Apenas o processo de certificação não traz a segurança necessária sobre os direitos ao território. O discurso do governo, de que para esta comunidade as condições são mais favoráveis, não tranquiliza a população quilombola de Contendas/Tamboril.

[...] A gente foi reconhecido pela Fundação, a gente tem a documentação do reconhecimento, tem a emissão de posse, mas nós não temos o título, tá nessa questão. Porque fica, a gente procura o título aí diz: “Não, é a comunidade que está mais andada, porque não tem fazendeiro lá, não tem intruso, a comunidade é uma comunidade só, aonde era um proprietário só, mas a gente não tem o título. Então significa dizer que nós estamos lá, mas nós ainda não somos os donos, [...] (Liderança 2).

O PBA 17, já referido anteriormente, traz a justificativa de que,

Independente da situação em que se encontrem os territórios quilombolas situados nos municípios de influência direta do empreendimento, partiu-se da constatação de que se faz necessário, em caráter imediato, a agilização dos processos de reconhecimento, demarcação e desintração dos mesmos, a fim de garantir a estabilização e a segurança das comunidades quilombolas (BRASIL, 2005, p. 3).

O subprograma de Regularização das Terras Quilombolas, que constitui o PBA 17, apresenta como objetivo:

Apoiar o processo de reconhecimento e garantia territorial das comunidades que se auto definem como quilombolas situadas na área de influência direta do empreendimento, através do estabelecimento de uma parceria entre o Ministério da Integração Nacional e o INCRA/MDA, com a alocação de recursos para identificação, delimitação e regularização fundiária dos territórios quilombolas (BRASIL, 2005, p. 4).

E como meta, esse subprograma aponta a ampliação do número de territórios quilombolas regularizados, bem como a redução dos conflitos pela posse de terra.

Mas as intenções e o discurso governamental não se concretizam em uma prática efetiva, que garanta o cumprimento de sua meta, haja visto que nas áreas do nosso estudo,

apenas a comunidade de Santana teve o apoio do MI, que, com a contratação de um antropólogo, elaborou o Relatório Antropológico, ferramenta necessária para avançar no RTID junto ao INCRA.

Para a comunidade de Contendas/Tamboril nenhuma medida concreta foi tomada até o momento. De forma sucinta, a situação fundiária das comunidades do estudo (Quadro 9).

Quadro 9 - Situação jurídica quanto à regularização fundiária das comunidades do estudo

MUNICÍPIO	COMUNIDADE	SITUAÇÃO JURÍDICA	CONTRIBUIÇÃO DO PISF NO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO	
			SIM	NÃO
Salgueiro	Santana	- Em 2006 - Reconhecida pela FCP (12/03/2006) - Em 2011- Publicação pelo INCRA do RTID	X	X
	Contendas/ Tamboril	-Reconhecida pela FCP em 02/03/2007 (apenas a área Tamboril) -Tamboril- área desapropriada pelo INCRA, gerando conflitos.		X
	Conceição das Crioulas	-Em 2000 - Titulada em 14/07/2000 pela FCP; -Em 2004 - Processo de Regularização aberto no INCRA; - Em 2008 - Elaboração de RTID		X

Fonte: A autora, 2014.

Quanto a novos processos de titulação, em março de 2008 havia vinte e uma comunidades quilombolas de Pernambuco com processos abertos no INCRA, porém em apenas seis processos havia sido tomada alguma providência por parte do INCRA (ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2008).

Conforme a Articulação das Comunidades Quilombolas do Estado de Pernambuco (ACQEP)¹⁴, ainda permanece na agenda de prioridades, em primeiro lugar, a luta pela titulação da terra, ao lado de demandas relativas às políticas sociais e recursos para o desenvolvimento de atividades geradoras de renda (ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2011).

Para Sauer (2010, p. 6),

[...] o direito ao território étnico é condição *sine qua non* para a garantia de outros direitos humanos, como o direito à alimentação, ao trabalho e à moradia, bem como à preservação da cultura ancestral das comunidades quilombolas. [...] A morosidade do Estado em garanti-los consubstancia uma violação de direitos humanos por omissão, e perpetua a injustiça histórica de que as comunidades quilombolas são vítimas.

¹⁴ Organização criada em 2003, em Pernambuco, com objetivo de “articular as comunidades do estado para que a luta pela garantia dos direitos dos quilombolas avance de forma integrada” (ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2011) A sua fundação deu-se durante o II Encontro das Comunidades Quilombolas de Pernambuco que a Associação Quilombola de Conceição das Crioulas promoveu, em maio de 2003, com o apoio do Centro de Cultura Luiz Freire. A representação estadual encontra-se sediada em Conceição das Crioulas.

E, ao referir-se ao Projeto de transposição do rio São Francisco, Sauer (2010) acrescenta que as obras violam os direitos humanos dessas populações, principalmente o direito à terra e território.

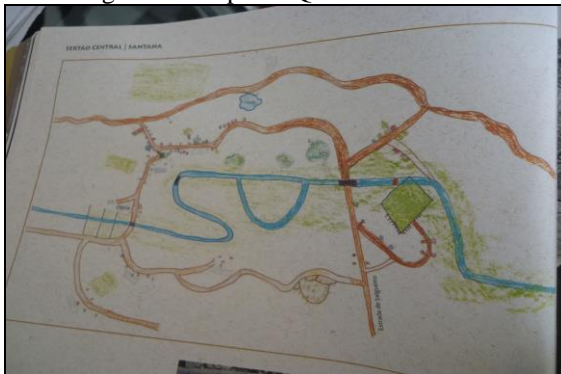
Essa violação, causada pela implementação de um projeto de governo, como o projeto da transposição, desrespeita o que preconiza a Constituição Federal, quando estabelece como princípios norteadores da República Federativa do Brasil a dignidade da pessoa humana e institui como objetivos construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Portanto, a concretização do direito de propriedade às comunidades quilombolas é um passo para efetivar esses preceitos (GAMA; OLIVEIRA, 2007).

6.2 A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SANTANA

A comunidade quilombola de Santana em Salgueiro, Pernambuco, é adscrita ao distrito de Umãs, desde 1910, e formada pelos sítios Livramento, Jurema, Olaria, Recanto e a própria Santana, que representa o centro da comunidade. Neste Sítio foi erguida a igreja católica dedicada à Senhora Santana.

A figura 2 mostra o mapa do território de Santana, produzido por moradores quilombolas. No mapa há indicação do acesso ao sítio Olaria (esquerda, parte inferior do mapa), a igreja e as casas no centro da comunidade (esquerda, parte superior), estrada para Salgueiro (direita, parte inferior), dentre outras características do território. A figura 3 mostra uma das casas do Sítio Recanto, onde realizamos o grupo focal.

Figura 2 - Mapa do Quilombo Santana



Fonte: Centro de Cultura Luiz Freire (2008, p. 40).

Figura 3 - Sítio Recanto, Quilombo de Santana



Fonte: A autora, 2013.

A partir da história oral, estima-se que o quilombo de Santana existe há cerca de 200 anos, com uma área de 2.402 hectares.

Durante todo o século XX,

essas famílias foram estabelecendo relações sociais, econômicas e de casamento entre si, vivendo da agricultura e superando juntas os períodos de seca, especialmente a de 1932 quando a memória dos mais velhos recordam os tempos de comer chique-chique, pão de mucunã, lavado em sete águas, farinha feita da cuca de umbu, xerém, pipoca, mugunzá doce e branco, pirão feito com a farinha da cuca do umbuzeiro, beiju de parreira [...] (CENTRO DE CULTURA LUÍS FREIRE, 2008, p. 39).

O acesso de Santana se dá por estrada não pavimentada, a uma distância de 24 km da sede de Salgueiro, 10 km a oeste do distrito de Umãs, e a 20 km da cidade de Terra Nova. Em Relação à Recife, encontra-se a uma distância de 554 km (BRASIL, 2011).

6.3 A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SANTANA E O PROJETO DE TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

*Que rumor é esse na mata?
e Por que se alarma a natureza?
Ai...é a moto-serra que mata,
Cortante, oxigênio e beleza.*

Carlos Drummond de Andrade.

O projeto da transposição do rio São Francisco pode ser visto com um marco na história desta comunidade, com sua história podendo ser escrita antes e depois desse projeto.

O quilombo de Santana está próximo ao canal do Eixo Norte, no trecho I, dentro da Área Diretamente Afetada (ADA). Inicialmente, identificada pelo projeto como comunidade rural e inserida no Programa Ambiental de Infra-estrutura de Abastecimento de Águas ao Longo dos Canais (PBA15), foi posteriormente incluída no Programa Ambiental de Desenvolvimento de Comunidades Quilombolas- o PBA 17, objeto de atenção no capítulo 8 deste estudo (BRASIL, 2005, p. 3).

Com as visitas feitas por técnicos do MI, antes do início das obras do canal, a comunidade criou uma expectativa positiva em torno do Projeto, pois os rumores eram de que chegaria água e haveria empregos para todos. Acreditava-se que a “cara da comunidade ia mudar”, mas, que seria para melhor.

[...] o primeiro contato que a gente teve com o pessoal do Ministério da Integração foi com Carlos Braga. O primeiro contato que a gente teve, e ele falou que o projeto

viria para melhorar a comunidade, para mudar a cara da comunidade, que ia ser um projeto muito bom, e todo mundo ficou muito feliz, achando que ia ter acesso à água pra agricultura, foi o que deu a entender na primeira conversa [...] . Com o passar do tempo a gente foi conhecendo melhor o projeto, foi sendo apresentado pra gente, e a gente ficou sabendo que seria água para o consumo humano, e que as comunidades a 5 km pra cada lado do canal, seriam atendidas com água para o consumo humano, mas que não teria acesso a água pra agricultura[..] (Liderança 1).

Atualmente as obras do canal passam dentro do território de Santana (Figuras 4 e 5), e vem deixando marcas profundas de degradação ambiental e perdas. A população chegou a acreditar que haveria um diálogo e consulta com o MI, sobre o ritmo das obras, os trechos em que a obra ia acontecer, como preservar a mata e árvores centenárias, porém, o processo se deu como se fora em “terras de ninguém”.

[...] E aí, acabou que parte do nosso território precisou ser cedido, 100 m para cada lado do canal, a gente teve que ceder para o Ministério, pra construção do canal, e aí, além do barulho, da poeira que a obra causa mesmo, o que mais doeu assim na comunidade vê, foi árvores que tinham um valor histórico pra gente, um valor sentimental e que a gente viu assim ser cortadas, ser dizimadas, e não teve nenhum respeito, porque a gente faz todo um trabalho ambiental, de respeito, de não desmatar, tem árvores assim que a gente nem sabe há quantos anos estavam ali e a gente viu ser derrubado, foi doloroso essa parte. Não, porque na verdade assim, a gente achou, a gente achava que, como a terra era nossa, eles não iam chegar lá e desmatar assim. Só que não foi bem assim. A obra vinha avançando e a gente: ‘ não, mas eles não vão entrar aqui’, porque quando a obra passou as pessoas que iam ser indenizadas não tinham sido indenizadas ainda, e a gente achou que não fosse acontecer, que não ia ser assim, mas a obra veio e veio, e passou realmente, e foi derrubando, foi muito rápido e a gente meio que ficou atônico, sem acreditar, não, mas como assim? A terra é nossa e a gente não derrubou essas árvores, e agora eles vem e derrubam? Foi muito rápido mesmo, assim, a gente não acreditava mesmo. A gente achou que: espera aí, a terra é da gente! Então eles primeiro vão vir aqui, vão conversar com a gente, mas não foi (Liderança 1).

Figura 4 - Placa afixada pelo MI, ao lado das obras do canal



Fonte: A autora, 2013.

Figura 5 - Obras do canal - Território do Quilombo de Santana



Fonte: A autora, 2013.

Com uma população de aproximadamente 399 habitantes, totalizando 85 famílias, vivendo da agricultura familiar e pecuária, o quilombo de Santana tinha terras destinadas à

agricultura que são de responsabilidade de cada núcleo familiar reunindo pais, filhos e netos, mas, no ciclo da colheita, costumavam adotar o sistema de mutirão, quando todos trabalhavam juntos nas roças uns dos outros (CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE, 2008, p. 39).

No entanto, com as obras da transposição, temos que nos referir a essa forma de sobrevivência como coisa do passado, em virtude da interferência, de forma violenta e devastadora, nos meios de subsistência das famílias, nas áreas de plantio coletivo, chamada sequeiro¹⁵, onde se davam as práticas de agricultura familiar e da pecuária.

Como afirma Rinaldo Arruda, as populações tradicionais, dentre elas as quilombolas,

apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltado principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais e, habitualmente, de base sustentável. Essas populações – caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas e outras variantes – em geral ocupam a região há muito tempo, não têm registro legal de propriedade privada individual da terra, definindo apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de uso comunitário, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente (ARRUDA, 2000, p. 274).

Narrativas feitas por lideranças confirmam as marcas deixadas no território, na forma de vida dos moradores, na paisagem.

E aí de perca mesmo assim, fica pra gente a questão do território, que era nessa área que era uma roça comunitária, de área de sequeiro, que todo mundo ia lá, plantava lá, e se perdeu. Eu mesma não consigo localizar nem onde era, tamanha foi a transformação, desmatou uma faixa muito grande assim, eu não tenho nem como localizar onde era essa roça (Liderança 1).

No olhar de Milton Santos, por haver geografias desiguais no mundo, surgem configurações com preparos diferentes uma das outras, para o que ele chama de certas inovações (SANTOS, F. M., 2012).

Podemos pensar então, que a realidade de Santana, se apresenta como uma área onde:

A estrutura imposta (inovação) mantém uma tão grande oposição relativamente às formas existentes que estas nunca se acham inteiramente integradas ao novo; este e o velho operam lado a lado, embora não sejam duas entidades separadas e autônomas. Por conseguinte, a paisagem é formada pelos fatos do passado e do presente (SANTOS, F. M., 2012, p. 68).

¹⁵ Área de sequeiro é assim: é um espaço que agente usa, mesmo quando não tem água de jeito nenhum, mas é um espaço para tirar umbu, tirar lenha, tirar estacas, para criar os animais soltos, bode, vacas. É uma área assim que a gente precisa pra se sustentar, pra se manter [...] É uma área coletiva que a gente precisa pra sobreviver, porque como é zona rural, então a gente tem necessidades específicas e a gente precisa dessa área para sobreviver (informação verbal - Liderança 1).

Compreender a organização espacial do quilombo Santana e de sua evolução, a partir das obras da transposição, pode ser possível. Segundo Santos, M. (2012), com base numa aprimorada interpretação do processo dialético entre formas, estrutura e funções (categorias do método geográfico), através do tempo. Na tentativa de adaptação para o contexto espacial da área em estudo, aproximamos as definições feitas pelo autor, para cada categoria em questão:

- a) A *forma*, como aspecto visível de uma coisa, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão (SANTOS, F. M., 2012, p. 69), pode ser considerado como o próprio canal que está sendo construído.

[...] Passou no meio da comunidade e ai dividiu. Ficou o lugar que a gente tem as casas, e o lugar que a gente planta no riacho, e aí do outro lado, no meio mesmo, onde fica o canal, onde era a roça comunitária, e do outro lado era onde a gente criava bode, vacas, soltas na caatinga, e grande parte de Santana tá do outro lado, pelo mapa você vai vê que tem um pedacinho de Santana, e ai o canal passa do outro lado é a maior faixa de Santana, e ai fica do outro lado do canal [...] (Liderança 1).

- b) A *função*, relacionada a uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa (SANTOS, F. M., 2012, p. 69), pode ser associada às passarelas e passagens necessárias e solicitadas pela população, assim como a finalidade última do canal, que poderia ser beneficiar a população local:

[...] A questão das passarelas, a gente conversou para aumentar a quantidade de passarelas, para nossos animais conseguir ir e voltar, mas ai não foi feito. A gente vem conversando sobre o aumento de passarelas e não está sendo feito ainda, eles falam que vai vê, que o engenheiro vai vê e tal e não foi visto ainda (Liderança 1).

O projeto não foi concluído, não tem água ainda no canal. A expectativa é que pelo menos quando tiver água as pessoas possam usar. O que diz no projeto é que a água vai servir para essas comunidades, para o consumo das pessoas e dos animais, mas assim a expectativa em si do povo não é só essa, porque as pessoas plantam e aí precisa da água pra plantar, pra irrigar a cultura (Gestora 2).

- c) A *estrutura*, que implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção (SANTOS, F. M., 2012, p. 69) podemos associá-la às várias dimensões implicadas no projeto e nas obras do canal.

[...] A gente vê as questões das matas em si, dos espaços, dos territórios, das pessoas. A comunidade de Santana mesmo passou o Projeto de Integração passou mesmo pelo território de Santana e aí tem essa questão de impacto, em relação ao território mesmo do espaço e comunidade, que envolve toda a questão social e econômica. O pessoal foi indenizado no espaço do canal, mas só o espaço onde passa o canal. A comunidade ficou de um lado, o território onde as pessoas trabalhavam, criavam os animais, ficou do outro lado do canal (Gestora 2).

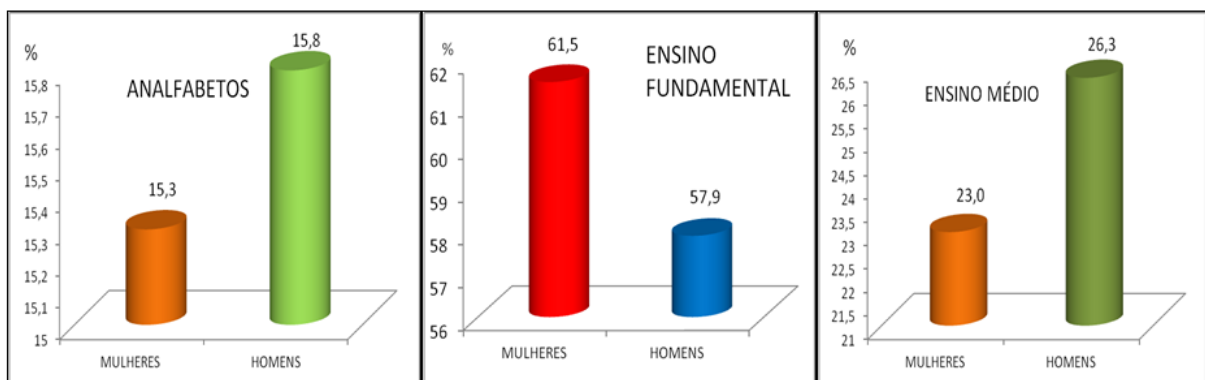
[...] falando também na questão, de que vieram aqui, pra dizer se era bom a Transposição, a gente tem em ata, e eles colocaram que tudo isso ia ser discutido e ia ser garantido: a questão da passarela, a questão do projeto de desenvolvimento local, projeto econômico de desenvolvimento local, a questão da educação que aqui na comunidade ia melhorar, a questão da saúde também eles colocaram que ia melhorar, mas tudo isso eles colocaram pra que as pessoas assinassem prá que a obra passasse, porque se as pessoas não assinassem, numa comunidade tradicional, e se as pessoas tivessem colocado o pé em cima, se tivesse conhecimento mesmo do quê que era, do transtorno que essa obra ia trazer, ela não passaria (Grupo focal 3).

6.4 UM RETRATO DE SANTANA: DADOS DO QUESTIONÁRIO CAP E A PERCEPÇÃO DE SUJEITOS

Em Santana foram aplicados sete questionários CAP, representando 87,5% das famílias que tiveram suas casas de taipa substituídas por alvenaria, pelo projeto da transposição.

No aspecto escolaridade, a resposta dos entrevistados referiu-se a 32 pessoas, sendo 19 homens e 13 mulheres (média de 04 pessoas por família). Essas famílias eram constituídas por mais homens que mulheres (59,3% para 40,7%), entretanto o nível de escolaridade geral entre homens e mulheres é muito próximo, com as mulheres apresentando percentual de 84,6% com algum grau de escolaridade e os homens com 84,2%. Entre as pessoas sem nenhuma escolaridade, a tendência se manteve, com percentual quase igual entre homens e mulheres analfabetos (15,8% para homens e 15,3% para mulheres). Quanto ao grau de escolarização para o ensino fundamental, as mulheres aparecem com 61,5% concluído e os homens com 57,9%. Para o ensino médio, 26,3% dos homens haviam concluído, contra 23,0% das mulheres (Gráfico 01). Nenhum membro das famílias tinha curso superior.

Gráfico 1 - Nível de Escolaridade - Comunidade Santana



Fonte: A autora, a partir do questionário CAP- Funasa/Suest-PE, 2010.

A comunidade contava com duas escolas municipais, estando uma sem funcionamento e outra que funcionava em condições precárias. Porém, atualmente as escolas estão fechadas e

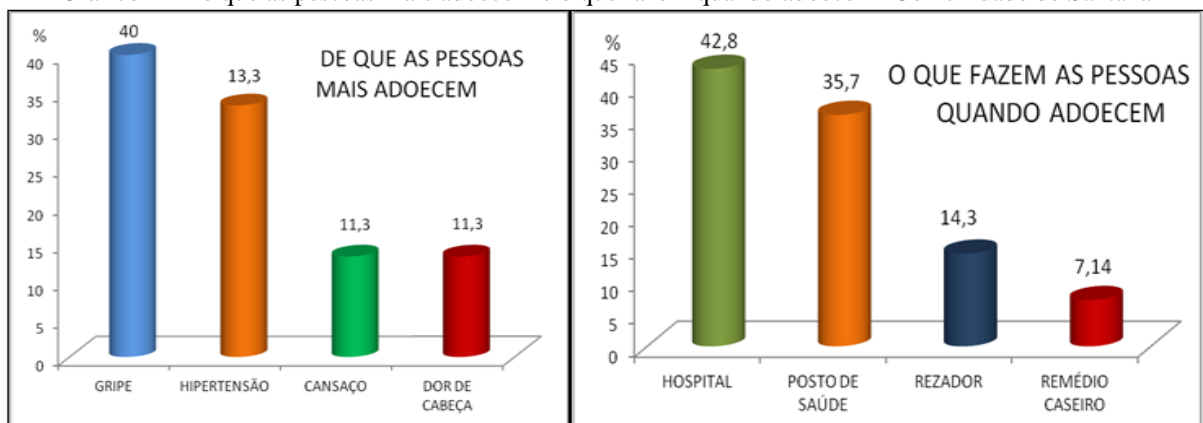
as crianças da comunidade precisam deslocar-se para estudar nos Distritos de Umãs e Pau Ferro, cujo acesso está mais difícil com as obras do canal.

Olha, lá em Santana, a escola de lá foi fechada, mas foi fechada porque tinha um número pequeno de crianças. Inclusive nós temos uma ata aqui, assinada pelos pais, já dizendo que aceitavam o fechamento da escola. Porque era uma escola multisseriada e só tinha 21 crianças, então elas, essas crianças foram multisseriada, desde educação infantil até o quinto ano, aí tornava assim mais dificultoso, tanto para o professor como para o município, que também precisava ter uma merendeira, uma auxiliar e então as crianças de lá foram transferidas para escolas. Algumas estudam na de Umãs outras estudam no Pau Ferro. Então elas foram transferidas de comum acordo com as famílias e elas foram estudar nessas escolas (Gestora 2).

Tem hora que o desvio está interrompido e você tem que arrodar lá por outro local, aí tem a escola da gente que fica lá do outro lado do canal; [...] a questão da escola, construção de escolas também, foi prometido também e não foi construído (Liderança 1).

Quanto às questões referentes à saúde, as informações do questionário fazem menção à estratégia de saúde da família, pela Secretaria Municipal de Saúde, com presença do agente comunitário pelo PACS e visita de médico a idosos da comunidade. Os problemas de saúde mais frequentes na comunidade, apontados pelo questionário CAP, apresentam uma coerência com as narrativas dos sujeitos do estudo, indicando uma relação com as obras da transposição (Gráfico 2).

Gráfico 2 - De que as pessoas mais adoecem e o que fazem quando adoecem- Comunidade de Santana



Fonte: A autora, a partir do questionário CAP- Funasa/Suest-PE/2010.

As obras da transposição vêm comprometendo e fragilizando a saúde de moradores, conforme relatos que confirmam os agravos em torno de problemas respiratórios, provocados pela poluição ambiental. Consequência das inúmeras explosões para construção do canal, houve um aumento na frequência de problemas de saúde entre os moradores, tanto de ordem física como emocional. Há relatos de episódios constante de gripes e de problemas

respiratórios, além de alterações na pressão arterial, com os sobressaltos provocados nos momentos das explosões. Pessoas portadoras de deficiência têm vivenciado momentos de insegurança e medo. Algumas casas na comunidade também apresentam grandes rachaduras provocadas pelas explosões. A narrativa abaixo e reveladora dessas situações:

Tem. Poeira [...] Olhe aí, quem tá fazendo tratamento por causa da poeira! E o médico já disse que é a poeira do canal. [...] Poeira quente. Oi, aqui de um lado e de outro, se você andar na caatinga assim, quando você sair fora ninguém vai tá com qualidade de roupa não, só é terra, ao redor do canal, umas duzentas trezentas braças, só é terra mesmo. [...] Tem gente que tem alguns deficientes em casa, que na hora que estoura as bombas, chega... minha sogra mesmo é uma, ela tem uma deficiente, que na hora que estoura as bombas, até passar mesmo, dá um medo, a pressão sobe lá pra cima, [...] tem gente que ajeita as casa, deixa as casa bem bonitinha, aí com as explosão, quando você olha assim, as casas estão terminando de rachar até embaixo, e eles não ligam pra isso ai não, eles querem saber que estão terminado a obra deles; [...] Quando dá cinco horas que pára, você vai prá casa, pensa que é chuva né? Só terra! (Grupo Focal 3).

As medidas adotadas pelas pessoas da comunidade quando estão doentes, segundo informações do questionário CAP, mostra uma maior procura pelo atendimento hospitalar (42,8%) e posto de saúde (35,7%), em detrimento ao uso das práticas tradicionais, como consultas ao rezador (14,3) e uso de remédios caseiros (7,14), que juntas representam 21,44% (Gráfico 2).

Entretanto, o Centro de Cultura Luiz Freire afirma que há situações particulares de saúde que continuam a ser tratadas pelas pessoas de referência na comunidade, como as rezadeiras e benzedeadas.

As práticas tradicionais de reza e cura são recorrentes no quilombo Santana. Existem rezadeiras e benzedeadas atuantes, que são procuradas para os casos de mau olhado, quebrante, dor de cabeça e espinhela caída (CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE, 2008, p. 41).

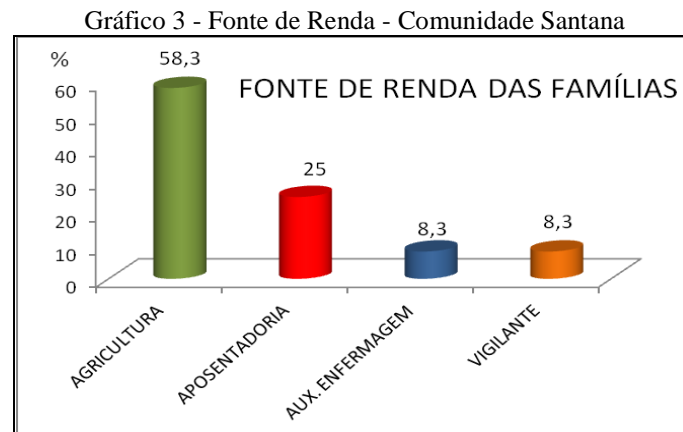
Quanto ao atendimento de saúde oferecido à comunidade, os serviços são prestados no Posto de Saúde do Distrito de Pau Ferro, cujo acesso está mais difícil com as obras da transposição.

[...] agora até pra gente, até para o ser humano ir pra Pau Ferro para ter acesso à saúde e tudo encontra dificuldade, porque às vezes você vai, aí o desvio é por outro local, depois você vai e o desvio já é por outro local [...] o PSF fica do outro lado canal [...] mas a princípio foram muitas promessas com relação à saúde. PSF foi prometido, não foi cumprido [...] (Liderança 1).

A assistência à saúde oferecida à Comunidade de Santana parece distante do que preconiza a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, que tem como um dos objetivos específicos “Garantir e ampliar o acesso da população negra do campo e da floresta,

em particular as populações quilombolas, às ações e aos serviços de saúde” (BRASIL, p. 39. 2007).

Em relação às formas de sobrevivência e fonte de renda das famílias de Santana, os dados do questionário mostravam uma predominância para o trabalho na agricultura (58,3%), seguido da renda proveniente da aposentadoria (25%) (Gráfico 3).



Fonte: A autora, a partir do questionário CAP- Funasa/Suest-PE, 2010.

A agricultura familiar, base de produção da comunidade, é exercida com o cultivo, principalmente de arroz, feijão, milho, cebola, tomate, coentro e pimentão. Os agricultores estão politicamente organizados na Associação Quilombola de Santana, instituição que busca potencializar as demandas políticas da comunidade (LUCENA, 2013).

Lucena (2013, p. 3) ressalta também, como atividade existente na comunidade,

Também é relevante destacar a atividade de artesanato, desenvolvida por um grupo de mulheres da comunidade. O artesanato é constituído por bordados e rendas. O grupo está, atualmente, buscando articular também a produção de colares, usando sementes da Caatinga. A renda das famílias é acrescida com a aposentadoria rural e o Cartão Bolsa Família.

Porém, as obras da transposição, somada à situação climática, vem interferindo na forma tradicional de trabalho das famílias quilombolas de Santana e da região do semiárido.

Há narrativas de que as obras da transposição “vem resolvendo”, temporariamente, para uma parcela da comunidade, as dificuldades financeiras e de trabalho. Mas, a pergunta de como será após a conclusão das obras, aparece no discurso como uma preocupação concreta.

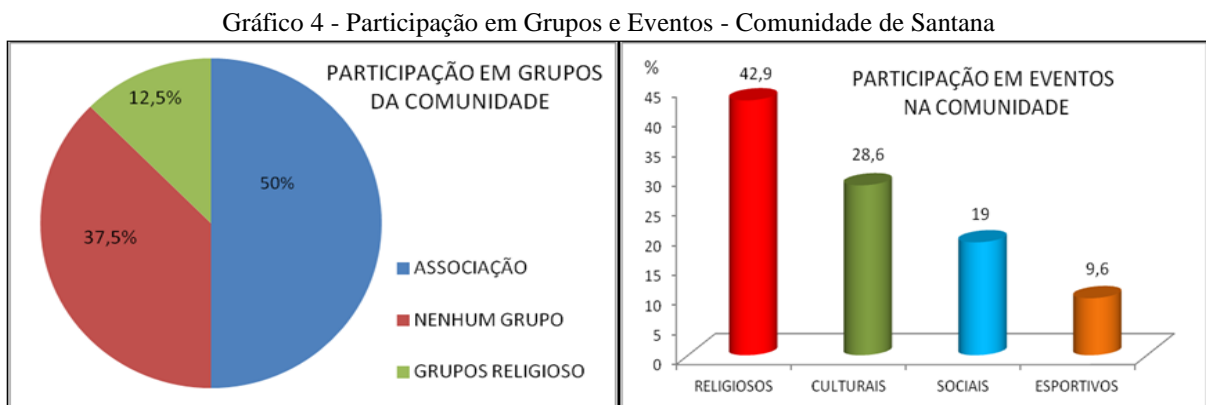
[...] Sim, a transposição. [...] Foi 2009 ou 2010? [...] Foi 2009; Pois é, na época eu tava aqui, mas quando eu tava, eu pejei prá entrar mas não entrei, aí também fui embora. Aí graças á Deus que eu entrei aqui numa firma, fiquei uns tempo nela, depois sai de lá e entrei aqui na transposição, ainda estou nela. [...] É, estou. Estou achando bom, por que nós não consegue trabalhar aonde? [...] Oh! Mas uma coisa eu

digo a vocês: tá certo que essa Transposição ela tá seguindo agora, mas a pessoa tem que pensar assim, veja se eu estou errada: hoje tá tendo emprego, vamos dizer, pros pai de família sustentar sua família, tudo que tem começo tem fim. Essa obra começou, igualmente um dia ela vai ter que terminar, quando ela terminar quem tá na firma vai vazar, o dinheiro vai acabar né? [...] (Grupo Focal 3).

A Comunidade de Santana, organizada em torno da Associação Quilombola, é vinculada à Comissão de Articulação Estadual das Comunidades Quilombolas de Pernambuco (ACQEP), que atua na luta pela garantia dos direitos dos quilombolas no Estado.

Os dados do questionário CAP, no tocante a participação em grupos organizados, mostrou que metade dos entrevistados (50%), participava da associação de moradores e a outra metade se dividiu entre os que não estavam inseridos em nenhum grupo (37,5%) e os que participam de grupos religiosos (12,5%).

Porém, ao referir-se a participação em eventos realizados na área, quase a metade dos entrevistados (42,9%) mencionou participação em eventos de caráter religioso, seguido de eventos culturais (28,6%), sociais e esportivos (Gráfico 4).



Fonte: A autora, a partir do questionário CAP- Funasa/Suest-PE, 2010.

Como equipamentos coletivos, há na comunidade os espaços das igrejas católica e evangélica, as escolas (atualmente fechadas), o campo de futebol e as roças nas épocas de mutirões (CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE, 2008, p. 40), atualmente prejudicadas com as obras do canal da transposição.

Em relação aos eventos que ocorrem no quilombo de Santana, Lucena faz menção as comemorações no mês junho, quando a comunidade realiza festejos juninos, envolvendo comunidades circunvizinhas. A noite de São João (23/06) é animada com quadrilhas e muito forró. E, ao término do forró, por volta de quatro horas da manhã, é realizada a volta da ressaca, tradição de visitar as residências da comunidade. As pessoas são recebidas pelas famílias, com comida e bebida, e a volta só termina após a visita a todas as casas da

comunidade, na tarde do dia 24 de junho. Essa tradição, além de ser uma confraternização, fortalece os laços de amizade entre as pessoas da comunidade (LUCENA, 2013). Outros significativos na comunidade são descritos pelo autor:

a comunidade também organiza a festa de sua padroeira Santana, evento realizado na terceira semana de Julho. Um outro elemento importante da comunidade de Santana é a dança da *Manzuca*¹⁶. Atualmente, através da Associação Quilombola de Santana, a *Manzuca* está sendo revigorada na comunidade. O grupo de *Manzuca* é constituído por pares de dançarinos, na sua maioria senhores e senhoras. Mas, já está sendo realizado um trabalho para inserir os jovens na dança da *Manzuca*. Ela é mais dançada durante as festas juninas. Desde 2009 que a *Manzuca* faz parte dos atrativos juninos da cidade de Salgueiro, [...] (LUCENA, 2013, p. 3, grifo nosso).

A *Manzuca* de Santana existe desde o surgimento da comunidade, no início do século XIX. A gravura abaixo mostra um momento festivo da comunidade, com a *Manzuca* sendo dançada também por jovens da comunidade, resultado do incentivo realizado pela Associação de Moradores de Santana (Figura 6).

Figura 6 - Mazuca de Santana



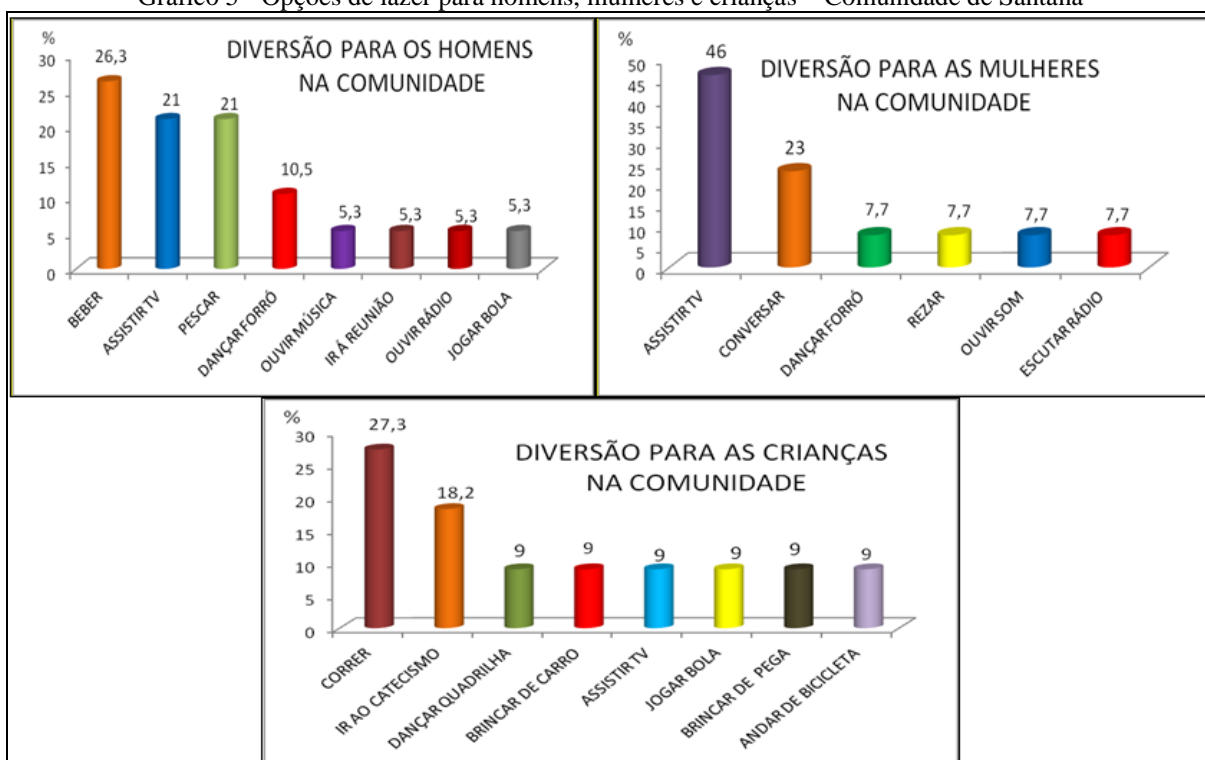
Fonte: Moura (2012).

Com referência as opções de lazer existentes na comunidade, pelos dados do questionário, há predominância do uso da televisão como diversão para as mulheres (46%) e da bebida alcoólica (26,3%) como diversão para os homens, o que nos parece uma precariedade nas opções existentes, podendo significar, principalmente para os homens, um risco à saúde.

Às crianças, a mesma precariedade de opções é observada, estando reservado principalmente brincadeiras de corrida (27,3%) e ida ao catecismo (18,2%), como formas de diversão (Gráfico 5).

¹⁶ A Mazuca é um ritmo que mistura influências indígenas e africanas, numa mescla de pandeiro, ganzá e batida de pés. A Mazuca nasceu do encontro de escravos que fugiam para “o meio do mato” e lá encontravam os índios. Juntos, eles reproduziam as festas de Mazurca, dança popular polonesa que animava as casas-grandes dos engenhos vistas e ouvidas de longe pelos negros da senzala (OLIVEIRA JUNIOR, 2009 apud LUCENA, 2013).

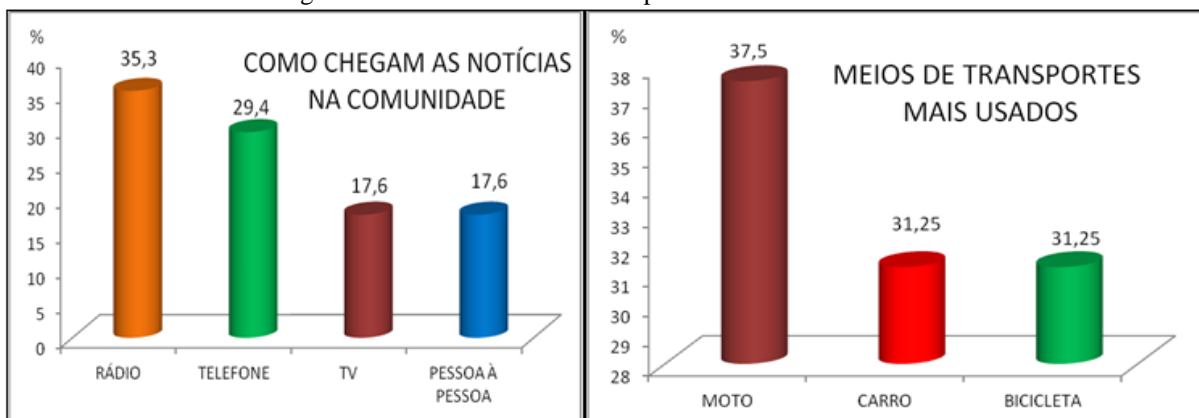
Gráfico 5 - Opções de lazer para homens, mulheres e crianças – Comunidade de Santana



Fonte: A autora, a partir do questionário CAP- Funasa/Suest-PE, 2010.

Ao referir-se às formas como chegam às notícias na comunidade, os dados do CAP apontaram que o rádio é um veículo importante na transmissão de informações, com 35,3% das respostas, seguido do uso do telefone (29,4%). Apesar da precariedade quanto à telefonia na área, sendo uma das promessas feitas pelo MI e não cumpridas, junto à inclusão digital, esse recurso tem uma penetração nas formas da comunidade estabelecer os seus contatos, sendo mantidas ainda, de maneira significativa, o vínculo entre as pessoas para fazer circular as informações. A comunicação pessoa-pessoa aparece com o mesmo percentual da comunicação por televisão, com 17,6% das respostas (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Como chegam as notícias e meios de transporte mais utilizados - Comunidade de Santana



Fonte: A autora, a partir do questionário CAP- Funasa/Suest-PE, 2010.

As possibilidades de deslocamento e acesso à comunidade, anteriormente feita por dois caminhos devidamente identificados (por Salgueiro e pelo Distrito de Umãs), hoje encontra-se prejudicada com as obras da transposição, sendo mais um transtorno na vida dos moradores de Santana.

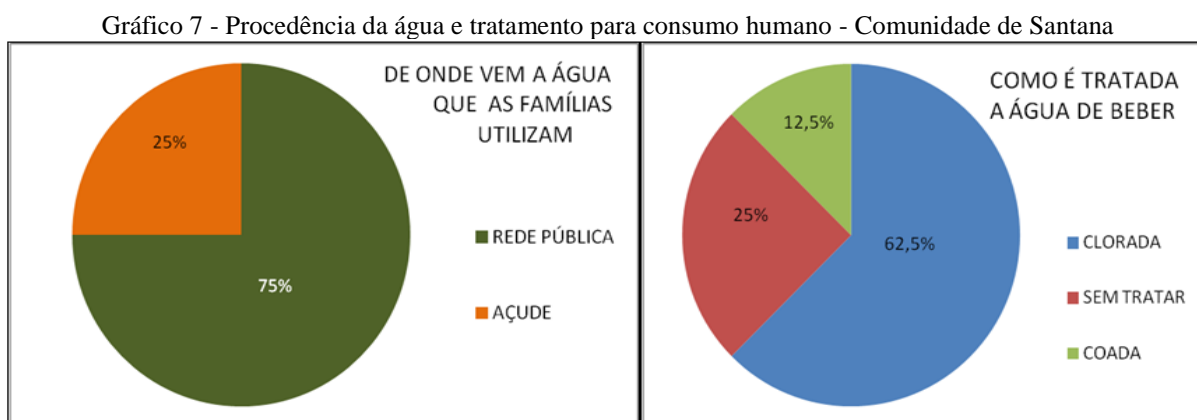
Dentro do território, o livre deslocamento de pessoas e animais também está comprometido e, mesmo com mobilizações da comunidade o problema não foi resolvido.

[...] por enquanto só tem um garantido que é o da passagem principal pra Salgueiro, mas o da passagem para os animais, pra pessoas irem pra o outro lado do território, não tem nada garantido. Essa é a questão, apesar das pessoas já terem se mobilizado, já terem enviado abaixo-assinado pedindo, mostrando, né, necessidade dessas passarelas, a gente não teve nenhuma resposta [...] (Grupo Focal 3).

O abastecimento de água em Santana, segundo o questionário CAP, aponta uma procedência maior pela rede pública (75%), com abastecimento também por açude (25%). Porém, ter as casas com encanação, ligadas ao sistema da Compesa, está longe de significar “água chegando com frequência” nas residências da comunidade. Antes do projeto da transposição, havia uma diversificação na forma de abastecimento, dependendo do sítio, que incluía água vindo do Riacho Grande, de barragens, cacimbas, adutoras e cisternas (BRASIL, 2011).

Segundo Brasil (2011), houve interrupção e/ou desvio do Riacho Grande para fornecimento de água e o isolamento da barragem, prejudicando a criação e a irrigação.

O tratamento da água para consumo humano, segundo 62,5% do questionário, vem sendo feito por meio do uso do cloro, distribuído principalmente pelo agente de saúde, havendo 25% de respostas para o não tratamento da água para beber (Gráfico 7).



Fonte: A autora, a partir do questionário CAP- Funasa/Suest-PE, 2010.

Nosso estudo confirma a precarização do abastecimento de água com as obras da transposição, a partir da análise dos discursos.

Apesar de haver encanação em alguns sítios da comunidade, como Recanto, Jurema e Olaria, a água não chega igualmente nessas áreas, porém a Compesa envia, mensalmente, a cobrança para as famílias pagarem por um serviço que não é prestado.

[...] Mas realmente é não ter água pra você cozinhar feijão, é não ter água pra você dar a uma galinha, é não ter água mesmo; [...] Não tem água nem pra você beber, que muitas vezes você vai no pote, tá só lá aquele restinho, você rapa com o caneco no copo, ainda sai com gosto de barro, e você tem que tomar, porque só tem ela [...] Agora tem uma coisa: a água pode vim pouco, agora duvido que o papel, lá da casa que nós vive é de R\$ 80 a 100 pra pagar, vem eu quero vê! Pode num vim um pingão d'água na torneira, mas no final do mês eles traz os papelzinho com 80 a 100, sem mentira nenhuma! [...] É, porque eles não se preocupam com o motivo da pessoa não ter água, eles não se preocupa com a feira que a pessoa tem que botar dentro de casa, com o dinheirinho dá água, que a pessoa tira pra pagar, com os filhos que a pessoa tem prá criar, eles querem saber que tenha só aquele dinheiro pra pagar água, pra não faltar, não pode faltar de jeito nenhum, porque se faltar seu nome vai pra o SPC, você fica com seu nome sujo. Muitas vezes por causa de cinco reais, mas num vê que passa o mês todinho e não sai uma gota de água, se você quiser ter água pra lavar roupa, pra beber, você tem que botar uma lata em cima da cabeça e sair caçando, em pleno século XXI! Eles não pensam nisso ai, né? [...] Mesmo não tendo água nas torneiras, aqui ainda chega água, mas nos dois outros sítios, tem Jurema, Olaria, que não chega água de jeito nenhum, mesmo assim o pessoal continua pagando (Grupo Focal 3).

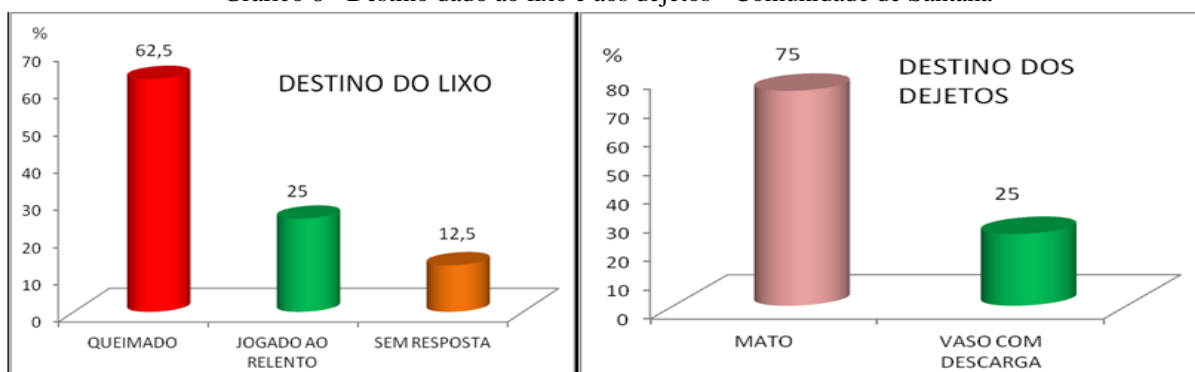
A forma principal de abastecimento, em alguns sítios, tem sido pela contratação de carros-pipa.

É de carro-pipa [...] E ali em Jurema tem... [...] Lá não chega de jeito nenhum. É, lá é muito sofrimento, aqui de vez em quando chega uma aguinha para nós fazer..., mas lá [...] Hoje mesmo, quando nós vinha prá cá, Salete vinha com a lata seca, vinha lá de cima; [...] (Grupo Focal 3).

O destino do lixo e dos dejetos foram aspectos inseridos no diagnóstico socioambiental, identificados a partir do questionário CAP.

Quanto ao destino do lixo na área quilombola, quase 63% das respostas mostraram que o lixo é queimado, ou jogado ao relento na comunidade (25%). As precárias condições de saneamento na comunidade fazem com que os dejetos sejam lançados ao relento, com 75% das respostas (Gráfico 8). Não há serviço público de coleta de resíduos, nem de esgotamento sanitário, e as práticas da queima e descarte do lixo ao relento, bem como os esgotos à céu aberto, são danosas à saúde humana e do ambiente.

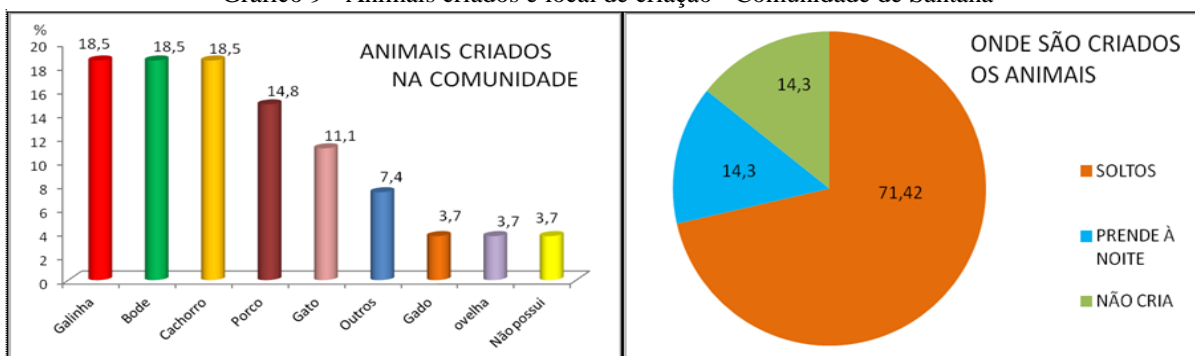
Gráfico 8 - Destino dado ao lixo e aos dejetos - Comunidade de Santana



Fonte: A autora, a partir do questionário CAP- Funasa/Suest-PE, 2010.

Dados mostram a diversidade de animais que havia no território em 2010, criados soltos no terreiro. Animais domésticos e de pequeno porte existentes na comunidade (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Animais criados e local de criação - Comunidade de Santana



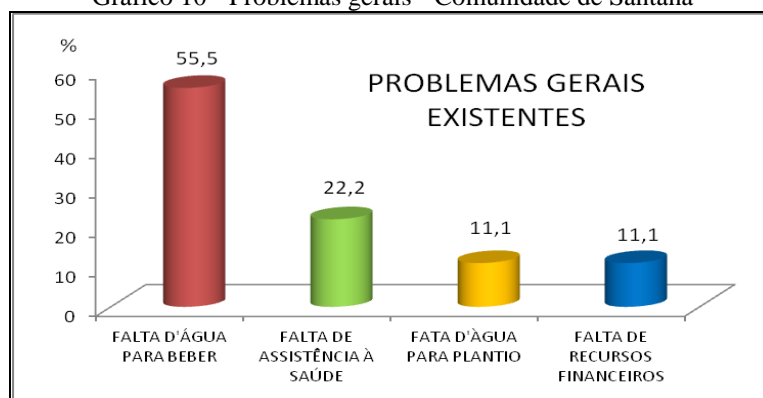
Fonte: A autora, a partir do questionário CAP- Funasa/Suest-PE, 2010.

Em Santana, a atividade pecuária se constitui pela criação de pequenos animais, caprinos, ovinos, aves, suínos e gado. Porém, com as obras do canal e sem passagens adequadas para o deslocamento dos animais, conforme reivindicação dos moradores, essa atividade está seriamente comprometida, representando mais um prejuízo para comunidade.

[...] E o território que a gente criava os animais soltos, que a gente perdeu tudinho, porque ficou do outro lado. Eu falo assim perdeu, é nosso, só que assim: como é que a gente vai criar animal se não tem como o animal ir e vir? [...] (Liderança 1).

Os dados do questionário CAP nos trazem, como consolidado geral, e confirmando o que foi descrito até o momento, os problemas considerados mais críticos para a comunidade, aparecendo com mais metade das respostas (55,5%) a escassez de água para consumo humano e a falta de assistência à saúde (22,2%) (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Problemas gerais - Comunidade de Santana



Fonte: A autora, a partir do questionário CAP- Funasa/Suest-PE, 2010.

No início do Projeto, em reuniões ocorridas com os técnicos do MI, várias foram as promessas feitas e registradas em ata pela Associação. Hoje, passados cinco anos do início das obras, a população tem clareza de que o propósito maior das reuniões e visita dos técnicos era obter a assinatura dos moradores, em documento oficial, com a concordância para que as obras do canal fossem feitas em seu território. Há uma queixa contundente de que a população não teve conhecimento do real transtorno e das perdas, do dano ambiental que haveria no território, para evitar que as obras fossem feitas.

[...] falando também na questão, de que vieram aqui, pra dizer se era bom a Transposição, a gente tem em ata, e eles colocaram que tudo isso ia ser discutido e ia ser garantido: a questão da passarela, a questão do projeto de desenvolvimento local, projeto econômico de desenvolvimento local, a questão da educação que aqui na comunidade ia melhorar, a questão da saúde também eles colocaram que ia melhorar, mas tudo isso eles colocaram pra que as pessoas assinassem pra que a obra passasse, porque se as pessoas não assinassem, numa comunidade tradicional, e se as pessoas tivessem colocado o pé em cima, se tivesse conhecimento mesmo do quê que era, do transtorno que essa obra ia trazer, ela não passaria. (Grupo Focal 3).

Em Santana, com base nas narrativas dos sujeitos, podemos resumir o que foi prometido pelo MI, enquanto Projeto da Transposição, e não cumprido até o momento.

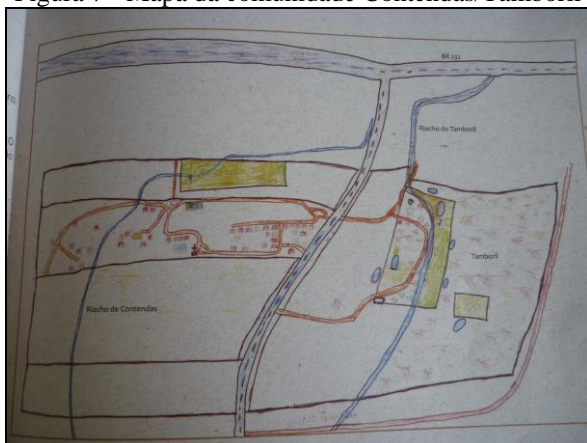
- a) Melhoria da assistência à saúde, com PSF
- b) Melhoria no serviço de Educação
- c) Quiosque cidadão (com inclusão digital e telefonia)
- d) Projeto econômico de desenvolvimento local
- e) Passarelas
- f) Construção de banheiros
- g) Indenizações

6.5 A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CONTENDAS E TAMBORIL

O quilombo de Contendas existe há mais de cem anos, é formado pelas localidades de Contendas e Tamboril. Está a 24 km da sede do município de Salgueiro e faz fronteira também com o município de Terra Nova. Conta com uma população de 47 famílias. A maioria das residências está na área de Contendas, e lá se encontra o terreno dos descendentes de Zé Simião.

A figura 7 mostra o mapa de Contendas/Tamboril, elaborado por moradores quilombolas, onde há referência sobre o acesso pela BR 232 (parte superior do mapa), os riachos do Tamboril e de Contendas, as casas e igreja (direita do mapa, na área Contendas), área agricultável (direita na área Tamboril), etc. A figura 8 retrata um dos acessos à área Contendas, mostrando a casa onde realizamos o grupo focal com a comunidade.

Figura 7 - Mapa da comunidade Contendas/Tamboril



Fonte: Centro de Cultura Luiz Freire (2008, p. 25)

Figura 8 - Acesso na Comunidade Contendas/Tamboril



Fonte: A autora, 2013.

De acordo com o Centro de Cultura Luiz Freire, no livro “Quilombos do sertão de Pernambuco”,

A história de Contendas é contada a partir da história de vida de José Simião dos Reis, fundador da comunidade. O negro velho chamado Chico, então morador da Fazenda Tamboril, foi quem acolheu o menino José Simião dos Reis com três anos de idade. Zé Simião, chamado de Pai Nanão, cresceu em Tamboril, mas tinha muitos familiares em Contendas. Quando resolveu morar em Contendas, já havia algumas famílias de brancos habitando o lugar. Contam que é deste tempo que se estabeleceu uma relação de compadrio entre os negros descendentes de Simião e os brancos. Em função de difíceis condições de vida, a permanência dos negros na região foi diminuindo, ficando só três casas. As situações de discriminação perpassam a trajetória dos descendentes de Pai Nanão, que apesar das estratégias de conviência e compadrio, recordam que a comunidade sempre fora dividida em moradores negros e brancos. *Não queriam que namorasse com os filhos de Simião, porque diziam que ele era negro cativo. Mas hoje mesmo, essas famílias... estão misturadas na família de nós [...]*. Atualmente é quilombola em Contendas quem reconhece a importância e a descendência de José Simião dos Reis (CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE, 2008, p. 24, grifo nosso).

Hoje, as principais lideranças da comunidade são a Sra. Antonia e o Sr. José Francisco Nascimento, conhecido como Zé Muniz. A Sra. Antonia é filha de José Simião dos Reis, cuja propriedade tem 21 hectares de sítio e onde residem quarenta e quatro famílias (área Contendas). O Sr. Zé Muniz é o presidente da Associação dos Produtores Rurais de Contendas. A área de Tamboril tem cerca de 900 hectares e residem três famílias.

6.6 A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CONTENDAS / TAMBORIL E O PROJETO DE TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Desde o início do Projeto da transposição, o discurso do MI é vago quanto às obras a serem feitas na comunidade de Contendas/Tamboril e quanto aos benefícios no acesso à água da transposição.

[...] quando eles vieram pra cá, a gente já sabia que já ele já tinha dito aqui na comunidade. E a questão, quando a gente perguntava: e água, vai ficar água pra trabalhar? E aí a gente nem sabia que ia passar esse canal aqui, né? A gente achava, que no riacho, que é onde a gente trabalha aqui, que passa ai na comunidade de Umãs, a gente perguntou: e essa água vai ser possível a gente ter acesso a ela? Ele disse não, isso ai é uma questão que vem depois [...] (Grupo Focal 2).

Tendo sido inicialmente identificada como uma área rural pelo EIA (Estudo de Impacto Ambiental), o quilombo de Contendas/Tamboril foi inserido no Programa Ambiental de Implantação de Infra-Estrutura de Abastecimento de Água às Populações ao Longo dos Canais, PBA 15, cujo objetivo é “implantar sistemas de abastecimento de água, visando à melhoria da qualidade de vida das populações, em comunidades situadas na Área Diretamente Afetada do PISF, além de reduzir os riscos associados a eventuais tentativas de uso clandestino das águas dos canais e reservatórios” (BRASIL, 2005), e posteriormente inserido no Programa de Desenvolvimento de Comunidades Quilombolas, outro Programa Básico Ambiental, o PBA 17, que iremos abordar mais adiante.

O Cronograma de Execução que consta do PBA 15, previa até dezembro de 2015, a conclusão das atividades necessárias para implantação das obras dos sistemas de abastecimento. As atividades programadas foram a elaboração dos projetos básicos de sistema de abastecimento de água para as comunidades (2007 à meados de 2012); a assinatura dos convênios com prefeituras e/ou órgãos estaduais para implantação das obras (segundo semestre de 2012 à janeiro de 2013); e a implantação das obras dos sistemas de abastecimento (fevereiro de 2012 à dezembro de 2015) (BRASIL, 2005, p. 18). No entanto, até junho de

2012, apenas 1% do valor previsto para o programa havia sido executado, conforme Resumo Executivo do Ministério da Integração (BRASIL, 2012).

Com as obras da transposição, ameaças concretas recaem sobre o território de Contendas /Tamboril, sem o devido conhecimento e consentimento da população e de sua Associação de Moradores. O território quilombola localiza-se próximo ao trecho VI do Eixo Norte do projeto, considerado uma etapa futura pelo PISF, na Área Diretamente Afetada (ADA). Tal etapa, que inclui a construção de um reservatório no território quilombola, identificado em documento oficial como “Reservatório Tamboril” desde 2004 (BRASIL, 2004, p. 50), não era do conhecimento da população até meados de setembro de 2013, quando começaram a chegar pessoas desconhecidas da população na área, fazendo medições no terreno, porém sem esclarecer o objetivo da ação. De maneira vaga diziam ser para obras da transposição que iriam passar no território.

[...] É, começou a chegar pessoas lá medindo, pedindo o auxílio do pessoal da comunidade pra saber onde é que vai passar, mas depois foi que, quando: “o que é que está acontecendo?” Não, é porque aqui vai passar o ramal, vai ser muito bom pra vocês, vai passar dentro da comunidade, mas nós não fomos informados. A gente tem a propriedade, mas não é informada do que é que vai acontecer, entendeu? (Liderança 2).

Até aquele momento a população tinha como percepção geral de que não iria ser atingida diretamente pelas obras da transposição, mas a possibilidade de construção de um “ramal”, que na realidade é o “Reservatório Tamboril”, dentre os vinte e quatro reservatórios previstos pelo PISF,¹⁷ provocou uma inquietação e preocupação entre os moradores, pelos transtornos que haverá na vida da população, principalmente na forma de subsistência, por afetar a área destinada à agricultura familiar.

[...] Assim, nós até o momento, a gente não foi atingido. Tem uma previsão, que a gente ficou sabendo também há poucos dias, que a gente ia ser atingido, vai passar um ramal exatamente onde a gente trabalha e aonde a gente tava morando que é naquela parte do Tamboril. [...] E aí, se esse ramal passar, se esse canal passar lá vai ser sim muito atingido, porque nós já estávamos com as casas prontas, morando lá no Tamboril, e é a área onde a gente trabalha, se passar lá a gente não vai ter como trabalhar (Liderança 2).

A falta de informação oficial, aliado aos boatos de que até casas de alvenaria serão derrubadas, inclusive as recém construídas por um dos programas do projeto da transposição,

¹⁷ Reservatório – Locais onde a água fica armazenada. Podem variar em tamanho. Ao todo, no PISF, serão construídos 24 reservatórios (BRASIL, 2004c, p. 44).

o PBA 17, mostra o descaso e desrespeito do MI com os direitos de cidadania no acesso à informação e o desperdício do dinheiro público, que constrói, para em seguida destruir.

De fato, o que ocorre em Contendas/Tamboril é uma violação de direitos, dos termos da Convenção 196 da OIT - ao não fornecer informações condizentes com os planos governamentais e não considerar as demandas das comunidades, as quais devem concordar com as obras.

Há também outra grande preocupação, que é a ameaça de destruição da área agricultável e de preservação, localizada no território Tamboril.

As casas de ser derrubadas são o menos, agora toda a comunidade trabalha naquela área lá, essa área de cá ela não é agricultável, o mais agricultável é lá. [...] Aonde vai passar o ramal. [...] Provavelmente na agricultura sejam todos, agora as casas que vão ser derrubadas são menos, que tem mais pra cá do que pra lá. [...] Umhas quinze casas. Não menos. Acho que é umas oito casas (Grupo focal 2).

[...] a gente tem a área, pra nós é grande, a gente tem uma área em que a gente briga por cima de tudo por essa área, que ela seja preservada mesmo. É, no nosso *território*. É dentro do nosso território, e esse é aonde irá passar, se vai passar o canal. É, o ramal. Além de atingir a área que é preservada vai atingir também a nossa área de plantações (Liderança 2).

De maneira incipiente, já havia, na ocasião do nosso trabalho de campo, uma intenção da comunidade em negociar a localização da obra, mesmo sem a clareza do que realmente vai ser construído no território, e de forma organizada ir ao MI para conhecer oficialmente o que está previsto nos documentos do Projeto. Nenhuma visita oficial do Ministério da Integração na área, nenhum contato com as lideranças, apenas os trabalhadores fazendo medições e divulgando um “benefício que não é explicado”.

[...] Já avisaram na comunidade que as casas que estão feitas lá vão ter que sair, e assim, a gente não tem uma explicação, uma coisa que nos explique, que nos diga o que é que vai acontecer mesmo com a gente [...] Aí vai ser muito prejudicial se acontecer isso, né?! Se a gente tá tentando vê a possibilidade, já que é um ramal, se não dá pra passar mais pra lá ou mais pra cá, seja lá como for, pra gente negociar, só que no momento só diz o pessoal lá, a gente só vê o pessoal que vai fazer as medições, mas a gente não tem uma informação do que é que vai acontecer, como é que vai acontecer. [...] A gente, na comunidade, tá decidido que a gente vai fazer, que a gente pode fazer uma reunião e a gente conversar, só que, apareceu essas pessoas aí a gente, eles: “ não, não é com a gente”, mas aí também não sabe dizer com quem é, e onde é que a gente vai buscar essas informações, na comunidade, o que é que vai acontecer [...] (Liderança 2).

Assim, a gente vai tirar a comissão da comunidade, e a gente quer conversar com o pessoal lá do escritório mesmo, [...] porque já que a gente vai nessa comissão a gente vai primeiro cobrar documento, o que é que vai acontecer na comunidade que a gente não tava sabendo, tem essas medições, já tem avaliações e a gente saber o que é esse documento, aonde ele estava, e porque isso não foi apresentado pra gente [...] É isso que a gente está cobrando, porque se já sabia que tinha um projeto, que ia

passar esse ramal, a gente já devia ter o documento em mãos. E isso nem foi apresentado nem documento, quando eles chegaram já foi fazendo as medições, como se aqui fosse, como se não tivesse ninguém no meio [...] E daí a gente vê o que é que eles vão poder fazer, e o que é que a gente vai poder fazer também na comunidade, pra gente pelo menos tomar pé. E aonde é que a gente vai ficar, o quê que vai acontecer, porque que não apresentaram o documento pra gente, e daí por diante a gente tomar alguns encaminhamentos nessa reunião (Grupo Focal 2).

A situação atual do território Contentas /Tamboril, que não tem o título definitivo de posse, é outro aspecto que preocupa a população, diante da ameaça de construção do reservatório pelo projeto da transposição. Por não se sentirem “oficialmente” proprietários, questionam se o governo iria indenizar, caso se concretizem as obras em seu território. Mas, para a população quilombola, o maior interesse não é indenização, e sim assegurar o seu direito à terra, sinônimo de vida, de sobrevivência.

E ainda tem outra: E os outros, o canal vai passar dentro do terreno, mas vão ser beneficiado com dinheiro, né? Eles vão pagar. E nós? Que diz que o terreno é do governo? [...] E dinheiro se acaba e a terra não se acaba pra pessoa plantar;

Não tem dinheiro que vale. [...] Mesmo que a terra fosse minha, eu não queria esse dinheiro porque eu não ia viver pro resto da vida com esse dinheiro, que é uma mixaria (Grupo Focal 2).

[...] porque é a área que a gente trabalha e ainda não foi, o INCRA ainda não nos deu a posse (Liderança 2).

O desafio colocado para o projeto da transposição, como também para o INCRA, é considerar e implementar em suas ações categorias de análise sobre a questão territorial particulares ao povo quilombola, que amplie o olhar e o planejar das políticas públicas, para compreender e respeitar que,

A organização sócio-espacial e as formas produtivas das comunidades quilombolas são orientadas por dimensões políticas, históricas, sociais, ambientais e culturais. Essas dimensões tornam-se manifestas na execução pelo grupo de tarefas coletivas, como, por exemplo, a coleta de frutas nativas ou de moluscos, a confecção da farinha de mandioca, no uso e na repartição das terras a serem cultivadas entre os membros de uma mesma família, na forma de uso dos recursos naturais, na terminologia utilizada para designar elementos da natureza e técnicas agrícolas, na realização de festas de santo ou, ainda, na delimitação de espaços sagrados entre outros. Portanto, a reprodução física e social desses grupos está diretamente relacionada com a manutenção do seu território (SANTOS, F. L., 2013, p. 4).

A maneira como o projeto da transposição vem implementando suas ações nas áreas quilombolas contraria o que preconiza a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto Presidencial Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que parece distante em sua efetivação. Dentre os princípios desta Política,

está “a promoção dos meios necessários para a efetiva participação dos Povos e Comunidades Tradicionais nas instâncias de controle social e nos processos decisórios relacionados aos seus direitos e interesses”, no artigo 1º, parágrafo X (BRASIL, 2007).

Na prática, apesar de haver um escritório de representação do MI em Salgueiro, o acesso às informações não acontece, o canal de comunicação efetivo entre os técnicos do projeto da transposição e população quilombola, via suas entidades organizadas, não está estabelecido e o sentimento é de distanciamento, descaso, inviabilizando de fato o controle social destas e de outras populações quanto às decisões que afetam diretamente suas vidas.

[...] quando eles vão na comunidade eles dão o endereço, eles diz que tão à disposição, no entanto, quando a gente vai a gente nunca encontra as pessoas que a gente quer falar. Aí fica passando de um pra outro, de um pra outro, [...] É mais fácil a gente conseguir falar com Dilma, do que a gente resolver um problema aqui na comunidade. Assim deixa muito a desejar nessa parte de a gente não ter um acesso mais constante, ou uma discussão que a gente chame, e aí eles venham. Não, não é tão assim, na prática não funciona muito bem, deixa muito a desejar (Liderança 2).

As terras que estão sendo “mexidas”, também passarão a ser cobiçadas por quem tem recurso financeiro, e a comunidade pode sofrer pressões para vendê-la por qualquer valor e passar a ser apenas um trabalhador rural diarista nas terras que um dia foram suas.

Neste quadro de insegurança, são feitas comparações com a realidade atual de Petrolina.

[...] eu penso que aqui vai acontecer o que aconteceu em Petrolina, nos projetos. Em Petrolina só tem mais japonês, esse pessoal de outros país, né? Por quê? Porque pegaram os bestas lá atrás, que a terra não prestava pra nada, né? Compraram, e eles tem muita tecnologia. Estão os japonês aí, os estrangeiros lá bem plantado, e os donos da terra, eu acho que até de desgosto morreram. [...] Do mesmo jeito eu imagino que vai acontecer aqui [...] Porque vai chegar gente aí botando, já aconteceu aqui no município, né, de pequenas propriedades, o povo: “É terra? Não isso aí não tem mais valor, bota qualquer dinheiro, o povo vende e acabou. Daí há pouco vai nascer um grande proprietário aí, e o povo vai ficar só sendo trabalhador rural diarista, nas terras do povo, que um dia foi sua (Grupo Focal).

Com as obras, a comunidade acredita que as terras passam a ter outro valor, e quem tem recurso financeiro pode torná-la produtiva, conseguindo apoios para grandes projetos, o que não vem sendo viabilizado pelas políticas públicas para os pequenos agricultores das comunidades quilombolas.

[...] Tá vendo aí? Aí eles chegam aqui, vê a terra produtiva, porque eles tendo condição, eles faz mesmo, porque o rico ele tem o poder deles lá em cima, não é que nem nós pobre não é? Eles chega aí, prá tirar uma perna d'água pra produção das roça deles eles tira, só não pode tirar nós de Santana, Contendas e outros encostados. Se nós tirar nós vamo pra cadeia (Grupo Focal 2).

Ao mesmo tempo que surgem essas preocupações, o grupo relembra a condição em que se encontra a regularização do território, ainda sem titulação, aumentando ainda mais o sentimento de fragilidade e risco. O território foi reconhecido pela FCP em 2007 e aguarda o documento definitivo a ser emitido pelo INCRA. A fala de liderança local ilustra esse contexto e preocupação:

[...] A gente foi reconhecido pela Fundação, a gente tem a documentação do reconhecimento, tem a emissão de posse, mas nós não temos o título, tá nessa questão. Porque fica, a gente procura o título aí diz: “Não, é a comunidade que está mais andada, porque não tem fazendeiro lá, não tem intruso, a comunidade é uma comunidade só, aonde era um proprietário só”, mas a gente não tem o título. Então significa dizer que nós estamos lá, mas nós ainda não somos os donos [...] (liderança 2).

Para a comunidade de Contendas/Tamboril há uma certeza: a de que o projeto da transposição será para os que tem dinheiro, os grandes agricultores, e a imagem objetiva, o retrato descrito por moradores em relação ao PISF é de destruição, com a terra sendo “remexida”, virando um “bagaço”.

[...] porque a gente sabe realmente que quem vai ficar com essa água são os grandes proprietários, os que possa ter dinheiro, nós somos pequenos, nós não temos condições de pagar essa água que eles vão, se vier. A gente já sabia que não ia passar [...] Não vai melhora prá gente não, sobre o canal, eu acho, eu não sei não. Eu não conheço de nada, mas eu penso assim: vai deixar muito aí é a terra estiorada. Vai torar no meio, desbanderar prá um lado e prá outro e ficar só (Grupo Focal 2).

Pelos relatos, o projeto da transposição significa preocupação, questionamentos e insegurança para os moradores da Comunidade de Contendas/Tamboril.

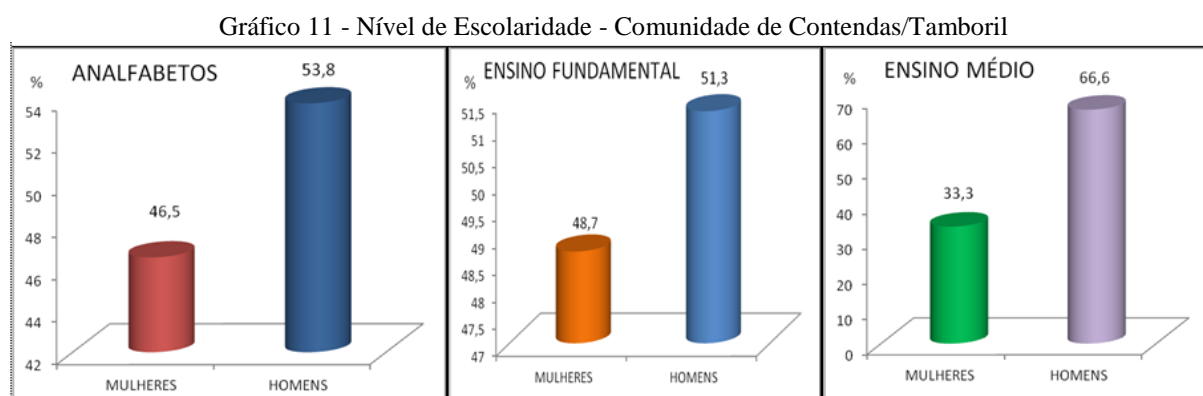
6.7 UM RETRATO DE CONTENDAS /TAMBORIL: DADOS DO QUESTIONÁRIO CAP E A PERCEPÇÃO DE SUJEITOS

Em Contendas/Tamboril foram aplicados 14 questionários CAP, representando 87,5% das famílias que tiveram suas casas de taipa substituídas por alvenaria, pelo projeto da transposição.

Em relação ao nível de escolaridade, a resposta dos entrevistados referiu-se a 59 pessoas, sendo 32 homens e 27 mulheres (média de 04 pessoas por família). Essas famílias eram constituídas por mais homens que mulheres (54,2% para 45,8%), entretanto apresentou o nível de escolaridade igual entre homens e mulheres, com 78% de homens e mulheres com algum grau de escolaridade. Entre as pessoas sem escolaridade, os homens apresentam um

percentual acima do das mulheres, com 53,8% de homens analfabetos, para 46,5% de mulheres, o que significa um contingente expressivo de pessoas ainda sem acesso à escolarização, haja visto a meta institucional do município de “ ofertar programas de Educação de Jovens e Adultos com fins de erradicação do analfabetismo” (SALGUEIRO, 2014).

Quando particularizamos por nível de escolarização, os homens aparecem com maior grau de escolaridade. Para o ensino fundamental cursaram 51,3% dos homens, e entre as mulheres foram 48,7%. Quanto ao ensino médio, os homens aparecem com um percentual bem acima do das mulheres, tendo 66,6% deles concluído o ensino médio, enquanto apenas 33,3% da mulheres tiveram essa oportunidade. Nenhum membro das famílias tinha curso superior (Gráfico 11).



Fonte: A autora, a partir do questionário CAP- Funasa/Suest-PE, 2010.

No território quilombola Contendas/Tamboril, há um prédio, reformado pela prefeitura, onde funcionou a Escola Municipal Joana Maria de Jesus com ensino até a antiga quarta série do ensino fundamental. Mas atualmente a escola está fechada, e os moradores precisam deslocar-se para a Escola Municipal Maria Dalva Gonçalves de Barros, no Distrito de Umãs, distante 6 km.

[...] Na questão das escolas, até a própria escola que tinha lá do município foi fechada, e aí tá em outra comunidade, tá em Umãs, onde os alunos que estudam de primeira até o segundo grau, eles estudam em Umãs. E lá eles têm uma escola lindíssima, foi construída pela prefeitura, [...] (Liderança 2).

[...] Funcionava. [...] Ela deixou de funcionar bem em 2005; [...] 2008, né ?. [...] Mas assim, a escola deixou de funcionar assim, a gente tem que ser reto: estudavam aqui até a quarta série, aqui tinha a escola de Umãs, só que não tinha alfabetização, aí as mães queriam que as crianças ficasse, né? Aí chegou agora um lei pras crianças estudar mais novo, aí entonse não tinha professor aqui, ai a prefeitura disse que não podia ter dois expedientes aqui, aí ficou os que já ia pra lá, e que já precisavam de lá, e as mães pegou mandou os pequeninos (Grupo Focal 2).

A população lembra que o prédio foi reformado, mas por haver poucas crianças para os primeiros anos de ensino, não se justificava a manutenção de um professor na escola, alegava a Secretaria de Educação Municipal. Enquanto a escola funcionou, atendeu satisfatoriamente à comunidade, que expressa boas lembranças. Hoje, há queixa de que o prédio, com boa estrutura, não está sendo utilizado para outras atividades e vem se deteriorando.

Porque aqui tem a escola, foi reformada só que não tem professor. [...] Não tá funcionando; [...] aí alunos tem que ir pra Umãs, alunos de três, quatro anos, tem que ir pra Umãs, porque não funciona a escola daqui da comunidade [...] Era, não ficou aluno suficiente, os pequeninos, não tinha escola para os pequeninhos, aí foram tirando, até que acabou-se. [...] Tá sendo usada não, ela tá lá abandonada. Ela vai cair a qualquer momento, porque tando fechada... [...] mas era uma escola decente, de escola de comunidade da zona rural, acho que não tinha uma mais bonita do que a daqui não, era decente, ela ficou decente [...] De fato que a escola daqui era bem zelada, tinha uma merendeira de boas qualidades, ela não é daqui também não, mas ela se preocupava muito (Grupo Focal 2).

A decisão de fechar a escola, apesar de aprovada em reunião, parece não ter sido um processo bem debatido, com a compreensão dos que estavam presentes. Em reunião com a Associação de Moradores e Secretária de Educação, foi assinado um documento pelos moradores concordando em fechar a escola por escassez de alunos, em função da reforma educacional e implantação do ensino multisseriado, porém há moradores que assinaram sem ter clareza do que estavam assinando.

[...] houve uma reunião na associação onde a gente tratava desse assunto, referente à escola, e na época era multisseriado, acho que é isso que chama, quando tem várias séries? E para a Secretaria de Educação, ela achava que tava tendo prejuízo com os meninos, porque tava multisseriado, e veio a secretaria aqui, vocês lembram disso? Lembro [...] Foi lá na escola [...] E veio a secretária aqui, só que quando a secretária chegou, que o pessoal foi dizer que achava melhor, que tivesse lá na escola, a secretária fez um reboleto e botou o papel pra eles assinar e tinha pessoas que não queria assinar e ela praticamente: “você vai ter que assinar, porque você tá aqui na reunião”, e assinou o documento, sem que muitas pessoas não tava tendo conhecimento do que era aquilo que estava assinando. [...] (Grupo Focal 2).

A lembrança de que houve uma articulação posterior com o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Salgueiro, para avaliar se o processo poderia ser revertido, não logrou êxito, pois a comunidade “não identificava outra alternativa”. O mais importante, para alguns, era não prejudicar as crianças que precisavam estudar, não importando sob que condições. Há reflexões que demonstram ter sido um equívoco aceitar o que a prefeitura apresentou como “opção”.

Depois a gente foi, eu e parece que outras pessoas, a gente, eu vim pra cá pra comunidade, pra gente conversar, e já os pais, tinham uns que dizia: “não, eu assinei porque meu filho estava sendo prejudicado, porque tava sendo multisseriado”, e ficou nesse impasse aí, porque a gente só pode tomar algum encaminhamento a partir da comunidade. Se a comunidade diz que tava satisfeito com aquilo, não era eu que vinha lá do sindicato, pra dizer: “não, isso não tá bem”. Mas a gente sabe que a comunidade teve prejuízo quando assinou o documento, quando ela levou esse documento pra lá, que foi assinado. Mas foi discutido, não foi bem explicado, mas veio para a comunidade pra ser discutido [...] (Grupo Focal 2).

O registro de promessas feitas e não cumpridas pela gestão municipal anterior, quanto à estrutura que ia ser montada para área de educação, caracteriza mais um descaso com os direitos dessa população, e que é possível estruturar alternativas de ensino dentro do próprio território.

[...] E a ex-prefeita disse: “vai ter educação, vai ter professor aqui pra vocês, pra crianças”. Ela falou que ia ter a educação infantil, só que [...] ficou por lá mesmo. Por quê ficou por lá? [...] Na realidade ele sabe que o problema acontece, mas a comunidade não se mobilizou e aconteceu isso. Mas ele sabe que isso não devia ter acontecido. [...] Ia ter educação infantil, ia ter tudo, só que nada apareceu (Grupo Focal 2).

Além da situação descrita anteriormente, as condições de deslocamento dos alunos para escola em Umãs é precária, com o transporte disponibilizado pelo município sem as devidas condições de segurança e conforto. É necessário fazer um deslocamento de quase dois quilômetros à pé, com crianças menores de cinco, agravando-se a situação com o inverno. A mobilização para apresentar o problema à prefeitura aparece como necessária para dar ciência à precariedade do transporte público.

Lá em Umãs. Precisa do ônibus velho, pra poder ir pra lá [...] Arriscando uma vida. O ônibus, as crianças tem que se deslocar de casa, quando tem um lá do outro lado acolá, ela vai pra pista pegar o ônibus. 2600m [...] Dois mil e seiscentos metros Meninos de quatro anos; [...] Do Tamboril também vem pra ai pra pegar ônibus [...] Vai pra casa de a pés, na terra quente, levando chuva [...] E tem dia que no inverno é obrigado a deixar o menino numa casa que tiver mais perto. O transporte não é de qualidade não, o ônibus é [...] O ônibus não é um transporte bom não [...] O ônibus é cheio, é muito cheio, é muito aluno [...] É a prefeitura. [...] É, mas se nós mães e nós pais, num chega lá na prefeitura e falar o que está acontecendo, a prefeitura não saber nunca (Grupo Focal 2).

Entretanto, estas condições ferem o que está definido pela Prefeitura Municipal de Salgueiro quando define a responsabilidade da Secretaria de Educação:

Atender aos alunos da educação infantil e do ensino fundamental, matriculados na Rede Municipal de Ensino, com programas suplementares de alimentação, transporte escolar e material didático-escolar e outros (SALGUEIRO, 2014).

O Programa Brasil Quilombola, em seu Diagnóstico de Ações Realizadas/2012, apresenta dados preocupantes no tocante à educação das comunidades quilombolas no Brasil, um dos aspectos da Chamada Nutricional Quilombola:¹⁸

A Educação é outro aspecto relevante quando analisamos a situação socioeconômica das comunidades quilombolas no Brasil. De acordo com os dados do CADUNICO, 23,5% dos quilombolas não sabem ler. É um dado preocupante, uma vez que a média nacional, de acordo com o Censo 2010, é de 9%. Na Chamada Nutricional Quilombola, há uma especial análise com relação à escolaridade da mãe das crianças de 0 a 5 anos das comunidades pesquisadas. 43,6% delas possuíam até 4 anos de escolaridade completos. Ao se analisar o universo das escolas cadastradas como quilombolas no Censo Escolar, pode-se perceber a pequena incidência de escolas que possuem séries para além do quinto ano, ou quarta série. A cobertura da Educação para Jovens e Adultos também é pequena (BRASIL, 2011, p. 24).

E ressaltamos a importância de direitos adquiridos com a Constituição Federal, quando em seu artigo 205, capítulo III, determina:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 121).

Do que diz a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que define em um dos seus objetivos específicos,

garantir e valorizar as formas tradicionais de educação e fortalecer processos dialógicos como contribuição ao desenvolvimento próprio de cada povo e comunidade, garantindo a participação e controle social tanto nos processos de formação educativos formais quanto nos não-formais (BRASIL, 2007, art. 3).

Estas e outras ferramentas legais assumem caráter político importante na luta pelo direito à educação para as populações quilombolas.

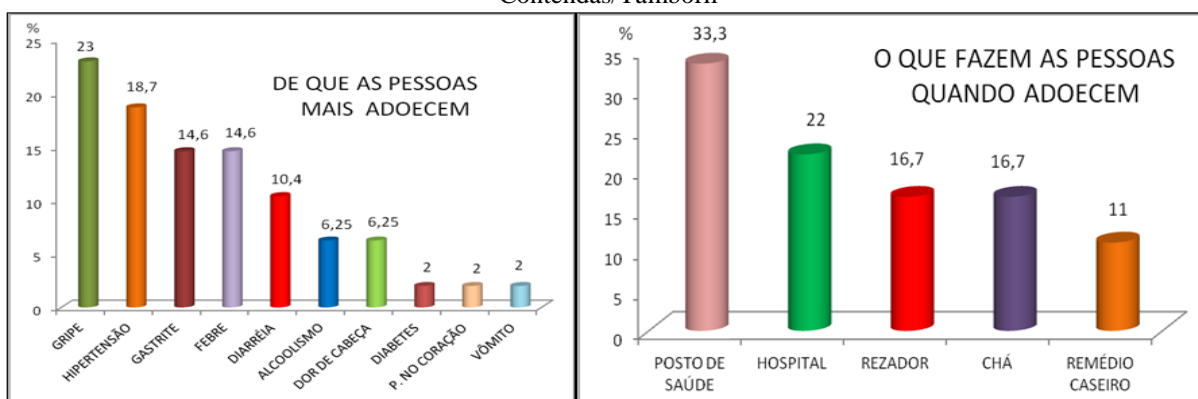
Em relação ao projeto da transposição, nenhuma interferência foi feita para contribuir na melhoria do serviço oferecido à comunidade, não tendo saído do papel as promessas que constam no Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas, que traz como objetivo “Promover o desenvolvimento destas comunidades, através da implantação de infraestrutura de saneamento básico, educação, saúde, transportes etc” (BRASIL, 2005, p. 4).

¹⁸ “Chamada Nutricional Quilombola” – realizada em agosto de 2006, foi uma iniciativa conjunta entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), o Ministério da Saúde (MS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência (Unicef).

Os aspectos referentes à saúde mostram, pelas respostas do questionário, que as pessoas da comunidade são acometidas principalmente de gripe (23%), problemas de hipertensão (18,7%) gastrite (14,6%) e febre (14,6%), que representam 71% das situações.

As medidas para cuidar dos problemas de saúde são, em 55,3% das respostas, a procura pelo hospital (33,3%) e posto de saúde (22%), mas continua presente em 44,4% das respostas, a prática de tratar de forma tradicional, com a procura do rezador (16,7%), do uso do chá (16,7%) e do remédio caseiro (11%) (Gráfico 12).

Gráfico 12 - De que as pessoas mais adoecem e o que fazem quando adoecem - Comunidade de Contendas/Tamboril



Fonte: A autora, a partir do questionário CAP- Funasa/Suest-PE, 2010.

Quanto à descrição da população para o atendimento na Unidade de Saúde “mais próxima”, a população se mobilizou, com apoio do Sindicato Rural, para redefinir o vínculo com Salgueiro ou Terra Nova, que faz divisa com o território Contendas/Tamboril. Na redefinição territorial e política, foi acordado o atendimento no Distrito de Umãs, em Salgueiro para toda população da área quilombola.

Reformas feitas no Posto de Saúde, são mudanças que a comunidade acredita terem sido efetivadas com recurso do projeto da transposição.

Teve uma questão que mudou, só uma questão: é que aqui tinha a divisão, tinha deles que mora bem aqui, aí atravessa o Riacho e tinha que ir pra Terra Nova, aí com essa explicação que teve, que ele foi feito, a gente levou prá prefeitura, teve umas coisas que foi levada prá prefeitura, e que o posto de Umãs ia atender todo o pessoal, aí mudou nessa questão. E o pessoal que tava lá excluído, que era prá Terra Nova, passou a ser atendido em Umãs. E a outra coisa que teve, é porque não teve diretamente na comunidade, mas o PFS de Umãs ele foi reformado através desse projeto, com o dinheiro do projeto, que foi melhorado o posto que não tinha condições de ser atendido (Grupo Focal 2).

O serviço de saúde oferecido no Distrito de Umãs, a exemplo da educação, conta com atendimento médico esporádico, e o trabalho de um agente de saúde e de endemias, para visitas domiciliares.

[...] A comunidade é atendida em Umãs. Às vezes tem a visita do médico lá, eu acho que é uma vez por mês, não tenho bem a certeza que é só uma vez por mês que eles vão atender. Já melhorou, porque tinha uma questão do território, era parte de Terra Nova, parte de Salgueiro, e aí era uma questão política. [...] Tem o Agente de Saúde mesmo que é da prefeitura, que ele não é ligado a comunidade, mas tem o Agente de Saúde. Tem também um Agente de Endemias, que esse, assim, a comunidade até não conhece muito, mas tá dizendo que é um Agente de Endemias. [...] (Liderança 2).

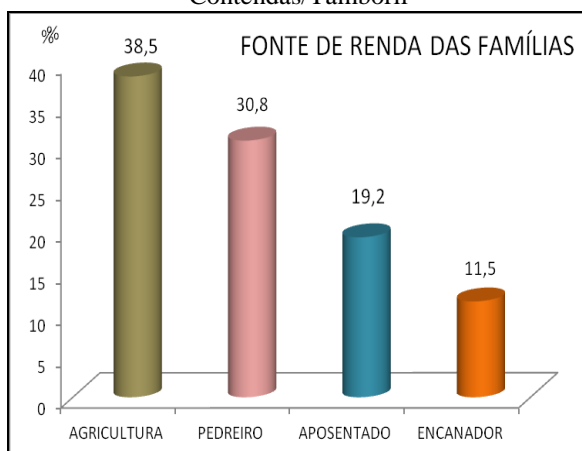
As morbidades apontadas pelos entrevistados, e a grande procura pelo atendimento hospitalar e posto de saúde mostra a fragilidade da atenção básica na área, bem como a falta de um trabalho de prevenção e promoção, que poderiam impactar positivamente no quadro de adoecimento apresentado.

O agente de saúde que visita a área não é da comunidade, mas há boas referências em relação ao seu trabalho, apesar da sobrecarga de atividades, pois responsabiliza-se por acompanhar três áreas.

Não, daqui do lugar tem. Ela vem lá de fora [...] Ela atende aqui muito bem, mas não é daqui não; Só que ela atende toda a região [...] É muita coisa pra ela. A correria é grande. [...] E não é só aqui não. Ela atende outros sítios também; É. Ela atende umas três áreas: Contendas, Baixio da Velha e Baixio do Gravatá (Grupo Focal 2).

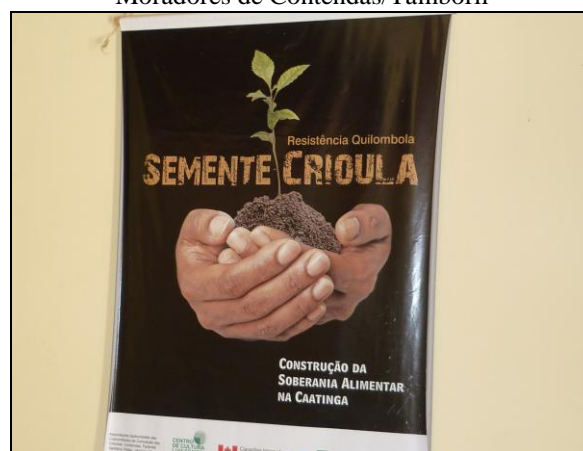
Em relação às formas de sobrevivência e fonte de renda das famílias de Contendas/Tamboril, os dados do questionário confirma que a população vive do trabalho na agricultura (38,5%), seguido da renda proveniente de trabalhos como pedreiro (30,8%), da aposentadoria (19,2%) e como encanador (11,5%) (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Fonte de Renda-Comunidade de Contendas/Tamboril



Fonte: A autora, a partir do questionário CAP-Funasa/Suest-PE, 2010.

Figura 9 - Cartaz Semente Crioula – Associação de Moradores de Contendas/Tamboril



Fonte: A autora, 2013.

Com a situação climática, a atividade agrícola está comprometida e os trabalhadores da comunidade de Contendas/Tamboril continuam precisando sair de suas áreas, de seu lugar,

para conseguir trabalho e garantir a sobrevivência de suas famílias. Sem infra-estrutura para desenvolver-se e sem trabalho para os quilombolas, é grande o êxodo rural.

Daqui tá indo trabalhar em Ouricuri, no Piauí, no Recife, em todo canto. Se desse prioridade pro daqui, o cara não ia deixar a família, se largar no meio do mundo. (Grupo Focal 2).

A figura 9 mostra a divulgação do projeto Semente Crioula¹⁹, criado em 2009, sob coordenação executiva do Centro de Cultura Luiz Freire, e que teve duração inicial de dois anos. O projeto teve o propósito de capacitar as famílias a gerirem seus sistemas de produção alimentar de forma sustentável. Ou seja, de modo que atendesse as necessidades básicas de consumo próprio, geração de renda e sem agressão ao meio ambiente. A comunidade de Contendas/Tamboril foi uma das beneficiadas em Pernambuco (OBSERVATÓRIO QUILOMBOLA, 2009).

Mesmo com relatos de que o projeto da transposição representou um aumento na oferta de emprego, mesmo que temporariamente, os moradores da comunidade não se sentiram beneficiados pelas empresas construtoras, as chamadas “firmas”. Não há registro de moradores de Contendas/Tamboril terem sido aceitos, apesar da procura formal por trabalho, marcado por grande burocracia, e situações consideradas de humilhação. A percepção é de que não há um critério de aproveitamento das pessoas do lugar; não há um percentual de vagas a ser preenchido primeiramente por essas pessoas, para em seguida “abrir a porta para os de fora”.

[...] Poucos vão. É uma burocracia doida, aí botam os currículos e nunca foram chamados, é uma humilhação! [...] Daqui de Contendas nós não teve nenhum que nunca trabalhou nessas firmas da Transposição; Não, nunca foi; Deveria ter uma prioridade, porque eu trabalho em obra, a gente chega numa cidade a prioridade é do povo da cidade [...] Foram, deixaram currículo, uma humilhação, coisa de passar quatro, cinco dias indo todo dia, de madrugada e não foram chamados; [...] Eu acho que a transposição devia tentar também na parte de emprego, dar prioridade ao povo do lugar, mas a burocracia é tão grande que muitos daqui vão mesmo e não consegue se empregar (Grupo Focal 2).

No entanto, o Programa de Desenvolvimento de Comunidades Quilombolas afirma que entre as suas metas está a melhoria dos indicadores socioambientais e, dentre estes

¹⁹ O projeto, intitulado, Semente Crioula - Resistência Quilombola: soberania alimentar na caatinga, foi fruto de um convênio de cooperação técnica firmado em 2009, para beneficiar 400 famílias quilombolas. Envolveu a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (Seppir) e somou um investimento de US\$ 200 mil (cerca de R\$ 434 mil), parte do montante financiado pela Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (Cida). Foram beneficiadas pelo convênio as comunidades de Conceição das Crioulas, Contendas e Santana (situadas no município de Salgueiro); Jatobá e Santana (em Cabrobó) e Feijão (em Mirandiba) (OBSERVATÓRIO QUILOMBOLA, 2009).

indicadores está a diminuição da evasão da população quilombola para centros urbanos (BRASIL, 2005, p. 4), o que efetivamente não vem se concretizando com o projeto da transposição.

Outro fato que compromete a consecução do indicador referido acima é a ameaça das obras no território, com a construção do reservatório Tamboril, que comprometerá sobremaneira as condições de sobrevivência das famílias e conseqüentemente sua permanência na comunidade.

O Decreto nº 6040/2007, já mencionado, traz em seu artigo 3º, parágrafo I, como um dos objetivos específicos “garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica” (BRASIL, 2007).

A Comunidade de Contendas/Tamboril conta com uma Associação dos Produtores Rurais, com sede na área Contendas, e é vinculada à Comissão de Articulação Estadual das Comunidades Quilombolas de Pernambuco (ACQEP), já referida anteriormente.

Os dados do questionário CAP, no tocante a participação em grupos organizados, mostrou que quase a totalidade dos entrevistados (93,3%) participava da associação de moradores, enquanto que 6,7% disse participar de outra organização não governamental. Quanto aos eventos com envolvimento da comunidade, a opinião foi de que os de caráter religioso, social e cultural tem igualmente a participação de 28,6% da comunidade (Gráfico 14).



Fonte: A autora, a partir do questionário CAP- Funasa/Suest-PE, 2010.

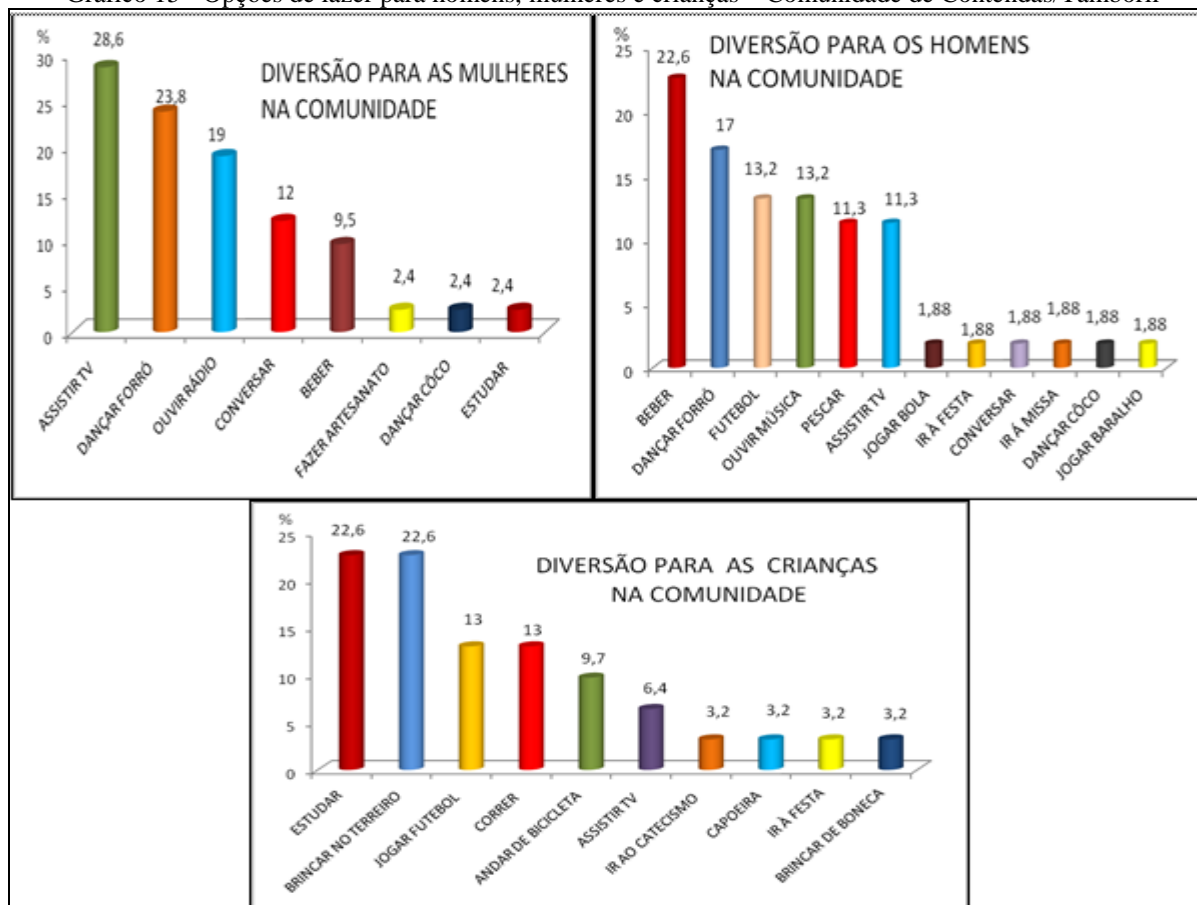
Com referência as formas de lazer, os dados do questionário mostram que para os homens foram mencionadas doze opções de divertimento. Mas a bebida apareceu com maior percentual (22,6%), seguido da opção dançar forró (17%). Jogar futebol e ouvir música aparecem com 13,2%, respectivamente.

Para as mulheres foram apontadas oito formas de lazer. Assistir televisão (28,6%) e dançar forró (23,8%) apareceram como as primeiras opções. Chama nossa atenção que dançar o côco apareceu como penúltima opção de divertimento para homens e mulheres, parecendo estar “enfraquecida” essa dança tradicional, que tem forte influência indígena e africana.

O lazer para crianças aparece de forma curiosa, com o mesmo percentual para estudar e brincar, 22,6% respectivamente, seguido de jogar futebol e correr, com 13% cada (Gráfico 15).

Na área Contendas há um campo de futebol, o cruzeiro, onde se encontra o terreno de Zé Simião, referência histórica na formação do quilombo (CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE, 2008, p. 25).

Gráfico 15 - Opções de lazer para homens, mulheres e crianças – Comunidade de Contendas/Tamboril



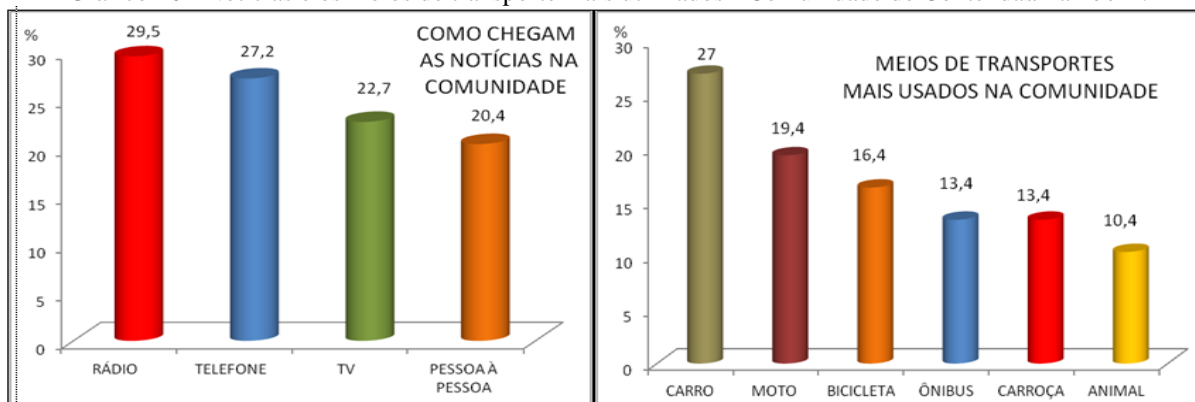
Fonte: A autora, a partir do questionário CAP- Funasa/Suest-PE, 2010.

A forma de veiculação das notícias se dá principalmente por meio de rádio (29,5%), seguido de telefone, com 27,2%, conforme respostas dos entrevistados.

O meio de transporte mais utilizado pela comunidade, segundo os questionários, é o carro (27%), a maior parte das vezes alugado por moradores, e a moto (19,4%), que teve seu

uso incrementado como meio de locomoção. Porém o uso de carroça e animal, juntos, representam 23,8%, das formas de deslocamento (Gráfico 16).

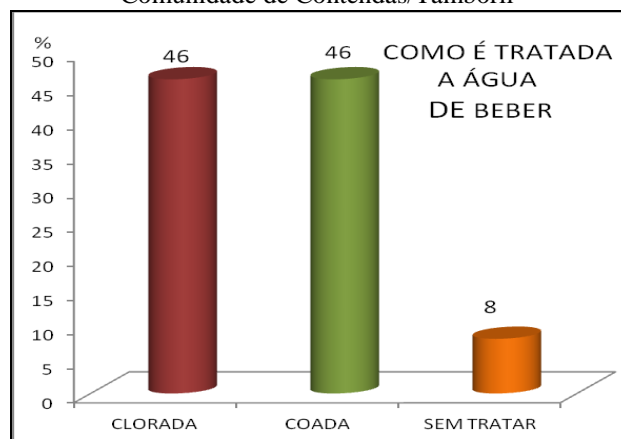
Gráfico 16 - Notícias e os meios de transporte mais utilizados - Comunidade de Contendas/Tamboril.



Fonte: A autora, a partir do questionário CAP- Funasa/Suest-PE, 2010.

O abastecimento d'água na comunidade é feito exclusivamente pela rede pública, segundo 100% das respostas. A comunidade é abastecida através da adutora que abastece a cidade de Serrita, cuja origem da água é do Rio São Francisco. Quanto ao tratamento, clorar e coar aparecem com 46% das respostas, respectivamente. O cloro é entregue pelo agente de saúde (Gráfico 17).

Gráfico 17 - Como é tratada a água de beber - Comunidade de Contendas/Tamboril



Fonte: A autora, a partir do questionário CAP- Funasa/Suest-PE, 2010.

A situação de água na comunidade é narrada pelos entrevistados:

[...] lá tem água encanada e lá não é água tratada, do jeito que vem no cano chega no pote das pessoas [...]. É, que é da Compesa, e não é tratada a água. [...] Tem sim, o agente de saúde tem a preocupação de levar o cloro todo mês, tá levando, embora tenha pessoas na comunidade que não use, mas tem lá o agente de saúde faz a sua parte (Liderança 2).

Pelo Rio São Francisco [...] Adutora do sertão. [...] (Grupo Focal 2).

Há uma satisfação em dizer que há água encanada e não precisam de carro-pipa para abastecimento, mas como o tratamento é feito em casa, pelos moradores, há casos de diarreia que podem ser consequência do tratamento incorreto e irregular, porém, eles atribuem ao calor. Lembram que há uma promessa, feita pelo projeto da transposição, de fazer uma estação de tratamento em Umãs.

[...] Chega. [...] Não senhora. [...] Graças à Deus não. É adutora do sertão trata em casa. [...] Cloro. É o agente de saúde é quem traz aquele clorinho. A gente bota em casa [...]] Em relação a acontecerem casos [...] É muito difícil, mas acontece [...] Acontece, porque com uma quentura dessa daqui, a gente desunera junto. [...] Em um ano já teria que ter uma estação de tratamento [...] Era em um ano já deveria ter. [...] Tem muita distribuição daqui pra lá, e ela não é tratada, teria que ser tratada em Umãs. Tem um reservatório lá (Grupo Focal 2).

A promessa para melhorar o abastecimento de água fez parte de diagnóstico realizado pelo projeto da transposição na área, mas, até o momento, apenas obras do Pró-Rural foram feitas, como a construção de um açude.

Foi feito um levantamento disso e que iriam tomar uma decisão pra tentar levar essa água potável pra o povo. Continua da mesma forma, foi feito várias questões hídricas, e também na questão que ia, na época, os açudes que ia ser construídos, não sei. Teve um açude lá que foi feito, mas foi o Pró-Rural né, que foi feito com a ajuda do Pró-Rural [...] (Liderança 2).

Quanto às obras do projeto da transposição, há uma compreensão de que, sendo construído no leito dos córregos, isso impedirá que chegue água nos riachos, onde a população planta, comprometendo assim a agricultura familiar. Em síntese: os córregos, de onde flui água para os riachos estão sendo desviados para as bacias, o que põe em risco a vida dos riachos, ameaçados de secar.

[...] Como é que eles estão fazendo? Tão tirando. [...] Não vai chegar água no riacho mais de jeito nenhum. [...] Aí nos córregos maiores estão sendo feitas as bacias, aí dessa forma não vai mais chegar água no riacho. E o pessoal planta na beira dos riachos. [...] Pelo contrário, vai é secar mesmo. Secar, porque não vai chegar, quando não tinha parede no meio, a água descia. [...] Porque o canal tá passando. Aí passa o canal e ainda tem os córregos que corre para o riacho, e que vai correr pra dentro das bacias e do canal, aí ela não vai passar pra esse lado aqui. É como se fechasse as veias (Grupo Focal 2).

Em relação ao lixo, os dados do questionário mostram que a prática comum é queimar, com 86% das respostas, ou jogar ao relento ou enterrar, para 7% respectivamente (Gráfico 18).

O serviço de coleta de lixo não é feito pelo município na comunidade, e, mesmo sabendo que não é uma prática saudável para saúde nem para o ambiente, moradores são obrigados a manter essa conduta, por falta de alternativa e de responsabilização do poder público.

Não tem. Aqui não tem coleta de lixo. Prá eu não vê o lixo no terreiro eu queimo, diz pra não queimar, mas eu acho que é melhor queimar prá lá do que tá amontoando (Grupo Focal 2).

O diagnóstico feito pelo projeto da transposição, mencionado anteriormente, também apontou a problemática dos resíduos sólidos, sem no entanto ter sido tomada nenhuma providência.

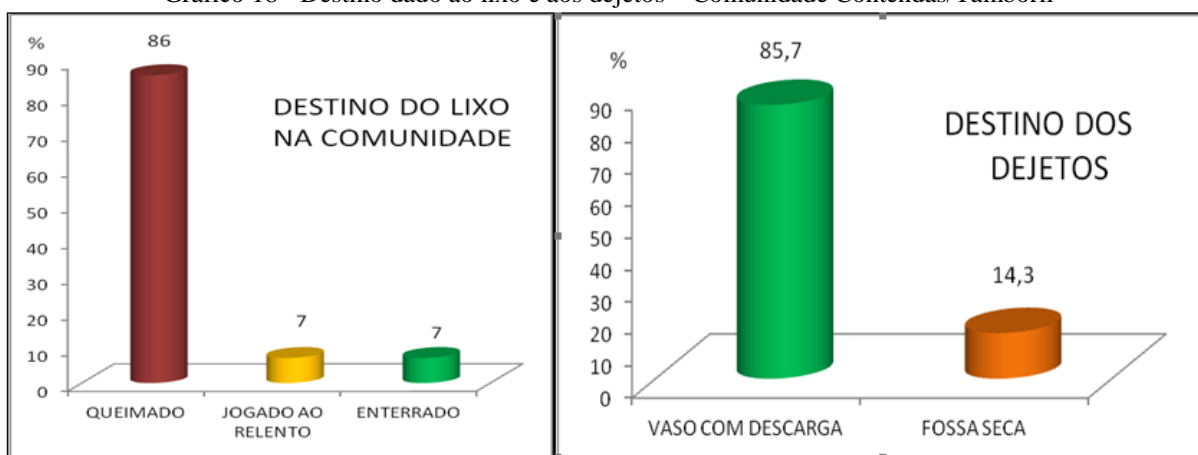
[...] na questão do lixo foi levantado, muita coisa foi levantava, mas eu não vi assim outros avanços [...] (Liderança 2).

O destino dos dejetos é feito por vaso com descarga (85,7%), pelo sistema de esgotamento sanitário e 14,3% por fossa seca (Gráfico 18).

O Programa de Desenvolvimento de Comunidades Quilombolas - PBA 17 - afirmava em 2005 que “a comunidade foi beneficiada pelo Projeto Renascer, com a construção de 25 unidades habitacionais e, apenas estas possuíam banheiro e destinação para os esgotos (fossa séptica)” (BRASIL, 2005, p. 21).

Atualmente, com as obras realizadas pela Funasa-MS, fruto de parceria com o projeto da transposição, foram construídas mais oito casas de alvenaria, em substituição as de taipa, que possuem banheiro e destino final dos dejetos. Essa ação, contida no PBA 17, será tratada no capítulo 8 desta dissertação.

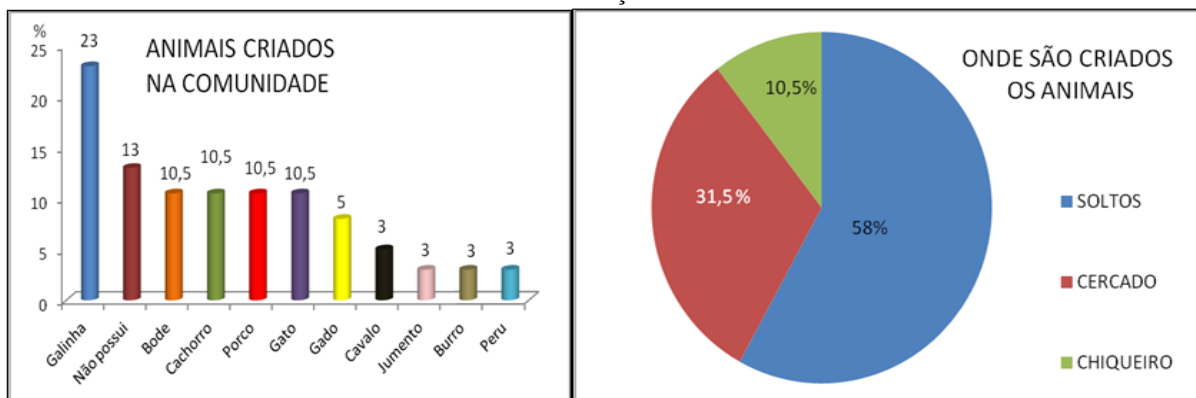
Gráfico 18 - Destino dado ao lixo e aos dejetos – Comunidade Contendas/Tamboril



Fonte: A autora, a partir do questionário CAP- Funasa/Suest-PE, 2010.

Os animais criados na Comunidade de Contendas/Tamboril, eram, principalmente galinha (23%). Animais domésticos como gato e cachorro somam 21%, assim como o bode e o porco, também com 21%, importante na atividade pecuária. A predominância é de que são criados soltos (58%), ou em cercados (31,5%) (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Animais criados e local de criação - Comunidade de Contendas/Tamboril



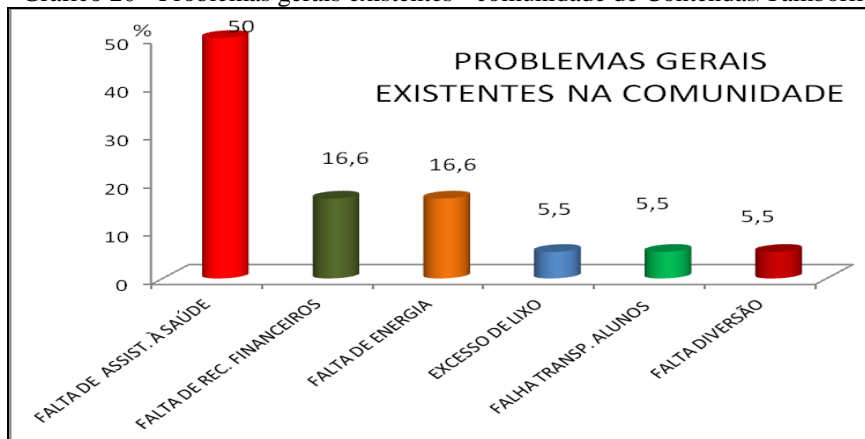
Fonte: A autora, a partir do questionário CAP- Funasa/Suest-PE, 2010.

Porém, com o projeto da transposição, se construído o “Reservatório Tamboril”, haverá transtornos que irão atingir diretamente a criação de animais e a atividade pecuária de subsistência das famílias quilombolas.

[...] Meu problema é com o criar, com o criatório e da minha comunidade, que vai se acabar depois da Transposição passar dentro da propriedade; [...] Ai quando rachar no meio, não pode o bicho passar [...] Quando tirar a terra do canal, nós vamos ter que cada um criar uma porca, porque é presa, porque bode nós não pode mais criar, nem bode nem ovelha; [...] E nem gados [...] Não tem pastos (Grupo Focal 2).

Como problemas mais gerais existentes na Comunidade, e ressaltando questões já mencionadas anteriormente, foram elencados seis problemas, sendo a falta de assistência à saúde a principal demanda a ser resolvida na comunidade (50%) (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Problemas gerais existentes - comunidade de Contendas/Tamboril



Fonte: A autora, a partir do questionário CAP- Funasa/Suest-PE, 2010.

Outro aspecto atribuído ao projeto da transposição, cujo impacto é negativo, refere-se ao aumento de acidentes de trânsito nas estradas, provocado pelo crescimento de fluxo, principalmente de motocicletas.

A questão da violência, a questão de acidentes, os acidentes de trânsito. Na minha comunidade mesmo, esse ano, já teve várias perdas. Com a firma, o pessoal lá tem que comprar a sua motinha, a primeira coisa que vê é moto, e aí o trânsito aumenta, a questão do poder aquisitivo também aumenta, e aí as pessoas tem, a gente tem perdido alguns (Liderança 2).

Em Contendas/Tamboril, com base nas narrativas, várias são as promessas feitas pelo projeto da transposição, identificadas pelo MI, e que não saíram do papel.

E aí assim, ficou ainda, tem muita coisa que foi feito levantamento, que a gente no diagnóstico, que a gente via, onde foi feito o diagnóstico com a comunidade (Liderança 2).

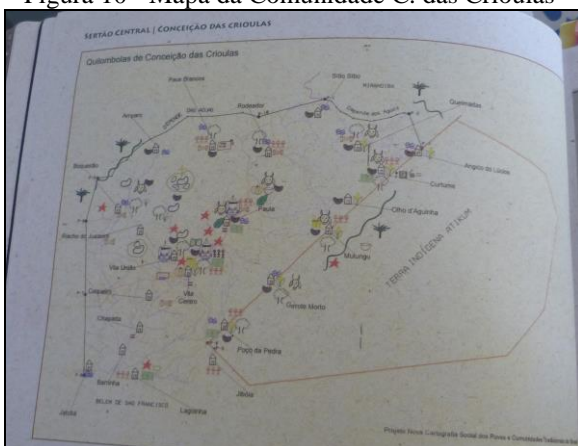
Relacionamos pontos que tiveram maior realce e podem subsidiar avaliações e reivindicações políticas pela comunidade:

- a) Questão hídrica: Construção de açude e de reservatório para tratamento;
- b) Funcionamento da escola na comunidade;
- c) Melhoria do transporte escolar;
- d) Destino adequado do lixo;
- e) Esclarecimentos e negociação em relação às obras do Reservatório Tamboril;
- f) Questão fundiária - agilização de procedimentos para regularizar o território;
- g) Assistência à saúde;
- h) Acesso ao trabalho nas empresas contratadas pelo projeto.

6.8 COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS

Em Salgueiro, o quilombo de Conceição das Crioulas é o mais antigo e o primeiro a ser certificado no Estado. Localizado no II Distrito do município de Salgueiro, Conceição das Crioulas fica a 42 km da sede, com percurso de 15 km de asfalto e 27 km de estrada de terra. Situa-se a 550 km de Recife. Hoje, com uma área de 16.885 hectares, o quilombo possui uma população de aproximadamente 4.000 habitantes, 750 famílias (ÁGUAS, 2013).

Figura 10 - Mapa da Comunidade C. das Crioulas



Fonte: A autora, 2013.

Figura 11 - Igreja N. Srª da Conceição-C. das Crioulas



Fonte: A autora, 2013.

A figura 10 mostra um mapa elaborado pelos moradores, com representação dos vários sítios e equipamentos sociais existentes, vegetação, áreas de lazer e os limites do território.

A figura 11 mostra a igreja Nossa Senhora da Conceição, na Vila Sede, marco da história e fundação do quilombo.

Em relação à sua formação, o “Sertão Quilombola” tem o registro de que:

A história da comunidade é contada a partir da luta de seis negras livres que chegaram na região. Trabalhando fortemente no cultivo, fiação e venda do algodão, conseguiram comprar três léguas em quadra das terras que arrendavam. No dia 1º de janeiro de 1802, as negras fundadoras da Comunidade receberam a escritura de posse de suas terras, concretizada em um cartório da localidade referenciada como Torre, com dezesseis selos, feita por José Delgado. A origem do nome do quilombo está associada à chegada de um homem chamado Francisco José, que fugido da guerra, carregou consigo a imagem de nossa senhora da Conceição. Depois de girar pelo sertão, achou abrigo nas terras das crioulas. Lá, construíram uma capela e tornaram a santa padroeira do povoado, desde então conhecido como Conceição das Crioulas. Esta história é contada nos mais diversos sítios, ligando a identidade da comunidade de Conceição das Crioulas à descendência das suas fundadoras, que através do trabalho tomaram a iniciativa de legitimar o terreno (CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE, 2008, p. 21).

A ideia de que as mulheres negras não chegaram ali na condição de escravas, é unânime, e a memória das crioulas é associada ao poder da autonomia e articulação entre os sítios, que foi consolidando o sentido de unidade e a capacidade de organização política. É em Conceição das Crioulas que fica a sede da Comissão de Articulação Estadual das Comunidades Quilombolas (AECQ/PE).

6.9 A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS E O PROJETO DE TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

O quilombo de Conceição das Crioulas, segundo documentos oficiais do projeto da transposição, encontra-se na chamada área de influência direta (AID). Localizado a cerca de cinquenta quilômetros do canal a ser construído no trecho I do Eixo Norte, a comunidade não sofrerá diretamente impacto ambiental com as obras, nem na fase de construção nem na fase operacional do projeto (BRASIL, 2005, p. 2).

Apesar de não ser atingido diretamente pelas obras da transposição, a Comunidade de Conceição das Crioulas agrega um grande número de atividades previstas pelo SubPrograma de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas (PBA 17), descrito no capítulo 8.

A percepção geral do projeto, expressa nas narrativas, é recheada de esperança, mas também de críticas ao projeto, por não beneficiar quem oficialmente aparece como público prioritário. A esperança é de ver resolvido o problema do abastecimento de água na área, crítico para a maior parte dos sítios que compõe o território de Conceição das Crioulas, mas também que as demais ações prometidas sejam cumpridas. Há uma expectativa, que é além de uma esperança, de que haja justiça social no projeto da transposição, beneficiando de fato quem realmente precisa.

[...] Olha, esperamos que, uma vez concluído, a população possa se beneficiar do resultado final desse projeto que é a água, no qual o pessoal tanto espera, e os projetos que está paralelo a essa obra, que são os projetos de infra-estrutura, de estrada, de eletrificação e de geração de renda para a população. É isso que se espera, né? Que os pequenos, que os pequenos produtores da agricultura familiar possam se beneficiar disso também, né. Não só as grandes empresas, não só o agronegócio. Que haja justiça social nessa obra. É o que eu espero (Liderança 3).

[...] mas em termo de água mesmo, se houver a possibilidade de também a água sair dessa rede, desse canal que vai atravessar Pernambuco, eu acho que é muito interessante, porque nós estamos trabalhando dentro do município, porque nós estamos tendo muita dificuldade aqui na questão da água, porque a água vem do município do Belém do São Francisco [...] (Grupo Focal 1).

Moradores fazem também uma menção ao projeto como mais uma obra faraônica que não funcionará, comparando-a com a transnordestina, que realiza obras em Salgueiro.

Porque está sendo mais uma pirâmide do Egito esse canal. E que vai ficar aí que nem essa estrada de ferro, que a gente tinha aí antes, e que na verdade não funcionou e que os trilhos está aí. Daqui até Recife, eles estão fazendo outra por cima que a gente não sabe se vai funcionar também. [...] É a Transnordestina (Grupo Focal 1).

Em relação às informações e debates sobre o projeto da transposição, a percepção é de que ficaram restritos ao início do projeto, antes da fase de construção das obras. O Ministério da Integração e o governo municipal, não incentivaram a organização de uma instância política de controle social para acompanhamento do projeto em suas diversas etapas. Liderança de Salgueiro se ressentiu de não ter sido viabilizado esse canal, apesar da certeza de que é uma necessidade e um direito.

De fato, nós fomos, nós tivemos num primeiro momento algumas informações, de alguma discussão sobre a construção das bacias, de transposição do rio São Francisco, isso se deu num primeiro momento assim, quando os projeto tavam vindo pro município, né? Mas no momento, a gente não teve, o governo não manteve uma política de acompanhamento durante as obras, né.? [...] (Liderança 3).

Houve a proposta de se constituir um Comitê Gestor que não foi adiante, mas visto como importante retomar a ideia pela necessidade de haver um monitoramento de funcionamento do projeto e de respostas eficazes às demandas das populações, sejam quilombolas, indígenas ou assentados.

No município, no princípio da obra, da discussão das obras, nós até ainda, começamos a discutir a proposta do comitê de controle dessas obras aqui, porque acreditamos que a população tem que participar disso. Tanto para esse controle social do serviço, como o uso, como puder interferir, puder sugerir. E nós começamos nessa discussão, sentamos na perspectiva de chamar as igrejas, chamar os sindicatos, chamar os conselhos, chamar a sociedade [...] E uma das discussão era criar esse Comitê de Gestão, né? que com certeza ele virá, porque quando a obra tiver funcionando alguém vai ter que fazer a gestão dela, né? Monitorar, acompanhar, né? E eu acredito que, se não foi naquele momento, a gente vai precisar numa hora criar um órgão [...] O MI esteve convidado a estar nesse momento, mas ele não fez tanta força assim prá gente criar esse órgão político de gestão (Liderança 3).

Nesse aspecto o município tem uma limitação de acompanhamento, embora a gente tenha uma diretoria de gestão ambiental, mas falta essa questão, a gente observa o próprio Estado tem essa dificuldade de estar fazendo um acompanhamento mais de perto [...] Com o ministério a gente vem tentando, porque tem uma relação que é antes da obra e durante. Antes, a gente já avaliava toda essa questão de impacto. Foi feito todo o estudo de impacto ambiental e a gente já tinha um pouco isso. Então algumas coisas, em tese, já estariam pré-agendadas [...] Então eu diria que hoje, o acompanhamento ambiental relativo à obra, ele ainda apresenta algumas deficiências. Às vezes chega denúncia de uma comunidade, e de outras, a gente tenta acionar, mas a gente mesmo não tem o controle disso no acompanhamento para ter dados mais concretos, mas tem a visão, tem a fala das comunidades, que nem sempre isso tem sido assegurado (Gestora 1).

As informações sobre o projeto chegam de forma fragmentada, dificultando a compreensão do todo, a mobilização e reivindicação em torno das principais demandas para população.

[...] Pelo que a gente, pela informação. Talvez a gente esteja alheio, porque as ações do Ministério da Integração, elas vão chegando assim: tem projeto tal, ai pronto. Mas o projeto como um todo, pra gente perceber o que a gente pode buscar lá, o que a gente pode requisitar e que pode ser desenvolvido aqui, a gente não tem esse domínio (Grupo Focal 1).

A fala de representante do Ministério da Integração afirma que há uma interlocução formal, com entidade governamental federal, que atua junto aos quilombolas, mas sem nenhuma articulação com organizações não governamentais, com as Associações que representem o povo quilombola na área do projeto.

Na verdade, com relação a quilombolas, a gente tem muito mais com a Fundação Palmares. Então assim, esse ano não veio, houve algumas mudanças na Fundação, mas ela está sendo convocada. Com relação, inclusive, ao acompanhamento das ações, ela também acompanha, propõe também algumas coisas, mas é mais com a Fundação Palmares do que qualquer outra ONG (Gestora 10).

Quanto à gestão da água, o RIMA afirma que o Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba já contavam com órgãos gestores de recursos hídricos, tendo o Ceará como referência na administração deste recurso.

O Estado do Ceará é atualmente uma referência na administração de água. Sua política de recursos hídricos é gerida pela Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH), que coordena 123 açudes públicos estaduais e federais, além de canais e adutoras [...] Os Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte também já criaram seus órgãos gestores dos recursos hídricos, preparando a região para o uso mais eficiente da água (BRASIL, 2005, p. 11).

Apesar da existência, desde 2001, do Comitê de Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF), que trazia em sua constituição uma composição “diversificada e democrática”, com representantes de vários segmentos da sociedade civil, não havia representação de comunidades quilombolas. Foi apenas em 2006, com uma alteração regimental, que se deu a ampliação da representação dos povos indígenas e a incorporação de comunidades quilombolas entre os membros titulares do comitê (COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO SÃO FRANCISCO, 2014). Com base na Lei nº 12.984, de 30 de dezembro de 2005, que instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos de Pernambuco - SIGRH/PE, foi incluída a representação destas populações, na composição dos Comitês de Bacia Hidrográfica (COBHs) (Artigo 46, subseção II),

Parágrafo 1º: Nos COBHs de bacias cujos territórios abranjam terras indígenas e de remanescentes de quilombos devem ser incluídos representantes:

I - dos órgãos gestores nacionais das comunidades indígenas e de quilombolas, como parte da representação da União; II- das comunidades indígenas ali residentes; e III- das comunidades de remanescentes de quilombos ali residentes (PERNAMBUCO, 2005).

Apesar das estruturas legais em torno da questão hídrica, e do Comitê da Bacia do Rio São Francisco mencionar a representação quilombola, não identificamos, pelos relatos dos sujeitos, sua representação formal em nenhuma das instâncias que discutem e acompanham a questão hídrica no Estado.

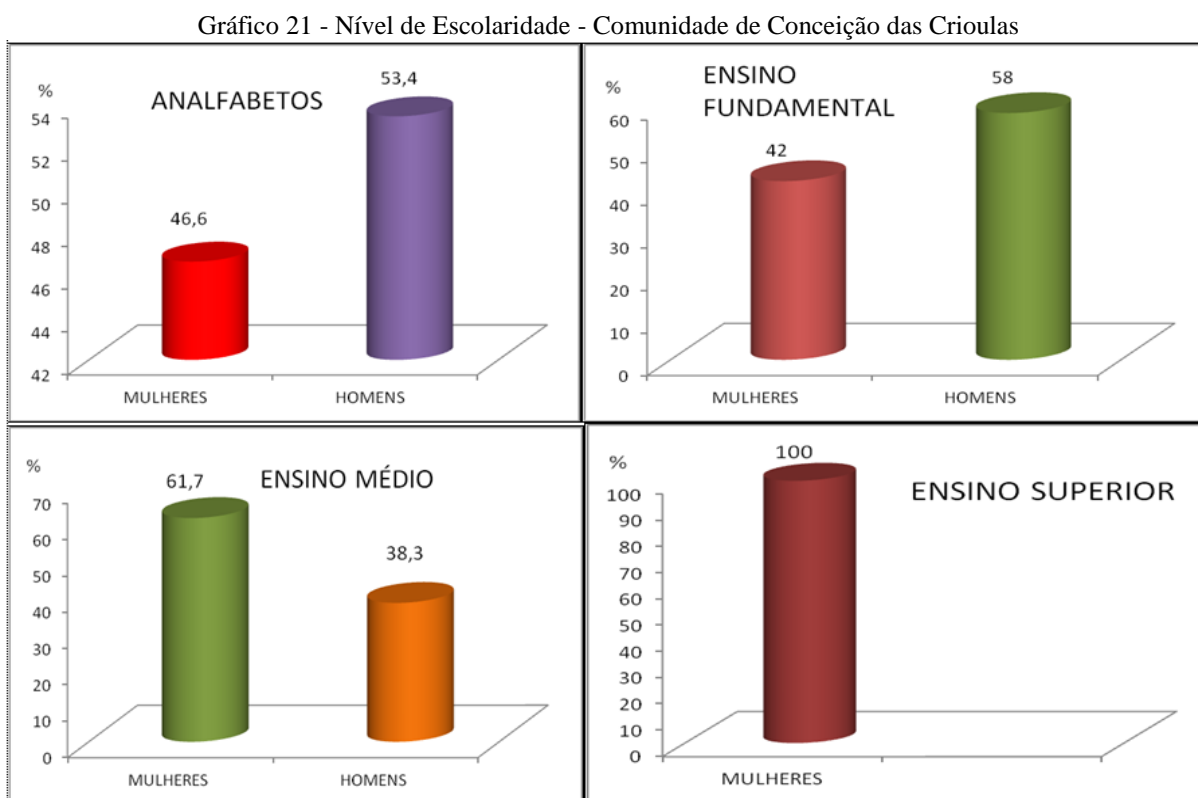
Na atual gestão do CBHSF, eleita em junho de 2013 em nível nacional (Gestão 2013-2016), há representação quilombola de um conselheiro titular e outro suplente, das Associações quilombola de Lagoa das Piranhas, em Bom Jesus da Lapa, e da Associação quilombola Santo Inácio, no município de Ibiassucê, ambas do estado da Bahia. Ressaltamos que o Comitê, com 62 membros titulares, tem uma representação de apenas 3,3% das comunidades tradicionais (COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO SÃO FRANCISCO, 2014).

6.10 UM RETRATO DE CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS: DADOS DO QUESTIONÁRIO CAP E A PERCEPÇÃO DE SUJEITOS

Em Conceição das Crioulas foram aplicados 78 questionários CAP, representando 95% das famílias que tiveram suas casas de taipa substituídas por alvenaria, pelo projeto da transposição. Os dados apresentados são a consolidação dos questionários aplicados nas áreas: Sítios Sítio, Paus Branco, Rodeador, Queimadas, Paula, Boqueirão, Riacho do Juazeiro, Sede, Vila União, Lagoinha, Barrinha, Chapada, Mulungu e Garrote Morto, o que representa 70% das áreas que constituem o território quilombola.

Em relação ao nível de escolaridade, a resposta dos entrevistados referiu-se a 331 pessoas, sendo 176 homens e 155 mulheres (média de quatro pessoas por família). Essas famílias eram constituídas mais por homens do que por mulheres (53,2% para 46,8%), e também apresentaram nível de escolaridade maior entre os homens, com 53% tendo alguma escolaridade, em relação a 47% das mulheres. Curiosamente, em relação às pessoas sem escolaridade, os homens também apresentam uma quantidade maior de analfabetos, com 53,4% para 46,6% de mulheres. É um contingente expressivo de pessoas, nesse universo, sem acesso à escolarização, apesar de haver escolas funcionando na comunidade e o programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Quando particularizamos por nível de escolarização, 58% dos homens cursaram o ensino fundamental, contra 42% das mulheres. Quanto ao ensino médio, as mulheres aparecem com um percentual bem acima dos homens, tendo 61,7% delas concluído o ensino médio, enquanto apenas 38,3% dos homens tiveram essa oportunidade. Em relação ao ensino superior, apenas duas mulheres tiveram acesso (0,8%) (Gráfico 21).



Fonte: A autora, a partir do questionário CAP- Funasa/Suest-PE, 2011.

Na Vila Sede de Conceição das Crioulas funcionam duas escolas municipais, a Escola José Néu e a Escola Professor José Mendes (SALGUEIRO, 2013). Possui também mais seis escolas espalhadas no território, com o ensino fundamental e educação infantil. Os documentos oficiais do projeto da transposição registram que as escolas que estão em outros sítios, que não as da Vila Centro, atendem os indígenas Atikum; que há demanda por uma escola técnica para avançar no processo de educação diferenciada, além da necessidade de equipar a escola com um laboratório de informática. Na época estava sendo iniciado o Programa Tele-sala (BRASIL, 2005, p. 19).

Em seu artigo sobre o quilombo de Conceição das Crioulas, Águas (2013) enaltece aspectos importantes na construção de uma educação diferenciada no território:

Além da sua liderança na atuação política, Conceição das Crioulas destaca-se também pela formulação de um projeto de educação diferenciada e pelo trabalho

inovador com o artesanato. Quanto à primeira iniciativa, trabalha com uma concepção de educação em que os valores, a cultura, os costumes, as tradições, a sabedoria das pessoas mais velhas e a história dos antepassados fazem parte do processo histórico da comunidade (AQCC, 2008). A experiência é considerada uma referência para o movimento quilombola brasileiro e para outras organizações que atuam na área da educação (ÁGUAS, 2013, p. 6).

Dentre os equipamentos sociais relacionados à educação, há na Vila Sede uma biblioteca afro-indígena, a primeira do Brasil, que expressa a marca da identidade dos povos quilombola e indígena que habitam o mesmo território e lutam por uma educação diferenciada (Figura 12).

Figura 12 - Prédio da biblioteca Afro-indígena, Conceição das Crioulas.



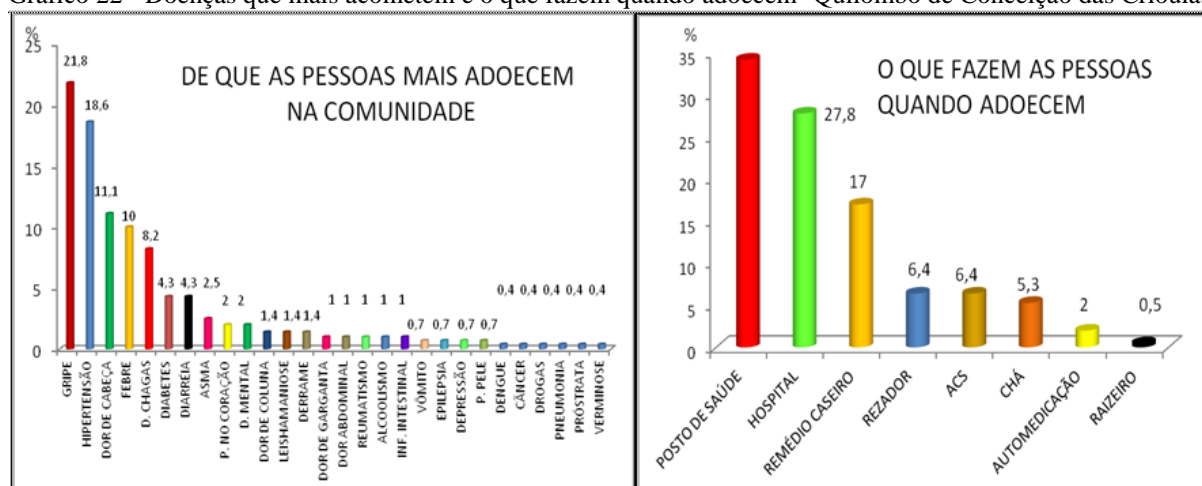
Fonte: A autora, 2013.

Nos aspectos referentes ao estado de saúde, os entrevistados alegaram que vários são os problemas de saúde que afetam a população, aparecendo como os cinco mais frequentes a gripe (21,8%), hipertensão arterial (18,6%), dores de cabeça (11%), febre (10%) e doença de Chagas (8,2%), representando quase 70% das situações.

Questões de saúde que podem estar relacionadas ao déficit de água e seu consumo inadequado, apareceram com pouca frequência, como casos de diarreia (4,3%), dor abdominal (1%), vômito (0,7%) e verminose (0,4%).

As medidas para cuidar dos problemas de saúde são, em 62% das respostas, a procura pelo posto de saúde (34,2%) e hospital (27,8%). As formas mais tradicionais de tratamento representam juntas, 29,2% das alternativas adotadas pelas famílias, como o remédio caseiro (17%), o rezador (6,4%), o chá (5,3%) e o raizeiro (0,5%) (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Doenças que mais acometem e o que fazem quando adoecem- Quilombo de Conceição das Crioulas



Fonte: A autora, a partir do questionário CAP- Funasa/Suest-PE, 2011.

Como segundo distrito de Salgueiro, Conceição das Crioulas conta com um posto de saúde na Vila Sede, com funcionamento do Programa de Saúde da Família. Em 2013, foi iniciada uma reforma e ampliação no prédio da Unidade de Saúde, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, em convênio com o Ministério da Saúde, não tendo nenhuma relação com o projeto da transposição (Figura13).

Figura 13 - Obras da reforma de ampliação do PSF- Conceição das Crioulas



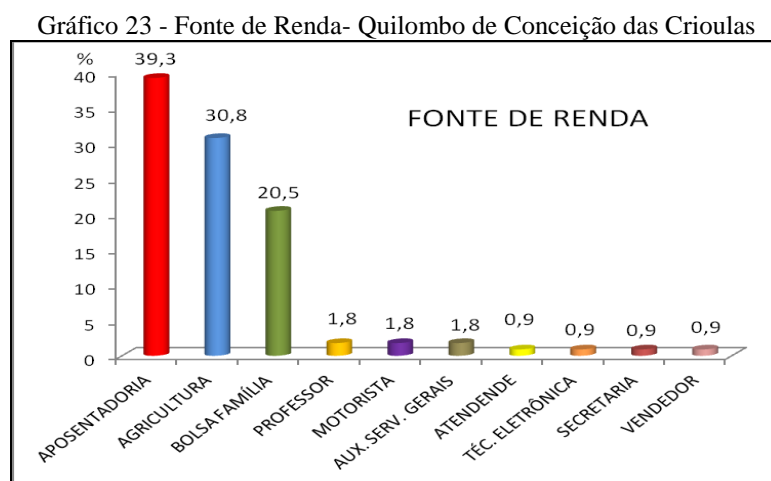
Fonte: A autora, 2013.

Representante da Secretaria de Saúde detalha a equipe que compõe a Unidade de Saúde da Família e o apoio oferecido pelo município para deslocamento dos profissionais que não são moradores da comunidade de Conceição das Crioulas.

09 ACS, um enfermeiro, um médico, 01 Dentista, auxiliar de enfermagem, a recepção, auxiliar de serviços gerais e a pessoa da farmácia. Essa equipe, tanto o

médico, enfermeiro, dentista, auxiliar de enfermagem eles se deslocam daqui de Salgueiro para Conceição todos os dias. Então há um carro que é locado aqui na Secretaria municipal de Salgueiro, que transporta, que leva essa equipe todos os dias prá Conceição. E a gente leva também a gente paga as refeições desses profissionais lá. Então é uma equipe muito boa, uma equipe muito integrada, [...] E o avanço que teve desde o ano passado, nós conseguimos a ampliação e reforma da Unidade de Saúde que já está em processo de licitação [...] Não, é diretamente com o Ministério da Saúde. É parceria com o M.S., mas não em relação ao PISF. E assim, lá é uma área bastante extensa, acho que você observou, a gente tem ACS que dá sede para sua área é 30 km (Gestora 3).

Quanto as formas de sobrevivência da comunidade, os entrevistados apontaram uma predominância de pessoas vivendo com aposentadoria (39,3%), seguida de pessoas que vivem da agricultura (30,8%) e do bolsa família (20,5%), o que representa 91% das fontes de renda das famílias. As demais atividades somam 9% das alternativas de trabalho (Gráfico 23).



Fonte: A autora, a partir do questionário CAP- Funasa/Suest-PE, 2010.

Os dados acima mostram a presença da atividade agrícola, porém sem a força de outrora. Ao chegaram ao local aonde hoje é o território de Conceição das crioulas, as mulheres negras passaram a viver da agricultura, baseada no plantio do algodão. De acordo com informações da prefeitura municipal de Salgueiro,

[...] Até 1987 o algodão foi o sustentáculo da economia quilombola, mas com o ataque da praga do bicudo e a entrada dos fios sintéticos, a população assistiu a sua decadência. Hoje, através de uma agricultura de subsistência, seus habitantes sobrevivem plantando milho, feijão, mandioca, jerimum e melancia (SALGUEIRO, 2013).

A atividade de artesanato, apesar de não estar entre as respostas do questionário, é importante expressão de identidade da comunidade e representa também uma fonte de renda. Na Casa Comunitária Francisca Ferreira é onde se encontram os diversos artesanatos produzidos para comercialização (Figura 14).

No livro *Sertão Quilombola*, do CCLF, há menção ao artesanato como uma atividade reconhecidamente forte e que através dele a comunidade de Conceição das Crioulas consegue transformar trabalho em renda (CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE, 2008, p. 22).

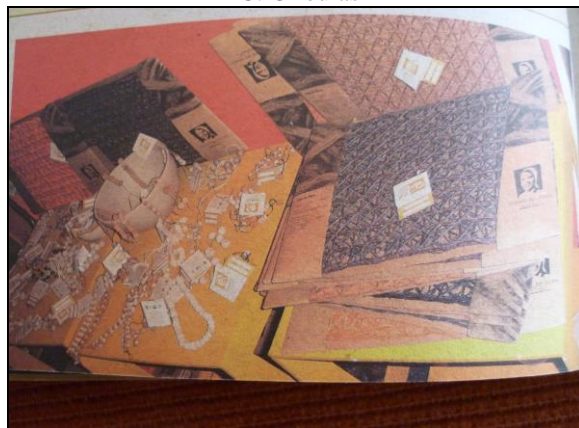
Quanto ao artesanato, uma atividade que sempre existiu em Conceição das Crioulas, ganhou novo impulso como alternativa econômica diante da crise do algodão dos anos 1980. A partir de 2001, o projeto *Imaginário Pernambucano na Comunidade* foi viabilizado, através de uma parceria entre a AQCC, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Mais de trinta produtos foram desenvolvidos através de oficinas de gestão de qualidade e de consultorias de *design* – tais como as populares bonecas de fibra de caroá (ÁGUAS, 2013, p. 6, grifo do autor).

Figura 14 - Casa Comunitária Francisca Ferreira - C. Crioulas



Fonte: A autora, 2013.

Figura 15 - Artesanato em cerâmica e fibra de caroá - C. Crioulas

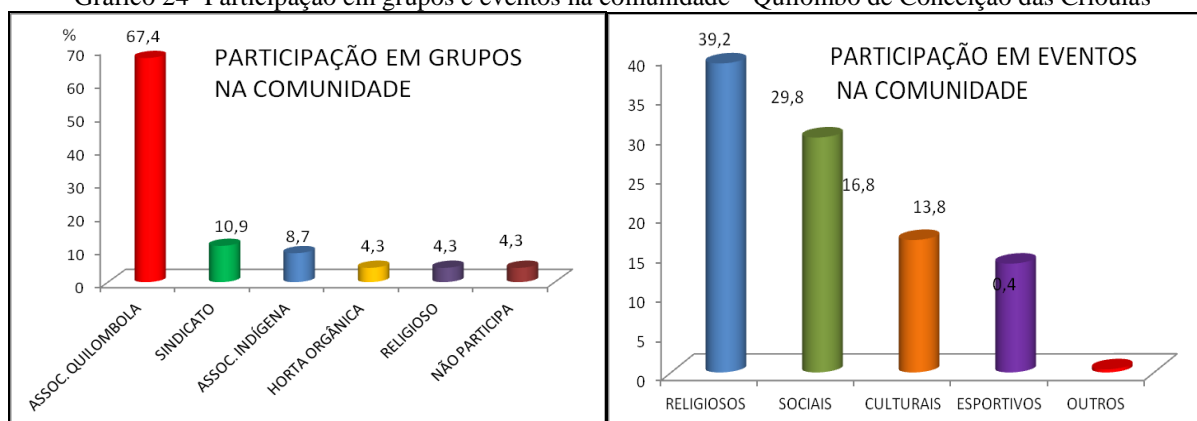


Fonte: Centro de Cultura Luiz Freire- Sertão Quilombola (2008, p. 22).

A inserção em grupos na comunidade, pelas respostas do questionário, mostra o expressivo envolvimento dos moradores com a Associação Quilombola de Conceição das Crioulas (67,4%), seguida da participação com o sindicato (10,9%) e com a associação indígena Atikum (8,7%) (Gráfico 24).

Os eventos que envolvem a participação das famílias, segundo respostas obtidas, apontam os de cunho religioso (39,2%) e social (29,8%) como de maior frequência, seguido dos eventos culturais (13,8%).

Gráfico 24- Participação em grupos e eventos na comunidade - Quilombo de Conceição das Crioulas



Fonte: A autora, a partir do questionário CAP- Funasa / Suest-PE / 2011.

A Associação Quilombola de Conceição das Crioulas (AQCC) (Figura 16), fundada em 2000, desenvolve vários trabalhos e estabelece parcerias diversas. Tem como objetivos o desenvolvimento da comunidade - levando em conta sua realidade e sua história, a valorização das suas potencialidades, a conscientização do povo negro da sua importância para construção de uma sociedade justa e igualitária, a quebra da barreira do preconceito e discriminação racial. A AQCC é formada por 10 associações de produtores e trabalhadores rurais provenientes dos diversos sítios que compõe o povoado (SALGUEIRO, 2004).

Figura 16 - Sede da AQCC e Crioulas Vídeo - C. Crioulas



Fonte: A autora, 2013.

Em “Sertão Quilombola”, um pouco mais sobre a Associação e seus projetos:

[...] a AQCC - Associação Quilombola de Conceição das Crioulas, desenvolve vários trabalhos ligados a territorialidade, geração de renda, educação e juventude. Entre eles está o Crioulas Vídeo, produtora de vídeos formada pela juventude quilombola da comunidade [...] Dentre as comunidades quilombolas de

Pernambuco, Conceição das Crioulas é pioneira na organização, mobilização e articulação das lutas quilombolas, tornando-se uma referência tanto no âmbito regional, como nacional (CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE, 2008, p. 21-23).

Relato de uma gestora confirma a dinâmica da organização da comunidade e sua incessante luta e articulação política.

[...] os ACS também são muito politizados e a comunidade também [...] Eles sabem dos seus direitos, dos seus deveres também e sempre estão reivindicando suas melhorias [...] é um a comunidade bastante politizada que reivindica seus direitos, que sabe quais são seus direitos como e também seus deveres e que sempre que a gente solicita alguma reunião, alguma coisa que a gente precise da comunidade eles estão ali junto. Então se você quer marcar uma reunião em Conceição de algum tema, eles já se articulam rapidamente. Há várias associações também, em Conceição das Crioulas, e a gente consegue, quando quer marcar alguma coisa, a gente consegue rapidamente se articular com eles e mobilizar, fazer uma mobilização. Então é uma comunidade bastante unida que realmente sabe o que quer [...] (Gestora 3).

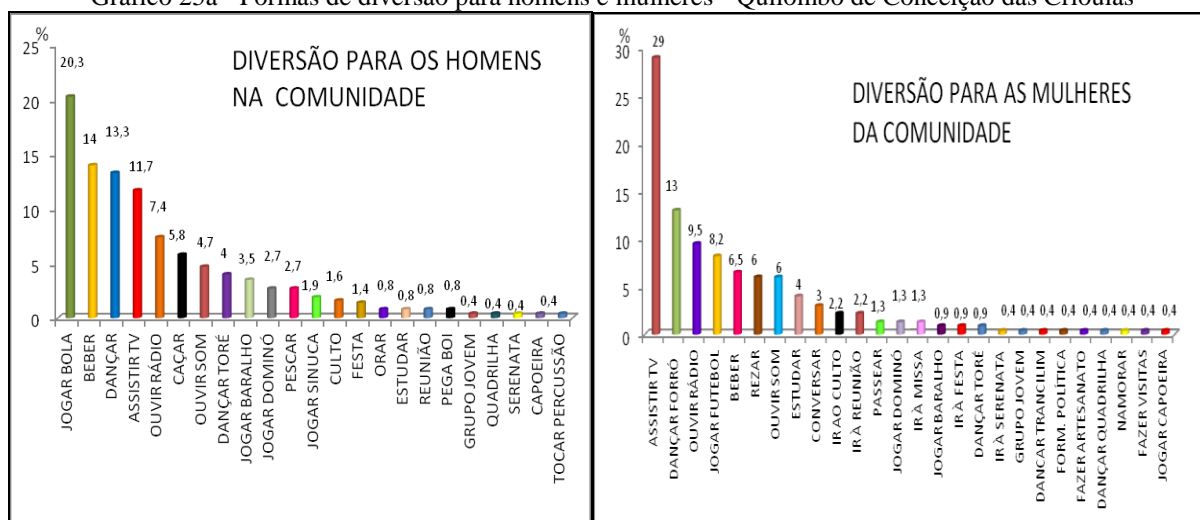
Com referência as formas de lazer, os dados do questionário mostram que para os homens foram mencionadas vinte e três opções de divertimento. As quatro primeiras opções somam 59,3%, sendo jogar bola a atividade de lazer preferida (20,3%), seguida da bebida com 14%, da dança (13,3%) e da televisão com 11,7%.

Para as mulheres foram apontadas vinte e seis formas de lazer. As quatro primeiras opções, que somam 59,7%, mostram que assistir televisão vem como primeiro divertimento (29%), seguido de dançar forró com 13%, ouvir rádio com 9,5% e jogar futebol com 8,2% (Gráfico 25a).

O lazer para crianças aparece com dezesseis opções, mas as quatro primeiras representam 78% das frequências, sendo brincar no terreiro (21%), estudar (20,4%), jogar futebol (19,7%) e assistir televisão (17%) as com maior envolvimento das crianças. Brincar no terreiro e estudar têm quase o mesmo percentual (Gráfico 25b).

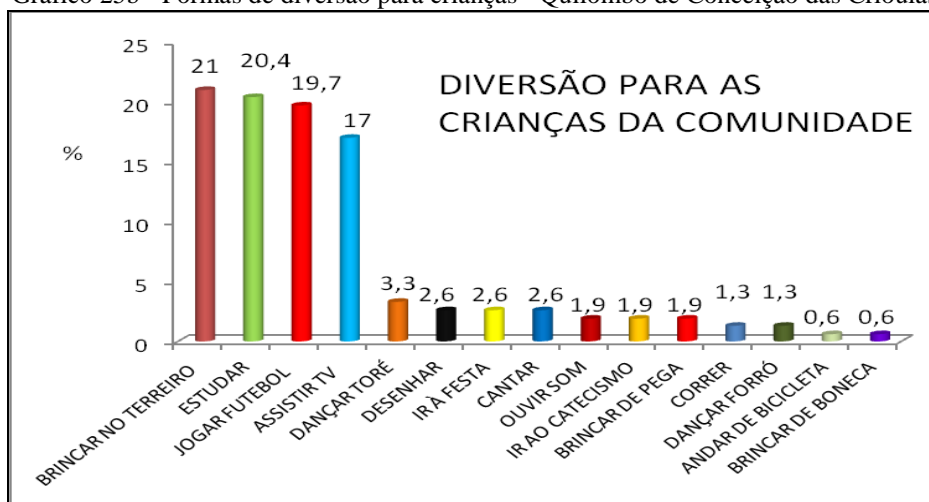
Como espaços coletivos promotores de lazer, há na comunidade, na Vila Sede, o campo de futebol, a quadra poliesportiva e a praça.

Gráfico 25a - Formas de diversão para homens e mulheres - Quilombo de Conceição das Crioulas



Fonte: A autora, a partir do questionário CAP- Funasa / Suest-PE / 2011.

Gráfico 25b - Formas de diversão para crianças - Quilombo de Conceição das Crioulas

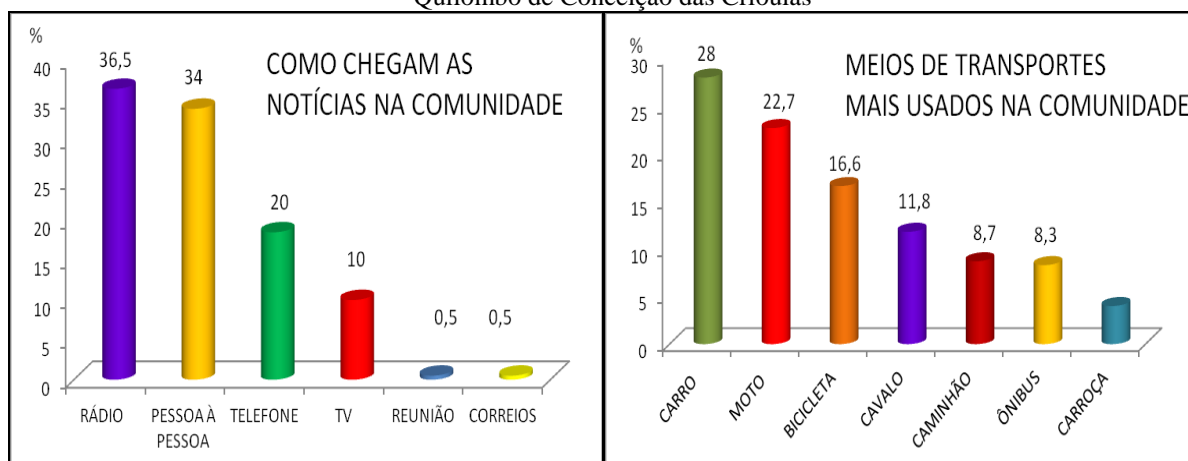


Fonte: A autora, a partir do questionário CAP- Funasa/Suest-PE/2011.

Os canais de comunicação apontados pelo questionário, indicam que as notícias são veiculadas principalmente pelo rádio (36,5%), de pessoa a pessoa (34%) e por telefone (20%).

Quanto aos meios de transporte mais usados pelas famílias, quase 80% estão distribuídos entre o carro (28%), moto (22,7%), bicicleta (16,6%) e cavalo (11,8%) (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Como chegam as notícias e transporte mais usados na comunidade - Quilombo de Conceição das Crioulas



Fonte: A autora, a partir do questionário CAP- Funasa/Suest-PE/2011.

O acesso à Conceição das Crioulas não é fácil, como descreve Águas (2013, grifo nosso),

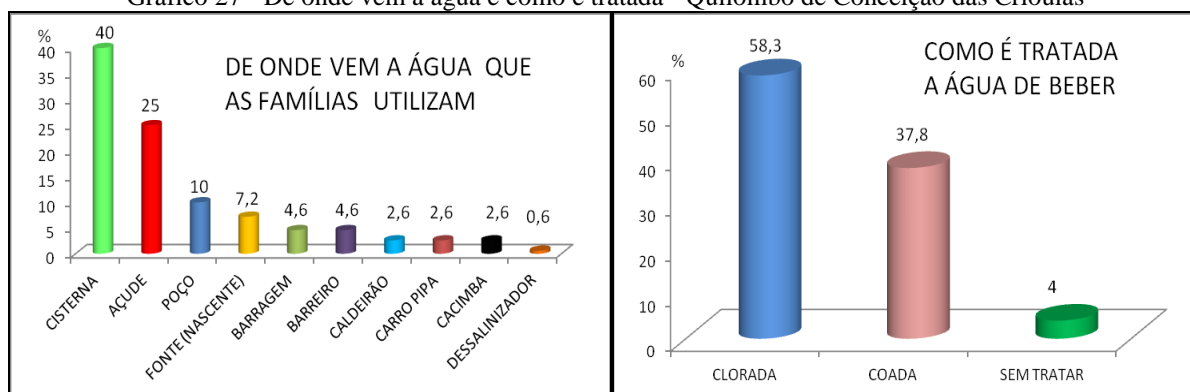
[...] Depois de um trajeto de 514 km entre Recife e Salgueiro, são mais 15 km pela BR-116, que conduzem a uma estrada de terra que – «entre faveleiras, caroás, quixabeiras, marmeleiros, juás, mandacarus e macambiras», como descreve Calheiros (2009: 43) - *sacudirá* o viajante por mais 25 km até a Vila Centro, o principal povoado do quilombo.

Mas providências já vem sendo tomadas pela AQCC, junto aos governos estadual e federal para melhora da estrada de acesso à comunidade.

Você falou aí da acessibilidade, mas na questão da acessibilidade, em julho nós fizemos um manifesto. Desse manifesto, o próprio governo se comprometeu, disse que não tinha condições de bancar o projeto todo, mas ia ser o nosso parceiro, que através de conhecimento dele em Brasília junto com a gente, ele ia correr atrás. Esperamos isso, ele dava o resultado até o começo de abril (Grupo Focal 1).

O acesso à água na comunidade, segundo as respostas do CAP, indica que as principais fontes são a cisterna (40%), água de açude (25%) e poço (10%), representando 75% das maneiras de abastecimento. O tratamento da água para consumo humano é 58,3% clorada, seguida de 37,8% coada, seguida de 4% sem tratamento algum (Gráfico 27).

Gráfico 27 - De onde vem a água e como é tratada - Quilombo de Conceição das Crioulas



Fonte: A autora, a partir do questionário CAP- Funasa/Suest-PE/2011.

As narrativas mostram que a situação de abastecimento de água é precário, mesmo em área onde há encanamento e o fornecimento de água é pela Compesa, no caso da Vila Sede, como também nos demais sítios.

Pela Compesa é. Não, nós temos encanamento só [...] [...] É muito difícil chegar água aqui, nós tem sofrido. [...] Quando chega uma aguinha, e às vezes com o carro-pipa, que também não dá para atender a todo mundo, sempre fica aquela diferença... Chega numa parte da rua, a outra fica tudo seca, com os baldes na calçada lá sem água. [...] E aí passa em umas áreas meio estranhas, e aí [...] entenderam que também já furaram a própria rede da adutora, que vem pra cá com autorização da Compesa, e isso pra nós tem sido muito difícil, porque aqui, às vezes vem uma aguinha a cada quinze dias, vinte dias, às vezes tira o mês sem nem vim, mas a conta, todo mês tá ali: taxa mínima, que você use ou não tem que pagar (Grupo Focal 1).

Não, em relação ao Projeto lá não passa o canal. A água de lá ela vem de Belém de São Francisco, tem uma encanação, que tem uma caixa d'água e a distribuição na Vila é pelo Belém de São Francisco. E em relação a área, nós estamos falando da Vila, em relação ao restante da área é abastecida com carro pipa [...] Isso, porque nos só temos água que vem de Belém de S. Francisco pra Vila, pra sede (Gestora 3).

O Programa de Apoio às Comunidades Quilombolas - PBA 17-, traz, em sua descrição da comunidade de Conceição das Crioulas que,

A comunidade vem lutando por uma adutora que viria de Belém do São Francisco - faltam 18 km para chegar, além da construção de uma ETA em Belém do São Francisco para a 2ª fase, que está em processo de licitação (FUNASA). Registrou-se a existência de algumas cisternas (BRASIL, 2005, p 20).

E é uma luta que continua no momento atual, sem obter êxitos concretos,

[...] E é isso que também, nós tivemos em Recife essa semana, correndo atrás, de reunir lá, e nós tivemos a oportunidade de falar com a Secretaria de Recursos Hídricos lá, e eles anotaram umas coisas (Grupo Focal 1).

A situação se agrava quando refere-se ao tratamento para consumo humano, pelo abastecimento feito das cisternas com carros-pipa.

Isso, tem cisternas porém essa água vem do carro pipa. Que antigamente, até uns uns 2 meses atrás, essa água vinha aqui da compesa, o carro pipa pegava aqui na Compesa, só que tem uns 2 meses mais ou menos, que essa água ela é pega diretamente no Ibó. E a gente conversando em reunião com a vigilância, essa água está sendo pega bruta, sem tratamento. E a recomendação que se tem é que coloque as pastilhas. Só que o pipeiro fala que se colocar as pastilhas na hora que pega a água, as pastilhas corrói o pipa. Aí tem essa dificuldade que eles não querem colocar, porque corrói aquele material, como é, o metal, né? E eles estão, segundo algumas informações, colocando diretamente na Cisterna (Gestora 3).

O destino do lixo na área, pelos dados do questionário, mostra que jogar ao relento (56%) e queimar (39,8%) são as práticas mais comuns, a exemplo do que apareceu nos dados das comunidades de Santana e Contendas/Tamboril. Em Conceição das Crioulas apenas 1,6% do lixo é coletado (Gráfico 28).

No entanto, o que é descrito em documento do projeto da transposição é de que existe coleta de lixo semanal na comunidade, porém que a prática de queimar permanece, sendo feita em uma área dentro do território. Não fica claro se há coleta em todos os vinte e um sítios, e, pela dimensão da área, uma coleta semanal é pouco, haja visto o número de famílias e produção de lixo, e a distância entre os sítios.

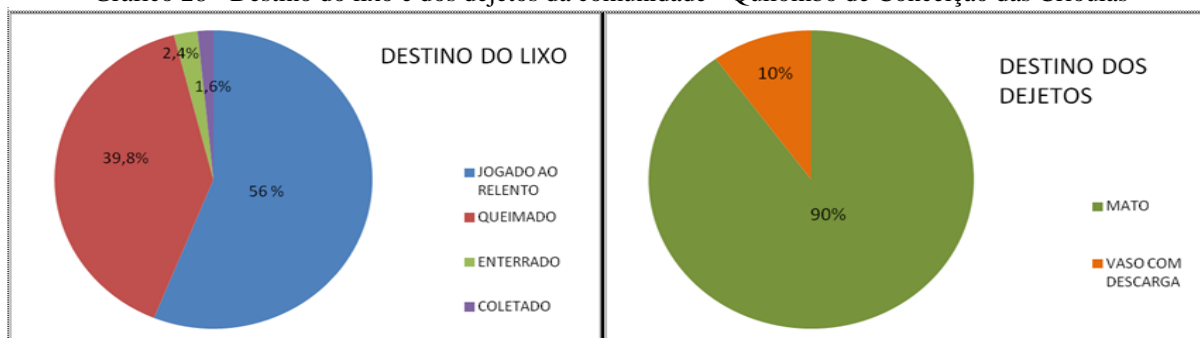
O município de Salgueiro está projetando um aterro sanitário que possivelmente no futuro irá receber o lixo da comunidade. Registrou-se a existência de uma campanha AQCC/escolas para coleta seletiva (BRASIL, 2005, p. 20).

Os dejetos estão sendo lançados, em 90% das respostas, no mato, com apenas 10 % sendo em vaso com descarga (Gráfico 28).

Documento do projeto da transposição afirma:

Não existem banheiros na comunidade. Projeto do Estado conviniu a construção de 30 banheiros, mas ainda não saiu do papel. Atualmente, os lançamentos de esgoto das casas da Vila vão para o açude de onde vem a água para consumo (BRASIL, 2005, p. 20).

Gráfico 28 - Destino do lixo e dos dejetos da comunidade - Quilombo de Conceição das Crioulas

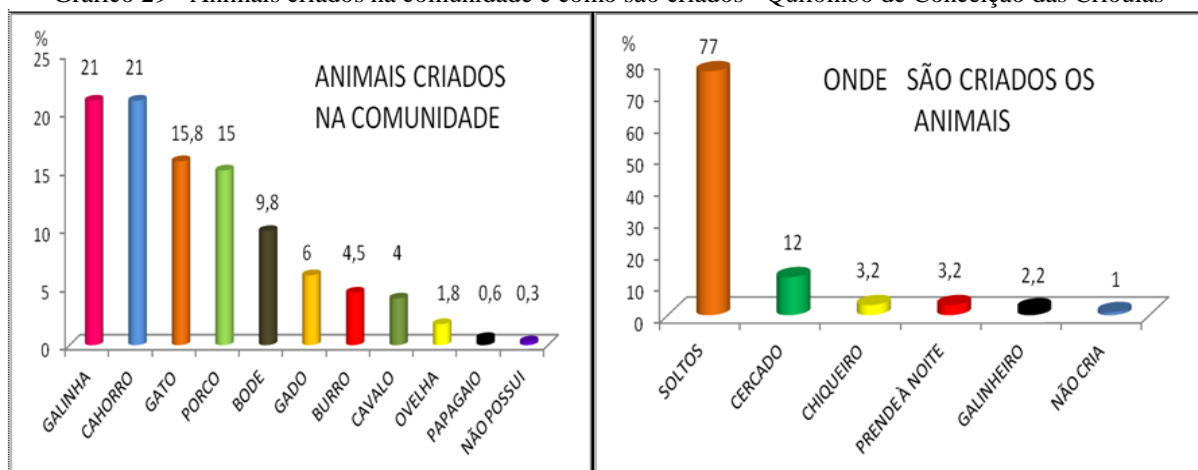


Fonte: A autora, a partir do questionário CAP- Funasa/Suest-PE/2011.

A prática de criação de animais é presente na área, porém pelas respostas, com predominância para a criação de galinhas e cachorro, com 21% respectivamente, seguido de gato (15,8%). Outros animais da pecuária como porco (15%), bode (9,8%) e gado (6%), são criados com menor frequência. Os animais são criados soltos (77%) (Gráfico 29).

Informações da Prefeitura Municipal de Salgueiro indicavam a existência de pequenos criatórios de ovinos, caprinos, bovinos e suínos na comunidade (SALGUEIRO, 2014).

Gráfico 29 - Animais criados na comunidade e como são criados - Quilombo de Conceição das Crioulas



Fonte: A autora, a partir do questionário CAP- Funasa/Suest-PE/2011.

Como descrição mais detalhada da área central de Conceição das Crioulas, a Vila Centro, Águas (2013, p. 3) relata:

A Vila Centro é um simpático aglomerado de casas cercado pela vegetação da caatinga e pelo recorte das serras²⁰. No seu núcleo, está a pequena capela azul e branca, a praça e um pequeno comércio. Também no povoado se concentram as principais estruturas da comunidade: a sede da AQCC, a biblioteca Afroindígena (a primeira do Brasil), o posto de saúde, a quadra poliesportiva, o campo de futebol, a Casa Comunitária Francisca Ferreira, as escolas de ensino fundamental e médio, o banco de sementes, o mercado público e a lavanderia comunitária, dentre outros espaços coletivos.

A figura 17 mostra o mercado público, localizado na Vila Centro de Conceição das Crioulas.

²⁰ O quilombo é delimitado pela Serra das Princesas, por Jatobá, pelo território indígena Atikum, pela Serra Redonda e pela Serra do Urubu (CALHEIROS, 2009 apud ÁGUAS, 2013).

Figura 17 - Mercado público – C. das Crioulas



Fonte: A autora, 2013.

Os questionários também apontaram problemas gerais da comunidade de Conceição das Crioulas, que agrupamos por ordem de prioridade, segundo frequência das respostas:

- a) Estão hídrica: Falta de água; falta de Cisterna
- b) Dificuldade financeira
- c) Saúde: Falta de assistência, falta de ambulância e casos de doença de Chagas
- d) Precário sistema de comunicação
- e) Dificuldade de transporte
- f) Educação: Falta de escola
- g) Questão social e política: Falta de apoio para trabalho comunitário
- h) Moradia: Falta de moradia; existência de casas de taipa
- i) Situações de violência

Pelos dados apresentados com o questionário CAP e a narrativa dos sujeitos, as principais características das áreas do estudo, apontam que os problemas das três comunidades quilombolas se dão em torno de questões de saneamento ambiental (abastecimento de água, tratamento para consumo humano, destino de lixo e dejetos), do acesso aos serviços de saúde e educação, de dificuldades financeiras, por falta de condições de trabalho em suas comunidades e região e dificuldades de deslocamento e de transporte.

7 IMPACTOS E VULNERAÇÃO DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: A PERCEPÇÃO DE SUJEITOS

Ao realizar o estudo com populações quilombolas, afetadas por um grande empreendimento como o projeto da transposição do rio São Francisco, encontramos, na definição e condição de vulnerados, construída por Schramm (2012), uma relação estreita com as diversas situações as quais estão submetidas estas populações.

A distinção feita pelo autor sobre vulnerabilidade e vulneração, traz a possibilidade de vislumbrar quais situações provocadas pelas ações do projeto são de maior contundência na vida das populações e dos seus territórios.

Trazer aspectos de vulneração nos aproxima dos impactos provocados com as obras do projeto da transposição, principalmente quando nos debruçamos sobre as narrativas feitas pelos sujeitos do estudo.

No capítulo 5 fizemos reflexões sobre os impactos do projeto, que, segundo o RIMA, são definidos como “potenciais alterações provocadas no meio ambiente”, o que nos faria pensar numa condição de vulnerabilidade, pela potencialidade do que ainda poderia acontecer (SCHRAMM, 2012). Porém, transcorridos sete anos da implementação do projeto, há um quadro social e ambiental que mostra o que de fato já aconteceu nas áreas quilombolas, com situações que aparecem como marcas indeléveis de uma condição de vulneração.

Relatos de que a vida já foi melhor, que há muitas mazelas, que há pessoas tristes, deixam claro os níveis de vulneração a qual está submetida a população, não apenas a quilombola, mas indígena e da zona rural.

[...] E se eles não tiver um recursinho pensando em nós, de onde é que nós vamos tirar? Porque antes dela passar todo mundo aqui tinha o seu bichinho, tinha a sua carninha pra comer, tinha os seus bichinhos pra vender, né? Ou ruim ou mal mas tinha, agora não tem [...] (Grupo Focal 3).

[...] Traz destruição pra algumas comunidades quilombolas e indígenas. [...] Não, porque por onde essa transposição tá passando, tá acabando com o território das pessoas. As áreas agricultáveis, que as pessoas utilizavam pra plantar, pra colocar os animais, aí tá destruindo o rio. Representa muitas coisas... poluição, pra colocar os animais sem destruir [...] (Grupo Focal 1).

A partir do que conceitua Schramm (2012), a população desse estudo encontrava-se em uma situação de vulnerabilidade - condição de quem pode ser ferido - e encontra-se atualmente em uma situação vulnerada - referindo-se a condição de quem já está traumatizado, ferido.

Com o projeto da transposição as comunidades quilombolas de Santana, Contendas/Tamboril e Conceição das Crioulas, estão submetidas a condição de vulneradas, haja visto o que de fato já se apresenta como impacto em seus territórios, no ambiente, na condição de subsistência e psíquica das famílias. Enfim, há um quadro de vulneração em aspectos gerais de suas vidas.

[...] Eu nasci na zona rural também. Outro dia desse a secretária falou: parece que dói no sangue. Eu disse: dói no sangue, eu não gosto de ver essas comunidades tristes, que assim meu desejo é que elas se sintam felizes, que estejam bem e principalmente como eu estou diretora de ensino, sou professora e humanamente você não quer ver ninguém infeliz e triste. Você que ver as pessoas felizes, e aí para elas ter essa felicidade elas precisavam ter uma qualidade de vida melhor, para elas estarem felizes também, ter uma mudança boa pra elas. Foi uma mudança triste, brusca e em muitos pontos ruim (Gestora 2).

E, a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), nº 1/86, em seu artigo 1º, define impacto ambiental como

[...] qualquer alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas, que direta ou indiretamente afetem: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e qualidade dos recursos ambientais (CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, 1986).

Santos (2008 apud SANTOS, R., 2009) apresenta o olhar da harmonia, que, interrompida pela ação do homem, gera impacto.

Impacto ambiental é o desequilíbrio conseqüente de um dano que se vale de agentes diversos capazes de interromper a harmonia existente na relação entre ser vivo e natureza por causa da ação do homem sobre o meio ambiente (SANTOS 2008 apud SANTOS, R., 2009, p. 89).

Com essa compreensão, pode-se inferir que havia uma harmonia nos territórios quilombolas, na relação entre os seres vivos e o meio ambiente, um equilíbrio ecológico, que, ao ser quebrado pela ação humana, se configurou como impacto ambiental. E, por não se restringir ao meio físico, o impacto trouxe conseqüências para a população local. As intervenções do projeto provocaram impactos que se expandiram da natureza para as famílias quilombolas, daí serem impactos socioambientais, com conseqüências não apenas ao meio ambiente, mas ao próprio homem (SANTOS, R., 2009).

Detalhando um pouco mais cada tipo de impacto, o ambiental é percebido como:

[...] se a gente voltar aqui para o ambiental, não há dúvida, o projeto ele faz, eu não sei se eu poderia usar o termo devastação, mas é mais ou menos isso que você sente em toda região e principalmente porque Salgueiro está no eixo, não só de um projeto, mas dos dois. A gente tem área no município que passa o canal de transposição, mas ao lado passa a ferrovia, então a área que se teve de desmatar, e aí você tem um impacto na flora e você tem um impacto na fauna. Não tenho dúvida nenhuma que isso vai ter também contribuições na questão climática, mas já é visível e você sente, só basta observar, sem fazer um aprofundamento mais técnico da questão. Então isso aí, acredito também que não tem como fazer obras sem que eles existam. Aí a gente tem que pensar as medidas que podem está minimizando, reduzindo um pouco esses impactos, mas ele é forte e ele é visível e ele tá aí e a gente tem que pensar como é que compensa isso, a partir do investimento de outras áreas, dessa questão de preservação de floresta e fauna, mesmo a gente considerando que a caatinga ela é o bioma único aqui no sertão [...] (Gestora 1).

[...] ai desmantelar com nós, acaba com os terrenos da gente plantar e tudo, e agente vai ficar [...] acabar de matar nós, acabar de secar o rio, o rio já tá bastante seco mesmo, daqui uns dias tá abrindo é cacimba no rio são Francisco (Grupo Focal 2).

O considerado impacto social parece ter “sido minimizado”, ao referir-se as condições atuais do município, que desenvolveu políticas públicas de capacitação e preparo da população urbana para “receber” o projeto.

A gente sempre tinha o receio de que o impacto social seria maior da obra do projeto, porque é muita gente que vinha de fora. A gente trabalhou o incentivo a utilizar a mão de obra local, a gente trabalhou cursos de capacitação em parceria com as empresas, com o governo federal, para capacitar mão de obra local, mas, mesmo assim, a gente sabia que vinha um povo de fora. [...] Então esse impacto aqui elevou o social e o econômico. As pessoas passaram a ter poder aquisitivo, então isso teve uma repercussão direta no comércio, isso teve uma repercussão direta no setor de serviços e por outro lado, o projeto em si, ele já atraía uma série de outros juntos (Gestora 1).

O impacto psicológico ou emocional, talvez um aspecto “invisível” para o governo, tem relegada sua importância e enfrentamento.

E ai vem esse outro que ninguém trata que é o psicológico, e ai eu digo porque vi família chorar porque quem está em torno da obra, então de repente você mora aqui e é isso passa a ser problema [...] Eu moro aqui a 40/50 anos e ai já estou com meus 60/70 anos e eu tenho que ser desalojado de onde eu construí minha vida para ir pra outro lugar. Isso eu acho que é uma situação que é complexa, porque a gente não está falando nem dos mais novos, que tem uma condição de adaptação mais rápida. A gente fala dos mais velhos, que muitas vezes não sabia nem por onde nem a quem recorrer nessa situação, apesar de todo processo ter sido discutido (Gestora 1).

Acho que, principalmente as comunidades rurais que foram as mais afetadas mesmo, elas precisavam ter um preparo maior. [...] Assim, eu acho que eles deveriam ter um preparo maior, psicologicamente, teria que ter sido arrumada a vida deles, [...] (Gestora 5).

Os resultados do estudo mostram que os impactos socioambientais provocados pelo projeto da transposição, favorecem a condição de vulneração que hoje se verifica nas áreas quilombolas de Salgueiro.

Prejuízos em relação à pecuária, com inúmeras perdas e impossibilidade de manter a criação.

[...] Eu tinha um criatoriozinho, mas por causa desse canal, ele passou pra lá ai passou [...] Foi embora. O que pude pegar eu vendi. [...] Tinha gente aqui que tinha três vacas leiteiras, né? Tirava leite, pouquinho ou muito, que nem a minha sogra: ela tirava leite, fazia um queijinho. Hoje, as duas vacas que ela tinha morreu, de fome e de sede! Por quê? Foi lá para o outro lado, ela tinha que sair dentro das caatingas aqui pra ir buscar a vaca prá dá água e prá dá milho comprado. Todo mundo sabe aqui que não estou mentindo, o que foi que aconteceu? Chegou um dia que a vaca passou pra o outro lado e não teve como voltar, e a única válvula que ela tinha, que era ela e a novilha, morreu! (Grupo Focal 3).

Restrições impostas aos animais para deslocamento dentro do território, o que provocou, além das perdas de animais por morte, desaparecimento, venda, e inclusive situações de roubo. Este quadro gera mais fragilidade e insegurança aos moradores quilombola para manutenção de suas criações.

[...] Contando com todo mundo aqui não foi pouco não; [...] É porque o território do lado de cá, onde o pessoal cria os animais, é até pouco, então os animais não vão ter mais acesso, a alimentação dos animais era do lado de lá, a bebida às vezes era do lado de lá, aí não tem mais acesso pra ir pra lá. Então as pessoas venderam, os animais tiveram mais acesso a pessoas vindo de fora e roubar, teve até questão de roubo aqui de animais, animais que foram embora. [...] Animais que caíram, se atolaram na terra e morreram; [...] Era um criatório aqui, que praticamente acabou; Cria mais não; Quem não vendeu, perdeu, foi embora, desapareceu, roubaram e pronto. [...] (Grupo Focal 3).

Destruição de área de sequeiro, prejudicando a agricultura familiar, e indenizações irrisórias pelas perdas, quando são pagas.

[...] Do outro lado. Do lado de lá; [...] Eles passaram mesmo no meio do terreno era duzentos e tantos metros, porque era uma roça, duzentos e tantos metros. Agora acabou tudo [...] Não é brincadeira não, é chão. Não sabe nem mais onde é o lugar [...] passaram por cima ai [...] E Era uma roça coletiva de toda comunidade [...] A minha mesma eles usou três terreninhos, foi 3 mil reais [...] Uma indenização pequena; [...] Teve gente aqui que não receberam nada; [...] Aquilo não é indenização não, aquilo é uma esmola que o governo está achando que o povo é esmoler, isso não é dinheiro, um terreno bom como é esse daqui, receber uma mixaria [...] A empresa de Bom Nome. É a empresa que usa ai, diz que daqui vai prá beira do rio pro mode bombear água no canal; [...] Os terrenos que ela utilizou ela estragou meio mundo de coisa, e a onde ela passa, que cavaram os buracos pra enfiar os postes é tudo os negócios de ferro. Trezentos reais eles pagam por um poste, paga não, falaram em pagar, mas até hoje não pagou a ninguém. Pagou a ninguém não [...] (Grupo Focal 3).

A base da economia agrícola do sertão são atividades pastoris, com o predomínio da criação extensiva de gado bovino e animais ruminantes de pequeno porte (caprinos e ovinos), assim como a cultura de espécies resistentes à estiagem, como algodão e a carnaúba nas áreas mais secas, e, em áreas mais úmidas, a produção de grão (milho e feijão) e mandioca, afirma Suassuna (2002). O comprometimento dessas culturas de subsistência vem dificultando a vida do povo quilombola, com piora das condições de trabalho e alimentação.

Insegurança quanto à permanência no território, pela ameaça concreta de perda e ruptura do vínculo com a terra, sinônimo de identidade e pertencimento às raízes e tradições quilombolas.

[...] e também a questão dos territórios, que fere mesmo a questão ética, moral das comunidades, porque o território das comunidades aqui, eles não são em si apenas terra, para eles a questão não é terra, é território, é afirmação, é confirmação de sua identidade, ali onde moravam seus antecedentes, onde foram enterrados, onde trabalhavam, onde retira a lenha, onde retira o carvão, então é uma coisa muito forte. Toda essa questão de dizer: ah, foi indenizado, a gente sabe que dinheiro nenhum recompensa o espaço que a gente tem, porque é uma coisa muito mais profunda, não é só uma questão de plantar e de colher, a questão do território pra gente é uma coisa muito ligada à identidade, a gente que é feita da gente, então achei que foi um impacto negativo a questão de passar o canal dentro de algumas comunidades, não foram por todas, mas [...] (Gestora 2).

Desmatamento no território quilombola, autorizada por órgãos ambientais, provocando indignação entre as famílias pela agressão ao meio ambiente. É evidente o sentimento de injustiça, com a restrição imposta aos povos tradicionais, pelos mesmos órgãos ambientais, ao manejo da vegetação, quando necessário, e a “liberação irrestrita” para o MI executar as obras da transposição, às custas de grande devastação ambiental.

[...] E o pior que a gente tinha esses terreninhos aí, se a pessoa fosse botar uma broca tinha que pedir autorização ao IBAMA, e aí se derrubar uma Braúna pagava no sem quanto; [...] 2 mil; [...] Uma aroeira, um umbuzeiro, aí eles vai, meteram o sarrafo pra riba, derrubaram umburana, umbuzeiro, todos tipo de pau, braúna, aroeira, esbagaçaram tudo, aí os dono que era dono, que pagava imposto, não tinha esse direito de botar uma broca pra mode fazer uma rocinha. [...] Matou, matou foi muito gameleira aí nas caatinga, morreu foi muito ai por causa da terra; [...] Isso ai é 225m de largura no terreno, todo terreno que cruzou aí. O que é que é a bagaceira de madeira aí. Uma coisa horrível! (Grupo Focal 3).

[...] Olhe, de negativo a gente sabe, toda a questão ambiental, como desmatamento, como escavação, tudo isso a gente vê como impactos negativos, como a não implantação de viveiros pra repor a vegetação que foi retirada, a gente não vê isso, possa ser que tenha, mas não temos conhecimento de nenhuma área aqui no município de Salgueiro [...] (Gestora 2).

Descaso e descompromisso com a vida das populações quilombolas suscitam as perguntas: qual o nível de responsabilização do governo em provocar tantos danos e prejuízos? Quem é que vai pagar por isto?

[...] E aí quem foi que pagou o prejuízo? Alguns dele veio lá dizer: ‘toma Vileni, aqui a indenização que tua vaca morreu, por culpa da transposição?’ Foi? Não. Querem mais é que ela se dane, se ela morrer de fome não tão nem aí, que não é eles! Não se preocupa. O ponto negativo que eu acho é isso aí [...] (Grupo Focal 3).

Narrativas apontam para uma mudança de paisagem na área quilombola, que, com as intervenções (estrutura imposta) adquiriu nova configuração, com grande oposição às formas existentes, passando a ser “desconhecida” pela população (SANTOS, F. M., 2012).

Para Santos, M. (2012, p. 68),

A paisagem, formada pelos fatos do passado e do presente, traz em si aspectos cumulativos do tempo, bem como do uso de novas técnicas, consequência de adaptações, que são imposições, observadas em níveis, velocidades e direções diferentes.

Narrativa ilustra essa realidade:

[...] onde eu moro, quando eu abro a minha janela já não tenho a mesma paisagem, eu já não tenho o açude que tinha e abastecia já ficou do outro lado do canal porque dividiu propriedade no meio; os acessos tiveram que ser modificados, então tudo isso modificou muito a vida rural, aí você está numa situação, numa estabilidade (Gestora 1).

O quadro de vulneração descrito mostra a contradição do discurso oficial do projeto da transposição, a distância do que vem sendo veiculado pela mídia sobre as obras e seus impactos positivos, e do desrespeito às conquistas legais dos povos tradicionais.

O descumprimento, pelo governo, dos preceitos legais aprovados para estes povos, caracteriza-se como violação de direitos, e pode ser observado em várias dimensões.

No que preconiza a Convenção nº 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais, que vigora com força de lei no Brasil desde 2004, em seu artigo 7º, quando diz, no primeiro parágrafo:

Os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente (BRASIL, 2004d).

No que determina o Decreto nº 6040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), em seu artigo 3º, ao definir como desenvolvimento sustentável: “o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras”, e dentre seus objetivos específicos,

[...] garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica; e garantir os direitos dos povos e das comunidades tradicionais afetados direta ou indiretamente por projetos, obras e empreendimentos (BRASIL, 2007).

Não obstante esta e outras conquistas legais, fruto da luta do povo negro e comunidades tradicionais, o que se configura é uma realidade política em que ações governamentais são pautadas por modelo baseado na crença de que o crescimento econômico tradicional, em que maior investimento-produção-consumo, permitiria, simultaneamente, maior número de empregos e melhor qualidade de vida para uma parcela cada vez maior da população e, um modelo de desenvolvimento que, em nome de um crescimento econômico não incorpora os excluídos do sistema.

Projetos governamentais com recursos do PAC, a exemplo da transposição, têm a marca de intervenções distantes da realidade local e com motivações não explícitas, como afirma Leitão:

O PAC corrobora a tradição do Estado brasileiro em atuar no território: via projetos sem plano, recheados de discursos deslocados da prática a que efetivamente se propõem, e das motivações que de fato se baseiam. Esses mecanismos [...] corroboram a tendência à reprodução das desigualdades regionais e sociais e, em última instância, à fragmentação do espaço regional, via investimento de caráter seletivo (LEITÃO, 2009, p. 209 apud BRASIL, 2011, p. 92).

Corroborando com o autor, a narrativa de liderança complementa esta reflexão, ao explicitar o quão é preciso repensar o modelo político vigente, o caráter assistencialista e paternalista das políticas públicas voltadas às populações quilombolas, indígenas, rurais, etc,

[...] Então, faltam boas escolas, as escolas integradas com a realidade da zona rural, e que a zona rural não seja um sinônimo de pobreza nem de tratar essas pessoas como coitadinhos, pobrezinhos, miseráveis, mas como pessoas que deixaram de gozar da política pública do qual eles tem direito ao longo desse tempo. Então a gente não pode, não pode, nem deve continuar com essa ideia de que os menos favorecidos da sociedade eles estão ali porque estão precisando das migalhas das políticas públicas. Eles precisam ser inseridos dentro da política pública como sujeito (Liderança 3).

A narrativa da liderança ilustra a imagem cultivada por governos e políticos em relação a um sertão inóspito, pobre, degradado, apesar de outras alternativas para o semiárido serem pensadas e pesquisadas (COSTA, 2010).

Para o autor,

Prevaleceu a imagem de um sertanejo forte, mas inferior, pronto a receber esmolas; de uma região pela qual se devota pena e socorros. Essa imagem do atraso, só beneficiou e beneficia as classes dominantes, receptoras históricas principais, das ‘obras contras as secas’, dos ‘benefícios’ e ‘ajudas’ carreadas para o semiárido (COSTA, 2010, p. 38).

A certeza maior parece ser a de que as obras do projeto da transposição, realizadas até o momento, e as que estão por vir, trarão apenas prejuízos, deterioração na qualidade de vida das famílias, do território, do ecossistema como um todo, constatação que não é nova neste estudo. O benefício é para outrem, muito distante, “sem identidade específica”, mas não para os da região, comunidades quilombolas, indígenas e de trabalhadores rurais. Um “quadro sombrio” se configura como perspectiva a curto e médio prazo para os povos da zona rural inseridos nas áreas de influência do projeto.

[...] vai trazer essa benfeitoria prá alguém longe, que ninguém sabe nem de onde é. E nós aqui vamos ficar com quê? Vai dismantelar com nós, acaba com os terrenos da gente plantar e tudo, e agente vai ficar... acabar de matar nós, acabar de secar o rio, o rio já tá bastante seco mesmo, daqui uns dias tá abrindo é cacimba no rio são Francisco (Grupo Focal 2).

Implementado à revelia de um debate mais amplo no país e sem dar ouvidos às manifestações sociais, argumentações técnicas e políticas contrárias ao projeto, a realização do projeto da transposição ratifica um modelo que privilegia uma estratégia de desenvolvimento territorial que “favorece ganhos privados, socializa custos socioespaciais e impactos ambientais”, acarretando em “um desenvolvimento territorial espacialmente seletivo, ambientalmente predatório, e socialmente excludente”, argumenta Leitão (2009 apud BRASIL, 2011, p. 92).

8 PRÁTICAS EDUCATIVAS E AÇÕES IMPLEMENTADAS – MEDIDAS PARA MITIGAR IMPACTOS E VULNERAÇÃO

*A educação é a arma
mais poderosa que você pode usar
para mudar o mundo.
(Nelson Mandela)*

Este capítulo apresenta os resultados das práticas educativas realizadas pelo Projeto da transposição, que se dão no âmbito da saúde e do ambiente, e das obras ou intervenções diretas implementadas nas áreas das comunidades remanescentes de quilombos em Salgueiro.

Os resultados apresentados correspondem a avaliação dos PBA's, das categorias Contexto (objetivos, justificativa, população alvo, meta), Estrutura (recursos humanos, cronograma), Processo (implantação, falhas, metodologia,) e Produto (resultados) (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004), agregando-se também ao modelo proposto aspectos críticos relatados pelos sujeitos do estudo e referenciais teóricos.

Segundo o governo, os programas Básicos Ambientais foram concebidos para “mitigar os impactos negativos e otimizar os benefícios trazidos pelo empreendimento de maneira geral” (BRASIL, 2005).

Para execução de alguns programas ambientais, o MI contou, até dezembro de 2009, com parcerias técnico-financeiras de órgãos e/ou instituições do Governo Federal. Ao observar o quadro de parcerias governamentais, verificamos o envolvimento de pelo menos dez instituições públicas, que acreditamos terem competência e conhecimento técnico para desenvolver os programas (BRASIL, 2012, p. 6). Entretanto, a partir de janeiro de 2010, foi contratada a empresa CMT Engenharia Ltda para realizar a execução e acompanhamento de medidas, planos e programas ambientais, definidos nos PBA's do PISF. Isto significa a transferência direta da responsabilidade de execução e monitoramento destes programas para uma empresa privada.

Do montante de recursos para o projeto da transposição, apenas 11,82% foram destinados às ações inseridas nos 38 Programas Básicos Ambientais, segundo o “Resumo Executivo do Programa Básico Ambiental”, elaborado pela Coordenação Geral de Programas Ambientais do Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2012).

Ainda conforme o mesmo documento, a execução financeira dos referidos PBA's foi, até julho de 2012, de 66% para o PBA 4, e de 71%, para o PBA 17. O PBA 21, teve uma execução de 10%.

Em novembro de 2012, o então Ministro da Integração Nacional, em exposição feita no senado federal, apresentou como justificativa às dificuldades de execução dos programas ambientais, os seguintes argumentos:

- a) Número expressivo de programas a executar (38 programas)
- b) Necessidade de ampla articulação institucional na execução das ações ambientais
- c) Conflitos sociais existentes na faixa de obra
- d) Relocação de famílias residentes na faixa de obra
- e) Estrutura fundiária com um número muito grande de propriedades sem documentação (BRASIL, 2012)

No entanto, as dificuldades apresentadas pelo governo não estão sendo devidamente enfrentadas, haja visto o que já apontava em 2010 o Relatório da Plataforma Dhesca Brasil,²¹ quando afirmava:

[...] sobre as obras de compensação, especialmente a construção de infra-estrutura (casas, sistema de fornecimento de água, construção de escolas, etc) nas comunidades quilombolas e camponesas impactadas pelas obras do canal da transposição [...] as denúncias generalizadas de que nada, ou muito pouco foi cumprido (duas ou três escolas e postos de saúde construídos e a abandonados; não fornecimento de água para irrigação; início da construção de casas e posterior abandono, etc). Todas essas promessas constituem em diversas violações de direitos (direito à moradia, direito à escola/educação, etc.), além da simples indenização pela ocupação de territórios pertencentes a estas comunidades (SAUER, 2010, p. 29).

8.1 PROGRAMA BÁSICO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – O PBA 4

O Programa Básico de Educação Ambiental - PBA 4, é um programa compensatório, classificado como de “ampla atuação”, cujo objetivo geral é

desenvolver ações educativas, a serem formuladas através de um processo participativo, visando capacitar/habilitar setores sociais, com ênfase nos afetados diretamente pelo empreendimento, para uma atuação efetiva na melhoria da qualidade ambiental e de vida na região (BRASIL, 2012, p. 18).

²¹ A Plataforma Dhesca Brasil – Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, é uma articulação nacional de 36 movimentos e organizações da sociedade civil que desenvolve ações de promoção, defesa e reparação dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (doravante abreviados em Dhesca), visando o fortalecimento da cidadania e a radicalização da democracia. Seu objetivo geral é contribuir para a construção e fortalecimento de uma cultura de direitos, desenvolvendo estratégias de exigibilidade e justiciabilidade dos Dhesca, bem como incidindo na formulação, efetivação e controle de políticas públicas sociais.

É visto também como um dos programas estratégicos, portanto transversal aos demais programas. A avaliação neste estudo trará, sempre que necessário, a interface do PBA 4 com o PBA 17 e o PBA 21.

O PBA 4 é considerado como:

uma ação estratégica complementar à gestão ambiental do empreendimento. Para tanto atuará na mobilização e qualificação da participação das comunidades envolvidas no planejamento e na execução de ações destinadas a otimizar os impactos positivos do Projeto de Integração do São Francisco e minimizar os impactos negativos (BRASIL, 2010, p. 11).

Sucintamente, o mesmo apresenta como justificativa para sua realização, que,

Frente às mudanças apontadas faz-se necessária uma ação informada e participante da população nos processos e produtos resultantes do PISF, de modo a influenciar nos rumos e tipos de soluções para o desenvolvimento da região afetada (BRASIL, 2010, p. 11).

Tendo sido reestruturado em 2010, com base na demanda do órgão licenciador, IBAMA, o Programa passou a ser subdividido em três subprogramas: Subprograma de Educação Ambiental nas Comunidades, nas Escolas e em Saúde (BRASIL, 2010).

Essa subdivisão ela já veio com o novo formato do programa que em 2010 acredito que o próprio IBAMA ele foi reestruturado, ele foi reformulado e aí já veio com essa nova roupagem, com esse novo formato de ter três programas, antes era dividido apenas em saúde e educação e aí o subprograma de comunidades contempla as comunidades quilombolas, as comunidades reassentadas que são essas que estão sendo transferidas para as vilas produtivas rurais, comunidades indígenas e comunidades pertencentes ao programa de número 15, que são comunidades que estão localizadas em torno dos reservatórios e dos canais (Técnico 3).

A sua população alvo “são grupos sociais dos municípios da Área Diretamente Afetada (ADA) e da Área de Influência Direta (AID) do projeto da transposição, em especial: Professores e Coordenadores Pedagógicos do ensino formal (fundamental e médio); Agentes Comunitários e Coordenadores da Atenção Básica de Saúde das Secretarias Municipais de Saúde; Representantes das famílias a serem reassentadas; Representantes das famílias que receberão abastecimento de água ao longo dos canais nas localidades definidas; Representantes dos atores sociais das comunidades quilombolas” (BRASIL, 2010, p. 22-23).

A proposta metodológica está assim desenhada:

o Programa de Educação Ambiental será executado com base em metodologia dialógica e participativa na qual o processo de ensino aprendizagem se constitua efetivamente em uma “via de mão dupla”, em que os temas abordados, os conceitos e conteúdos sejam fruto de discussões aprofundadas, tendo por interlocutores principais os facilitadores da equipe de implementação do mesmo com a população

das comunidades abrangidas, com técnicos municipais da área de saúde e do ensino formal (BRASIL, 2010, p. 27).

A equipe responsável pela elaboração e implementação das ações do Programa é de técnicos da CMT Engenharia LTDA, com uma equipe de nove profissionais, e a revisão do mesmo ficou sob responsabilidade de dois técnicos do Ministério da Integração e um da CMT. A descrição e avaliação a seguir será feita por cada Subprograma que compõe o PBA 4.

8.1.1 Subprograma de educação ambiental nas comunidades

Esse Subprograma apresenta, pelos documentos oficiais, os seguintes objetivos específicos:

- a) Desenvolver o mapeamento territorial de situações socioambientais face às múltiplas intervenções planejadas e/ ou realizadas por três programas ambientais em suas interfaces com as ações de educação ambiental. Os programas referidos são PBA 8 - Programa Ambiental de Assentamento de Populações; o PBA 15 - Programa de Implantação de Infra-estrutura de Abastecimento de Água ao Longo dos Canais e o PBA 17 - Programa de Desenvolvimento de Comunidades Quilombolas.
- b) Desenvolver o Subprograma Educação Ambiental em Comunidades dirigido aos moradores das localidades apontadas pelos programas ambientais de Reassentamento de Populações, de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas e de parte das localidades beneficiadas pela implantação de infraestrutura de abastecimento de água (PBA 15), visando: (1) realizar mapeamentos-diagnósticos e planos locais de ação participativos e (2) formar agentes socioambientais para a recepção de conhecimentos técnicos. Ambos os processos educativos deverão fortalecer a ação protagonista e organizada dos habitantes na mitigação dos impactos negativos e otimização dos benefícios do PISF.

O total da população quilombola potencialmente beneficiária, de acordo com o PBA 4, está localizada em cinco municípios de Pernambuco, particularmente em 16 territórios quilombolas, perfazendo um total de 1.936 famílias e 9.680 pessoas. Em Salgueiro, as três comunidades quilombolas somam 894 famílias (Conceição das Crioulas - 800,

Contendas/Tamboril - 47 e Santana- 47) e 4.470 pessoas (C. das Crioulas - 4.000, Contendas/Tamboril - 235 e Santana - 235), segundo dados documentais.

O Subprograma pretendia envolver, diretamente, no máximo vinte pessoas de cada comunidade, para participarem dos processos de intervenção, priorizadas como agentes socioambientais multiplicadores e editores de conhecimentos. Apontava como atuação mais intensa os anos de 2012 e 2013, e delimitou o período de três anos para implementação do Programa, após aprovação da reestruturação em 2010 (BRASIL, 2010, p. 19, 23-24). Porém, relatos afirmam terem sido concluídas as atividades em 2011.

As nossas ações, aqui em Salgueiro, encerraram no final de 2011 [...] Mas a gente trabalhou três fases bem específicas com eles para composição do diagnóstico socioambiental [...] (Técnico 3).

Os resultados apresentados são em relação à execução do Subprograma nas três Comunidades Quilombolas do estudo, por estarem incluídas no Programa de Desenvolvimento de Comunidades Quilombolas - o PBA 17.

Em relação ao segundo objetivo, a meta previa que as 136 localidades/comunidades trabalhadas constituam e ou fortaleçam organizações nas esferas de meio ambiente, produção, cultura, representatividade, saúde entre outras, coerentes com a noção de sustentabilidade até dois anos a partir da aprovação dessa reestruturação (BRASIL, 2010, p. 14).

Debruçando sobre o segundo objetivo, as narrativas apontam para o desenvolvimento de três fases do trabalho para elaboração de “mapeamentos-diagnósticos e planos locais de ação participativos”, que ocorreram em três oficinas:

[...] A primeira oficina foi de mapeamento técnico, levantamento técnico e meios de informações; a segunda oficina de mapeamento social, utilizando a cartografia social, coisa que a gente já tinha feito na educação, com bons resultados, então a gente resolveu incorporar isso também, com as comunidades quilombolas; e a terceira oficina de devolutiva, que a gente chamou, que era pra gente devolver esses dados a eles, que a gente tinha coletado, compilado, analisado, e a gente criou essa devolutiva, e uma explanação sobre o plano de capacitações, do programa 17, que é o Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas [...] (Técnico 3).

[...] Nós começamos o trabalho com as comunidades com aquele painel rotativo. Este painel, ele tinha algumas perguntas norteadoras, prá entender um pouco a dinâmica dessas comunidades: como é que elas se organizaram, como é que elas estavam estruturadas, como estava a questão no caso do saneamento, meio ambiente e educação, saúde, cultura. Então fizemos essas atividades, a partir dessa atividade, depois o mapa social [...] Então a primeira etapa de trabalho com as comunidades quilombolas, foi exatamente ter esse levantamento, esse diagnóstico, que foi feito a partir dessas atividades [...] (Gestora10).

A terceira oficina, cujo material deu subsídios para a construção de um diagnóstico, permitiu à equipe técnica da CMT construir um plano de capacitação. Em seguida, foram organizadas oficinas de capacitação para todas as comunidades, oferecidas pelo Ministério da Integração, com envolvimento da CMT e outras instituições parceiras. Essa atividade, segundo narrativas de gestores e técnicos, tinha como objetivo a formação de agentes sócio-ambientais.

[...] Esse diagnóstico, ele possibilitou a criação do Plano de Capacitação. Esse plano, depois dessa primeira etapa, aí teve o plano e aí teve as várias atividades de educação voltadas mais para rentabilidade, para associativismo, para cooperativismo, para a gestão de recursos mesmo, geração de emprego e renda [...] (Gestora 10).

[...] Então, nessa oficina devolutiva, a gente devolveu as informações que a gente tinha para o diagnóstico, e aprovou com ata de reuniões, o plano de capacitações, escolhidas por eles durante as oficinas de educação ambiental [...] A gente colocou um leque de oficinas que o Ministério estava oferecendo, e muitas, algumas comunidades achavam que não eram necessárias, de acordo com suas particularidades, outras eles sugeriram, e também a partir da articulação da CMT com outras instituições, acabou fluindo, acabaram acontecendo algumas parcerias [...] (Técnico 3).

Há relatos de que houve consulta nas comunidades sobre os temas para as oficinas, e, em Santana, houve a sugestão para envolver como facilitadores pessoas da comunidade, por terem competência e conhecerem bem a realidade quilombola, porém, não foram atendidos.

[...] Eles vieram primeiro aqui pra gente escolher, quais os temas que a gente queria falar [...] Eu não estou lembrada, tá no meu computador. [...] Eu participei [...] Que veio pra cá? Os facilitadores? [...] Foram os facilitadores [...] Uns eram de Salgueiro, de Petrolina [...] Pessoas que viam facilitar as oficinas? Não, era de fora as pessoas (Grupo Focal 1).

[...] e aí a princípio a gente fez uma conversa, que a ideia era a gente escolher os cursos, a gente fez isso. Escolheu os cursos, que a gente tá lá em Santana, sabe quais seriam melhores aproveitados, que seriam mais fáceis, a gente falou pra eles que a gente tinha mão de obra, a gente tinha pedagogo, a gente tinha agente agrícola, que essas pessoas poderiam estar sendo aproveitadas, e aí na contagem, quando for rolar os cursos a gente, e aí a gente vai ver a possibilidade de encaixar essas pessoas [...] Alguns já foram interessantes, que eles já tinham um conhecimento, que é a questão do resíduo sólido, a questão do lixo, que são coisas mais fáceis, que são do dia a dia deles. Então essas foram bem aproveitadas, eles gostaram e foi bem elogiado, os professores e tudo, mas alguns realmente foi, não teve o aproveitamento [...] (liderança 1).

Em Contendas/Tamboril, as narrativas transitam entre não haver recordação de ter acontecido atividades pelo programa, e de lembranças sobre o que foi realizado na área pelo PBA 4.

[...] Que eu tenha participado eu não lembro não de ter participado. Pode acontecer de ter algum, de ter na comunidade, onde foi chamada a comunidade e eu não ter participado [...] Acho que tinha um trabalho que era pra ser feito, que a gente tem uma reserva muito grande, que se foi falado em capacitação pra artesanato da própria caatinga, mas eu não lembro se teve alguma coisa, alguma capacitação em relação a isso, eu não lembro (Liderança 2).

Era o dia todo, tinha dia que era o dia todo [...] Começava de 9h, almoçava as 12h, começava a 13:00 e ai terminava de 4 horas. [...] Os assuntos era falando sobre açude, sobre água, sobre poço. [...] Sobre meio ambiente; [...] Meio mundo de coisa [...] Era só pra comunidade; Pra jovem, adulto. [...] (Grupo Focal 2).

A problemática da água é diretamente relacionada com o projeto da transposição, que aparece como um dos temas de oficina em Contendas/Tamboril.

Foi justamente sobre esse negócio da Transposição. Eles falando da transposição. Um tema era esse, falaram na Transposição, então nós perguntamos a ele se essa água que ia passar ai vai servir pra nós, se ia beneficiar nós...disseram depois a gente vai vê como vai ser. Eles não garantiram nada não (Grupo focal 2).

Em Conceição das Crioulas também foram realizadas oficinas com temas diversos.

É, eu não me lembro não. É pelo povo da CMT é? [...] Teve várias atividades; Teve atividade sobre associativismo, empreendedorismo [...] Sei que foram muitas atividades que foram feitas. [...] Oficinas. [...] Pra nós mesmo. Pra comunidade [...] Era Jovem, adulto...todo mundo, quem quisesse [...] Era um programa que todo mês tinha [...] Era mais na quinta e na sexta-feira. [...] Na quinta-feira, aí vinha esse equipe, aí articulava alunos nas escolas e aí eles participavam o dia inteiro de formação [...] Com a comunidade, alunos. Com o pessoal mesmo daqui. Com as lideranças [...] Oficina de criação de pequenos animais. [...] Geração de renda também teve. [...] Elaboração de Projetos também teve. [...] Oficina de como elaborar projetos (Grupo Focal 1) .

No quilombo de Santana e Conceição das Crioulas são identificados aspectos críticos, que comprometeram o processo de aprendizagem e o envolvimento maior de pessoas da comunidade.

- a) Os instrutores foram profissionais de fora das comunidades, de fora do município, o que em algumas oficinas dificultou a aprendizagem e envolvimento maior do público com os temas;

[...] eram profissionais que foram contratos pela CMT. Então, muitas pessoas reclamavam, eu participei de algumas oficinas e chegava assim, não é engraçado, mas era, porque o professor falava, falava e eles lá tudo olhando para o professor, no silencio, olhando, mas não conseguiam aproveitar quase nada. [...] (Liderança 1).

- b) A linguagem utilizada por alguns instrutores dificultou a aprendizagem, a comunicação com os alunos, muitos agricultores, que em vários momentos do curso não entenderam o que estava sendo falado;

[...] E uma questão que também a gente sentiu muito foi na questão da linguagem. As pessoas que iam pro curso eram agricultores, como as pessoas de Santana são todas, a maioria é agricultores mesmos, e eles não conseguiam assimilar as informações, não conseguiam entender o que o professor estava falando, o que o facilitador da oficina estava falando [...] (Liderança 1).

[...] Eles se comunicavam direito, só não sei se todo mundo entendia. [...] sei não [...] (Grupo Focal 1).

- c) Instrutores da própria comunidade facilitariam a aprendizagem pela linguagem, e maior disponibilidade para tirar dúvidas em qualquer horário, além do momento formal da oficina;

E aí a gente entende que o curso que ele vai lá, passa oito horas, no máximo, com o pessoal e volta, o que aquelas pessoas aproveitam? Não é mesma coisa de ser uma coisa contínua, da pessoa que tá lá, vai na casa, conhece, não tem vergonha de tirar dúvida [...] (Liderança 1).

- d) Carga horária pequena, poucos encontros e público sem o perfil adequado para alguns temas;

[...] A gente tinha pensado assim: a gente escolheu, acho que cinco ou seis cursos, e a gente achou que esses cursos iam ser contínuos, assim, por exemplo: Formação de projeto, esse que a gente tava falando agora, então, ele ia um dia, passava um pouco de conhecimento, as pessoas iam ficar com atividades para tentar elaborar, depois ele ia falava o que estava certo e o que estava errado, a gente achou que isso fosse mais um dia para cada tema, mas não. Depois a gente recebeu a informação do pessoal do ministério, que tinha vindo uma cartela completa de cursos e que a gente ia receber todos os cursos e cada curso seria um dia. Então, as pessoas não assimilaram [...] Tem alguns cursos que a gente percebia que algumas pessoas não iam conseguir alcançar, tipo formação de projeto, é um curso assim que é interessante, mas para as lideranças que já tem um pouquinho de conhecimento, mas como vai ensinar ao agricultor a fazer Projeto? Eles não vão entender nada, não é? [...], mas em um dia é praticamente impossível. [...] Era, um dia. (Liderança 1).

- e) As oficinas poderiam ter sido uma oportunidade de trabalho para profissionais da comunidade, que, mesmo capacitados, saem da comunidade para procurar trabalho fora;

[...] Que a gente pensava que poderia ser uma coisa contínua, a gente tem mão de obra, mas as pessoas precisam sair da comunidade pra trabalhar fora [...] (Liderança 1).

- f) Número de participantes pequeno, em relação à população quilombola de Conceição das Crioulas, por exemplo. O critério de representação deveria ser proporcional ao número de habitantes da comunidade, para envolver mais pessoas.

O que eu acho é porque, essas formações que teve foi por representações, se a gente tivesse dentro da escola, digamos, um planejamento melhor junto com essas pessoas, junto com o próprio professor e colocando essa temática com o próprio aluno, ele seria muito mais abrangente, eu acho que teria mais resultados, porque seria uma clientela maior, porque o território é muito grande pra você ter representações. Digamos que numa comunidade de 4 mil habitantes, você ter 30 pessoas numa reunião, né? É claro que tem que ser uma coisa gradativa, mas poderia ser maior, poderia ser bem maior (Grupo Focal 1).

O que pode ser apontado como resultado ou desdobramento das atividades realizadas pelo Programas nas comunidades quilombolas, tem perspectiva diferente para técnicos e gestores, e para o público “receptor” da ação pedagógica, ou seja, para moradores e lideranças quilombolas.

Na perspectiva de técnicos e gestores, desdobramento ou resultado, é realizar “Seminário para fechar acordos e parcerias” e produzir “documento com diagnóstico das áreas quilombolas” para serem tomadas decisões “a partir da realidade de cada uma delas” e não junto com elas, tendo a população como protagonista:

[...] Vai ter o seminário agora esse ano, como você deve estar sabendo, e vai ser também pra amarrar essas parcerias, pra estabelecer esse acordo. Vai ter o seminário, se eu não me engano final de outubro, com todas as comunidades quilombolas, um seminário único com todas elas, principalmente pra fechar os acordos e as parcerias com essas instituições externas ao projeto (Técnico 3).

[...] Então assim, hoje, a gente conhece muito bem essas comunidades. Esse material ele está na revisão final, porque também é um material que vai dar a possibilidade de qualquer um, de qualquer órgão ler esse documento e propor alternativas para a comunidade, mas de acordo com a realidade de cada uma delas. Não precisa nenhum pesquisador chegar e propor coisas, porque isso a gente sabe que também não dá certo, ou você constrói com o outro, ou seu projeto está fadado ao fracasso total. Então nesse trabalho, independente da instituição, ele vai olhar o material e vai falar: “bom, nessa comunidade o importante, o que é necessário é isso aqui”. Porque o material ficou tão rico que você lendo é como se você estivesse na comunidade. Então nós estamos nessa fase agora, nessa conclusão, na revisão desse diagnóstico, e nessa revisão, tudo que foi, todo esse conhecimento adquirido lá possibilitou a criação desse plano de capacitação com os quilombolas, que é o que estamos concluindo [...] Vai sim, vai para as comunidades. A ideia é entregar para as próprias comunidades, um para cada uma delas, e depois ele deve ficar disponível no site do Ministério, como a maioria dos documentos na área do.... Então a gente está nessa fase (Gestora 10).

Na perspectiva de lideranças e moradores quilombolas, o resultado do trabalho de educação ambiental apresentou poucos sinais concretos. Um dos exemplos, apontado como positivo, foi a mudança no tratamento dado aos resíduos sólidos em Santana, após uma das oficinas.

[...] Uma coisa também que teve no curso deles foi sobre o lixo, a gente discutiu sobre o lixo, eles falaram como era. [...] Pronto foi só isso; [...] E essa é uma ação que a gente tá colocando em prática; [...] Porque a gente antigamente juntava os munturos, hoje não, a gente já sabe o dia da coleta, tá separando prá coleta. É quarta aqui né? [...] É quarta. Eles passam aqui [...] Tem. [...] Eles se mobilizaram, fizemos abaixo-assinado e aí a prefeitura atendeu. Foi só isso mesmo que saiu, eu acho (Grupo Focal 3).

Em Conceição das Crioulas, um dos aspectos críticos ou dificultadores para o desdobramento do que foi trabalhado nas oficinas, é a problemática de acesso à água, que inviabiliza desenvolver atividades de pecuária, um dos temas debatidos.

A temática sobre associativismo apresentou alguns resultados, com melhora de gestão na associação, percebida, principalmente, nos sítios mais afastados da Vila Centro. Mas, de maneira geral, as mudanças são imperceptíveis até o momento, como “algo vago”, que não interfere e está distante da realidade concreta de vida da comunidade.

Alguma coisa; [...] Muito pouco. Porque fizeram as oficinas, mas não, na prática mesmo... [...] Mas quem ia fazer era nós aqui, não era eles não. Eles vieram dá as oficinas, mas nós é que ia fazer; Mas também porque a circunstância não ajudou; [...]
Foi justamente o período de seca; [...] E era de criação de animais; E não tinha animais também [...] Algumas coisas. Tem coisas que dependia da água; [...] Porque desde que a gente procure parcerias. [...] Para algumas comunidades teve. Nas outras comunidades vizinhas, nos Sítios [...] Não, nos sítios. Dentro do Território, mas nos Sítios. [...] A gestão dentro da associação mesmo, porque algumas coisas eles não tinham conhecimento (Grupo Focal 1).

[...] O resultado disso, até agora mesmo, nada, não apareceu nada até ai [...] (Grupo Focal 2).

A falta de apoio financeiro para desenvolver projetos, a partir dos conteúdos trabalhados nas oficinas, foi outro fator. Cabe uma reflexão sobre a adequação dos temas, em função da questão climática, assim como o apoio restrito do Ministério da Integração no incentivo e apoio que viabilizasse projetos, alternativas reais para melhoria da qualidade de vida, conforme descrito nos documentos como objetivo do PBA 4.

Eu acho que, também, você pergunta sobre os resultados disso. Você tem a formação, tem o conhecimento, mas não tem o financiamento pra colocar isso em prática, aí você não vai pra canto nenhum, você não tem as condições necessárias.

Então você dá um conhecimento a uma pessoa, mas aí ela não tem de onde tirar prá por em prática esse conhecimento, aí não tem como ir prá frente (Grupo Focal 1).

[...] Até agora nada; [...] Só a aprendizagem mesmo, as pessoas que participaram aprendiam alguma coisa, só isso mesmo; Sem pratica mesmo ninguém faz nada; É sem a prática [...] É, só teve o apoio mesmo, mas o projeto que a gente mais se interessou, que foi a criação de galinha de capoeira, galinha caipira, eles disseram que talvez pudesse ajudar, depois quando a gente se movimentou, fizemos o projeto e tudo, aí eles disse que não, que não podia ajudar, que ia ajudar só com o apoio;

Aí faltou o dinheiro; [...] Todo mundo se mobilizou achando que já ia começar a criar galinha, aí cadê o dinheiro? [...] Faltou verba; Aí parou (Grupo Focal 3).

Resumo das atividades realizadas com base na narrativa dos entrevistados (Quadro 10):

Quadro 10 - Temas trabalhados em oficinas – Subprograma de Educação Ambiental em Comunidades Quilombolas

TEMAS TRABALHADOS POR COMUNIDADE	PÚBLICO ENVOLVIDO/ Carga horária	DESDOBRAMENTOS (percepção institucional)	DESDOBRAMENTOS (percepção de lideranças e moradores quilombolas)
Santana - Elaboração de Projetos; - Resíduos Sólidos;	Agricultores Estudantes	- Publicação de diagnóstico geral das comunidades)	- Falta de condições financeiras para por em prática os conteúdos trabalhados nas oficinas;
Contendas/Tamboril -Açude; água; poço; - Transposição - Meio ambiente	Lideranças Alunos Todos os interessados	- Seminário Estadual com comunidades quilombolas (outubro/2013)	- Dificuldade de acesso à água, inviabilizando a prática da pecuária;
Conceição das Crioulas -Associativismo; - Empreendedorismo; - Criação de pequenos animais; - Geração de renda; - Elaboração de Projetos	<u>CARGA HORÁRIA</u> - 8 horas por oficina (Mensal - manhã e tarde, por vários meses)		

Fonte: A autora, a partir de Informação verbal (entrevistas e grupos focais, 2013).

A partir do exposto, trazemos uma reflexão sobre o trabalho de educação ambiental, das práticas pedagógicas vivenciadas pela população quilombola, que vai além da proposta metodológica e intenções preconizadas nos documentos oficiais.

As práticas educativas estão presentes em diversas áreas do conhecimento, dirigidas a vários segmentos da sociedade, contribuindo para manutenção ou para mudanças na realidade política, econômica, social e ambiental das pessoas envolvidas com essas práticas.

Almeida, em a “Natureza me disse”, faz uma reflexão de que a tríade “informação, conhecimento, sabedoria” não pode ser vista como sinônimo. Há que distingui-las e considerar que, saber pensar bem para enfrentar e conviver com os enormes problemas e desafios em níveis local e global, depende da transformação da informação em conhecimento, e do conhecimento em sabedoria (SILVA, F., 2007).

Almeida afirma que “podemos dispor de informação e não ter conhecimento algum”, ou seja, ser possuidor de muitas e valiosas informações não implica na construção de conhecimento (SILVA, F., 2007).

O modelo vigente de educação, seja formal ou informal, ainda privilegia a transmissão de conteúdos, o repasse de informações. Para Almeida, o conhecimento é construído com a seleção de informações mais importantes, da articulação entre elas, e da atribuição de significado das mesmas (SILVA, F., 2007).

Sendo o conhecimento o tratamento de informações, se pode pensar num “trabalho artesanal do pensamento, como se o mesmo tivesse mãos para dar forma ao que vemos, ouvimos, sentimos, tocamos e apreciamos” (SILVA, F., 2007, p. 8).

Tratando-se de uma ação com comunidades tradicionais, detentoras de um conhecimento próprio, nos parece pertinente a analogia feita pelo autor, quando refere-se à construção do conhecimento como semelhante ao trabalho do oleiro que, com suas mãos, dá forma ao barro que se torna pote, panela ou telha. Tal analogia permite também dizer que informações e barro, como o pensamento e o oleiro, são matérias brutas a serem lapidadas pelos dois artesãos - o artesão do pensamento e o artesão do tijolo e da telha. Queremos com isso realçar a importância dos “dois artesãos”, que, no mundo acadêmico seria o professor e o aluno, o intelectual ou cientista, e o leigo.

A autora introduz uma compreensão ampliada do que seja um intelectual, contrário ao sinônimo de cientista ou acadêmico, para aquele que mantém viva a curiosidade sobre o mundo à sua volta; não se contenta com uma só interpretação, e observa as várias faces do mesmo fenômeno e faz, da tarefa de transformar informações em conhecimentos, uma prática sistemática, permanente, cotidiana. Essa visão nos apresenta, o que Almeida chama de *intelectual da tradição*, que são artistas do pensamento que, distantes dos bancos escolares e universidades, desenvolvem a arte de ouvir e ler a natureza à sua volta (SILVA, F., 2007, p. 8).

Pensando agora em sabedoria, não podemos estabelecer uma relação linear, de que, todos que transformam informação em conhecimento constroem sabedoria. Não é bem assim. Mesmo vivendo o “século da informação, a sociedade do conhecimento”, como vem sendo classificado o século vinte e um, estamos cercados e bombardeados de informações, mas não podemos dizer que dispomos de um banco de sabedoria. Para Silva, F. (2007, p. 8):

A sabedoria parece ser mais um jeito de viver e sentir do pensamento; uma maneira de falar do mundo que associa simplicidade e sentimento de parentesco, coragem e afeto, vontade de verdade e consciência da incompletude e do erro. Sendo maior, mais plena, mais essencial e duradoura, a sabedoria não se reduz a um conjunto de

conhecimentos. A sabedoria é como o lodo que mantém viva uma lagoa; é o que sobrevive em meio à superpopulação das ideias, dos conceitos, das informações.

Dando reconhecimento ao *intelectual da tradição*, muitas vezes detentor de rica sabedoria, fazemos menção aos povos tradicionais, ao povo quilombola, que possuem um vasto conhecimento sobre a natureza e uma rica cultura, adquirida ao longo de várias gerações. Conhecimentos que assumem grande importância para diversas áreas da ciência. Estes povos, por possuírem uma dependência da natureza para sua subsistência, adquiriram uma íntima relação com esta, bem como grande conhecimento e maneira diferente de usá-la e manejá-la de forma sustentável, já que sua sobrevivência depende diretamente dela (SOUSA; SANCHEZ, 2013).

O *intelectual da tradição* está “vivo” em cada comunidade quilombola e identificado pelas suas lideranças e moradores. Cabe à academia e aos órgãos governamentais apreenderem e reconhecerem o real lugar que deve ocupar esse saber, ao pensar em políticas de educação ambiental.

[...] Eu acho que a gente estuda muito, se até muitos aos livros e muitas vezes o conhecimento ele já vem sendo praticado, e as pessoas já são detentoras do conhecimento e da sabedoria, porque, essa questão da educação ambiental, meu pai já é educador ambiental, minha avó era mais educador ambiental do que eu, quando ela não desmatava, quando ela respeitava o habitat natural dos animais, quando ela não caçava alguns tipos de animais, esse animal, não falava em extinção, como a gente fala hoje, falava: ‘esse animal tem pouco aqui, não pode matar’, ou então, ‘esse aí não pode matar, é época desse animal fazer o ninho dele’, ou então: ‘esse animal, ele tá prenha e tudo’, então, que já era educada ambientalmente, né? (Liderança 1).

Aproximando essas reflexões para o trabalho de educação ambiental, realizado *para* o povo quilombola, e não **com** o povo quilombola, parece não ter havido o envolvimento dos intelectuais da tradição nas ações implementadas, o que, entre outras questões, comprometeu a consecução dos objetivos pretendidos.

Essa avaliação se dá no sentido de identificar aspectos que foram potencializados no Subprograma, comprometendo resultados junto às comunidades quilombolas. Relacionamos, alguns fatores:

- a) Conteúdos trabalhados com ênfase na transmissão de informações;
- b) Sendo temas relevantes, o conteúdo e a linguagem, em algumas oficinas, não foram adequados à realidade dos participantes;
- c) Frágil relação dos conteúdos com a realidade quilombola;

- d) Não inclusão dos *intelectuais da tradição*, no caso os agricultores quilombolas e outros profissionais da comunidade, como potenciais instrutores, para apontar alternativas de enfrentamento aos problemas locais;
- e) Falta de apoio financeiro e de instituições parceiras para realização de projetos aplicáveis à realidade.

8.1.2 O Subprograma de educação ambiental nas Escolas

Este Subprograma apresenta como objetivo,

Realizar a capacitação de professores e coordenadores pedagógicos para a prática da Educação Ambiental no Ensino Formal, nas redes Municipais e Estaduais de educação, visando contribuir para elaboração de propostas pedagógicas consistentes no currículo escolar, em conjunto com alunos e comunidade local, considerando a escola como o espaço fundamental para a socialização e desenvolvimento de competências em temáticas ambientais, bem como as relacionadas ao Projeto de Integração do rio São Francisco, e qualidade de vida (BRASIL, 2010, p. 124).

É dirigido, principalmente, aos coordenadores pedagógicos e professores que atuam com alunos oriundos das localidades apontadas pelos PBA 8, 15 e 17, visando a inclusão de temáticas ambientais nos projetos educacionais em 18% das escolas de ensino fundamental e médio dos 17 municípios da Área Diretamente Afetada (ADA), até dois anos a partir da aprovação dessa reestruturação; 18% dos professores e/ou coordenadores pedagógicos dos 17 municípios da Área Diretamente Afetada (ADA), capacitados para desenvolver COM-VIDAS²² nas suas escolas até dois anos a partir da aprovação dessa reestruturação (BRASIL, 2010).

Em relação à Salgueiro, a meta apontava a capacitação de 513 professores e coordenadores pedagógicos, de 47 escolas do município. E, tratando-se de comunidades quilombolas, procurando preencher o critério de no mínimo um professor e um coordenador pedagógico das (ou que atuam nas) Comunidades Quilombolas beneficiadas pelo Programa 17; No total dos municípios envolvidos, a meta é a capacitação de 5.681 professores e coordenadores pedagógicos, de 678 escolas (BRASIL, 2010, p. 125).

²² A Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida - Com-vida - é uma nova forma de organização na escola, que junta a ideia dos jovens da I Conferência de criar “conselhos de meio ambiente nas escolas”, com os Círculos de Aprendizagem e Cultura, proposto pelo educador Paulo Freire. Estudantes são os principais articuladores da Com-vida. Com-vidas podem ser criadas também em outros espaços e juntando gente de empresas, organizações da comunidade, Associações (de bairro, de moradores), em Organizações Não-Governamentais (ONGs), igrejas, Comitês de Bacias Hidrográficas (Brasil, MMA e ME, Formando COM-VIDA ,Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola -Construindo Agenda 21 na Escola. Brasília, 2012).

Como justificativa para elaboração do Subprograma, há o argumento governamental de que,

A Educação Ambiental na escola é uma ação complementar à gestão do ambiente escolar, com reflexos persistentes que se estendem para as comunidades através de seus alunos e professores, e no contexto do Projeto de Integração do rio São Francisco – PISF, ela pode maximizar os impactos positivos e tornar mais diminuto seus impactos negativos (BRASIL, 2010, p. 122).

Para implementação do Subprograma, foi previsto o trabalho pela equipe de Educação Ambiental, no formato de quatro módulos de capacitação, com duração de quatro horas cada, em torno de quatro eixos temáticos (BRASIL, 2010, p. 123):

- a) Compreensão do Projeto de Integração do rio São Francisco e o papel da Educação na Ambiental na Mitigação de Impactos;
- b) Construção do Mapeamento Ambiental participativo;
- c) Formação da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida COM-VIDA, conforme proposta do Ministério da Educação;
- d) Projeto Político Pedagógico (PPP) e a construção da Agenda Ambiental escolar.

Com base nos temas acima, o Subprograma pretende “estimular para uma ação participante e emancipadora da comunidade escolar em decisões sobre os processos e produtos resultantes do PISF”, intercalando, entre os módulos, atividades modulares para permitir a aplicabilidade dos conteúdos sugeridos nos momentos presenciais (BRASIL, 2010, p. 123-126).

A proposta prevê também que, após um ano de conclusão da capacitação dos professores ocorrerá uma Oficina com objetivo de verificar as experiências na implantação das COM-VIDA.

Narrativas mostram que foram feitas as atividades de formação, e que envolveram profissionais que atuam junto às comunidades quilombolas.

Esse programa, felizmente, ele já está praticamente concluído. Fizemos o que tinha sido proposto no documento, trabalhamos com a capacitação dos educadores dos 17 municípios, envolvendo o setor educacional, tanto municipal, como estadual, [...] (Gestora 10).

Realmente eles apareceram aqui [...] e eles nos convidaram a participar de uma formação. Foram alguns coordenadores que participaram dessa formação, inclusive eu não participei no primeiro momento dessa formação, fiquei de fora, porque o meu foco era outro, era tecnologia, mas depois eu voltei a participar [...] . Foi para os

professores da sede e da zona rural e os quilombolas também. Nós temos a comunidade quilombola de Conceição das Crioulas [...] A comunidade de Santana também e Contendas. Na época a gente tinha duas escolas multisseriadas, aí tinha uma coordenadora também aqui, ela era coordenadora, participava dessa formação, que era pra dar continuidade aos trabalhos (Gestora 5).

[...] Todos que estavam no projeto estavam envolvidos, e os quilombolas também (Gestora 7).

A temática da formação inseriu questões sobre o projeto da transposição e seus impactos, questões sobre patrimônio público e o projeto COM-VIDA, compatível com os eixos contidos no Subprograma.

Era sobre o projeto de Integração mesmo, os impactos, o que é que causa, a sustentabilidade, o patrimônio público, sobre essas questões... sobre o Comvida também, ele enfatizaram nas últimas formações [...] (Gestora 5).

Os instrutores foram da empresa CMT e todo material foi disponibilizado pelo projeto da transposição.

[...] todo material da formação foram eles que disponibilizaram. A gente só ficou com o espaço e garantiu os coordenadores e os professores [...] é, era o público da formação. Mas os instrutores deles, o material também era deles (Gestora 5).

A compreensão mais geral desse processo de formação, pelos sujeitos do estudo, traz o seguinte desenho: aceitar o que já vem pronto pela CMT, como forma de ter acesso a informações sobre o projeto da transposição, e cobrar o que é de direito em seguida. Há uma visão também de que a obra não será concluída se a comunidade não tiver conhecimento e não se mobilizar.

[...] porque, eu mesmo penso dessa forma, se o professor não tiver o conhecimento, se as comunidades não tiverem esse conhecimento, se elas não forem mobilizadas, elas não vão aceitar nunca, e essa obra não vai terminar nunca. A gente precisa também até aprender a cobrar. Já que veio então vamos cobrar o que é de nosso direito, é isso que eu estimulo eles, os professores, os coordenadores (Gestora 5).

Quanto ao nível de envolvimento dos participantes, relatos põem em dúvida que tenha havido uma “ação participante e emancipadora”. Com a proposta de formação toda estruturada, houve poucas possibilidades de articulação e adequação à realidade.

[...] Esse pessoal da CMT é que mais procura a gente, vem procurar e fazer esses encontros, mas é como se fosse assim: teu serviço é isso e tu tem de dá conta dessa formação. Ou tu faz essa formação ou a tua empresa está descontratada. É dessa forma que eu vejo. Aí eles chegam aqui, tem que ser, tem que acontecer, tem uns que ainda são mais maleáveis, que a gente consegue fazer essa articulação... mas, é que meu público precisa disso, eu queria isso, dá pra você fazer isso? Tem uns que são mais maleáveis, mas tem outros [...] é, mas outros não: é isso aqui que tenho, é

isso aqui que eu trago, já traz o livrinho pronto. Esse livrinho que eu tenho, é essa alternativa que eu tenho pra você. E aí a gente recebendo, [...] (Gestora 5).

O processo de formação é percebido com ressalvas, sem o devido acompanhamento e continuidade, fatores necessários para estimular e apoiar Coordenadores e professores. Não houve um planejamento compatível com o calendário e organização da Secretaria municipal, outro aspecto que dificultou o monitoramento da proposta. O fato de serem instrutores de uma empresa, contratada pelo projeto da transposição, também contribuiu para as interrupções no processo e o não envolvimento posterior para consolidar o trabalho nas escolas.

[...] Agora eu vejo assim, a minha visão né? [...] Acho que o projeto de formação continuada daqui, da secretaria, tinha um Projeto e ele entrava dentro do projeto daqui, só que por conta da quebra, de não ter um calendário organizado e nem ter um monitoramento, a gente teve perda. Teve quebras e faltou monitoramento (Gestora 7).

[...] E assim, o que eu vi, que eu achei estranho, é porque eles não tem um direcionamento, uma continuidade, eles tem o projeto, mas é como se fosse um evento, não tem uma continuidade mesmo nessa formação e assim fica meio que solto, isso não é interessante para o professor. O professor precisa ter continuidade no trabalho, para que também ele seja motivado, pra que ele vista naquilo. Ele precisa ser investido e precisa ser motivado também para fazer um investimento naquele trabalho [...] E assim, eles começaram a formação depois pararam. É uma empresa contratada que vai embora, então perde o contrato, aí depois volta, não são as mesmas pessoas e não é uma sequência. Porque nós fazemos formação aqui no município, mas a nossa formação ela tem um direcionamento, e tem uma continuidade, nós fizemos a formação de agosto do ano passado e com o encaminhamento da passada. E assim, eu não vi essa continuidade, assim, hoje mesmo acabou a formação e ninguém mais aparece aqui, como é que o professor vai ser motivado? (Gestora 5).

Refletindo sobre a proposta de uma formação continuada, relatos avaliam que a mesma não se efetivou, apesar de uma “proposta metodológica com base num diálogo democrático”, e da aceitação dos profissionais ao trabalho oferecido. O que aparece como característica marcante do Subprograma, é a realização de eventos fragmentados, que não ganharam força na rede escolar, com dificuldades de articulação também junto à rede estadual de ensino.

[...] Interessante, boa. A única coisa que faltou foi ter mais, por ser uma coisa rápida, foi aquela coisa do monitoramento mesmo, de estar mais junto, de entrar nas escolas, dentro das comunidades. O que faltou foi isso. Vem pra formação, trabalhar a formação, mas não acompanha. Porque tudo era bom e principalmente para o Distrito, todo mundo acolhia achando interessante e que era uma forma de fortalecer o município [...] E acho que teve quebras, e assim a gente teve também algumas dificuldades de se articular com a rede estadual porque o projeto não era só pra rede municipal, era pra toda uma rede, e teve momento que a gente não teve articulação, não garantiu essa articulação (Gestora 7).

Lembranças de trabalho de educação ambiental realizado junto às escolas, sob responsabilidade do SERTA²³, é apresentado como exemplo que deu frutos, contribuiu para mudanças na prática pedagógica de escolas do campo.

Acho que aqui o município de Salgueiro, a gente avançou mais no período, não era, não tem nada a ver com a transposição, no período de 2004 até 2008/2009 mais ou menos, com uma parceria, um convênio que o município firmou com uma ONG chamada Serta, que é daqui de Pernambuco [...] Glória de Goitá? É aquela mesma, e aí a gente teve um trabalho com eles. Um trabalho bem continuado [...] De educação do campo, que o foco deles é educação do campo, a proposta, metodologia para educação do campo, o desenvolvimento das escolas do campo, de mudar um pouco a cara das escolas do campo e a escola do campo ser propulsora de desenvolvimento da comunidade. Então entra a questão da educação ambiental, sustentabilidade em todos os sentidos. Então acho que assim, esse trabalho, ele hoje eu diria que deu mais fruto, mais resultado, porque foi um trabalho mais continuado. Você vê as escolas do campo hoje, elas tem outro jeito, outro jeito de tratar, também não são todas, porque algumas abraçaram a proposta, outras mais, outras menos [...] Acho que a transposição do Ministério foram, já houve formação e tudo, mas assim é muito pontual, eventual [...] (Gestora 6).

A constatação de que o Subprograma não teve o acompanhamento devido para se consolidar junto às escolas e comunidade local, tendo se restringido aos momentos de capacitação com professores e coordenadores, mostra uma fragilidade quanto aos desdobramentos concretos da ação.

A consolidação do projeto COM-VIDA, um dos resultados pretendidos, ficou comprometido, não havendo o devido acompanhamento e incentivo aos professores para sua implantação nas escolas. A carga horária, pela sua restrição, é vista como outro aspecto dificultador para o êxito do Subprograma.

[...] É um projeto de qualidade de vida. Então no último encontro que eles vieram aqui, a última formação, que vieram quando eu já estava diretora de ensino, eles vieram e incentivaram que o objetivo era esse, era instalar o Comvidas nas escolas e aí eles fizeram toda a formação, o processo de formação. Deram várias dicas de como a gente dar continuidade a esse trabalho, mas assim, não foi dada continuidade. Assim não vem... não tem uma continuidade, um trabalho maior, uma cobrança, até pra que o professor seja motivado, fica um trabalho meio solto (Gestora 5).

[...] Eu acho que não caminhou muito não. Eu acho que o pessoal do Ministério do Desenvolvimento da Integração, eles até, a gente já fez algumas parcerias com eles,

²³ O Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta) é uma Organização da Sociedade Civil de interesse Público (Oscip), que tem como missão formar jovens, educadores/as e produtores/as familiares, para atuarem na transformação das circunstâncias econômicas, sociais, ambientais, culturais e políticas, na promoção do desenvolvimento sustentável do campo. Foi fundada em 1989 a partir de um grupo de agricultores, técnicos e educadores que desenvolviam em comunidades rurais uma metodologia própria para a promoção do meio ambiente, a melhoria da propriedade e da renda e o uso de tecnologias apropriadas. Desde sua origem, teve como foco o desenvolvimento e reconhecimento da importância da agricultura familiar. Atualmente, o Serta atua a partir de dois campi: em Ibimirim (sertão), às margens do Açude Poço da Cruz, e, em Glória do Goitá, no Campo da Sementeira (região do agreste) (SERVIÇO DE TECNOLOGIA ALTERNATIVA, 2014).

fizemos alguns estudos, algumas formações e tal, mas assim é muito eventual, não é uma coisa continuada, aí eu acho que nesse ponto não se avançou (Gestora 6).

Eu acho que a gente teve contato com os técnicos para discutir o projeto de formação continuada [...] E alguns técnicos de lá vinham, discutiam a formação, marcavam os dias e organizava o movimento de formação continuada, principalmente do pessoal de sexta ao nono. Acho que foi um movimento que não foi contínuo, não foi continuado, foi estanque, teve quebras e acho que não condensou, não foi muito fortalecido [...] Eu achei que era pequena. Um projeto desse não pode ser três dias e aí vai embora, acontece que não voltam de novo (Gestora 7).

O resultado mais visível e evidente foram as informações obtidas em relação ao projeto da transposição, que muitos não conheciam e desacreditavam na execução de empreendimentos como o PISF, entre outros motivos, pelo desvio de recursos públicos ocorridos com outras obras para região.

Olha, eu acho que o conhecimento foi o mais visível, porque assim, muita gente não conhecia e assim passou a conhecer, a ter mais conhecimento a respeito da obra, mas que eles não tinham e até que eu vejo isso como o ponto negativo também, ia ter um impacto tão grande que eu acho que devia ter se preparado mais cedo [...] veio um pessoal também fazer outra formação aqui e eu falei isso, e aí um coordenador levantou e disse: mas a gente não acredita mais que as coisas vem e que vão acontecer, porque são vários políticos desviando obras, várias pessoas que estão e que desviam as verbas, então a gente não acredita mais. Talvez seja isso que falavam e as pessoas não acreditaram e aí houve esse desconhecimento, esse despreparo, tanto das comunidades como aqui da cidade mesmo, [...] (Gestora 5).

Eu acredito que estava né? E ele vinha com toda uma organização, tanto de módulo como de apostila, tá entendendo? Agora, é isto que eu estou te dizendo, eu acredito que a rede, né, principalmente o pessoal do município, né, os professores, aderiram, abraçaram agora por conta de não ter um acompanhamento lá na base, entendeu? Não é só fazer a formação, você tem que ir na base e vê como é que está o projeto, se de fato entrou na sala de aula, entrou nas comunidades. Acho que faltou isso também (Gestora 7).

Há sugestão de que os conteúdos da formação e a visão geral sobre o projeto da transposição precisavam estar mais acessíveis à população como um todo, e não apenas entre os técnicos e secretários. E, para educação formal, seria importante inserir conteúdos sobre o projeto da transposição nas disciplinas em geral.

Dentro das ciências né? Dava pra ter entrado dentro de geografia. Agora mesmo a gente estava discutindo algumas coisas, né Ivone, do Projeto Intermodal? Da entrada disso. Tem conhecimento que está muito na cabeça dos técnicos, dos secretários, acho que precisava estar mais no povo. Acho que tem muita gente que desconhece, acho que precisava ter mais isso: o que é o projeto? Quais são os impactos dele? E assim, pras crianças, para os jovens, pra todo mundo que tivesse nessa comunidade em Salgueiro, entendeu? (Gestora 7).

Reforçando a proposta de ampliar o debate sobre o projeto da transposição, a formação deveria ser retomada, de maneira continuada, e formalizar amplamente nas escolas o projeto, como objeto de conhecimento, sugere o mesmo entrevistado.

Eu acho que tem de voltar urgente a coisa da formação, não pode parar, não pode ser uma formação para uma rede, tem que estar pensando nas duas, a cidade, os educadores de todas as redes e pra pensar isso: o que é que a gente fez até agora? Onde a gente avançou? Onde a gente tá precisando mudar? E do que é que Salgueiro talvez precisa, a escola de Salgueiro pra falar sobre isso, pra aprender sobre isso e para intervir nisso? Porque se não vai vir mais um projeto que ninguém conhece [...] É, o que vai impactar aqui. Tem que estar nas escolas, em todas as escolas. Eu acho que quase não se fala. Eu vejo falar na rua, mas na escola eu não vejo como objeto de conhecimento. Eu acho que precisava, a gente tava até fazendo uma pesquisa pra começar a pegar, né, tanto o Projeto do Rio São Francisco, como todo esse movimento que a gente tá vivendo, pra começar a entrar na escola, né? (Gestora 7).

Na percepção de gestor da equipe da CMT, uma conclusão e/ou desdobramento do trabalho refere-se à produção de publicação, fruto das oficinas e atividades intermodulares, a ser disponibilizada às escolas envolvidas.

[...] e a conclusão desse trabalho vai ser uma publicação, já está pra ser publicado, chama Cadernos de Produção Coletiva. Nós usamos, nesse momento, também as atividades inter-modulares, né, fazemos a capacitação com eles e depois as atividades inter-modulares, e agora nós estamos concluindo essa publicação. Ao final nós vamos entregar para todas as escolas participante do processo (Gestora 10).

Pelo exposto, o processo de trabalho realizado junto aos profissionais da educação não esteve calcado, no que se refere Anastasiou (1998, apud PIMENTA; ANASTASIOU, 2002), a um processo de ensinagem. Incorporando as contribuições de Vasconcellos (1995 apud PIMENTA; ANASTASIOU, 2002), a compreensão do processo de ensinagem se amplia, como um método dialético de ensino, cujos momentos fundamentais são três: a mobilização para o conhecimento, a construção do conhecimento e a elaboração da síntese do conhecimento.

A mobilização para o conhecimento é possibilitar ao aluno um direcionamento para o processo pessoal de aprendizagem, sendo necessário que o professor provoque, acorde, vincule e sensibilize o aluno em relação ao objeto de conhecimento, para deixá-lo “ligado” durante o processo. Importante para isto é articulação entre a realidade concreta e o grupo de alunos (aqui no caso, grupo de professores), entre suas redes de relações, visões de mundo, percepções e linguagens, de modo que possa acontecer o diálogo (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002, p. 214-215).

A *construção do conhecimento* é vista como momento da atividade do aluno, quer seja por meio de pesquisa, estudo individual, seminários, o que permite estabelecer relações que identificam como o objeto do conhecimento se constitui (LIBÂNEO, 1985 apud PIMENTA; ANASTASIOU, 2002).

Segundo os autores, as atividades dos alunos podem ser definidas por sete categorias, como:

- a) *Significação*: estabelecer os vínculos, nexos do sujeito ao objeto do conhecimento;
- b) *Problematização*: problema que se encontra na origem do conhecimento;
- c) *Práxis*: ação do sujeito sobre o objeto. Permite articular conhecimento com a prática social que lhe deu origem;
- d) *Criticidade*: O conhecimento ligado a uma visão crítica, buscando a verdadeira causa das coisas;
- e) *Continuidade- ruptura*: partir de onde o aluno se encontra para um conhecimento mais elaborado;
- f) *Historicidade*: os conhecimentos estão num quadro relacional, e deixar claro que a síntese atual, pode ser superada por novas sínteses, por ser histórica e contextual;
- g) *Totalidade*: Articular conhecimento com a realidade, seus determinantes, seus nexos internos (combinar síntese com análise).

A *elaboração da síntese*, como terceiro momento, está relacionado ao momento da sistematização, da expressão empírica do aluno sobre o objeto apreendido. É o momento da consolidação de conceitos (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002, p. 214-215).

Na relação mais direta com a avaliação que nos interessa, focaremos no *momento da construção do conhecimento*, por acreditarmos que houve uma fragilidade maior neste momento, comprometendo o elo entre o momento posterior (síntese do conhecimento). O fato de o público alvo ser profissional da educação, não o coloca diferente no momento em que está como educando.

Lembremos que neste Subprograma a queixa maior foi com a quebra, a falta de continuidade do processo, a realização de encontros pontuais com coordenadores e professores, que descaracterizaram a formação continuada, “esvaziando” o momento da construção do conhecimento.

Mas, o trabalho gerou alguns frutos, parece que em escolas da zona rural, onde outros projetos de educação ambiental foram desenvolvidos e havia maior sensibilização para a temática.

[...] Eu acho que a gente sente mais isso nos Projetos da zona rural. Como eles tiveram muito trabalho voltado para a sustentabilidade, voltado para o empoderamento do homem do campo, há mudança. Eu acho que eles tem mais projetos que educa para o meio ambiente Não, são as Escolas do Campo. Todas elas tem assim, mais um perfil voltado, trabalha o problema local ... a seca, como a gente pode estabelecer convivência [...] E aí fazendo projetos, a gente teve um movimento desses, a partir dos trabalhos do Ministério, a gente desenvolveu na escola vários projetos que davam conta de educar para o meio ambiente (Gestora 7).

O que se constata é que as práticas educativas, sejam nas escolas, sejam em grupos sociais, ainda se realizam, predominantemente, por meio de repasse de muitos conteúdos, muitas informações, e o educador não instiga os participantes a pensar sobre eles.

Lembrando Rubem Alves, que acredita na função e papel do professor como *provocador de espanto*, e que, para ensinar, o professor deve estar também numa posição de maravilhamento, ele traz a origem do verbo grego *Thaumatesen*, que significa maravilhar-se. Para os gregos, o pensamento começa a funcionar quando nós ficamos perplexos diante do objeto, porque a gente não entende o objeto, a gente quer ver o objeto, a gente quer entender o objeto e aí fica ali, meio bestificado diante daquela coisa. Neste momento a curiosidade está funcionando, a inteligência começa a funcionar e a gente começa a fazer perguntas (ALVES, 2010).

As palavras deste educador são reveladoras da grande defasagem e distância entre os processos pedagógicos em funcionamento, nas várias instâncias da educação, seja formal ou informal. E, se tratando de formação para educação ambiental em realidades quilombolas, o fosso parece ser maior e mais complexo.

O quadro 11 traz um resumo das atividades realizadas, com base na narrativa dos entrevistados e do conteúdo do Subprograma.

Quadro 11 - Temas trabalhados em oficinas – Subprograma de Educação Ambiental em Escolas

PÚBLICO ENVOLVIDO	TEMAS TRABALHADOS	CARGA HORÁRIA	DESDOBRAMENTOS (percepção institucional)	DESDOBRAMENTOS (percepção de gestores) educação)
Coordenadores e professores das Escolas Municipais e Estaduais em Salgueiro (Sede, zona rural, comunidades quilombolas)	<p><u>Segundo narrativas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Impactos do projeto da transposição - Patrimônio Público - Projeto Com vida <p><u>Segundo o Suprograma:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Compreensão do Projeto de Integração do rio São Francisco e o papel da Educação Ambiental na Mitigação de Impactos; - Construção do Mapeamento Ambiental Participativo; - Formação da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida COM-VIDAS; - Projeto Político Pedagógico (PPP) e a construção da Agenda Ambiental escolar 	<p>- 4 módulos com 4 horas cada. Total de 16 horas.</p> <p>- Atividades intermodulares</p>	- Cadernos de Produção Coletiva	<p>- Conhecimento sobre o Projeto da transposição;</p> <p>- Professores aderiram, mas não houve acompanhamento para implantar projeto nas escolas;</p>

Fonte: A autora, a partir de informação verbal de gestores (entrevistas, 2013).

8.1.3 O Subprograma de educação ambiental em saúde

Este Subprograma tem como objetivo:

Desenvolver ações formativas junto aos Agentes Comunitários de Saúde e Coordenadores de Atenção Básica, visando à elevação de seu conhecimento em questões relacionadas à saúde coletiva para mitigação, prevenção e controle das situações socioambientais potencialmente causadoras de agravos à saúde, decorrentes do empreendimento, através da construção e implementação de Planos de Ação (BRASIL, 2010, p. 148).

O público envolvido com o Subprograma são Agentes Comunitários de Saúde e Coordenadores de Atenção Básica, em especial os que atuam nas localidades de intervenção da Educação Ambiental: comunidades quilombolas beneficiadas pelo Programa 17 (Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas), Vilas Produtivas Rurais, Programa 08 (Programa de Reassentamento de Populações), e localidades listadas no Programa 15 (Implantação de Infra-estrutura e Abastecimento de Água às Populações ao longo dos Canais). Os momentos de capacitação pretendiam envolver, no máximo, trinta participantes

por município, cujo treinamento presencial seria de oito horas. Quanto às áreas quilombolas, o critério foi de envolver no mínimo um ACS e um Coordenador de Atenção Básica das (ou que atuam nas) Comunidades Quilombolas beneficiadas pelo PBA 17 (BRASIL, 2010, p. 148).

Como justificativa, o Subprograma ressalta que

[...] os Agentes comunitários de Saúde e os Coordenadores de Atenção Básica, são atores relevantes no processo de minimização dos impactos negativos na saúde ambiental e humana decorrentes do PISF, para isso é necessário elevar o conhecimento desses profissionais sobre os temas relacionados à obra, sustentabilidade e qualidade de vida (BRASIL, 2010, p. 147).

A proposta para o trabalho foi construída com base no que apresentava o Relatório de Impacto Ambiental, o RIMA, afirma um dos técnicos da equipe responsável pela execução do Subprograma.

Elas são baseadas no próprio Relatório de Impacto Ambiental- do RIMA, no estudo e no relatório. Tanto o EIA quanto o RIMA identificaram impactos negativos do projeto na área de saúde dos municípios (Técnico 3).

A metodologia do Subprograma previa, como primeiro momento, apresentar a proposta às Secretarias de Saúde dos dezessete municípios envolvidos na Área Diretamente Afetada- ADA, do projeto da transposição, com intuito de aprovação e ajustes necessários, bem como acordos quanto ao acompanhamento dos Planos de Ação, a serem estruturados após a realização das oficinas.

Segundo gestor da equipe técnica da CMT, esse momento foi cumprido junto às Secretarias de saúde dos municípios inseridos no Subprograma.

Então, de acordo com os temas sugeridos nesses dois programas, nós fizemos assim: primeiro fomos nessas 17 secretarias municipais e aí conversamos com o gestor municipal, fizemos um breve diagnóstico, de tudo que estava acontecendo nesses municípios, com relação a saúde pública. A partir daí, nós pegamos então, o que esse gestor falou sobre o assunto, os temas propostos nesses dois programas e fizemos essa metodologia de trabalho (Gestora 10).

A meta consistia em capacitar 49% dos Agentes Comunitários de Saúde e/ou Coordenadores da Atenção Básica, até dois anos a partir da aprovação da reestruturação do PBA 4. Não temos informações para dimensionar o atendimento desta meta.

A oficina de formação para os profissionais da área de saúde, “teria como desdobramento o desenvolvimento de ações preventivas e educativas em direção a melhoria da qualidade de vida, e que reduzam a pressão sobre o sistema de saúde decorrente do empreendimento, através da construção democrática de Planos de Ação Participativos”,

afirma documento do Subprograma (BRASIL, 2010, p. 147). As oficinas realizadas tiveram o envolvimento também de lideranças comunitárias, além de profissionais da saúde, com a intenção de se tornarem multiplicadores em educação em saúde.

[...] Eram profissionais da saúde, agentes ambientais, agentes de saúde e lideranças comunitárias, o pessoal da diretoria e da secretaria também foram convidados. A princípio foram, mas depois desistiram no meio do caminho, mas ficou a gente, ficaram os agentes de saúde, os agentes ambientais e as lideranças comunitárias. [...] Das áreas quilombolas e das áreas não quilombolas também. Das áreas comunitárias geral, das comunidades que foram atingidas direta ou indiretamente na faixa do canal e nas vilas (Liderança 1).

Multiplicadores, profissionais de saúde e essas lideranças locais desses sítios, localizados próximos aos canais e aos reservatórios [...] Formação de multiplicadores, no caso da saúde, multiplicadores em educação em saúde [...] Teve mais funcionários de saúde, a gente teve médicos nas oficinas com uma participação muito incisiva mesmo, um trabalho popular, de educação popular mesmo, excelente, enfermeiros, técnicos em enfermagem, fisioterapeuta, dentistas, fonoaudiólogos, gestores também participaram, funcionários da Secretaria de Saúde, comuns ali, não técnicos, mas funcionários da Secretaria de Saúde, porque também lidam com o atendimento ao público, não é? Então a gente achou importante isso também, mesmo ele sendo funcionário às vezes de uma área mais burocrática, a gente achou importante eles participarem também. Eles também foram convidados, né? Então foi um público diversificado, justamente com essas lideranças (Técnico 3).

O Subprograma de Educação Ambiental em Saúde tem interface direta com o Programa de Monitoramento de Vetores e hospedeiros de doenças - O PBA 20, e o Programa de Controle de Saúde Pública, O PBA 21, o qual iremos tecer algumas considerações.

O Programa de Controle da Saúde Pública - o PBA 21, segundo documento oficial, apresenta como objetivo “assegurar a melhoria das condições de saúde das populações beneficiadas pelo PISF, garantindo o menor impacto negativo possível do Projeto nas condições de saúde da população vinculada ao empreendimento” (BRASIL, 2012).

[...] o Programa 21, como subprograma de educação em comunidades, ele estabelece que a gente deve trabalhar alguns temas, então são vários temas. De acordo com o Projeto, um projeto grande como esse, nos documentos antigos, ele estabelece bom, pra gente mitigar alguns desses prováveis impactos, nós temos que trabalhar com esses temas, por exemplo: proliferação de vetores, de acidentes com animais peçonhentos, gravidez na adolescência, DST/AIDS, violência de gênero principalmente, doenças de veiculação hídricas, problema de saneamento básico (Gestora 10).

Um dos impactos do projeto da transposição, considerado positivo e relacionado diretamente à saúde da população, é identificado por entrevistada da Secretaria de Saúde. Ela aponta a detecção de agravos que passaram a ser tratados pelo serviço de saúde, a partir da obrigatoriedade de exames admissionais para o trabalho nas obras do projeto. Porém,

nenhuma parceria foi estabelecida com o Ministério da Integração como apoio aos Governos Estadual e Municipal, no tocante à assistência prestada pelas Unidades Municipais e Estaduais de Saúde.

Uma coisa boa do Projeto, que é assim, com o emprego, para pessoa entrar no serviço do Projeto, prá participar dele, eles têm que fazer o exame clínico antes da admissão e nessa admissão foi detectado casos de VDRL positivos e a gente certamente, a gente acredita que não fosse esse Projeto, se não fosse obrigatório esses exames, a pessoa não iria fazer, então com isso tanto foi detectado VDRL, HIV e também o tratamento [...] Acompanhados aqui no CTA, existe aqui ao lado da S. Saúde, que é o COAS. Ele é regional, e é feito tanto o teste rápido, e se necessário o outro. É feito o tratamento também aqui [...] Veja, em relação ao tratamento HIV, DRL ele é regional, então esse Projeto não entrou com essa parte financeira [...] Então realmente houve o aumento de gravidez também na adolescência (Gestora 3).

Há também o aumento na demanda para atendimento nas Unidades de Saúde e com as Equipes de Saúde da Família, visto como consequência direta do projeto da transposição. O aumento da violência, pelas narrativas, também é atribuído às obras do projeto, sendo provocada, principalmente, por pessoas que não são do município.

[...] Também, porque o fluxo, ele é bastante, como posso dizer... tem aquele vai e vem das pessoas. Hoje existe uma equipe que tá aqui, passa um ano e de repente aquela equipe já muda e já vem novas pessoas. O fluxo aumentou bastante de presença de pessoas, isso, e de consumo também. O comércio aumentou também, aumentou também a demanda também nos PSF, porque aumentou o fluxo, aumentou a gravidez, aumentou as DST e com isso aumenta também o fluxo na Unidade de Saúde [...] Aumento assim, aumentou a violência em Salgueiro [...] Aumentou, mas os casos que a gente ouve falar são de pessoas de fora, que aproveitam o movimentação, porque tem muita gente de fora e as próprias daqui. Realmente tem mais roubos, assaltos, mas normalmente são as pessoas de fora (Gestora 3).

As percepções de Gestor e técnico, envolvidos com a execução do Subprograma de Educação Ambiental em Saúde, detalham o que foi considerado como *Proposta Integrada de Educação em Saúde*, cuja interface se constrói não apenas com o PBA 21, mas também com o Programa Básico Ambiental de Comunicação Social, o PBA 3, assim como detalha o desdobramento do trabalho pós-oficinas.

Essas comunidades, elas foram agrupadas no nosso Programa de Saúde, então o Programa de Educação Ambiental e Saúde elaborou uma proposta integrada de educação em saúde, que atendesse o público da área de saúde, agentes de saúde, agentes de endemias e demais profissionais de saúde e essas localidades do Programa 15, que estão à margem ali dos reservatórios e dos canais. Então, o Ministério achou que dava pra conciliar esse trabalho com o público de saúde, convidando as lideranças locais, porque não haveria tempo hábil prá gente trabalhar. São mais de duzentas comunidades e não haveria tempo hábil para se trabalhar especificamente com essas comunidades, e aí foi criada a proposta integrada de educação em saúde, incluindo essas localidades, mais de duzentas localidades, e trabalhamos com esse público agora nas Oficinas de Saúde, que inclusive se encerraram a semana passada, terminando dezessete municípios (Técnico 3).

[...] Agora nós estamos trabalhando um programa, que a gente chamou de Proposta Integrada de Educação Ambiental, envolvendo o Programa 21, que é o de saúde pública, o de educação ambiental em comunidade, e o Programa de Comunicação Social. Esse programa visa, basicamente, formar multiplicadores pra trabalhar com um novo enfoque na saúde, educação em saúde que nós chamamos. [...] Nós estamos trabalhando em 17 municípios, com uma proposta de quatro oficinas em cada um desses municípios, e ao final dessas oficinas, nós vamos fazer o Seminário Integrado de Educação em Saúde. São três seminários: um vai acontecer em Cajazeiras, um em Brejo e um aqui em Salgueiro, envolvendo os vários profissionais que participaram com a gente dessas capacitações (Gestora 10).

As temáticas abordadas nas oficinas, segundo liderança quilombola, foram amplas, com ênfase nos impactos provocados pelo projeto da transposição.

[...] O curso, ele trata sobre os impactos da obra, tanto no aspecto de meio ambiente, quanto no aspecto da saúde das pessoas, quanto no aumento, vai tanto da questão da poeira, até a questão do aumento de trabalhadores, e a questão de doenças sexualmente transmissíveis (DST), de gravidez, é muito amplo, todos os impactos assim que a obra possa tá trazendo pra cidade, na questão também de especulação imobiliária (Liderança 1).

Basicamente uma formação de quatro módulos, dividido em quatro módulos de oito horas [...] isso, cada módulo [...] O primeiro módulo a gente trabalhou de proliferação vetores e acidentes por animais peçonhentos; o segundo módulo saneamento e doenças de veiculação hídricas, saneamento ambiental; o terceiro módulo DST /AIDS, gravidez na adolescência e prevenção à violência, e o quarto módulo a gente utilizou como um fechamento da agenda de prioridade, que é um documento que a gente criou ao longo dessas oficinas, elaborado pelos próprios participantes [...] (Técnico 3).

O quadro 12 apresenta um resumo dos conteúdos trabalhados no Subprograma de Educação Ambiental em Saúde, com base na proposta oficial e relatos de entrevistados.

Quadro 12 - Resumo da Programação de Oficinas – Subprograma de Educação Ambiental em Saúde, 2010.

PÚBLICO ENVOLVIDO	TEMAS TRABALHADOS	CARGA HORÁRIA-	PROCESSO DE CULMINÂNCIA	DESDOBRAMENTOS
-Coordenadores de atenção Básica; -Agentes Comunitários de Saúde; -Agentes de saúde ambiental ; - Demais profissionais de saúde; -Lideranças locais	4 MÓDULOS - <u>1º Módulo</u> - Proliferação vetores e acidentes por animais peçonhentos; - <u>2º Módulo</u> - Saneamento Ambiental e doenças de veiculação hídrica; - <u>3º Módulo</u> - DST /AIDS, gravidez na adolescência e prevenção à violência; - <u>4º Módulo</u> - Plano de ação - Agenda de prioridade de educação em saúde	- 8 horas por módulo - Total de 32 horas	- 3 Seminários Estaduais de Educação em Saúde, envolvendo 17 municípios (08 em PE*; 04 na PB e 05 no CE). *Seminário de Pernambuco aconteceu no município de Salgueiro, em 20/09/13.	- Formar multiplicadores de educação em saúde

Fonte: A autora, a partir de informações verbais de gestores e técnicos (entrevistas, 2013).

A metodologia do trabalho consta de momentos de debate e reflexões teóricas, juntamente com momentos práticos, chamados de vivências educativas, onde é feita uma dispersão na área de trabalho, fundamentando-se na Pedagogia da Alternância, relata gestora da equipe da CMT.

Uma coisa que foi muito interessante nesse trabalho, é que assim, nós temos então o fascículo, e ao final de cada um deles nós sugerimos vivências educativas. Então, nós fomos pra sala de aula, passamos oito horas com esse grupo, esse grupo tem a parte conceitual e teórica, e depois esse grupo tem a parte prática, que são as vivências educativas sugeridas, e aí ele aprende com a gente a fazer essas vivências. Depois ele vai pra comunidade, ou pro seu posto de saúde, onde ele atende, e aí ele replica essas vivências educativas, depois ele devolve pra gente esse resultado. Então, nós chamamos de pedagogia da alternância. Nós temos um momento prático/teórico, temos um momento prático, e depois ele retorna pra gente demonstrando o resultado: ‘olha, nós fizemos essa vivência educativa, nessa comunidade e nossos resultados são esses’ (Gestora 10).

A pedagogia da alternância, teve sua origem na França, entre agricultores insatisfeitos com o sistema educacional de seu país, que, para eles, não atendia as especificidades de uma Educação para o meio rural. Tal insatisfação gerou um movimento em 1935 que levou ao surgimento da Pedagogia da Alternância (TEIXEIRA; BERNART; GLADEMIR, 2008).

A Pedagogia da Alternância surgiu no Brasil em 1969, por meio da ação do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), o qual fundou as então Escola Família Rural de Alfredo Chaves, Escola Família Rural de Rio Novo do Sul e Escola Família Rural de Olivânia, essa última no município de Anchieta. O objetivo primordial era atuar sobre os interesses do homem do campo, principalmente no que diz respeito à elevação do seu nível cultural, social e econômico (PESSOTTI, 1978 apud TEIXEIRA; BERNART; GLADEMIR, 2008, p. 3).

Hoje no Brasil, há diversas experiências de educação escolar que adotam o método da Pedagogia da Alternância, sendo conhecidas, principalmente, as desenvolvidas pelas Escolas Família Agrícola (EFAs) e pelas Casas Familiares Rurais (CFRs), afirma Teixeira et al (2008). A terminologia adotada para se referir às instituições que praticam a alternância educativa no meio rural é Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs).

A Pedagogia da Alternância vem sendo utilizada há quase 40 anos no Brasil e há 243 CEFFAs (UNEFAB, 2007 apud TEIXEIRA et al., 2008) em atividade em todas as regiões e em quase a totalidade dos estados brasileiros, mas, curiosamente, não existe nos estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte (TEIXEIRA et al., 2008), área de intervenção direta do projeto da transposição. Mas, mesmo com esse número de instituições envolvidas com a Pedagogia da Alternância e significativo número de educadores e educadoras que a adotam, “essa proposta pedagógica ainda é discutida com pouca ênfase no

meio acadêmico e nos órgãos técnicos e oficiais” (ESTEVAM, 2003 apud TEIXEIRA; BERNART; GLADEMIR, 2008, p. 3).

Segundo narrativa de liderança quilombola e integrante da equipe de saúde no município, a estrutura do curso teve conteúdos teóricos amplos e momentos práticos, permitindo aproximação com a realidade, como preconiza a Pedagogia da Alternância. A linguagem acessível do instrutor é outro aspecto positivo ressaltado, que possibilitou uma efetiva comunicação com os participantes.

[...] É amplo o curso, é um curso muito bom pra gente porque, foi um curso continuo, era muito amplo os temas, mas foi um curso continuo, onde a gente, eram exposto ali, ele expunha os índices, os dados, tudo, mas a gente tirava muitas dúvidas, conversava bastante, conseguiu assimilar muita coisa, até porque, vou voltar a falar da linguagem, a gente conseguia entender o que é que Léo estava falando [...] e a gente foi pra campo também, então a gente ia pra campo, às vezes eu acompanhava, outras vezes eu não podia acompanhar, a gente ia pra campo, mas como vivência do que a gente tinha visto na sala de aula, e aí a gente aprendia na sala de aula e ia pra vivencia, aprendia mais, voltava, ele orientava, tudo direitinho, então, foi muito proveitoso (Liderança 1).

[...] São práticas de atividades intermodulares, que eles realizaram entre um módulo e outro, no viés da educação em saúde, em comunidades prioritárias, seja urbana ou rural, mas comunidades prioritárias, dentro do enfoque deles, não tem como a gente chegar: olha, tal comunidade é prioritária, tem que trabalhar. Então a gente ouvia isso deles, e aí eles tem essa liberdade de fazer onde quisessem, de realizar onde quisessem ,e ai vai ter apresentação dessas vivências e as agendas, vão estar lá exposta em cada stand, de cada município (Técnico 3).

Como material didático, houve o apoio de cinco cartilhas, que compõem a “Coleção de Educação em Saúde”,tratando dos seguintes temas: Efeitos danosos dos Agrotóxicos; Saneamento Ambiental e Doenças Relacionadas a água; Proliferação de vetores e Acidentes com Animais Peçonhentos; Prevenção à Violência e Gravidez na Adolescência, Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids (Figura 18).

Figura 18 - Cartilhas “ Coleção de Educação em Saúde” - PBA 4- Projeto da transposição



Fonte: A autora, 2013.

Mas, um aspecto nos chama atenção em relação ao material didático utilizado: o mesmo foi elaborado pelo Ministério da Integração - PISF e equipe de Comunicação e Educação Ambiental da CMT Engenharia, e não contou com o envolvimento nem a colaboração das Secretarias Estadual e Municipal de Saúde dos estados, nem de lideranças e/ou grupos sociais locais, o que é questionável ao tratar-se de uma abordagem de Educação em Saúde dialógica.

[...] E o material que nós usamos, foi o material que foi feito aqui pela equipe de educação ambiental, e nós chamamos de coleção de educação em saúde. São cinco fascículos trabalhando exatamente com esses temas (Gestor 10).

Questionamos a pertinência e coerência de um mesmo material didático ser destinado a ao debate teórico e estímulo de vivências educativas, tanto para populações tradicionais quilombolas, indígenas, trabalhadores rurais, como para moradores da zona urbana desses municípios. Será que a realidade, em relação aos assuntos abordados, é a mesma para 17 municípios, em 3 estados diferentes do nordeste? Como foram tratadas as particularidades culturais e lingüísticas destas populações em relação a cada tema?

Este é um aspecto a ser contextualizado, quando se trata de uma prática de educação em saúde, numa perspectiva participante e problematizadora. O trabalho de Educação em Saúde nesta perspectiva deveria privilegiar, desde o primeiro momento, o envolvimento dos atores. Esse envolvimento fortalece a comunicação dialógica, a construção conjunta de conteúdos e conhecimentos, com abordagens mais próximas da realidade das populações, permitindo uma formação para a autonomia.

Ressaltamos a lei nº 11.645/2008, que traz, como obrigatoriedade para o currículo oficial da Rede de Ensino, a temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”, como forma de fortalecer o conhecimento sobre estas populações, suas tradições, lutas, conquistas e direitos. Qualquer material didático então deve respeitar esta particularidade (BRASIL, 2008).

E, concordando com o pensamento de Barbero (2008, p. 11), “O desafio fundamental das políticas públicas é a heterogeneidade do público em termos de sociedade, portanto em relação a culturas: sejam estas étnicas, de gênero, de idade ou de saúde”.

Durante a realização das oficinas foram elencadas prioridades e construída uma agenda, tida como diretrizes a serem executadas para o enfrentamento dos problemas diagnosticados. A “agenda de prioridades”, compôs um Plano de Ação, entregue ao gestor municipal.

[...] Uma agenda, nos moldes de um plano de ação, mas é uma agenda de prioridade de educação em saúde: o que é que pode ser feito, o que é que vem sendo feito mas que pode ser potencializado, o que existe enquanto política institucional mas nunca saiu do papel [...] (Técnico 3).

Então foi um trabalho muito rico [...] Então, no dia do seminário, que vai ser o resultado final, a culminância de todo esse processo, o gestor municipal ele vai receber essa agenda de prioridade, que é um documento extremamente importante para um gestor público, um documento estratégico mesmo, de planejamento estratégico, e essa agenda foi construída com as pessoas que trabalham, com as lideranças comunitárias que ficaram conosco nesse processo de capacitação, e agora nós estamos já finalizando e já recebemos algumas delas (Gestor 10).

A realização de um Seminário Estadual de Educação em Saúde, foi considerado o momento de “coroamento” do trabalho, quando os municípios expõem as vivências educativas realizadas com a comunidade.

[...] vai ter esse seminário final agora, não me recordo a data também, mas vai ser só o seminário final, onde a gente vai apresentar as vivências e vai ver as outras pessoas também de outros municípios, que também que tiveram esses momentos, para ser uma troca de experiência mesmo, para fechar os momentos todos que foram vividos, mas foi muito interessante porque é uma reflexão, a gente fez uma reflexão de todos os impactos da obra. Tem coisas que a gente já sabia, já tava vendo, já tava sentindo de impacto, e tinha coisas que a gente nem pensou que impactou esse lado também (Liderança 1).

[...] E agora, como culminância, a gente vai ter um Seminário Estadual de Educação em Saúde, então com oito municípios aqui de Pernambuco, cinco municípios do Ceará e quatro municípios da Paraíba, totalizando os 17 municípios que a gente trabalha [...] Vão estar exposto em banner de cada município. Cada município vai ter seu stand com fotos, que a gente chamou vivências educativas [...] Como a gente queria a participação da Secretaria Estadual da Saúde, a gente reelaborou a proposta do seminário pra três seminários estaduais: um em Pernambuco, um no Ceará e um na Paraíba, ou talvez na mesma semana [...] Pernambuco vai ser 20 de setembro aqui em Salgueiro, na Paraíba dia 17 de setembro na Cajazeiras, e no Ceará de 18 de setembro em Brejo Santo (Técnico 3).

No Seminário ocorrido em Pernambuco (setembro de 2013), foi elaborado um documento geral - “Documento Síntese das Agendas de prioridades dos municípios contemplados pelo PISF em Pernambuco” - referente aos 8 municípios envolvidos. E, por município, foi elaborado documento específico, que para Salgueiro foi intitulado “Agenda de Prioridade de Educação em Saúde do município de Salgueiro” (Anexos B e C).

Ao avaliar os dois documentos, identificamos interseções entre as prioridades elencadas, que relacionamos no quadro 13.

Quadro 13 - Resumo das Diretrizes construídas pelo Subprograma de Educação Ambiental em Saúde – Setembro/2013

PONTOS ESPECÍFICOS DO DOCUMENTO DE SALGUEIRO	PONTOS COMUNS (Interseção entre documento geral e o de Salgueiro)	PONTOS ESPECÍFICOS NO DOCUMENTO GERAL (8 municípios de Pernambuco)
<ul style="list-style-type: none"> • Programas de combate às doenças endêmicas; • Disponibilizar vídeos educativos às Unidades de Saúde; • Campanha de prevenção ao câncer do colo do útero e fortalecimento da campanha de câncer de mama; • Envolvimento de diversos grupos sociais em ações voltadas à saúde; • Campanha de prevenção à leishmaniose e raiva humana. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ações educativas sobre gestão de resíduos sólidos; • Campanha de prevenção aos diversos tipos de violência e ações de fiscalização e fortalecimento das políticas públicas já existentes; • Campanhas educativas de promoção à saúde do homem; • Campanhas educativas sobre animais peçonhentos a partir da realização de palestras, especialmente na zona rural; • Articulação e integração com outras instituições e órgãos competentes para ações voltadas à educação em saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhores condições de trabalho e investimento na formação dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Endemias; • Realização de campanhas e palestras sobre defensivos agrícolas direcionadas aos agricultores com enfoque na utilização de equipamentos de proteção, estímulo à prática da agricultura orgânica e destinação correta das embalagens destes produtos; • Criação de políticas públicas municipais em saneamento básico e manutenção adequada da rede existente;

Fonte: A autora, a partir de adaptação de documentos disponibilizados por técnico da CMT, 2013.

Dentre os pontos em comum, a questão dos resíduos sólidos aparece como preocupação recente e objeto de atenção pela Prefeitura Municipal de Salgueiro, juntamente com outros municípios da região. Em abril deste ano, 22 municípios, dentre eles Salgueiro, se reuniram para elaboração do Plano Integrado de Resíduos Sólidos, uma exigência da Lei nº 12.305, aprovada desde 2010.²⁴ O evento contou com o apoio da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado, e foi estipulado o prazo até agosto/2014 para os municípios concluírem seus Planos, que é o primeiro na lista dos instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010; SALGUEIRO, 2014).

As providências que começam a ser adotadas, quatro anos depois de instituída a Política Nacional de Resíduos Sólidos, é fruto também da pressão feita pelo Ministério Público, que em todo estado de Pernambuco vem realizando audiências públicas para sensibilizar a sociedade em geral, quanto a medidas concretas em relação aos resíduos sólidos (SALGUEIRO, 2014).

Ressaltamos que esta temática aparece nas áreas quilombolas do estudo como um problema grave e comum a todas, pois não há coleta de lixo, e a prática usual da população é de queima e destino dos resíduos sólidos ao relento.

²⁴ Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; Em seu artigo 6º, estão os princípios da Política Nacional de Resíduos sólidos: I- a prevenção e a precaução; II -o poluidor-pagador e o protetor-recebedor; III - visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública; IV - e o desenvolvimento sustentável.

De maneira geral, a percepção sobre as oficinas é controversa:

- a) Permitiu reflexões sobre o projeto da transposição, seus impactos negativos e o que pode ser feito para minimizá-los, porém a partir de uma postura individual. Mas, iniciativas individuais, por si só, reverterem, neutralizam o que já se apresenta como ferida?

[...] e aí esse curso foi bom porque a gente pode conhecer outras coisas, outros impactos também, e pode refletir a respeito disso, e pode pensar também de que forma que a gente pode estar agindo, pra está diminuindo esse impacto, e não se colocar na posição de hoje estou sendo impactada, estou sendo vítima, e aí não, se colocar na posição também do que é que eu posso fazer para diminuir esse impacto, pra conseguir conviver com isso e viver com uma certa qualidade de vida (Liderança 1).

- b) Capacitações que não atingem a população.

Capacitando as pessoas né, em relação à valorização do meio ambiente e também essa de saúde é com prevenção à saúde, e aí é mais com lideranças, com agentes comunitários de saúde, mas é pouco, não atinge a população né, ainda é pouco (Gestora 4).

- c) Mas também, uma ação que ensinou muitas coisas, sem ficar claro exatamente o quê e para quê.

Eu achei muito importante para a comunidade, que a gente aprendeu várias coisas (Grupo Focal 1).

E quanto ao Programa de Educação Ambiental em seu conjunto, será que a sua implementação pode ser desvinculada das obras do projeto da transposição? Uma proposta técnica bem fundamentada e a aquisição de conhecimentos por alguns segmentos da população, por si só, garantem qualidade de vida e mudança nos impactos e feridas provocadas pelas obras? Há gestor que acredita que sim.

O Programa de Educação Ambiental ele acontece, independentemente da parte física da obra [...] A parte física tem vários programas para atender essa demanda enorme, essas várias questões que surgem, né? O que a gente percebe, na parte de educação ambiental, independente da questão polêmica ou não da parte física da obra, as pessoas gostam muito, e o resultado hoje, assim, olhando, é um resultado muito positivo, porque capacitamos muitas pessoas a cada dia que passa. Então o programa de educação, a equipe de educação, ela tem muita credibilidade em todos esses públicos que ela permeou aí durante todo esse processo [...] é uma avaliação muito positiva que eu faço porque, você dá possibilidade da pessoa observar, da pessoa pensar e aprender coisas, e é uma troca mesmo, né? Você está sempre construindo com o outro, então eu acho que, eu vejo a assim: O projeto é belíssimo! O Programa de Educação Ambiental, ele é extremamente pensado e bem feito, ele é apaixonante,

então, e isso a gente conseguiu transmitir para as pessoas que está com a gente nessas capacitações. Então eu acho que o resultado é muito bom (Gestora 10).

A valorização dada ao formato da proposta, ao técnico, ao que foi obtido como meta institucional, está embutida na crítica feita por Lima (2004), ao apontar o tecnicismo como um dos aspectos que reduz o campo da Educação Ambiental, com se fora homogêneo e consensual.

O tecnicismo [...], destaca e prioriza os aspectos técnicos da questão ambiental, encontrando nessa dimensão tecnocientífica as explicações e soluções aos problemas socioambientais. Essa leitura da realidade, por se apoiar no saber da ciência que é reconhecido como o saber socialmente dominante, se reveste de um poder especial e aparece como argumento neutro, objetivo e portador de uma autoridade que o imuniza a qualquer questionamento (LIMA, G., 2004, p. 87).

Mas, há um outro entendimento que mostra como a prática de educação ambiental poderia ser desenvolvida em áreas quilombolas, construída a partir de políticas integradas, transversais em todas as áreas da gestão de governo.

[...] Então, se ele se aproximasse para dialogar, prá conseguir entender, para criar suas linhas a partir do entendimento, para tirar os projetos a partir do entendimento, acho que ia funcionar melhor e não a partir do entendimento que eles tem, baseado em livros ou baseados em outras comunidades normais, que não são quilombolas, que não tem a vivencia que a gente tem, que não tem a visão de mundo que a gente tem. (Liderança 1).

[...] que se fizesse essa integração, essa volta, que acho que a gente teve um momento da gente andar junto, mas agora perdeu, de começar a discutir isso, de forma mais integrada. Não pode ser só educação e saúde. O Projeto é muito maior, passa por todas as secretarias. Tem hora que o projeto vem como só fosse saúde e educação, e a gente sabe que nenhum projeto mais é de duas Secretarias. É de governo, é de vestir a camisa. É aquela coisa da intersetorialidade. Acho que o projeto tinha que vir definindo, em todas as secretarias qual é o papel de cada um. Eu acho que essa tem que ser a lógica, entendeu? No mais vamos esperar mais felicidade pra Salgueiro, mais desenvolvimento e o povo melhor também (Gestora 7).

Como consideração geral, avaliamos que o Programa Básico de Educação Ambiental carrega conteúdos que permeiam as áreas de educação, ambiente e saúde.

Se queremos compreender o impacto da atividade humana sobre o ambiente e sobre a saúde, é necessário criar estratégias específicas que, a partir de conhecimentos disciplinares e práticas setoriais, caminhem para uma abordagem transdisciplinar (MINAYO, 2002, p. 175).

Para os sujeitos entrevistados, essas abordagens transitam entre uma relação direta e necessária, mas, também, como o desafio de uma teia em construção. Há uma compreensão

de que caminham juntas, quando o ser humano é considerado parte do ambiente, estando imbricadas as partes e o todo.

Vida em harmonia com o ambiente → ambiente saudável → pessoa saudável → inserida num ambiente saudável .

[...] Então, caminham juntas, eu acho que caminham juntas, porque se você consegue viver em harmonia com o ambiente que você vive você vai ter saúde. Se você consegue viver em harmonia com o ambiente, vai ser um ambiente saudável e em consequência disso você vai ser uma pessoa saudável, que está inserida nesse ambiente. Então são três coisas que caminham juntinho, educação, a saúde ambiental e educação ambiental (Liderança 1).

[...] Acho que todas são uma ligadas uma com a outra. Se a gente não tem ambiente, a gente não tem a saúde, a gente não tem educação. Pra tudo isso precisa de uma forma do povo ter o conhecimento, e o povo ainda não tem o conhecimento, mas eu acho que todas essas coisas são ligadas uma com a outra, e a gente tem alguma coisa, já tem, não é do zero que a gente tem (Liderança 2).

Há uma compreensão de meio ambiente como tudo que nos relacionamos, referindo-se também ao ambiente construído, e ao ambiente invisível.

Em relação ao meio ambiente, eu acho que o ambiente é tudo que a gente está se relacionando, são as pessoas, são as casas, é o rio, são as árvores. Tudo o que eu tenho que me relacionar pra poder conviver, né? E hoje também tem um ambiente construído, um ambiente natural, tudo é ambiente, principalmente o ambiente que também não é visível, que é o ambiente das relações, da convivência, e tudo isso interfere na nossa qualidade de vida (Gestora 8).

A ideia de construção de “teia” entre educação, ambiente e saúde, nos remete ao que afirma Minayo (2002, p. 175), quando diz:

A busca por aprofundar conceitos no encontro das áreas de saúde e ambiente é crucial, pois quando uma definição das relações entre elas se produz, sua decodificação na prática tem consequências reais, tanto para a natureza quanto para a população viva que a habita, sejam vegetais, animais ou gente.

Há relatos com visões e percepções de entrevistados sobre educação ambiental e educação em saúde, que permeadas por uma.

Quanto à Educação ambiental, sujeitos do estudo a compreendem como:

[...] A forma da gente viver, que agente tenta cada vez se harmonizar mais com a natureza, cada vez viver impactando menos a natureza, eles são educados, e uma forma disso é quando eles reconhecem que o ser humano ele não foi educado com a questão do desmatamento que houve lá, o incomodo que eles tiveram, o relato que a gente tem de pessoas que sentiram o cheiro de árvores que foram desmatadas. A questão das umburanas quem tinha lá [...] Quando eles veem os animais da caatinga nos terreiros, os animais da caatinga de forma geral, nos terreiros, eles olham e conseguem perceber que o animal fica triste, que o animal perdeu o habitat: ‘ah, esse

bichinho tá perdido, coitado, não tem mais pra onde ir, vai ter que achar outro local'. Então, quando eles se incomodam com isso é uma educação que eles têm [...] Não precisou eles irem pra Faculdade, não precisou eles irem pra escola nenhuma pra eles terem essa sensibilidade, e aí? Então educação ambiental pra mim é isso: é o respeito á natureza, é essa forma de aprender a conviver em harmonia com a natureza, que as pessoas de Santana já tinham há muito tempo (Liderança 1).

[...] Olha, eu acho que é mais do que necessário a Educação Ambiental, não como tema, como tema da moda que vai passar. Mas o meio ambiente hoje, nós estamos vivendo uma situação de fenômeno, tanto de seca como de enchente, que se a população tivesse se dado conta há mais tempo de que esse meio ambiente, nós estamos nele e somos parte dele e precisamos contribuir para que ele cada vez mais esteja conservado, para nós usufruir e os futuros moradores usufruírem dele [...] Agora é mais do que urgente a gente adotar essa EA como método e como obrigação de governo mesmo, tanto municipal, estadual e federal, para que a população possa aprender a conviver melhor no meio ambiente. Não é com, para o meio ambiente, mas que a gente possa conviver melhor como meio ambiente, porque nós também somos parte desse meio ambiente (Liderança 3).

A Educação ambiental tratada como maneira de viver em harmonia com a natureza, sem destruição, uma ligação estreita, de “empatia com a fauna e flora”, que provoca incômodo e tristeza com os impactos gerados pelas obras do canal no território.

[...] Acho que tem toda uma relação, não é? Não dá para trabalhar com gente sem falar na relação dessa gente com ele mesmo. Porque ele faz parte também do ambiente, não está fora dele. Eu acho que tem tudo a ver. Agora a gente precisa avançar mais nisso, a gente ainda tem uma educação ambiental muito ainda limitada, que é mais assim conteúdo e ciência, mas o conteúdo livre não, que eduque para o meio ambiente [...] Acho que o campo é muito mais fortalecido com isso do que a cidade. Em algumas áreas da cidade a gente tá tirando alguns encaminhamentos, por exemplo: o lixo, é um objeto de estudo (Gestora 7).

Essas percepções se aproximam da abordagem da Ecopedagogia, quando, em sua compreensão sobre a natureza, trata-a com “[...] um todo dinâmico, relacional, harmônico e auto-organizado, em interação com as relações que se estabelecem na sociedade” (AVANZI, 2004).

Mas, a “urgência” referida por liderança quilombola, para que “governos adotem essa educação ambiental como método e obrigação”, precisa ser vista com ressalvas para não derivar ao que é chamado pela Ecopedagogia, como “ambientalismo superficial”.

Enquanto o ambientalismo superficial apenas se interessa por um controle e gestão mais eficazes do ambiente natural em benefício do ‘homem’, o movimento de ecologia fundamentada na ética reconhece que o equilíbrio ecológico exige uma série de mudanças profundas em nossa percepção do papel que deve desempenhar o ser humano no ecossistema planetário (GUTIÉRREZ; PRADO, 2000 apud AVANZI, 2004, p. 40).

Essa abordagem tece uma crítica às práticas de educação ambiental, que, muitas vezes se fundamentam numa concepção de ambiente afastada das questões sociais.

A educação Ambiental muitas vezes limitou-se ao ambiente externo sem se confrontar com os valores sociais, com os outros, com a solidariedade, não pondo em questão a politicidade da educação e do conhecimento (GADOTTI, 2000 apud AVANZI, 2004, p. 40).

Quanto à Educação em Saúde, chama nossa atenção a percepção de ser considerada como a base de um trabalho de promoção em saúde, mas, restrito ao não adoecer. Uma menção em atitudes individuais, com foco comportamental, mesmo trazendo a questão da promoção.

Eu acho que é a base, a educação em saúde. Hoje, muitas vezes a gente não consegue trabalhar a promoção em saúde, fica mais na parte mais curativa, mas a gente tem que resgatar a educação sem saúde porque a gente tem que fazer com que as pessoas não adoçam. A gente tem que fazer com que as pessoas, que a gente consiga fazer realmente a prevenção, que a gente consiga fazer a promoção em saúde, que a gente consiga diminuir esses índices de gravidez na adolescência com a conscientização (Gestora 3).

Educação em Saúde como trabalho de construção, de transformação do olhar da realidade e de uma nova atitude. Mas também como uma área que precisa ser trabalhada tecnicamente, respeitando todas as etapas de um planejamento.

[...] em relação à educação em saúde, eu acho que também ela tem que ter um percurso, e tem que ser planejado, eu tenho que negociar conteúdo, eu tenho que planejar etapas, para trabalhar no processo, porque também não adianta eu acreditar, ter um ideal, se eu não botar o pé no chão e traçar estratégias, fazer o caminho. Isso eu acho importante também, que eu aprendi (Gestora 8).

Ao referir-me ao campo da Educação Ambiental e da Educação em Saúde, não poderia deixar de mencionar a “*Educação em Saúde Ambiental*”, instituída pela Funasa a partir de 2010, cujas considerações constam no referencial teórico desta dissertação.

Na percepção de uma entrevistada, há clareza do processo embrionário na construção conceitual desta abordagem.

[...] Porque educação em saúde ambiental é uma concepção recente. É, está em construção. Na verdade a gente não tem essa visão ainda mais estável não (Gestora 8).

Em levantamento documental de trabalhos com esta temática, encontramos apenas um artigo, intitulado “Educação em Saúde Ambiental: Estratégia de intervenção sobre os riscos e exposição a agrotóxicos na comunidade de Matões- Caucaia-CE”, de autoria de Leonardo Guilbert Cavalcante Araújo, como conclusão do curso de especialização em Vigilância em Saúde Ambiental, da Escola de Saúde Pública de CEARÁ - ESP, em 2010, que na verdade

tem como objeto de estudo a saúde ambiental, e um dos seus objetivos específicos apresenta a intenção de desencadear ações educativas em saúde ambiental.

Estas considerações são, na verdade, para sinalizar que os eixos de atuação da área de “*Educação em saúde ambiental*”, carregam saberes que perpassam pela saúde ambiental, pela educação ambiental, educação em saúde e outros saberes das ciências sociais, que necessitam estar articulados, de forma transdisciplinar. Nos parece, que há necessidade de uma maior apropriação e aprofundamento quanto as concepções que fundamentam tais saberes.

O desafio é construir uma compreensão crítica e holística, que promova uma prática comprometida com a realidade de populações quilombolas, indígenas, assentadas, etc, com respeito a suas diferenças, mas que principalmente as envolva no processo de planejamento de ações e projetos que impactam significativamente em suas vidas e territórios.

8.2 O PROGRAMA DE APOIO ÀS COMUNIDADES QUILOMBOLAS – O PBA 17

O Programa de Apoio às Comunidades Quilombolas – ou PBA 17, é um dos 38 Programas Básicos Ambientais do PISF, estruturado para “*minimizar os impactos socioambientais negativos*”, preliminarmente apontados nos Estudos Ambientais, realizados pelo empreendimento, sendo classificado como um Programa Compensatório. O PBA 17 tem interface com outros 5 Programas Ambientais, dentre eles o PBA 4, objeto de avaliação desta dissertação.

A justificativa para realização do PBA 17 se fundamenta no argumento de que:

A composição do território rural brasileiro é extremamente diversificada e compreende uma série de categorias sociais distintas às quais estão atrelados também direitos diferenciados, ao contrário do que se supunha no passado quando da elaboração de políticas públicas. Ao contemplar essa diversidade, é de extrema importância que os direitos básicos dessas parcelas da população brasileira sejam plenamente atendidos [...] (BRASIL, 2005, p. 3).

O Programa é constituído por dois subprogramas: o de Regularização das Terras Quilombolas e o de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas. Nossa avaliação é voltada ao Subprograma de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas, haja visto que questões referentes à Regularização das Terras Quilombolas foram abordadas no capítulo 6.

O objetivo do Subprograma de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas, é “Promover o desenvolvimento destas comunidades, através da implantação de infra-estrutura de saneamento básico, educação, saúde, transportes etc”, afirma documento (BRASIL, 2005, p. 4).

A população que o PBA 17 abrange, envolve 13 comunidades quilombolas em Pernambuco, num total de 1.280 famílias, sendo 9 comunidades quilombolas situadas em Mirandiba (Araçá, Caruru, Feijão, Januário, Juazeiro Grande, Pedra Branca, Serra do Talhado, Serra Verde e Queimadas); Uma em Floresta/Carnaubeira da Penha (Massapê); e 3 em Salgueiro - Conceição das Crioulas, Santana e Contendas (BRASIL, 2005, p. 6).

Quanto à metodologia do Subprograma de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas, é apontada uma abordagem participativa, quando afirma que:

O levantamento das necessidades de infra-estrutura nessas comunidades deverá ser empreendido de forma participativa, através da aplicação de dinâmicas de grupo. A participação da comunidade pressupõe a existência de divisão no poder decisório, passando pelo controle das partes envolvidas no planejamento, execução e avaliação dos projetos a serem implementados. Portanto, participar é tomar parte nas decisões e ter parte nos resultados (BRASIL, 2005, p. 9).

As metas previstas para o Subprograma são a melhoria dos indicadores socioambientais; e o desestímulo à implementação e à manutenção de programas assistencialistas e paternalistas, que gerem dependência das populações quilombolas em relação aos organismos públicos (BRASIL, 2005, p. 4).

Para as comunidades quilombolas do nosso estudo, foram previstas, como “medidas compensatórias”, as ações e obras relacionadas no Quadro 14.

Quadro 14 - Ações e obras previstas pelo Subprograma de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas

COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SANTANA	COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CONTENDAS / TAMBORIL	COMUNIDADE QUILOMBOLA DE C. DAS CRIOULAS	AÇÕES PREVISTAS PARA AS 13 COMUNIDADES
- Construção de 50 banheiros, com fossas sépticas e sumidouros (Comunidade contemplada no Programa de Implantação de Infra-Estrutura de Abastecimento de Água às Populações ao Longo dos Canais - PBA 15)	- Construção de 20 banheiros, com fossas sépticas e sumidouros (Por dispor de abastecimento de água)	(1) elaboração de um plano de desenvolvimento territorial, de forma participativa; (2) gestão junto à Funasa para viabilização da construção de uma ETA em Belém do São Francisco e de uma adutora desta cidade até a comunidade (18 km); (3) construção de reservatório elevado com volume útil igual a 144m ³ ; (4) implantação de rede de distribuição de água com 6.000 m de tubulação de PVC com diâmetros de 50 a 100 mm e ramais domiciliares totalizando 6.200 metros de tubulação em PVC de ½ polegada; (5) gestão junto ao Governo Estadual para viabilização da construção de 30 banheiros, com fossas sépticas e sumidouros; (6) gestão junto à Prefeitura de Salgueiro para viabilização da construção de 500 novas moradias de alvenaria para substituição das casas de taipa; (7) construção de mais 3 salas de aula na escola; (8) construção de um laboratório de informática para equipar a escola; (9) construção de um pousada de 300 m ² a ser administrada pela Associação Quilombola; (10) Melhoria de estradas de acesso à comunidade de Conceição de Crioulas, dentre outras comunidades.	- Gestão junto a Secretaria Estadual do Trabalho e Sistema SEBRAE para viabilização de capacitação de jovens quilombolas para atuação como agentes de turismo; - Implantação de placas de sinalização da localização das comunidades Quilombolas; - Identificação das demandas das Comunidades Quilombolas visando desenvolvimento; - Levantamento das demandas por infra-estruturas nas comunidades quilombolas com base em métodos participativos.

Fonte: A autora, a partir de informações do PBA 17 – 2005 e Resumo Executivo – julho 2012.

A disponibilidade de informações para avaliar as ações descritas no quadro 14 são precárias, não tendo sido encontrado em documentos oficiais um detalhamento sobre o quê e como foram implementadas as obras pretendidas. O relato de entrevistados expressa a morosidade e não realização do que foi prometido.

Nas comunidades de Santana e Contendas/Tamboril, a construção de banheiros, única obra prevista, não havia sido iniciada até o segundo semestre de 2013.

[...] Olhe, eu sei que foi feito novamente, já foi feito várias vezes a questão do mapeamento para fazer os banheiros, nas residências que não tem banheiros, mas, também é uma coisa que está bem atrasada, porque as casas que já foram feitas, têm algumas que já estão rachadas e os banheiros, agora, ainda foi feito um novo levantamento, um novo mapeamento, pra ver se é construído os banheiros [...] (Liderança 1).

Em Conceição das crioulas, a informação também referente à construção de banheiros é confusa, e moradores afirmam ter sido construído apenas em um dos sítios da comunidade. A morosidade e incerteza quando a realização da obra, fez com que moradores assumissem a construção por conta própria.

Teve a questão dos banheiros; Isso só no sítio Paula; [...] Foi feito no Sítio Paula e estava previsto para aqui. [...] Foi feito pela transposição? Ah, foi pela Funasa;

Eram banheiros pra cá. Esses banheiros já foi feito o GPS e tudo...Foi feito o levantamento e até agora não chegou [...] Pelo que eu entendi, era aqui prá Vila de Conceição; [...] Essa vila aqui e a Vila da União ali [...] Ai foi feito um levantamento através dos agentes de saúde, parece que deu 248, mas isso já faz tempo, uns três/quatro anos. Agora eles tiveram aqui esse ano, parece que abril pra maio, eles tiveram aqui fazendo um levantamento, mas muita gente que tinha dado os nomes já tinham construído seus banheiros, outros já tinham ido embora, ai não deu a cota nessas duas Vilas, aí eles andaram fazendo levantamento na zona rural, Sítio Lagoinha, na divisa com Atikum (Grupo Focal 1).

Mas o nosso foco de avaliação é o que vem sendo realizado pela Funasa-Suest/PE, referente à construção de casas de alvenaria em substituição às de taipa. Esta foi uma ação inserida posteriormente no projeto da transposição, fruto da parceria FUNASA-MI a partir de 2008. Esta atividade, segundo relato de liderança, foi a principal obra de compensação realizada pelo projeto.

[...] foram pactuadas várias obras de compensação, como é chamado, para que a comunidade sofresse os impactos, mas que tivesse alguns benefícios também, por conta da obra, e algumas dessas coisas elas foram realmente feitas, a exemplo da substituição das casas de taipas por casas de alvenaria, [...] (Liderança 1).

Dentre as metas apontadas no PBA 17, inferimos que as intervenções iniciadas em 2008 pela Funasa, estão diretamente relacionadas a de “melhoria dos indicadores

socioambientais”, pois trazem como objetivo contribuir para o controle da doença de Chagas. Na área do estudo há a presença de triatomíneos, inseto transmissor da doença de Chagas, conhecido popularmente como “barbeiro”, “bicudo”, “procotó”, e encontrado em construções de taipa, principal justificativa para as obras a serem executadas, afirmam moradores.

[...] Foi falado assim: ‘que ia trocar a casa de barro pela alvenaria, mode o bicudo’.
 [...] A saúde em geral. [...] e as casas velhas, que fosse derrubada e atirada prá longe.
 Não era pra fazer perto, não era pra deixar em pé, não era pra deixar a cerca perto de casa pra não juntar o barbeiro pra vim pra casa (Grupo Focal 2).

Subjacente ao objetivo do Subprograma, esta parceria incluiu obras não apenas em áreas quilombolas, mas também em áreas indígenas, inseridas no Programa de Desenvolvimento de Comunidades Indígenas, o PBA12. As obras estão sendo executadas com recursos do PAC, nas chamadas Área Diretamente Afetada (ADA) e de Influência Direta (AID) do Projeto da transposição (BRASIL, 2012, p. 6).

Em consonância com a atual missão institucional da Funasa, a de “Promover a saúde pública e a inclusão social por meio de ações de saneamento e saúde ambiental”, acreditamos que a parceria Funasa/MI, se insere no Programa de Melhorias Habitacionais para o Controle da Doença de Chagas (MHCDCh), que consta do leque de suas ações e programas institucionais. Este Programa fomenta a execução, *não apenas da reconstrução* domiciliar mas também a sua *restauração*, e a apresenta como justificativa, o argumento de que:

A existência de habitações cujas condições físicas favorecem a colonização de triatomíneos associados à pressão de exemplares de procedência silvestre reinfestando o peri e o intradomicílio, a dificuldade de êxito no controle desses vetores, com inseticidas, constituem fatores que recomendam a Melhoria da Habitação como medida essencial no Programa de Controle da Doença de Chagas (FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, 2013a).

Para o referido Programa - MHCDCh ,

Serão elegíveis os municípios localizados em área endêmica da doença de Chagas, com a presença de vetor no intra ou peridomicílio e com a existência de habitações que favoreçam a colonização do Triatomíneo transmissor da doença de Chagas, que sejam classificados como de alto risco de transmissão da doença, conforme dados da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde (BRASIL, 2014).

Neste cenário, o município de Salgueiro está classificado como de alto risco de transmissão para doença de Chagas, segundo lista da Secretaria de Vigilância à Saúde, e ações de caráter educativo são recomendadas como “reforço” aos benefícios da melhoria habitacional (BRASIL, 2014).

Tratando-se de trabalho em áreas quilombolas, tal incumbência foi assumida pela Funasa a partir de 2003, com o Novo Modelo de Gestão Pública do Governo Federal, cujo compromisso passou a incluir socialmente a população com difícil acesso a serviços de atenção à saúde e saneamento. Neste contexto, ações da Funasa passaram a ser direcionadas para municípios com baixa cobertura de serviços de saneamento e às populações vulneráveis (assentados, remanescentes de quilombos e de reservas extrativistas), afirma Relatório de Gestão (FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, 2011).

Quanto ao projeto da transposição, a responsabilidade assumida pela Funasa em Pernambuco, abrangeu uma área maior de municípios e população, que a definida no Subprograma de Desenvolvimento de Comunidades Quilombolas. Foram pactuadas ações em sete municípios, sendo três em áreas indígenas, nas etnias Truká em Cabrobó, Pipipã em Floresta e Kambiwá em Ibimirim, e em 18 comunidades quilombolas, localizadas nos municípios de Cabrobó (03), Carnaubeira da Penha (01), Custódia (03), Mirandiba (08) e Salgueiro (03). A estimativa institucional é de que serão beneficiadas, com melhorias habitacionais, cerca de quatro mil pessoas, dentre moradores de áreas indígenas e quilombolas, num total de 655 casas (FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, 2009).

Deste universo, informações mais recentes mostraram que até outubro de 2012, foram concluídas 448 casas, o que representava 68,4 % do total planejado (FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, 2012a).

As obras são executadas por empresa licitada pela Funasa de Pernambuco, sob coordenação da Diesp - Divisão de Engenharia de Saúde Pública, e, apesar de não constar como meta em seu Plano Operacional (2011), a ação é citado como:

Acompanhamento e Fiscalização das Obras concernentes ao 'Destaque Orçamentário' firmado entre o Ministério da Integração Nacional e a Funasa/Presidência, o qual proporciona a execução de obras contempladas no 'Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional', de forma a atender às exigências da Licença Ambiental do IBAMA, tendo-se originalmente como objeto: Construção de 655 (seiscentos e cinquenta e cinco) Unidades Habitacionais (substituição de casas de taipa por casas de alvenaria) e Construção de 04 (quatro) Postos de Saúde, beneficiando comunidades indígenas e remanescentes de quilombos (FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, 2011).

Em Relatório Executivo, o Ministério da Integração apresentava, até junho de 2012, uma execução orçamentária de 71% para o PBA-17, em relação as metas e atividades previstas. Mas, diante da pouca visibilidade de execução das ações contidas no quadro 14, inferimos ter havido uma destinação do recurso, principalmente, para as obras de melhorias habitacionais.

Em Salgueiro, essas obras foram realizadas nas três comunidades quilombolas do estudo, num total de 106 casas, tendo sido 100% concluídas, enquanto meta prevista pelo projeto da transposição (Quadro 15).

Quadro 15 - Obras executadas em áreas quilombolas-substituição de casas de taipa por alvenaria

COMUNIDADE QUILOMBOLA	OBRA PREVISTA (CASAS DE ALVENARIA)	OBRA EXECUTADA
SANTANA	8	8
CONTENDAS/TAMBORIL	16	16
CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS	82	82
TOTAL	106	106

Fonte: A autora, a partir de dados da Planilha Funasa/Suest-PE (Diesp) - Outubro/2012.

Mas, ainda há casas de taipa em todas as áreas quilombolas de Salgueiro, e, dependendo das condições existentes, continuam representando risco de transmissão da doença de Chagas para os moradores.

O Manual da Fundação Nacional de Saúde (2013b) “Elaboração de Projeto de Melhoria Habitacional para o controle da Doença de Chagas”, traz os princípios de continuidade e contigüidade, como critério importante para o controle de transmissão da doença de Chagas.

“Visando o maior impacto das ações no controle do vetor as melhorias deverão ser concentradas evitando-se a pulverização das mesmas, obedecendo para isso os princípios de continuidade e contigüidade” (FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, 2013b, p. 11).

Mas, estes princípios não foram respeitados, haja visto a não substituição, ou restauração de 100% das casas de taipa das comunidades, na ação pelo projeto da transposição, comprometendo assim o propósito de controle na transmissão da doença de Chagas, principal justificativa para execução das obras, como medida compensatória.

Agora com relação as casas, então só dava pra fazer x casas, então cada comunidade recebeu uma quantidade de casas, então ficou assim muito rarefeito. Então naquela comunidade x tinha 10 casas, mas ela só ia receber 04 casas, então não foi saneada totalmente. Na verdade o que se criou foi um paliativo. Não houve nada, foi zero. Não foi saneada a área, porque a partir do momento que você constrói três casas, mas se ficar uma casa ela está contaminando a área. Para que haja o saneamento da área, ela tem que ter, tanto é que tem que ter o princípio da continuidade e da contigüidade, ou seja, toda aquela área ela vai sendo saneada e vai abrangendo, então toda aquela área que ela passou, essa área já não tem mais nada (Técnico 1).

A gente tem uma comunidade que ela sofre muito com a questão de doenças de Chagas, embora aqui na Vila tenha poucas casas de taipa, mas já foi bem grande o número, e ai por fora é que tem bastante, então isso mudou, acho que vai diminuir bastante a incidência de chagas dentro da comunidade [...] Tem, ainda tem, mas se fosse feito apenas uma já era um passo, já não é mais o zero [...] então foi bom (Grupo Focal 1).

Com a percepção de entrevistados fazemos uma avaliação sobre a adequação das casas construídas ao modo de vida das populações rurais quilombolas, trazendo os aspectos críticos e possíveis benefícios destas obras para as famílias.

O modelo habitacional para as comunidades quilombolas e indígenas de Pernambuco, foi elaborado pelo Departamento de Engenharia da Funasa em Brasília, com uma concepção de moradia mais urbana que rural, sem adequação à realidade local, cujo projeto apresentava a possibilidade de dois modelos, uma para casa de quatro quartos, e outro de dois quartos, dependendo do número de familiares por habitação, não sendo permitida nenhuma alteração.

Um projeto estruturado verticalmente, sem consulta prévia às famílias, sem considerar os desejos e tradição de moradia das comunidades quilombolas, e sem avaliar outras alternativas de melhoria habitacional. E, para muitos moradores, significando uma mudança que não satisfaz.

[...] Era um projeto que já veio pronto. Quem tinha uma família maior tinha uma maiorzinha, quem tinha uma família menor tinha uma mais pequena, [...] (Grupo Focal 2).

A única coisa que a gente estava fazendo era substituir a casa de taipa pela de alvenaria, melhorando a sua qualidade de vida e muitas vezes já havia até aquela preocupação: será que realmente era isso que ele estava querendo? [...] mas houve grandes questionamentos durante a execução das casas, quer dizer [...] Era porque não queriam perder a casa, “porque a minha casa apesar de ser de taipa, mas era uma casa boa”; “Porque essas casas novas não tinham espaço suficiente”, não se respeitou a área que cada casa tinha, quer dizer eu particularmente acharia que, cada casa, deveria ser feito um levantamento da casa que existia, do jeito que ela era, e transformaria ela, apenas se melhoraria a qualidade da casa [...] É, mas foi feito um negócio padrão, tipo: o tamanho é esse, sem levar em consideração as peculiaridades de cada família (Técnico 1).

[...] Na primeira conversa era [...]vai ter a substituição da casa de taipa para casa de alvenaria aí depois veio o projeto pronto, não, mas essa casa é pequena, mas a planta assim, é muito apertadinho, não tem sala. Não, o projeto é pronto, a planta da casa é essa, tem que ser executado dessa forma. Então, não podia ser feito mudança nenhuma. Depois que fosse entregue aí a família pode mudar, mas antes de ser entregue não podia ser feita mudança nenhuma na casa, até serem entregues, tem que se entregues todas padronizadas (Liderança 1).

[...] O ruim é porque são casas padronizadas, elas não respeitam o pensamento que as pessoas entendem sobre essas casas, a mística disso, então [...] (Grupo Focal 1).

Mas, refiro-me novamente às normas técnicas da Funasa, que trazem outra orientação, afirmando que “os modelos não pretendem padronizar os projetos, e o objetivo é oferecer subsídios e sugestões, devendo obrigatoriamente ser adequados às características da localidade [...]” (FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, 2013b).

A própria ação em si foi alvo de críticas, por vários fatores: A moradia de taipa faz parte da cultura local; a construção em alvenaria nem sempre controla o risco de transmissão de doença de Chagas; a melhoria da casa de taipa representa menor custo aos cofres públicos, manteria o tamanho original das casas, seria protegida contra a presença de triatomíneo, e teria sido uma alternativa mais compatível com a realidade quilombola, é o que traz o relato de liderança:

[...] E a questão da substituição da casa de taipa por casa de alvenaria, é assim, é porque eu, particularmente, a minha opinião é que a casa de taipa ela faz parte da nossa cultura, não é? Então, eu acho que deve ser dada uma melhorada, porque a gente faz com pouco recurso, então a questão de fazer o reboco, a madeira ser trocada, ser passado lá o produto, eu concordo com tudinho, agora substituir casa de taipa por casa de alvenaria, eu acho que não elimina a questão do barbeiro, que é o foco que eles colocam, porque muitas casas, casarões que tem em Santana, que não é revestido, que não é rebocado, é alojamento de barbeiro também. E é de alvenaria, e a gente encontra barbeiro (Liderança 1).

Aspectos relevantes como respeito aos hábitos e cultura local e envolvimento da comunidade, não foram considerados na realização desta obra, conforme consta no Manual da Fundação Nacional de Saúde (2013b, p. 8):

As intervenções pela Melhoria Habitacional devem levar em consideração aspectos da transmissão da doença, comportamento e biologia dos vetores e hospedeiros vertebrados, mas acima de tudo deve ser planejada e executada tendo a comunidade como condutora e parceira desse processo, uma vez que as ações serão efetuadas em suas casas devendo ser respeitados os seus hábitos e sua cultura.

E, ao não ser discutida outra alternativa para moradia em áreas quilombolas, a exemplo da melhoria ou restauração das casas de taipa existentes, trazemos novamente o que preconiza o Programa MHCDCh, não contemplado nas ações do projeto da transposição:

O Programa de Melhorias Habitacionais para o Controle da Doença de Chagas (MHCDCh) fomenta a execução dos seguintes objetos: Restauração – reforma de domicílio, visando à melhoria das condições físicas da casa, bem como do ambiente externo (peridomicílio); Reconstrução – caso especial, quando a estrutura da habitação não suporte as melhorias necessárias, a mesma deverá ser demolida e reconstruída (FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, 2013b, grifo nosso).

Durante todo processo, a consulta, o diálogo e as negociações com a população quilombola, ficaram restritas a escolha das famílias que seriam beneficiadas, diferentemente do proposto na metodologia do Subprograma, que pretendia ser participativa, com a “comunidade dividindo o poder decisório no planejamento, execução e avaliação dos projetos a serem implementados” (BRASIL, 2005, p. 9).

De fato, o que coube como decisão ao povo quilombo neste processo, foi apenas a identificação das famílias, processo que foi conduzido e definido pelas lideranças e Associação de moradores de cada comunidade. Critérios foram definidos em cada quilombo, com níveis diferenciados de detalhamento e rigor, segundo número de casas a serem substituídas, dispersão territorial, tamanho das famílias e interesses políticos locais.

[...] Como a gente fez? A gente fez pela questão de famílias, de quantas pessoas moravam na casa, quantas crianças tinham na casa e a questão de renda mesmo. Quando a gente mapeou também as casas que tinham uma parte de taipa, e uma parte de alvenaria, a que tinha maior parte de taipa a gente mapeou também como toda de taipa, e aí quando a gente foi pro processo de escolha também a gente deu prioridade para quem a casa era toda de taipa, pra quem tinha mais criança na casa, e depois quem tinha um poder aquisitivo menor fomos criando todos esses critérios [...] Através da associação [...], depois fizemos assembleia na associação, pra vê se todo mundo concordava com as pessoas que tinham sido selecionadas, e aí o pessoal concordou, a gente conseguiu fechar os oito nomes, e a gente ainda colocou, criou mais um critério lá em Santana mesmo, que foi colocar a casa em nome da mulher, porque muitas vezes o homem vai embora, muitas vezes o homem separa da mulher e pra não ter essa questão de dividir essa casa ou de vender essa casa, de acontecer alguma coisa nesse sentido, a gente colocou todas as casas em nome das mulheres (Liderança 1).

Pela comunidade. Pelas lideranças locais, elas que faziam. Não interferiu, porque no caso, se ela não podia fazer tudo de uma vez, aí então foi jogado para a comunidade resolver. As lideranças foi que resolveram (Técnico 1).

Desde o início do projeto foi feita uma exigência: todas as casas de taipa teriam que ser derrubadas, por tratar-se de uma substituição, alegava a Funasa. Condição também questionável e polêmica para a comunidade, pois, a dinâmica de crescimento das famílias implica necessidade de novas moradias. Há também um significado em relação a “velha casa”, na história de pertencimento e no processo identitário das famílias quilombolas.

Eu penso assim: que essa questão do derrubar a casa velha deveria ser repensado também. Porque uma casa não é só uma construção em si, ali teve momentos, ali teve uma vida, teve uma história aquela casa, prá você chegar lá, aí vai, simplesmente passou para uma nova etapa e derruba tudo, não é só derrubar a parede, você derrubou uma história que teve ali naquela casa, então isso deveria ser repensado [...] (Grupo Focal 1).

[...] Agora, eu não vejo com bons olhos essa questão de substituição, também porque as casas de taipa, à medida que a família vai aumentando, os filhos vão nascendo, as pessoas vão aumentando as casas (Liderança 1).

Aspectos relacionados à saúde, como a diminuição da poeira, é visto como importante pelo quilombolas, principalmente no contexto de construção de uma grande obra, como o canal da transposição, que provoca um desequilíbrio ambiental, com maior poluição atmosférica.

Tem muitos que ficaram; [...] Eu acho que ficaram muito satisfeitos; Ajudou na questão da poeira, né, porque a casa de barro tem muita poeira. E também o teto da casa, porque a casa de barro geralmente, o teto, ele é de telha muito velha, e também sem contar os barbeiros que fica nas brechas, né? E hoje não, as casas tudo bonitinhas, rebocadinhas, rebocada; [...] A telhinha toda dessa cerâmica, não é telha velha comum, que aquela telha comum junta muita terra (Grupo Focal 3);

O que podemos inferir é que, apesar de haver moradores satisfeitos em ter acesso a uma casa de alvenaria, este projeto habitacional foi executado, em seu conjunto, sem considerar os costumes da comunidade, sem conhecer o real significado de uma habitação, de cada ambiente da casa, cujo significado e representação social parece não ter sido apreendido no momento de pensar e elaborar a concepção das casas.

E, particularizando alguns ambientes da casa, a cozinha, por exemplo, além do tamanho reduzido, não inseriu o fogão à lenha, utensílio principal no preparo dos alimentos para comunidades quilombolas que vivem na zona rural. Com isto, o uso de fogão à gás foi imposto, desrespeitando o hábito de preparo dos alimentos com fogão de lenha, comum em todas as casas da comunidade.

[...] inclusive quando foi se passar de uma casa pra outra, teve pessoas na comunidade que foi preciso se desfazer de alguma coisa de dentro da casa pra poder entrar. Porque escolhia: ou botava os trens ou ficava na rua; [...] Nem tem sala e nem tem cozinha, né, na verdade. [...] É. Só tem quarto; [...] Porque quase não tem cozinha, só tem quarto (Grupo Focal 2).

[...] Então, a gente tem casa de taipa enorme, e aí as casas de taipa que são substituídas já tem uma planta, que mesmo as casas de quatro quartos, que são pra famílias que tem mais filhos, ela é muito pequenininha, não tem sala. A sala é um corredorzinho, a cozinha muito espremidinha, muito apertadinha. (Liderança 1).

[...] mas tem a questão também da cozinha que, normalmente no interior, você tem o fogão à lenha, você tem aquele fogão a carvão que usam, mas nas casas não teve essa preocupação, então a maior dificuldade era você querer derrubar a casa, e a mulher ficava, por último, muitas vezes você não derrubava onde tava, onde era o fogão, que era onde eles continuavam fazendo as suas comidas, elaborando as suas refeições, até fora da casa, porque em casa não tinham condições de fazer [...] Era, porque a cozinha só se adequava um fogão, com botijão de gás [...] É, não é costume da região. Então eu acho que houve muito isso: tentou se jogar o urbano dentro do rural, que não teria nenhuma condição de ser (Técnico 1).

Outro ambiente é a sala, também chamada pela comunidade de varanda, foi substituída por um espaço pequeno, que não permite o encontro das famílias e vizinhos para conversar, gerando insatisfação entre muitos moradores. Com isto, o que se observa atualmente é que em sua grande maioria, as casas passaram por reformas após serem entregues pela Funasa. É o que expressa a fala de moradores nos grupos focais:

Apenas o número de pessoas na família é que determinava o modelo de casa. Então hoje você entra em algumas casas [...] as pessoas estão fazendo adequações do jeito que eles queriam, porque na verdade aquilo dali não era o jeito das casas que eles queriam. Agora, pra quem não tem uma casa, um quarto é uma casa (Grupo Focal 1).

[...] Tudo é pequeno [...] É bem apertadinho, e os material dos banheiros mesmo [...]. Tudo é pequeno, agora os quartos [...] A maioria delas 99% foi modificada depois. Os próprios donos mesmo foi quem modificou o seu [...] Teve que fazer sala e cozinha quem pode fazer fez. De tijolo. (Grupo Focal 2).

Outro aspecto é a estrutura de algumas casas, construída com material inadequado, que, com as explosões ocorridas com as obras do canal, estão provocando rachaduras em algumas delas, segundo relato de moradores em grupo focal.

16 casas; [...] A minha já está rachada [...] a minha tá rachada, rachadura de cima até embaixo, e grande. [...] Todas estão rachadas [...] Rachou agora há pouco tempo. Tá com muito tempo não; [...] A estrutura que fizeram foi fraca, não teve acompanhamento (Grupo Focal 2).

As narrativas de como estas obras tem sido executadas em áreas quilombolas, o modelo de casa adotado pelo projeto, nos sinalizam para qual concepção e compreensão de habitação para zona rural foi adotada. A habitação, como elemento do ambiente que pode ou não promover saúde.

Para Cohen et al. (2004), a habitação é um espaço de construção da saúde e do seu desenvolvimento, se considerarmos o ambiente como determinante da saúde. Pensando na saúde da família, a habitação acolhe a família, sendo espaço essencial, veículo de construção de seu desenvolvimento.

Numa visão integradora de saúde, não há como desvincular a habitação do conjunto de elementos da promoção da saúde, um dos fatores de determinação da saúde no espaço construído, sendo necessária a articulação das políticas públicas de habitação, saúde, meio ambiente e infraestrutura, aqui particularmente, a rural (COHEN et al., 2004).

Ressignificar o que seja habitação, ampliando o olhar para uma concepção integradora de habitação, que considere que usos seus habitantes fazem da mesma, inserindo estilos de vida e comportamentos de riscos. Trata-se, na verdade, de uma concepção sociológica, devendo o conceito de habitação saudável incluir o seu entorno, como ambiente, e agenda da saúde de seus moradores (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2000 apud COHEN et al., 2004, p. 809).

Segundo os autores,

O entendimento da habitação como um espaço onde a função principal é ter a qualidade de ser habitável faz com que uma análise incorpore a visão das múltiplas

dimensões que compõem a habitação: cultural, econômica, ecológica e de saúde humana (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2000 apud COHEN et al., 2004, p. 809).

E, no tocante ao conjunto das ações e obras previstas pelo Subprograma de Desenvolvimento de Comunidades Quilombolas, que deveriam estar amplamente divulgados e debatidos pelos principais destinatários das mesmas, ainda são, em seu conjunto, textos técnicos e intenções desconhecidas da população, como expressam moradores em um dos grupos focais:

Talvez nós tenhamos mais ações dentro desse projeto que não seja talvez nem direto a ele, mas articulado por eles, talvez a gente... está articulado por ele, mas por a gente não conhecer esse programa no geral, no todo, não saber das ações, então a gente pouco sabe [...] Aí é uma questão do próprio, da forma como o próprio ministério tem o projeto (Grupo Focal 1).

Pelo exposto, elencamos alguns aspectos críticos da ação:

- a) Particularidades e respeito à diversidade cultural, ao se trabalhar com melhorias habitacionais em áreas quilombolas, não foram incorporadas pela instituição, nem firmadas na parceria com o MI, a exemplo do que preconiza a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que tem como um dos objetivos específicos *“implantar infra-estrutura adequada às realidades sócio-culturais e demandas dos povos e comunidades tradicionais”* (BRASIL, 2007);
- b) Princípios e diretrizes para melhorias habitacionais, estabelecidos pela própria Funasa, não foram devidamente observados e considerados nas ações do projeto da transposição;
- c) O modelo de gestão da Funasa, centralizado em Brasília, tolhe a autonomia e iniciativa das Superintendências Estaduais, dificultando às equipes locais a realização de trabalhos mais próximos da realidade das populações quilombolas. Cria-se com isto uma distância das realidades e demandas rurais, com uma execução estritamente técnica e burocrática, para cumprir o determinado pelo nível central, com o “engessamento” de ações que não podem ser adequadas para melhor uso do recurso público, satisfação da população quilombola e real melhoria de sua qualidade de vida;
- d) Alguns dos pontos críticos identificados, foram objeto de debate e de relatório interno, elaborado pela equipe de educação em saúde da Funasa/Suest-PE, junto à

equipe da Diesp-PE, em 2009, que, mesmo concordando com os problemas apontados, não logrou êxito para efetivar mudanças concretas.

9 CONCLUSÕES

A vulneração socioambiental vivida pelas comunidades quilombolas de Santana, Contendas/Tamboril, Conceição das Crioulas e seus territórios, consequência do projeto de transposição do rio São Francisco, se expressa de diversas maneiras.

A vulneração é uma realidade que faz parte da história dessas populações e de seus territórios. O projeto da transposição agravou a situação de vulneração, provocando novas feridas, marcas que podem ser vistas antes e depois do projeto da transposição.

O projeto da transposição do Rio São Francisco foi implementado sem o governo realizar amplo debate com a sociedade, sem ouvir as críticas e fundamentações técnicas e políticas para sua não realização. É um empreendimento que tem gerado violação de vários direitos das comunidades quilombolas de Salgueiro, abrindo feridas e traumas indeléveis.

O significado do rio São Francisco para moradores quilombolas e demais sujeitos do estudo, é carregado de simbolismos e agradecimento pelo benefício que ele traz à região e populações, mas vem fortemente atrelado a uma preocupação com a urgente necessidade de sua revitalização. Alia-se a essa compreensão, a certeza de que revitalizar o rio São Francisco deveria anteceder um projeto de tamanha envergadura e impacto ambiental, como o projeto da transposição.

As reflexões trazidas pelo estudo indicam negligência quanto à revitalização do rio São Francisco, quer pela pouca efetividade das ações previstas pelo governo em seu Projeto de Revitalização, quer pela inexistência de uma legislação que estruture a revitalização como política pública.

A percepção geral sobre o projeto da transposição é de ser um empreendimento fechado à mudanças, com obras e ações inegociáveis, com pouca transparência e diálogo com as populações diretamente afetadas, incluídas as populações quilombolas de Salgueiro. A lentidão, interrupção e reajustes exorbitantes no orçamento inicialmente previsto para o projeto, reforçam a falta de confiança da população quanto à conclusão das obras e o não cumprimento das promessas feitas. A principal necessidade e expectativa da população quilombola em relação ao projeto, que seria o abastecimento de água para consumo humano, é visto como uma possibilidade cada vez mais distante, confirmando que o empreendimento irá beneficiar o agronegócio e o pólo siderúrgico do porto de Pecém em Fortaleza, Ceará.

As feridas sentidas pela população com as obras da transposição, são fatores que contribuem para o descrédito com os benefícios do projeto, anunciados pelo governo. Fica claro que o projeto da transposição responde a um modelo de desenvolvimento com base no

crescimento econômico a qualquer custo, com detrimento da inclusão e melhora real das condições de vida da população quilombola.

As feridas e condição de vulneração aparecem como violação de direitos:

O direito à regularização fundiária, meio para acesso a outros direitos básicos e fundamentais do povo quilombola, não vem sendo respeitado, conforme proposto pelo projeto da transposição. Direito assegurado aos povos quilombolas desde a Constituição Federal, a regularização fundiária é uma das promessas do projeto da transposição, mas que vem sendo conduzido morosamente e sem perspectivas claras para as populações quilombolas. Apenas na comunidade de Santana houve ação concreta do projeto para agilizar o processo. Em Contendas/Tamboril e Conceição das Crioulas não houve nenhuma contribuição do projeto da transposição para dar seguimento aos processos de regularização.

O direito à melhoria das condições de vida, com infraestrutura adequada de saneamento, habitação, transporte, educação, saúde, condições de trabalho, promessas feitas e não cumpridas pelo projeto. O que pode ser observado, ao caracterizar as três comunidades quilombolas, é que houve comprometimento, em muitos desses serviços, com o projeto da transposição. Desde promessas não cumpridas para implantação de serviços de saúde, educação, projetos de desenvolvimento local, soluções para questão hídrica, como também a desestruturação e piora no acesso aos serviços que já eram oferecidos à população quilombola.

Em Santana, cujas obras do canal se realizam dentro do território, há vulneração em relação à pecuária, com perda de território e animais; à agricultura familiar, com perda de área de sequeiro; aos deslocamentos dentro e para fora dos territórios, por falta de passarelas na área da construção do canal, dificultando acesso aos serviços de saúde, educação e mobilidade geral; à segurança, por episódios de invasão e roubo de animais no território; à vegetação, com mudança de paisagem pelo desmatamento provocado com as obras; às condições de saúde dos moradores, pela poluição sonora e atmosférica; à situação financeira das famílias por todas as perdas mencionadas e não indenizadas justamente.

Em Contendas/Tamboril há vulneração em relação ao acesso ao trabalho, por não haver sido contratados moradores quilombolas nas obras do projeto; à estrutura de casas, que se encontram rachadas, em consequência do impacto das obras; ao aumento de acidentes de motocicleta, com mortes de moradores da comunidade; à possível perda de território com obras em Tamboril, com destruição de área coletiva de plantio e de criação de animais, e de casas, sem consulta e diálogo com a comunidade. As ameaças que pairam sobre o território

Contendas/Tamboril, sem que a população sequer saiba que obras o governo vai realizar em seu área, provocou uma vulneração emocional.

Em Conceição das Crioulas, apesar de não sofrer diretamente com as obras do projeto, identificamos situações de vulneração em relação à estrada que dá acesso à comunidade e aos serviços de esgotamento sanitário e abastecimento de água. Outras ações e obras previstas no programa de compensação não foram cumpridas pelo projeto da transposição, como: elaboração de plano de desenvolvimento territorial; viabilização da construção de uma ETA; construção de reservatório elevado; implantação de rede de distribuição água; viabilização de construção de 30 banheiros, com fossas sépticas e sumidouros; viabilização de construção de 500 novas moradias de alvenaria; construção de salas de aula e laboratório de informática na escola; e construção de pousada;

Quanto aos impactos positivos apontados pelo projeto, a maioria não se traduz como melhora ou mudança na qualidade de vidas das comunidades quilombolas.

Os Programas Básicos Ambientais, ou programas compensatórios, não representam a real demanda das populações quilombolas do estudo, caracterizando-se como medidas paliativas e promessas não cumpridas em sua totalidade. No Programa de Educação Ambiental, as peculiaridades culturais e ambiental de cada comunidade, o envolvimento direto da população, o respeito ao saber local, deveriam ancorar suas práticas educativas; o material didático utilizado nas práticas educativas não deveria ser tratado como algo à parte; a linguagem, os comportamentos, as características regionais, são aspectos que não podem ser desprezados, e sim elementos intrínsecos na elaboração de material didático-pedagógico, e em práticas educativas que se dizem dialógicas e problematizadoras. O resultado e desdobramento deste programa não foi percebido pela população envolvida na ação, se caracterizando, em vários momentos, como oficinas educativas pontuais, que não puderam ser colocadas em prática pela falta de apoio técnico e financeiro, não representando melhora na qualidade de vida da população, nem do meio ambiente.

Em relação às obras executadas para mitigação de impactos, como a substituição de casas de taipa por alvenaria, o que se constata é que houve satisfação de alguns moradores com as obras, aliada a uma visão crítica quanto à inadequação do modelo habitacional, pelo tamanho dos cômodos e desrespeito aos hábitos da zona rural; pela impossibilidade de ajustes no projeto elaborado e discussão de outras alternativas de melhoria habitacional, mais adequadas à realidade rural; pela melhoria parcial das habitações, mantendo o risco de transmissão da doença de Chagas; pela obrigatoriedade na demolição das casas anteriores, sem a possibilidade de reparo para outros familiares.

A intenção de diminuir a intensidade dos impactos negativos e condições de vulneração geradas pelo projeto da transposição, via programas compensatórios, vem se mostrando insuficiente e tímida, quando comparada às feridas e traumas provocados pelo projeto nas áreas quilombolas.

Apesar do discurso oficial enaltecer a importância da participação da sociedade e comunidade local, não houve empenho do Ministério da Integração Nacional, para incentivar o funcionamento de um comitê e efetivar um canal de participação das instâncias municipais, estaduais e dos movimentos sociais locais em relação às obras da transposição.

É necessário uma maior inserção dos movimentos sociais, das comunidades quilombolas, para interferir nos rumos do projeto da transposição.

É importante a estruturação de um canal de comunicação efetivo e regular, entre o Ministério da Integração, demais instituições governamentais e o movimento organizado das comunidades quilombolas, como instância política de controle social, a exemplo de um Comitê Gestor, para o acompanhamento e monitoramento do projeto da transposição.

É importante e necessário a apropriação, pelas comunidades quilombolas, de todas as conquistas legais, fruto da sua luta e mobilização política no país, para assegurar direitos, efetivar políticas, fazer cumprir o que determina a legislação, como uma das ferramentas de enfrentamento à violação de direitos e vulneração provocada pelo projeto da transposição do rio São Francisco em suas vidas e territórios.

Grandes empreendimentos, a exemplo do Projeto da Transposição do rio São Francisco, devem ser pensados, elaborados e implementados com base no diálogo junto à população local, poderes públicos e sociedade, de forma ampla e democrática, para construir e incorporar, consensualmente, medidas mitigadoras, como forma de minimização de impactos e situações de vulneração nas áreas de influência direta e indireta destes projetos.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO.

Pernambuco em rede: caracterização das regiões de influência das cidades pernambucanas. Recife: [s.n.], 2013.

ÁGUAS, C. L. P. **Quilombo em festa:** pós-colonialismos e os caminhos da emancipação social. 2013. 453f. Tese (Doutorado)-Universidade Coimbra, Coimbra, 2013.

ALBUQUERQUE, P. C.; STOTZ, E. N. A educação popular na atenção básica à saúde no município: em busca da integralidade Interface. **Interface:** Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, SP, v. 8, n. 15, p. 259-274, mar./ago. 2004.

ALVES, J. A. L. **Os direitos humanos como tema global.** São Paulo: Perspectiva, 1994.

ALVES, R. Os quatro pilares da educação: pistas e recomendações. In: DELORS, Jacques. **Educação:** um tesouro a descobrir. Brasília: Unesco, 2010. p. 31.

ANDRADE, R. M. T. **Da transposição das águas do Rio São Francisco à revitalização da bacia:** as várias visões de um Rio. Report International Rivers Network, 2002. Disponível em: <http://www.internationalrivers.org/files/attached-files/final_document_sao_fran2da.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2013.

ARRUDA, R. S. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação:** novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. 2. ed. São Paulo: Hucitec e NUPAUB, 2000. p. 273-290.

ARRUDA, R. S.; DIEGUES, A. C. (Org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** São Paulo: USP, 2001. (Biodiversidade, 4).

ARRUTI, J. M. **Mocambo:** antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru, SP: Edusc, 2006.

AVANZI, M. R. Ecopedagogia. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. **Identidades da Educação Ambiental Brasileira.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 35-49. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/livro_ieab.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2013.

BARATA, R. B. **Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

BARBERO, J. M. **Políticas de la comunicación y la cultura**: claves de la investigación. Barcelona: Belaterra, 2008.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEZERRA, T. M. O.; GONÇALVES, A. A. C. Concepções de meio ambiente e educação ambiental por professores da Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão-PE. **Biotemas**, Santa Catarina, v. 20, n. 3, p. 115-125, set. 2007.

BISPO, R. **Quilombolas realizam mobilização em Brasília contra ADIN 3239 e PEC 215**. Campinas, SP, 14 abr. 2012. Disponível em: <<http://racismoambiental.net.br/2012/04/14/quilombolas-realizam-mobilizacao-em-brasilia-contrad-3239-e-pec-215/>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

BRANDÃO, C. R. **A educação popular na escola cidadã**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL, D. R. **O mar virou Sertão**: a transposição do Rio São Francisco e a comunidade quilombola de Santana. 2011. 159f. Dissertação (Mestrado)-Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). Da ordem Social. In: BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 2004a. Tít. VIII, Cap. VI, art. 225.

BRASIL. Constituição (1988). Da Organização dos Poderes. In: BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Promulgada em 5 de outubro de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 2004b. Tít. IV, cap. I, art.68, seção 8.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **[São Francisco: integração]**. Brasília, 2011. Disponível em: <www.integracao.gov.br/saofrancisco/integracao/index.asp>. Acesso em: 04 out. 2011.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Estudo de impacto ambiental/Relatório de Impacto Ambiental - RIMA**. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Brasília: [s.n.], jul. 2004c.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Programa Básico de Educação Ambiental – PBA 4**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/programa-de-educacao-ambiental>>. Acesso em: 13 out. 2013.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Programa de Controle de Saúde Pública - PBA 21**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/programa-de-controle-da-saude-publica-na-area-do-projeto>>. Acesso em: 13 out. 2013.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Programa de Desenvolvimento de Comunidades Quilombolas – PBA 17**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/programa-de-apoio-as-comunidades-quilombolas>>. Acesso em: 22 out. 2013.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Projeto Básico Ambiental – PISF – Resumo Executivo/2012**. Brasília, 2012. Disponível em: <www.integracao.gov.br/saofrancisco/integracao/index.asp>. Acesso em: 13 nov. 2012.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programas-revitalização de bacias**. Brasília, [2012]. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/index.php/agua/bacias-hidrograficas>>. Acesso em: 5 out. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto 05 de junho de 2001**. Dispõe sobre o Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2001/Dnn9223.htm>. Acesso em: 15 nov. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em: 20 jun. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto 6040, de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 20 nov. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto Nº 5.051, de 19 de abril de 2004**. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Brasília, 2004d. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm>. Acesso em: 10 maio 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 15 fev. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei 8080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em: 15 nov. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei Nº 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: 13 maio 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 15 nov. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938compilada.htm>. Acesso em: 10 nov. 2013.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Programa Brasil Quilombola: diagnóstico de ações realizadas**. Brasília, jul. 2012. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/destaques/diagnostico-pbq-agosto>>. Acesso em: 03 out. 2012.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Programa Brasil Quilombola**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/publicacoes/brasilquilombola-2004.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2011.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Programa Brasil Quilombola**. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/programa-brasil-quilombola>>. Acesso em: 3 out. 2012.

BRASIL. Secretaria de Políticas Públicas. **As cartas da promoção da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_promocao.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2012.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional**. Brasília, 2012. Disponível em:

<<http://www.senado.leg.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=119577&tp=1.2012.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2014.

CÂMARA NETTO, H. F. C.; AUGUSTO, L. G. S. Saúde do trabalhador e a sustentabilidade do desenvolvimento humano local: ensaios em Pernambuco. In: AUGUSTO, L. G. S. (Org.). **Saúde do trabalhador e sustentabilidade do desenvolvimento local**. Recife: Universitária da UFPE, 2009. p. 63-75.

CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE. **Sertão Quilombola: A Formação dos Quilombos no Sertão de Pernambuco**. Olinda: [s.n.], 2008.

COHEN, S. C. et al. Habitação saudável no Programa Saúde da Família (PSF): uma estratégia para as políticas públicas de saúde e ambiente. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 807-813, 2004.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Comunidades Quilombolas do Estado de Pernambuco**. Disponível em: <http://www.cisp.org.br/comunidades/html/i_brasil_pe.html>. Acesso em: 13 jul. 2013.

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO. [Composição: membros]. Maceió, 2014. Disponível em: <<http://cbhsaofrancisco.org.br/o-cbhsf/composicao/membros/>>. Acesso: 23 maio 2014.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). **Subsídios para construção da Política Nacional de Saúde Ambiental**. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/subsi_miolo.pdf>. Acesso em: 15 maio 2013.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE (Brasil). **Legislação do SUS**. Brasília, 2003. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/progestores/leg_sus.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2013

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (Brasil). **Resolução Conama nº 001, de 23 de janeiro de 1986**. Brasília, 17 fev. 1986. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acesso em: 17 out. 2013.

COSTA, J. J. D. Sobre a transposição do Rio São Francisco In: MENEZES, A. C. S.; ROCHA, F. (Org.). **A resistência à transposição do Rio São Francisco na Paraíba: histórias de luta em defesa da terra, das águas e dos povos do nordeste, frente paraibana em defesa da terra, das águas e dos povos do nordeste**. João Pessoa: Sal da Terra, 2010. p. 35-43.

COUQUEIRO, J. R. O semiárido brasileiro: lugar de vida do/a camponês/a. **Entrelaçando Revista Eletrônica de Culturas e Educação**, Ribeirão Preto, SP, v. 3, n. 6, p. 47-60, set./dez. 2012.

DANTAS, M. B. P. **Educação em saúde na atenção básica**: sujeito, diálogo, intersubjetividade. 2010. 234f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2010.

DESLANDES, S. F.; GOMES, R. A pesquisa qualitativa nos serviços de saúde: notas teóricas. In: BOSI, M. L. M.; MERCADO, F. J. (Org.). **Pesquisa qualitativa de serviços de saúde**. Petrópolis: Vozes, 2004.

DUQUE, G. Conviver com a seca: contribuição da Articulação do Semi-Árido/ASA. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, PR, n. 17, p. 133-140, jan./jun. 2008.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Artmed, 2009.

FREIRE, P. **A pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FREITAS, D. A. et al. Saúde e comunidades quilombolas: uma revisão da literatura. **Revista CEFAC: Speech, Language, Hearing Sciences and Education Journal**, São Paulo, v. 13, n. 5, p. 937-943, set./out. 2011.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (Brasil). **Institucional**. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/>>. Acesso em: 3 nov. 2011.

_____. **Fundação Cultural Palmares certifica mais 85 comunidades quilombolas**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://arquivo.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questao-racial/quilombos-e-quilombolas/20154-fundacao-cultural-palmares-certifica-mais-85-comunidades-quilombolas>>. Acesso em: 5 nov. 2013.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). Decreto 7335, de 19 de outubro de 2010. Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato 2007-2010/2010/Decreto/D7335.htm>. Acesso em: 15 nov. 2013.

_____. **Educação em saúde ambiental**. Brasília, 2013a. Disponível em: <<http://www.funasa.gov.br/site/saude-ambiental/educacao-em-saude-ambiental/>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). **Melhorias habitacionais**. Brasília, 2013b. Disponível em: <<http://www.funasa.gov.br/site/melhorias-habitacionais-para-o-controle-da-doenca-de-chagas>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

_____. **Relatório de gestão, 2009**. Recife. 2009. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/uploads/2011/10/relatorio_2009.pdf>. Acesso em 9 jan. 2014

_____. **Relatório de gestão, 2011**. Recife. 2011. Disponível em: <<http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/uploads/2011/10/RG-2011-SUEST-PE.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2014.

_____. **Relatório de gestão, 2012**. Recife. 2012a. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/uploads/2013/04/Relatorio-de-Gestao-2012-Funasa-Suest-PE.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2014.

_____. **Funasa promove evento sobre Educação em Saúde Ambiental, 2012**. Brasília, DF. 2012b. Disponível em: <<http://www.funasa.gov.br/site/funasa-promove-evento-sobre-educacao-em-saude-ambiental/>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

GAMA, A. M. A.; OLIVEIRA, A. M. **Propriedade dos remanescentes das comunidades quilombolas como direito fundamental**. Brasília: [s.n.], 2007.

GAYFORD, C.; DORION, C. **Planning and evaluation of environmental education in the school curriculum**. Reading: University of Reading, 1994.

GREEN, L. W.; KREUTER, M. W. **Health promotion planning, an educational and environmental approach**. 2nd. ed. Mountain View: Mayfield Publishing Company, 1991.

GUERRERO, A. F. H. et al. Mortalidade Infantil em Remanescentes de Quilombos do Município de Santarém Pará, Brasil. **Saúde Sociedade**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 103-110, 2007.

GUIMARÃES, J. S.; LIMA, I. M. S. O. Educação para a saúde: discutindo uma prática pedagógica integral com jovens em situação de risco. **Saúde Sociedade**, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 895-908, 2012.

GUIMARÃES, M. Educação Ambiental Crítica. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 25-33.

IBGE. **Pernambuco**: Salgueiro. 2010. Disponível em <<http://www1.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?lang=&codmun=261220&search=pernambuco|salgueiro>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

INCRA. **Instrução Normativa Nº 16/24 de março de 2004**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/institucionall/legislacao--/atos-internos/instrucoes>>. Acesso em: 6 out. 2012.

_____. **Instrução Normativa Nº 49/29 de setembro de 2008**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/institucionall/legislacao--/atos-internos/instrucoes>>. Acesso em: 6 out. 2012.

_____. **Incra publica RTID de comunidade quilombola do Médio São Francisco**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/incra-publica-rtid-de-comunidade-quilombola-no-medio-sao-francisco>>. Acesso em: 10 de out. 2012.

KVALE, S. **Interviews: an introduction to qualitative research interviewing**. Thousand Oaks: Sage, 1996.

LAYARARGUES, P. P. (Re) Conhecendo a Educação Ambiental Brasileira. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 7-9. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/livro_ieab.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2013.

LIMA, G. F. C. Educação, emancipação e sustentabilidade: em defesa de uma pedagogia libertadora para educação ambiental. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 85-111.

LIMA, L. C. Além das águas, a discussão no nordeste do Rio São Francisco. **Revista do Departamento de Geografia**, [S.l.], v. 17, p. 94-100, 2005.

LUCENA, F. C. Sou quilombola, sou negro: novas narrativas de lutas e de afirmação da identidade no quilombo de Santana-PE. In: REUNIÃO EQUATORIAL DE ANTROPOLOGIA, 4., Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: [s.n.], 2013.

MACHADO, A. T. M. A construção de um programa de revitalização na bacia do Rio São Francisco. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, n. 63, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000200013>. Acesso em: 14 fev. 2013.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.

MELO, J. A. C. Educação sanitária: uma visão crítica. **Cadernos do CEDES**, São Paulo, v. 4, p. 28-64, 1987.

MERLINA, Tatiana. Comunidades em luta contra transposição do Rio São Francisco: para indígenas e movimentos sociais do semiárido nordestino, o problema central da seca na região é o mau gerenciamento da água. Experiências comprovam a possível convivência com o semiárido. **Revista Sem Terra**, Salvador, BA, v. 10, n. 40, p. 9-13, jul./ago. 2007. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=15104&Pesq=>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

MINAYO, M. C. S. **Avaliação por triangulação de métodos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

_____. Enfoque ecossistêmico de saúde e qualidade de vida. In: MINAYO, M. C. S.; MIRANDA, A. C. (Org.). **Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós**. Rio de Janeiro: Abrasco-Fiocruz, 2002. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=2xb0AgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT21&dq=MINAYO,+M.+C.+S.+Enfoque+ecossist%C3%AAmico+de+sa%C3%BAde+e+qualidade+de+vida&ots=eKx-qdbgNg&sig=FDk2kCYvKLUGVgjKaqxX3DBIL10#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 17 nov. 2013.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MOHR, A.; SCHALL, V. T. Rumos da Educação em Saúde no Brasil e sua relação com a educação ambiental. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1992000200012>. Acesso em: 2 jun. 2013.

MOURA, R. **Mazuca de Santana**. Salgueiro, 2012. 1 fotografia color.

OBSERVATÓRIO QUILOMBOLA. Notícias: PE - Futuro melhor para quilombolas. **Diário de Pernambuco**, Recife, 10 abr. 2009. Disponível em: <<http://koinonia.org.br/oq/noticias-detalhes.asp?cod=9685>> . Acesso em: 22 jul. 2013.

PACHECO, T. “Inequality, Environmental Injustice, and Racism in Brazil: Beyond the Question of Colour”. In: **DEVELOPMENT in Practice**. Aug. 2008, v. 18, n. 6. Versão em português. sob o título “Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor”. 2008a. Disponível em: <<http://www.justicaambiental.org.br/justicaambiental/pagina.php?id=1869>>. Acesso em: 26 maio 2013.

_____. **Mapa de conflitos causados por Racismo Ambiental no Brasil**: levantamento inicial junho de 2007. Disponível em: <<http://www.justicaambiental.org.br/projetos/clientes/noar/noar/UserFiles/17/File/Microsoft>

%20Word%20-%20MAPA_DO_RACISMO_AMBIENTAL_NO_BRASIL.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2013.

PACHECO, T. Racismo ambiental: expropriação do território e negação da cidadania. In: BAHIA. Superintendência de Recursos Hídricos. **Justiça pelas águas: enfrentamento ao racismo ambiental**. Salvador: Superintendência de Recursos Hídricos, 2008b. p. 11-24. (Série Textos Água e Ambiente). Disponível em: <http://www.ceama.mpba.mp.br/boletim-informativo-668/doc_view/2830-justica-pelas-aguas-enfrentamento-ao-racismo-ambiental.html>. Acesso em: 20 jun. 2013.

PERNAMBUCO. Governo do Estado. **Lei nº 12.984, de 30 de dezembro de 2005**. Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências. Recife, 2005. Disponível em: <http://www.srhe.pe.gov.br/documentos/legislacao/lei_das_aguas_n_12984_de_30_de_dezembro_de_2005.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

PIMENTA, S. G; ANASTASIOU, L. G. C. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

PONTE, J. P. Estudos de caso em educação matemática. **Bolema**, São Paulo, v. 25, p. 105-132, 2006.

PORTO, M. F. Desenvolvimento, conflitos socioambientais, justiça e sustentabilidade: desafios para a transição. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE AMBIENTAL. 1., 2009, Brasília. **Anais...** Brasília: Abrasco, 2009. Disponível em: <http://www5.ensp.fiocruz.br/biblioteca/dados/txt_7832566.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2013.

REIGOTTA, M. **“O que é educação ambiental”**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

RIGOTTO, R. M.; TEIXEIRA, A. C. A. Desenvolvimento e sustentabilidade socioambiental no campo, na cidade e na floresta. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE AMBIENTAL. 1., 2009, Brasília. **Anais...** Brasília: Abrasco, 2009. Disponível em: <http://www5.ensp.fiocruz.br/biblioteca/dados/txt_7832566.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2013.

ROCHA, F. O nascimento da Resistência contra a transposição na Paraíba. In: MENEZES, A. C. S.; ROCHA, F. (Org.). **A resistência à transposição do Rio São Francisco na Paraíba: histórias de luta em defesa da terra, das águas e dos povos do nordeste**, Frente Paraibana em defesa da terra, das águas e dos povos do nordeste. João Pessoa, PB: Sal da Terra Editora, 2010. p. 14-25.

ROCHA, O. L. S. M. R. **O art. 68 do ADCT: a questão da regularização fundiária nas terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas**. 2012. 26 f. Monografia (Pós-Graduação)-Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:

<http://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/trabalhos_conclusao/2semestre2012/trabalhos_22012/OlenkaLinsSilvaMartinsRocha.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2013.

SALGUEIRO. Prefeitura Municipal. **Salgueiro em números - Economia**. Salgueiro, PE, 2013. Disponível em: <http://www.salgueiro.pe.gov.br/munic_numeros.htm>. Acesso em: 10 abr. 2013.

SÁNCHEZ, A. I. M.; BERTOLOZZI, M. R. Pode o conceito de vulnerabilidade apoiar a construção do conhecimento em Saúde Coletiva? **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.12, n. 2, p. 319-324, 2007.

SANTOS, F. L. A. **A regularização fundiária dos territórios quilombolas no Brasil: uma abordagem geográfica**. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiaagraria/06.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2013.

SANTOS, F. M. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. **Revista Eletrônica de Educação**, Santos, SP, v. 6, n. 1, maio. 2012. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/291>>. Acesso em: 22 out. 2013.

SANTOS, J. E. dos et al. Environmental education praxis toward a natural conservation area. **Rev. Bras. Biol.**, São Carlos, v. 60, n. 3, aug. 2000. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ItaD-Nb-dHgJ:www.webartigos.com/artigos/ciencia-e-sociedade/75522/+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 5. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**: Fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1978.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. A Questão: o uso do território. In: SANTOS, M. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: RECORD, 2001. cap. 1.

SANTOS, R. G. Impactos socioambientais à margem do Rio São Francisco: resultado da falta de consideração da área de influência real. **Geo USP: Espaço e Tempo**, São Paulo, p. 81–91, 2009. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp_Especial/81-92-SANTOS_R_G.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2013.

SAQUET, A. M. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 24-42, jun./dez. 2008. Disponível em: <www.geouerj.uerj.br/ojs>. Acesso em: 21 fev. 2013.

SARMENTO, R. **Termo de referência para a elaboração de estudos sobre a vazão ecológica na bacia do rio São Francisco**. Maceió, AL, 2007. Disponível em: <http://cbhsaofrancisco.org.br/?wpfb_dl=1584>. Acesso em: 17 jun. 2013.

SATO, M. Educação ambiental: o que diz a literatura. **Ambiente**, [s.l.], v. 8, n. 1, p. 35-37, 1994.

SAUER, S. (Rel.). **Relatório da Missão à Petrolina e Região do Rio São Francisco (PE)**. Curitiba: Plataforma Dhesca Brasil, 2010. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/materiais/230211_relatorio_missao_terra_saofrancisco.pdf>. Acesso em: 10 maio 2013.

SCHRAMM, F. R. A Saúde é um direito ou um dever? Autocrítica da saúde pública. **Revista Brasileira de Bioética**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 187-200, 2006.

_____. Bioética da proteção: ferramenta válida para enfrentar problemas morais na era da globalização. **Revista Brasileira de Bioética**, Brasília, v. 16, n. 1, p. 11- 23, 2008.

_____. Bioética da proteção: justificativa e finalidades. **IATRÓS**. Rio de Janeiro, n. 1, p. 121-130, 2005.

_____. Vulnerabilidade, vulneração, saúde pública e bioética da proteção: análise conceitual e aplicação. In: TAQUETE, S. R.; CALDAS, C. P. (Org.). **Ética e pesquisa com populações vulneráveis**. Rio de Janeiro: UERJ; 2012. v. 2. p. 37-57,

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERVIÇO DE TECNOLOGIA ALTERNATIVA. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.serta.org.br/o-serta/historico/>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

SILVA, A. C. A. B. A transposição das águas do Rio São Francisco: Interesses e Conflitos. Grupo de Pesquisa em História Econômica e Social Contemporânea – GPHEC/UNESP-Araraquara – SP. In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. 11., 2011, Salvador. **Anais...** Salvador: [s.n.], 2011.

SILVA, F. L. **A natureza me disse**. Natal: Flecha do Temo, 2007. (Coleção Metamorfose, 4).

SILVA, J. J. A. **Fatores externos e internos que alteram a vida do homem e o ecossistema manguezal do Rio Jordão - Pernambuco**. 2008. 229f. Tese (Doutorado)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, P. A. et al. Determinação da Extensão do Rio São Francisco. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 11., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, MG: CODEVASF, 2003. p. 393-400. Disponível em: <http://marte.sid.inpe.br/col/ltid.inpe.br/sbsr/2002/11.20.18.39/doc/03_396.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2013.

SOUSA, I.; SANCHEZ, C. **Populações tradicionais e a contribuição dos seus saberes para o desenvolvimento das etnociências e para a sustentabilidade**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.uva.br/pdfs/graduacao/ccbs/revistabiologia/05-08/artigos/populacoes_tradicionais.htm>. Acesso em: 27 jun. 2013.

SOUZA, B. O. **Aquilombar-se: panorama histórico, identitário e político do Movimento Quilombola Brasileiro**. 2008. 204f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)-Universidade de Brasília, Brasília. 2008.

SUASSUNA, J. **Semi-Árido: proposta de convivência com a seca**. Recife, PE, 2002. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&id=659&Itemid=376>. Acesso em: 12 jun. 2013.

_____. Transposição do Rio São Francisco: um erro imperdoável. **Cidadania & Meio Ambiente**, Rio de Janeiro, 10 fev. 2009. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2009/02/10/transposicao-do-rio-sao-francisco-um-erro-imperdoavel-artigo-de-joao-suassuna/>>. Acesso em: 17 jun. 2013.

TAMBELLINI, A. T.; CÂMARA, V. M. A temática saúde e ambiente no processo de desenvolvimento do campo da saúde coletiva: aspectos históricos, conceituais e metodológicos. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 47-59, 1998.

TAMBELLINI, A. T.; CÂMARA, V. M. Considerações sobre o uso da epidemiologia nos estudos em saúde ambiental. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 95-104, 2003.

TEIXEIRA, S. E.; BERNART, M. L.; GLADEMIR, A. T; Estudos sobre pedagogia da alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 227-242, maio/ago. 2008.

TRANSPOSIÇÃO do Rio São Francisco está mais cara e atrasada. Produção de Dário Cardoso. Online desde 21 jan. 2013. 1 vídeo (16 min). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=EQ9IieacRAY>>. Acesso em: 21 nov. 2013.

VULNERAÇÃO. In: HOUAISS, A.; VILLAR, M. **Grande dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

WORTHEN, B. R.; SANDERS JR.; FITZPATRICK, J. L. **Avaliação de programas: concepções e práticas**. São Paulo: Edusp/Editora Gente, 2004.

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevistas

Grupo 1 - Gestores/técnicos da Funasa, do Projeto em Salgueiro (MI), das Secretarias Municipais de Saúde, Educação, Desenvolvimento Rural, Planejamento e Meio Ambiente

Apresentação: conhecer um pouco do entrevistado.

Nome

Instituição a qual está vinculado

Profissão/ocupação e o quanto tempo atua nela

Aspectos gerais do Projeto da transposição do rio São Francisco

1. Informações sobre o Projeto da transposição
2. Nível de envolvimento profissional e institucional
3. Principais mudanças observadas após o início do Projeto
4. Aspectos positivos e negativos do PISF em relação ao município e comunidades quilombolas
5. Conhecimento sobre os Programas Básicos Ambientais: PBA de Educação Ambiental e PBA de Apoio às Comunidades Quilombolas (pergunta pertinente a área do entrevistado)
6. Se os conteúdos desse Programa (objetivos/metas/atividades) vêm sendo desenvolvidos nas áreas quilombolas e como ((recursos, periodicidade, atores).
7. Benefícios conseguidos ou que poderão haver para as comunidades quilombolas
8. O que representa o rio São Francisco
9. Percepção sobre Meio Ambiente
10. Percepção sobre Educação Ambiental
11. Percepção sobre Educação em Saúde

Aspectos gerais da Comunidade

1-Considerações sobre as condições de vida das comunidades quilombolas do estudo (emprego; educação; saúde; transporte; saneamento - água, esgoto, resíduos sólidos, moradia, estrada) Opinar sobre cada comunidade separadamente

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevistas

Grupo 3 – Lideranças quilombolas das comunidades de Santana, Contendas/Tamboril e Conceição das Crioulas

Apresentação: conhecer um pouco do entrevistado.

Nome

Comunidade a qual pertence

Nível de participação em grupo da comunidade

Aspectos gerais do Projeto da Transposição do rio São Francisco

1. Informações sobre o Projeto da transposição
2. Nível de envolvimento com o Projeto – Participação
3. Principais mudanças na comunidade observadas após o início do Projeto
4. Aspectos positivos e negativos do PISF em relação as comunidades quilombolas
5. Conhecimento sobre os Programas Básicos Ambientais: PBA de Educação Ambiental e PBA de Apoio às Comunidades Quilombolas (pergunta pertinente a área do entrevistado).
6. Se os conteúdos desse Programa (objetivos/metas/atividades) vêm sendo desenvolvidos nas áreas quilombolas e como (recursos, periodicidade, atores)
7. Conflitos existentes nas áreas quilombolas antes do PISF e após a sua implantação / enfrentamento
8. 8-Benefícios conseguidos ou que poderão haver para as comunidades quilombolas
9. Influências do PISF na estrutura de organização social e política das comunidades quilombolas
10. O que representa o rio São Francisco
11. Percepção sobre Meio Ambiente
12. Percepção sobre Educação Ambiental
13. Percepção sobre Educação em Saúde

Aspectos gerais da Comunidade

1-Considerações sobre as condições de vida das comunidades quilombolas do estudo (emprego; educação; saúde; transporte; saneamento - água, esgoto, resíduos sólidos, moradia, estrada); Opinar sobre cada comunidade separadamente

APÊNDICE C – Roteiro para Grupo Focal

Comunidades quilombolas de Santana, Contendas/Tamboril e Conceição das Crioulas **Aspectos gerais do Projeto da Transposição do rio São Francisco**

1. Conhecimento sobre o Projeto da transposição (objetivos, quando iniciou no município e em sua comunidade, como foi divulgado na comunidade, instituições envolvidas)
2. Significado das obras do Projeto de transposição
3. Conflitos ocorridos entre famílias/comunidades. Quais?
4. Obras executadas pela Funasa – Substituição de casas de taipa/ atendimento da demanda/ conflitos/ característica das casas atende a necessidade da população?
5. Conhecimento sobre **Programa de Educação ambiental** do PISF (objetivos/metast/ atividades)
6. Desenvolvimento do programa na comunidade
7. Participação da comunidade nas atividades
8. Conhecimento sobre o **Programa de Apoio às Comunidades Quilombolas** (objetivos/metast/atividades)
9. Ações realizadas por esse programa em sua comunidade.
10. Nível de participação da comunidade nas atividades

Aspectos da comunidade

11. Como você considera a vida em sua comunidade
12. Principais dificuldades das famílias
13. Formas de sobrevivência das famílias (trabalho, renda, criação de animais, produção agrícola)
14. Como avalia a saúde das famílias.
15. Problemas de saúde mais frequentes em sua comunidade
16. Causa desses problemas
17. Como se dá o atendimento dos problemas de saúde na comunidade (locais procurados, facilidade/dificuldade, presença de acs)
18. Tipo predominante de moradia
19. Fontes de abastecimento de água na comunidade
20. Forma de Tratamento da água para beber
21. Destino dos dejetos (fezes e urina) na comunidade
22. Ações realizadas pelo PISF para enfrentar/cuidar/resolver os problemas apontados.
23. Resultados obtidos das ações.
24. Percepção sobre Meio Ambiente
25. Percepção sobre Educação Ambiental
26. Percepção sobre Educação em Saúde

**APÊNDICE D – Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para
Lideranças, Moradores Quilombolas de Conceição das Crioulas,
Contendas/Tamboril E Santana**

TCLE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: *Feridas da transposição do São Francisco: um olhar sobre populações quilombolas do Semiárido Pernambucano.*

Instituição Proponente: NESC/CPqAM/FIOCRUZ

Coordenadora do Projeto: Lúcia Maria Sobral Baracho

Você está sendo convidado/a a participar da pesquisa acima citada, que tem como objetivo *analisar a vulneração socioambiental decorrente da transposição do Rio São Francisco em territórios quilombolas do semiárido pernambucano e as ações implementadas para minimizá-la*, considerando as vulnerabilidades socioambientais das comunidades quilombolas de Salgueiro / PE, no período de 2008 à 2013.

Sua participação não é obrigatória e sua recusa não lhe trará nenhum constrangimento ou prejuízo em relação aos pesquisadores e com a instituição proponente, bem como com as instituições colaboradoras. A qualquer momento da pesquisa você pode desistir de participar e retirar o seu consentimento.

Vários estudos afirmam que é na base que se encontra a maior parte das informações mais ricas e significativas para os processos de mudanças. Essa pesquisa poderá contribuir no sentido de subsidiar o processo de fortalecimento político das populações quilombolas, ampliando seu empoderamento e inserção nas diversas ações e atividades propostas pelo Projeto da transposição do rio São Francisco.

Serão feitas entrevistas individuais com lideranças e reuniões com a participação entre 9 e 12 pessoas, para conversarem sobre um assunto pesquisado, com perguntas condutoras, coordenadas pelo pesquisador. Essas reuniões, chamados grupos focais, serão gravadas e depois serão ouvidas e escritas. Os participantes poderão responder da forma que achar melhor. Os riscos relacionados com a participação dos sujeitos da pesquisa podem ser constrangimentos perante pessoas e instituições, caso sua identidade venha a público. No entanto, garantimos que isso não ocorrerá sob hipótese alguma. As informações obtidas poderão ser utilizadas em eventos científicos, como congressos, seminários e outras atividades científicas, no entanto, estando resguardada a identidade de cada sujeito envolvido.

Os benefícios relacionados com a participação dos membros da comunidade são no sentido de contribuir para o conhecimento e percepção dos aspectos relacionados à educação em saúde ambiental dos programas de educação ambiental, de apoio às comunidades quilombolas, de apoio ao saneamento básico e de controle da saúde pública, inseridos no PISF.

O presente documento consta de duas vias. A primeira ficará em posse da pesquisadora e a segunda em posse do participante.

Poderei deixar de participar a qualquer momento, sem que isso acarrete qualquer prejuízo à minha pessoa.

Qualquer esclarecimento será realizado através do contato com **Lúcia Maria Sobral Baracho**, na Rua Frei Jaboatão, 280- bloco C, apt. 603- Torre – Recife/PE, ou pelos telefones (81) 3222.6007 ou (81) 8787.5275. *Endereço eletrônico: lubaracho8@yahoo.com.br.*

Recife, ____ de _____ de 2013

Nome e assinatura do Participante

Lúcia Maria Sobral Baracho – Pesquisadora

APÊNDICE E – Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Utilizado para Gestores e Técnicos dos Níveis Federal, Estadual e Municipal

TCLE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: *Feridas da transposição do São Francisco: um olhar sobre populações quilombolas do Semiárido Pernambucano.*

Instituição Proponente: NESC/CPqAM/FIOCRUZ

Coordenadora do Projeto: Lúcia Maria Sobral Baracho

Você está sendo convidado/a a participar da pesquisa acima citada, que tem como objetivo *analisar a vulneração socioambiental decorrente da transposição do Rio São Francisco em territórios quilombolas do semiárido pernambucano e as ações implementadas para minimizá-la*, considerando as vulnerabilidades socioambientais das comunidades quilombolas de Salgueiro/PE, no período de 2008 à 2013. Sua participação não é obrigatória e sua recusa não lhe trará nenhum constrangimento ou prejuízo em relação aos pesquisadores e com a instituição proponente, bem como com as instituições colaboradoras. A qualquer momento da pesquisa você pode desistir de participar e retirar o seu consentimento.

Os sujeitos da pesquisa serão gestores e técnicos das instituições envolvidas com o PISF, em âmbito federal, estadual e municipal. A definição dos sujeitos considerará o seu tipo de inserção, selecionando-se os informantes-chave representativos destes atores que integram o estudo.

A partir da pesquisa documental e entrevistas semi-estruturadas será possível analisar a educação e saúde ambiental desenvolvida no âmbito do Projeto da transposição do Rio São Francisco, considerando as vulnerabilidades socioambientais das comunidades quilombolas, com ênfase nos aspectos dos processos e percepções dos programas e empoderamento dos sujeitos envolvidos.

Os riscos relacionados com a participação dos sujeitos da pesquisa podem ser constrangimentos perante pessoas e instituições, caso sua identidade venha a público. No entanto, garantimos que isso não ocorrerá sob hipótese alguma. As informações obtidas poderão ser utilizadas em eventos científicos, como congressos, seminários e outras atividades científicas, no entanto, estando resguardada a identidade de cada sujeito envolvido.

Sua colaboração nesta pesquisa se dará pela participação em entrevista semi-estruturada, técnica na qual serão feitas algumas perguntas e o entrevistado poderá livremente responder e ainda incluir aspectos que ache pertinentes serem colocados. Toda a conversa será gravada e posteriormente transcrita.

O presente documento consta de duas vias. A primeira ficará em posse da pesquisadora e a segunda em posse do participante.

Qualquer esclarecimento será realizado através do contato com **Lúcia Maria Sobral Baracho**, pelo endereço Rua Frei Jaboatão, 280- bloco C, apt. 603- Torre – Recife/PE, ou pelos telefones (81) 3222.6007 ou (81) 8787.5275.

Endereço eletrônico: lubaracho8@yahoo.com.br.

Recife, ____ de _____ de 2013

Nome e assinatura do Participante

Lúcia Maria Sobral Baracho
Pesquisadora

**ANEXO A – Questionário sobre Conhecimentos, Atitudes e Práticas da
Comunidade – CAP**



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

Educação em Saúde – CORE/PE

QUESTIONÁRIO SOBRE CONHECIMENTOS, ATITUDES E PRÁTICAS DA COMUNIDADE - CAP

Data da Entrevista: Número da Casa:
Nome do Entrevistador:
Comunidade:
Município: Estado:
Endereço do Entrevistado:

1. Nome do Entrevistado: _____

2. Dados dos moradores da casa:

Nome	Idade	Sexo	Escolaridade				
			Analfabeto	1ª a 4ª	5ª a 8ª	E. Médio	3º grau / Curso

3. Acontecem festas ou reuniões em sua Comunidade? () Sim () Não

Tipo	Especificação	Como acontece e quando (anual, mensal, período)
Social		
Esportiva		
Cultural		
Religiosa		
Outra:		

4. Participa de algum grupo na comunidade? () Sim () Não

Grupo	O que faz

5. O que a comunidade faz para se divertir?

Homens	
Mulheres	
Crianças	

6. O que faz você e sua família para se divertir?

Homens	
Mulheres	
Crianças	

7. Fale sobre as instituições que trabalham nesta comunidade.

Nome	O que faz

8. **Que serviços de saúde você tem aqui na comunidade?**

9. **Na sua opinião, quais os principais problemas da Comunidade? Por que esses problemas acontecem?**

Problemas	Causas

10. **As pessoas da comunidade adoecem do quê?**

11. **Qual os problemas de saúde mais freqüente em sua família?**

12. **Quando as pessoas da comunidade estão doentes o que fazem? (a quem procuram: Posto de Saúde, Agente de Saúde, Rezador, Pajé, Curador,...)**

13. **Quando as pessoas da sua família estão doentes o que fazem? (a quem procuram: Posto de Saúde, Agente de Saúde, Rezador, Pajé, Curador,...)**

14. **Que meios de transporte a comunidade utiliza?**

() Ônibus () Carro () Moto () Animal () Bicicleta

() Barco () Carroça () Outros _____

15. **Que meios de transporte a sua família mais utiliza?**

() Ônibus () Carro () Moto () Animal () Bicicleta

() Barco () Carroça () Outros _____

16. **Você possui animais? () Sim () Não Quais?**

() Cachorro () Gato () Cavalo () Pato () Porco () Gado () Bode () Jumento

() Galinha () Macaco () Ovelha/Carneiro () Burro () Outros: _____

17. **Onde os animais são criados?**

Curral		Solto no quintal	
Galinheiro		Solto na rua	
chiqueiro		amarrado	

18. **O que tem na casa? (observar)**

() Cama () TV () Fogão a gás () Fogão à lenha () Bicicleta () Carro () Rádio

() Geladeira () Parabólica () Outros: _____

19. **Sua família ouve rádio? () Sim () Não Quando ouve, que programa mais gosta?**

20. **Sua família assiste TV? () Sim () Não Quando assiste, que programa mais gosta?**

21. **De que forma as notícias chegam à comunidade?**

() Rádio () Jornal () Carro de Som () TV () Revista () Alto Falante telefone ()

() Pessoa à Pessoa () Internet () Telefone () Outro: _____

22. **Sua família tem mais acesso às notícias através de que?**

() Rádio () Jornal () Carro de Som () TV () Revista () Alto Falante telefone ()

() Pessoa à Pessoa () Internet Telefone () () Outro: _____

ANEXO B – Documento Síntese das Agendas de Prioridades dos Municípios Contemplados Pelo PISF em Pernambuco

DOCUMENTO SÍNTESE DAS AGENDAS DE PRIORIDADES DOS MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS PELO PISF EM PERNAMBUCO

A Agenda de Prioridades do processo de formação de Educação em Saúde constitui-se de diretrizes a serem executadas para o enfrentamento dos problemas diagnosticados, representando um acordo entre os atores envolvidos. Pretende-se com a proposição de novas práticas e acordos contribuir com a promoção da saúde das comunidades e municípios, nesse sentido, foram identificadas como pontos em comum dos municípios de Pernambuco as seguintes diretrizes:

- Ações educativas de sensibilização e mobilização para promover o envolvimento da população na gestão adequada dos resíduos sólidos;
- Realização de campanhas e palestras sobre defensivos agrícolas direcionadas aos agricultores com enfoque na utilização de equipamentos de proteção, estímulo à prática da agricultura orgânica e destinação correta das embalagens destes produtos;
- Criação de políticas públicas municipais em saneamento básico e manutenção adequada da rede existente;
- Campanhas educativas de prevenção aos diversos tipos de violência e ações de fiscalização e fortalecimento das políticas públicas já existentes;
- Campanhas educativas de promoção à saúde do homem;
- Melhores condições de trabalho e investimento na formação dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Endemias;
- Campanhas educativas sobre animais peçonhentos a partir da realização de palestras, especialmente na zona rural;
- Articulação e integração com outras instituições e órgãos competentes para ações voltadas à educação em saúde.

Todas as diretrizes constituídas pelos grupos participantes do processo de formação de multiplicadores dos 17 municípios da ADA podem ser executadas por meio de articulações e parcerias entre os agentes comunitários de saúde, agende de combates às endemias, coordenadores de atenção básica, lideranças comunitárias, setores do governo, empresas e sociedade civil. As diretrizes elencadas nas Agendas de Prioridades municipais serão desenvolvidas por meio de processos de mobilização, criação ou fortalecimento de grupos e equipes de trabalho, elaboração de diagnósticos e planos de ação e campanhas educativas valendo-se de materiais didático-pedagógicos e de capacitações com temas voltados à Educação em Saúde.

**ANEXO C – Agenda de Prioridades de Educação em Saúde do Município de
Salgueiro – Pernambuco**



**AGENDA DE PRIORIDADES DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE
DO
MUNICÍPIO DE SALGUEIRO – PE**

Apresentação

O Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) vem se inserindo na realidade dos dezessete municípios que compreendem sua Área Diretamente Afetada (ADA), ocasionando transformações no cenário socioambiental. Desse modo, para potencializar os possíveis impactos positivos e mitigar os negativos idealizou-se um conjunto de Programas Ambientais, que propõe ações a serem executadas durante a implantação e operação do empreendimento.

Nesse contexto, a partir de ações previstas pelos Programas Ambientais de Controle da Saúde Pública, Educação Ambiental e de Comunicação Social do PISF elaborou-se a Proposta Integrada de Educação em Saúde, norteadas por uma abordagem educativa, com o intuito de formar multiplicadores de educação em saúde nas comunidades da área de influência do PISF. O processo de capacitação visa proporcionar a prática e socialização de vivências educativas, que são experiências relacionadas às informações e conceitos trabalhados durante os módulos presenciais e realizadas nas diversas áreas de atuação dos profissionais da saúde e lideranças comunitárias.

Durante os módulos foi proposta a construção de uma “Agenda de Prioridades de Educação em Saúde”, instrumento pelo qual os grupos participantes desse processo educativo expressam, de maneira sistematizada, seu interesse em realizar determinadas atividades em regime de colaboração e/ou cooperação.

A Agenda visa nortear e potencializar a atuação dos multiplicadores na prevenção dos impactos relacionados à saúde e na melhoria da qualidade de vida das pessoas, inserindo novas metodologias e conceitos ou potencializando metodologias já adotadas. Assim, constitui-se de diretrizes a serem executadas para o enfrentamento dos problemas diagnosticados, representando um acordo entre os atores envolvidos. Vale mencionar que os participantes do processo de capacitação serão os protagonistas do planejamento e da execução das referidas diretrizes.

Acredita-se que a proposição de novas práticas e acordos entre os atores de um coletivo possa contribuir com a promoção da saúde de suas comunidades, nesse sentido, a seguir será

apresentada a “Agenda de Prioridades de Educação em Saúde” construída ao longo desse processo de formação de multiplicadores, com o propósito de indicar a trajetória identificada pelos líderes comunitários e profissionais de saúde dos municípios envolvidos.

Abaixo, seguem as diretrizes apontadas pelos representantes das comunidades e localidades que juntas formam o município de Salgueiro – PE:

DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS	RESPONSÁVEIS
Campanha de prevenção aos diversos tipos de agressões.	Identificar localidades onde mais acontece agressão de gênero, abusos sexuais, maus tratos a incapazes entre outros.	GTES, Coordenação de Atenção Básica, Conselho Municipal de Saúde e USF.
	Realizar palestras onde os índices estiverem mais altos	
	Incentivar a denúncia contra as agressões.	
Integração entre as secretarias municipais.	Promover campanha dos profissionais da saúde nas escolas e creches.	GTES, Coordenação de Atenção Básica, USF, NASF, CREAS, escolas e creches.
	Promover campanhas de meio ambiente nas escolas e creches.	GTES, Secretarias de Meio Ambiente, de Saúde, de Ação Social, Desenvolvimento Agrário, de Educação e Serviços Públicos.
Programas de combate às doenças endêmicas.	Realizar palestras preventivas ou seminários nas escolas, USF e associações sobre as doenças endêmicas da região.	GTES, Coordenação de Epidemiologia, USF, empresas construtoras, escolas e as lideranças comunitárias.
Disponibilizar vídeos educativos às Unidades de Saúde.	Produzir vídeos com situações-problemas da comunidade para exibição na própria comunidade e encontrar possíveis soluções.	GTES, USF, lideranças comunitárias e o Conselho Municipal de Saúde.
Campanha de controle de animais peçonhentos.	Realizar palestras nas escolas, USF e associações sobre animais peçonhentos e sua proliferação.	GTES, USF, lideranças comunitárias, IBAMA, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Desenvolvimento Urbano e escolas.
Ações educativas sobre gestão de resíduos sólidos.	Promover palestras nas escolas, órgãos públicos, CDL, USF e associações sobre o tema proposto.	GTES, USF, Secretarias de Meio Ambiente e de Obras e de Infraestrutura, escolas, CDL, lideranças comunitárias e o Conselho Municipal de Saúde.
	Realizar oficinas de triagem e reaproveitamento de recicláveis envolvendo as escolas, órgãos públicos, CDL, USF e associações.	
	Fortalecer as ações de triagem já existentes no município.	
	Utilizar a mídia (rádio, carro de som, redes sociais, televisão, etc.) como mecanismo para sensibilizar a população sobre a gestão de resíduos sólidos.	
Campanha de promoção à saúde do homem.	Realizar levantamento por rua da quantidade de homens com idade de 40 anos acima.	ACS's.
	Incentivar os homens a procurar os serviços de saúde com maior frequência.	ACS's, esposas, namoradas, filhos, etc.
	Encaminhar para realização do PSA (exame clínico da próstata)	USF's com apoio da SMS.
Campanha de prevenção ao câncer do colo do útero e fortalecimento da campanha de câncer de mama.	Realizar levantamento por rua da quantidade de mulheres sexualmente ativas e encaminhá-las para fazer o preventivo.	ACS's.
	Realizar palestras nas escolas, USF e associações sobre o tema proposto.	GTES, USF, escolas, lideranças comunitárias, associações, CREAS, CRAS, NASF e o Conselho Municipal de Saúde.
	Promover uma passeata de incentivo a prevenção pelas principais ruas do município com faixas e auxílio de um carro de som.	GTES, USF, escolas, integrantes de redes sociais, lideranças comunitárias, Conselho Municipal de Saúde, Secretarias Municipais e comunidade.
Envolvimento de diversos grupos sociais em ações voltadas à saúde.	Realizar fóruns, seminários, encontros, palestras, etc como forma de envolver e pactuar possíveis parcerias com estes grupos.	GTES, USF, escolas, integrantes de redes sociais, lideranças comunitárias, Conselho Municipal de Saúde, Secretarias Municipais e comunidade.

Campanha de prevenção a leishmaniose e raiva humana.	Realizar palestras educativas nas USF, escolas e associações.	GTES, USF, Coordenação de epidemiologia, Lideranças comunitárias e escolas.
	Promover campanhas informativas através das redes sociais, carro de som e rádios (mídia).	GTES, USF, Coordenação de Epidemiologia, lideranças comunitárias e rádios.

Participantes:

Adeilson Severino de Souza Iara Suely Freire Maria Edlenne Figueredo Barboza William Carvalho
 Alcemir da Silva Siqueira Idalina dos Santos Silva Maria Janeide Cordeiro
 Allyson Francisco dos Santos Jairo de Souza Veríssimo Maria Lídia Alves do Nascimento
 Ana Carolina da Silva Vieira João Manoel Gondim Maria Lietice da Silva
 Angela Maria Bezerra José Nilton da Silva Maria Mariano de Souza
 Antonio de Padua da Silva Josilene Pereira da Silva Maria Rosicleide Vereda de Souza
 Carlos Antônio Ramos Leite Karyne Dayane da Sá Silva Maria Solange dos Santos
 Dalma Régia Pires Lucicleide Oliveira e Souza Milton Rodrigues Ramos
 Denise Soares Ribeiro de Barros Manoel de Souza Gomes Norma Lúcia de Souza Santos
 Edson Rex Barbosa Ribeiro Manoel Francisco de Souza Agra Orisvaldo Matias Ferreira
 Erasmo José Matias Gomes Marcella Alves Raneilda Maria da Conceição Alves
 Espedito Antonio de Vasconcelos Márcia Isabel da Silva Ronivaldo Silva
 Fátima Freire de Carvalho Maria Auxiliadora de Vasconcelos Rosilene Maria da Conceição Alves
 Fernanda Martins Maria de Fátima Cardoso Rosimeiry Araújo Conserva
 Francisco Afonso Vereda da Silva Júnior Maria do Socorro Leite Silvério Sandra Maria da Silva
 Souza
 Francisca Cláudia Vidal dos Santos Maria do Socorro Silva Senilda Francisca da Silva
 Francisco de Assis Sobrinho Maria do Socorro Angelim Tarcizo de Brito Ramos

Grupo Técnico de Educação em Saúde (GTES):

William Carvalho Josilene Pereira da Silva
 Maria Mariano de Souza Maria do Socorro Silva
 Fátima Freire de Carvalho Senilda Francisca da Silva
 Alcemir da Silva Siqueira Espedito Antônio de Vasconcelos